

Proposta da Administração

para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
datada de 30 de abril de 2025

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A.

**Proposta da Administração e Manual para participação de
Acionistas**

**Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Data: 30 de abril de 2025
Horário: 09h00min**

28 de março de 2025

SUMÁRIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO	4
1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	7
2. ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL	8
3. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	13
ANEXO I – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	22
ANEXO II – COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO	94
ANEXO III – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO.....	131
ANEXO IV – PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	139
ANEXO V – ELEIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	182
ANEXO VI – QUADRO COMPARATIVO	194
ANEXO VII – ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO	199
ANEXO VIII – INFORMAÇÕES DE CONTROLE ACIONÁRIO DA TERRAM	222
ANEXO IX – LAUDO DE AQUISIÇÃO TERRAM. ART. 256 DA LEI DAS S.A. ..	230

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A.

CNPJ/MF n.º 00.242.184/0001-04

NIRE 35.300.551.362

Companhia Aberta de Capital Autorizado

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Na forma das disposições legais e do artigo 6º do Estatuto Social, são convocados os acionistas titulares de ações ordinárias de emissão da **Armac Locação, Logística e Serviços S.A.** ("Armac" ou "Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral") a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2025, às 09:00, na filial da Companhia com endereço na Estrada Municipal, nº 870, Los Álamos, na cidade de Vargem Grande Paulista, Estado de São Paulo, CEP 06730-000, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

Em Assembleia Geral Ordinária: **(A)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(B)** deliberar acerca da proposta da Administração da Companhia para destinação do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; **(C)** sem prejuízo do disposto no artigo 141, §7º, da Lei nº 6.404/1976 ("LSA"), deliberar sobre a fixação do número total de membros do Conselho de Administração em 7 (sete); **(D)** eleger o Conselho de Administração para o mandato de 2 (dois) anos contados desta Assembleia Geral; **(E)** deliberar sobre o montante global da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025.

Em Assembleia Geral Extraordinária: **(F)** deliberar sobre a alteração do artigo 3º do Estatuto Social para incluir a atividade de "*Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial*" no objeto social da Companhia; **(G)** ratificar, em cumprimento ao disposto no artigo 256 da Lei das S.A., a aquisição, pela Companhia, de 65% (sessenta e cinco por cento) das ações da Terram Engenharia de Infraestrutura S.A. ("Terram"), nos termos do "Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Participações Societárias e Outras Avenças", celebrado em 29 de maio de 2024, e conforme aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia e efetivada em 31 de julho de 2024, após o cumprimento de condições precedentes; **(H)** consolidar o Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações propostas no item (F) da Ordem do Dia, bem como autorizar a Diretoria a praticar os atos necessários para efetivação das deliberações tomadas.

Em atendimento ao artigo 5º, incisos I e I-A, da Resolução CVM 81/2022, conforme atualizada pela Resolução CVM 204/2024, e ao artigo 3º da Resolução CVM nº 70/2022, informamos que é de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário ao requerimento de adoção do processo de voto múltiplo para a eleição

dos membros do Conselho de Administração, e de 2% (dois por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário ao requerimento de instalação do conselho fiscal¹. Destacamos que os pedidos de voto múltiplo devem ser feitos com antecedência, de modo a facilitar seu processamento pela Companhia e a participação dos acionistas, observado o prazo limite de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da AGO para o exercício de tal faculdade, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 141 da LSA.

A Assembleia Geral será realizada de modo exclusivamente presencial, nos termos da Resolução CVM nº 81/2022 e em conformidade com as instruções detalhadas na Proposta da Administração e Manual para a Participação de Acionistas divulgada pela Companhia ("Proposta da Administração").

Os acionistas também poderão participar da Assembleia Geral por meio de boletim de voto à distância, nos termos da Resolução CVM nº 81/2022, o qual poderá ser enviado por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador ou diretamente à Companhia, de acordo com as orientações constantes do próprio boletim de voto à distância e da Proposta da Administração, que estão disponíveis nos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br) e da própria Companhia (ri.armac.com.br).

Observados os procedimentos descritos na Proposta da Administração, os acionistas que optarem por participar da Assembleia Geral por meio da plataforma digital deverão enviar previamente à Companhia, até 09:00 de 28/04/2025: (i) extrato da sua posição acionária, emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central; e (ii) cópias digitalizadas dos seguintes documentos:

- a)** Pessoas Físicas: documento de identidade com foto do acionista;
- b)** Pessoas Jurídicas: (i) último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais.
- c)** Fundos de Investimentos: (i) último regulamento consolidado do fundo (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente); (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais.

Na hipótese de participação na Assembleia Geral por meio de procurador, deverá ser apresentada ainda, previamente, cópia digitalizada da procuração (observando os

¹ Como a Companhia não possui ações preferenciais, não se aplica o quórum de 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto.

requisitos do art. 126, §1º da LSA) ou, no momento de realização da assembleia, a versão original da procuração, juntamente aos documentos que comprovem a identidade do procurador, no mesmo prazo indicado no parágrafo acima.

Por fim, a Companhia informa que todos os documentos relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral, incluindo a Proposta da Administração, se encontram disponíveis nos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br) e da Companhia (ri.armac.com.br), bem como em sua sede social.

Eventuais esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados por meio: (i) do telefone +55 11 4628-1681 e (ii) do e-mail: ri@armac.com.br.

Barueri, 28 de março de 2025.

Conselho de Administração

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas,

Conforme Edital divulgado nesta data, Armac Locação, Logística e Serviços S.A. ("Armac" ou "Companhia") convoca-os para participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30 de abril de 2025, às 09h00min, na filial da Companhia com endereço na Estrada Municipal, nº 870, Los Álamos, na cidade de Vargem Grande Paulista, Estado de São Paulo, CEP 06730-000 ("Assembleia Geral"), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- I. Em Assembleia Geral Ordinária: **(A)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(B)** deliberar acerca da proposta da Administração da Companhia para destinação do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; **(C)** sem prejuízo do disposto no artigo 141, §7º, da Lei nº 6.404/1976 ("LSA"), deliberar sobre a fixação do número total de membros do Conselho de Administração em 7 (sete); **(D)** eleger o Conselho de Administração para o mandato de 2 (dois) anos contados desta Assembleia Geral; **(E)** deliberar sobre o montante global da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025.
- II. Em Assembleia Geral Extraordinária: **(F)** deliberar sobre a alteração do artigo 3º do Estatuto Social para incluir a atividade de "*Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial*" no objeto social da Companhia; **(G)** ratificar, em cumprimento ao disposto no artigo 256 da Lei das S.A., a aquisição, pela Companhia, de 65% (sessenta e cinco por cento) das ações da Terram Engenharia de Infraestrutura S.A. ("Terram"), nos termos do "Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Participações Societárias e Outras Avenças", celebrado em 29 de maio de 2024, e conforme aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia e efetivada em 31 de julho de 2024, após o cumprimento de condições precedentes; **(H)** consolidar o Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações propostas no item (F) da Ordem do Dia, bem como autorizar a Diretoria a praticar os atos necessários para efetivação das deliberações tomadas.

A opção por realizar a Assembleia Geral de modo exclusivamente digital, tem o objetivo de promover maior engajamento, qualidade nas discussões e proximidade com os acionistas.

Com o fim de disponibilizar de maneira clara e objetiva as informações necessárias para que os acionistas participem da Assembleia Geral e exerçam seu direito de voto de maneira devidamente informada, a Companhia preparou a presente Proposta da

Administração e Manual para Participação de Acionistas ("Manual"), contendo as orientações e procedimentos que devem ser observados pelos acionistas para a participação na Assembleia Geral, incluindo o endereço do local de realização e as informações e documentos relativos à Proposta da Administração da Companhia para a deliberação dos itens constantes da Ordem do Dia.

Nos termos do artigo 28, I, da Resolução CVM 81/2022, a Armac adotará sistema de votação à distância na Assembleia Geral. As instruções para preenchimento e envio do boletim de voto à distância estão detalhadas no próprio boletim e mais adiante neste Manual.

Os documentos relativos às matérias a serem deliberadas acompanham o presente Manual e encontram-se à disposição de V.Sas. no *website* da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (cvm.gov.br), na sede social da Companhia e em seu *website* (ri.armac.com.br) e no *website* da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br).

2. ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL

Poderão participar da Assembleia Geral os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia, desde que comprovem, com a documentação apropriada, a sua identidade e respectiva participação acionária, na forma do art. 126 da Lei 6.404/76 e do art. 6º do Estatuto Social da Companhia. Somente as ações ordinárias de emissão da Companhia terão direito a voto nas deliberações constantes da ordem do dia da Assembleia Geral. Os acionistas poderão participar da Assembleia Geral **(i)** presencialmente, no dia 30 de abril de 2025, às 09:00, na filial da Companhia com endereço na Estrada Municipal, nº 870, Los Álamos, na cidade de Vargem Grande Paulista, Estado de São Paulo, CEP 06730-000; ou **(ii)** por meio do envio de Boletim de Voto a Distância.

Visando a facilitar a participação dos acionistas na Assembleia Geral, além de permitir a participação virtual, a Companhia também dispensará o reconhecimento de firma e a apresentação de cópias autenticadas dos documentos de identidade, comprovação de poderes e procurações. Ressaltamos, contudo, que documentos que não sejam lavrados em português deverão ser acompanhados da respectiva tradução.

Os tópicos seguintes deste Manual descrevem os procedimentos a serem observados pelos acionistas e os documentos a serem apresentados para participação na Assembleia Geral.

2.1. Participação presencial

Os acionistas que optarem por participar da Assembleia Geral de forma presencial, deverão entrar em contato com o Departamento de Relações com investidores da Companhia, por meio do seguinte endereço de e-mail: ri@armac.com.br.

Os acionistas deverão enviar à Companhia, por meio do e-mail acima mencionado, cópias digitalizadas dos seguintes documentos:

Pessoas Físicas	• Documento de identidade com foto do acionista.
Pessoas Jurídicas	• Último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista. • Documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais.
Fundos de Investimento	• Último regulamento consolidado do fundo (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente). • Estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação. • Documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais.

Adicionalmente, nos termos do art. 6º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas deverão apresentar comprovante de participação acionária emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, expedido com no máximo 3 (três) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral.

Para permitir a adequada organização dos trabalhos, a Companhia solicita aos acionistas que desejarem participar da Assembleia Geral de forma presencial, que enviem os documentos indicados acima, preferencialmente, até 9h00min do dia 27 de abril de 2025.

Após receber os documentos pelo e-mail indicado acima e confirmar a sua validade e completude, a Companhia credenciará o acionista para participar da Assembleia Geral de forma presencial e enviará as instruções detalhadas para a sua utilização, bem como o link de acesso. Somente poderão participar da Assembleia Geral os acionistas devidamente credenciados, em conformidade com o prazo e os procedimentos indicados acima.

Independentemente do envio prévio dos documentos mencionados acima à Companhia, não será admitida a participação de acionistas não previamente credenciados que, na data

de realização da Assembleia, não estejam munidos da documentação básica acima mencionada.

Adicionalmente, a Companhia solicita aos acionistas que, no dia da Assembleia Geral, estejam no local indicado com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência do horário previsto para o seu início, a fim de permitir a validação do acesso de todos os acionistas credenciados.

A Companhia não se responsabiliza por quaisquer eventuais outras questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na Assembleia Geral por meio presencial. Caso o acionista que tenha solicitado devidamente sua participação por meio presencial não receba o e-mail confirmando seu credenciamento até às 09h00min do dia 29 de abril de 2025, deverá entrar em contato com a Companhia pelo e-mail ri@armac.com.br ou pelo telefone +55 (11) 4628-1681, até no máximo 18h00min do dia 29 de abril de 2025, a fim de que lhe sejam reenviadas, ou fornecidas por telefone, suas respectivas instruções para acesso.

2.1.1. Orientações para participação por meio de procurador

O acionista que seja pessoa física poderá ser representado, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei 6.404/76, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, advogado, instituição financeira ou administrador da Companhia.

O acionista que seja pessoa jurídica ou fundo de investimento poderá ser representado por procurador constituído na forma prevista em seu respectivo estatuto social, contrato social ou regulamento, conforme o caso, ainda que este não seja acionista, advogado, instituição financeira ou administrador da Companhia, em linha com o entendimento da CVM sobre o tema.²

As procurações devem ser outorgadas por escrito e, em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1º e §2º, do Código Civil (Lei nº 10.406/02), deverão conter a indicação dos respectivos lugares onde foram outorgadas, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, dispensado o reconhecimento da firma do outorgante.

2.1.2. Participação por meio de Boletim de Voto à Distância

O acionista poderá também participar da Assembleia Geral por meio do envio de boletim de voto à distância, das seguintes formas:

- (i) envio de instruções de preenchimento do boletim de voto à distância aos seus agentes de custódia, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central;

² Cf. a decisão proferida pelo Colegiado da CVM no Processo Administrativo RJ2014/3578.

- (ii)** envio de instruções de preenchimento do boletim de voto à distância ao escriturador das ações de emissão da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; ou
- (iii)** através do envio de boletim de voto à distância devidamente preenchido diretamente à Companhia.

O boletim de voto à distância para participação da Assembleia Geral encontra-se disponível nos endereços eletrônicos da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (cvm.gov.br) e da Companhia (ri.armac.com.br).

2.1.2.1. Envio por intermédio de prestadores de serviços

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviço deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia ou para a instituição escrituradora das ações da Armac, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, até 4 (quatro) dias antes da data de realização da Assembleia Geral, ou seja, até 26 de abril de 2025 (inclusive), salvo se prazo diverso for estabelecido pelos agentes de custódia.

Os acionistas deverão entrar em contato com o prestador de serviço que receberá as instruções de preenchimento do boletim de voto à distância para verificar os procedimentos por ele estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações exigidos para tanto.

2.1.2.2. Envio direto à Armac

O acionista que optar por enviar o boletim de voto a distância diretamente à Companhia deverá encaminhar cópias digitalizadas dos documentos de identidade, de comprovação de poderes e de titularidade de suas ações descritos no item 1 acima, sendo necessária a respectiva tradução caso o documento não seja lavrado em português.

A cópia digitalizada do boletim de voto à distância, acompanhado da respectiva documentação, deverá ser recebido pela Companhia, em plena ordem e de acordo como disposto acima, até 4 (quatro) dias antes da data de realização da Assembleia Geral, ou seja, até 26 de abril de 2025 (inclusive).

Eventuais boletins recepcionados pela Companhia após a referida data serão desconsiderados.

Para que o boletim de voto seja considerado válido é imprescindível que **(i)** seus campos estejam devidamente preenchidos; **(ii)** todas as suas páginas estejam rubricadas; e **(iii)** ao final, o acionista ou seu representante legal, conforme o caso e nos termos da legislação vigente, tenha assinado o boletim.

Nos termos do artigo 46 da Resolução CVM 81/22, a Armac comunicará ao acionista, em até 3 (três) dias contado de seu recebimento, se o boletim e os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido, ou, se necessário, os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio. Caso haja necessidade, a retificação ou reenvio do boletim também deverá ser feito até 4 (quatro) dias antes da data de realização da Assembleia Geral, ou seja, até 26 de abril de 2025 (inclusive), observando-se o prazo estipulado no artigo 27 da Resolução CVM 81/22.

Nos termos do Artigo 27, §6º, da Resolução CVM 81/22, os acionistas que optarem por enviar o boletim diretamente à Companhia deverão fazê-lo exclusivamente por via eletrônica, encaminhando cópia digitalizada do boletim e da documentação pertinente no seguinte endereço de e-mail: ri@armac.com.br.

2.2. ORIENTAÇÕES FINAIS

Não poderá participar da Assembleia Geral o acionista que não apresentar os documentos apropriados para a verificação de sua identidade e respectiva posição acionária, conforme os prazos e procedimentos indicados nos itens acima.

A Companhia reitera a recomendação de que os acionistas estejam no local indicado, com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência do horário previsto para o seu início, a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas credenciados.

O acionista que desejar fazer questionamentos, dirimir quaisquer dúvidas ou obter informações adicionais sobre os procedimentos para participação na Assembleia Geral, poderá fazê-lo entrando em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Armac, por meio **(i)** do telefone +55 11 4628-1681 ou **(ii)** do e-mail: ri@armac.com.br.

3. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

PAUTA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

3.1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;

A prestação anual de contas dos administradores é evidenciada principalmente pelas demonstrações financeiras da Companhia ("Demonstrações Financeiras"), aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 21 de março de 2025, divulgadas ao mercado em 24 de março de 2025 e anexas à presente Proposta da Administração como seu Anexo I. Adicionalmente, nos termos do artigo 27, §1º da Resolução CVM 80/2022, as demonstrações financeiras devem ser acompanhadas dos seguintes documentos, no caso da Companhia:

- (a) relatório da administração, preparado nos termos da regulamentação aplicável (“Relatório da Administração”);
- (b) comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do formulário de referência;
- (c) parecer dos auditores independentes;
- (d) declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, informando se concordaram ou não com tais opiniões e as razões, em caso de discordância; e
- (e) declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

O objetivo da documentação é permitir aos acionistas conhecer os resultados do exercício, inclusive mediante a apresentação de comentários da administração aos mesmos, nos termos do item 2 do Formulário de Referência, incluídos à presente proposta da administração em seu Anexo II (“Comentários da Administração”).

O Relatório da Administração, os Comentários da Administração, e as Demonstrações Financeiras da Companhia (esta última também incluindo os itens “c” e “d” acima) referentes ao exercício social findo em 31/12/2024 podem ser encontrados em anexo ao presente documento, bem como (i) na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão na rede mundial de computadores (www.b3.com.br); (ii) na página da CVM na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br); (iii) na sede social da Companhia; (iv) no endereço da Administração Central da Companhia acima mencionado; e (v) na página da Companhia na rede mundial de computadores (www.ri.armac.com.br).

3.1.1. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Companhia propõe aos Acionistas que examinem minuciosamente os documentos colocados à sua disposição e, após, aprovem as contas dos administradores sem ressalvas.

3.2. Deliberar acerca da proposta da Administração da Companhia para destinação do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024

O lucro líquido do exercício é aquele que remanesce depois da dedução dos prejuízos acumulados, da provisão para o imposto de renda e da participação nos lucros dos empregados da Companhia. A sua distribuição compete à Assembleia Geral de Acionistas

e se traduz pela determinação das parcelas do lucro líquido que serão vertidas às reservas legais e estatutárias e as que serão distribuídas aos acionistas como dividendo.

O dividendo por sua vez é a parcela do lucro obtido durante o exercício social em razão da execução corrente do objeto social da Companhia, distribuída aos acionistas proporcionalmente à quantidade de ações por eles titularizada.

A Lei nº 6.404/76 ("LSA"), em seu artigo 202, institui o dividendo obrigatório, que consiste em parcela mínima do lucro líquido ajustado que, observadas as disposições legais e do Estatuto Social da Companhia, deve ser distribuída aos acionistas. No caso da Companhia, seu Estatuto Social dispõe, em seu Artigo 26, Parágrafo Quarto, que esta parcela corresponderá a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado apurado no exercício.

Nesse sentido, a Proposta de Destinação do Lucro Líquido do exercício social findo em 31/12/2024 formulada pela Administração na forma da Resolução CVM nº 81, de 29/03/2022 ("Resolução CVM 81") pode ser encontrada no Anexo III ao presente documento.

3.2.1. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração propõe aos Acionistas:

(I) A seguinte destinação do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 170.197.316,02 (cento e setenta milhões, cento e noventa e sete mil, trezentos e dezesseis reais e dois centavos):

(a) R\$ 8.509.815,80 (oito milhões, quinhentos e nove mil, oitocentos e quinze reais e oitenta centavos) destinado à Reserva Legal prevista no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, equivalentes a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício;

(b) R\$ 75.400.000,00 (setenta e cinco milhões e quatrocentos mil reais), já distribuídos antecipadamente aos acionistas da Companhia à conta do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2024, os quais foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório, sendo: **(a)** R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais) a título de JCP, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 29 de março de 2023 e pagos em 19 de abril de 2024; **(b)** R\$ 25.400.000,00 (vinte e cinco milhões e quatrocentos mil reais) a título de JCP, conforme aprovado e declarado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 28 de junho de 2024 e pagos em 25 de julho de 2024, e **(c)** R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais) a título de JCP, conforme

aprovados e declarados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 30 de setembro de 2024 e com pagamento a ser efetuado em data a ser definida pela Diretoria Executiva e comunicado por meio de Aviso de Acionistas; e

(c) o saldo remanescente, no valor de R\$ 86.287.500,22 (oitenta e seis milhões, duzentos e oitenta e sete mil, quinhentos reais e vinte e dois centavos), para a reserva estatutária intitulada "Reserva de Investimento", com a finalidade de reforçar o caixa da Companhia para condução de seus negócios, bem como possibilitar o crescimento orgânico da Companhia nos termos do artigo 194 da LSA e artigo 26, parágrafo terceiro do Estatuto Social da Companhia.

(II) Foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório os montantes distribuídos antecipadamente a título de JCP, no valor total de R\$ 75.400.000,00 (setenta e cinco milhões e quatrocentos mil reais), montante esse que (a) excede o valor de R\$ 42.549.329,01 (quarenta e dois milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, trezentos e vinte e nove reais e um centavo) que seria devido pela Companhia aos acionistas à título de dividendo mínimo obrigatório nos termos do Artigo 26, Parágrafo 4º, de seu Estatuto Social; e (b) corresponde, aproximadamente, a 44,3% (quarenta e dois vírgula nove por cento) do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

A recomendação de aprovação das propostas se justifica pelo fato de as mesmas terem sido formuladas em conformidade com as obrigações legais e estatutárias da Companhia, bem como em conformidade com sua política de dividendos, perseguindo sua finalidade social.

3.3. Aprovar a fixação do número total de membros do Conselho de Administração em 7 (sete) membros e 1 (um) membro suplente para o mandato de 2 (dois) anos contados da realização da Assembleia Geral a se realizar em 30/04/2027.

O Conselho de Administração da Companhia compõe-se por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, eleitos em Assembleia Geral, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, nos termos do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia. A administração da Companhia propõe que o Conselho de Administração seja composto por 7 (sete) membros efetivos e 1 (um) membro suplente, para mandato de 2 (dois) anos até a Assembleia Geral Ordinária de 2027.

3.4. Aprovar a eleição do Conselho de Administração para o mandato de 2 (dois) anos contados da realização da Assembleia Geral a se realizar em 30/04/2027.

Sem prejuízo do disposto no artigo 141 da Lei nº 6.404/1976, propõe-se os seguintes candidatos para compor o Conselho de Administração, a serem eleitos em sistema de chapa:

- i. Sr. Fernando Pereira Aragão, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/ME sob o nº 383.560.678-63, portador da cédula de identidade RG nº 35.700.763-3, expedida pela SSP/SP, na qualidade de Conselheiro;
- ii. Sr. José Augusto Pereira Aragão, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF/ME nº 380.609.438-12, portador da cédula de identidade RG nº 35.700.762-1, expedida pela SSP/SP, na qualidade de Conselheiro;
- iii. Sr. José Augusto Carvalho Aragão, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/ME nº 900.788.498-68, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.403.786-3 SSP/SP na qualidade de Conselheiro;
- iv. Sr. Luis Henrique Cals de Beauclair Guimarães, brasileiro, casado, estatístico, inscrito no CPF/ME sob o nº 902.946.707-00, portador da cédula de identidade RG nº 06.734.085-1, expedida pelo Instituto Félix Pacheco/RJ, na qualidade de Conselheiro;
- v. Sr. André Abramowicz Marafon, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/ME sob o nº 388.057.188-07, portador da cédula de identidade RG nº 35.452.026-X, expedida pela SSP/SP, na qualidade de Conselheiro Independente;
- vi. Sr. Fabio Colletti Barbosa, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 5.654.446/7, inscrito no CPF/ME sob o nº 771.733.258-20, na qualidade de Conselheiro Independente;
- vii. Sr. Pedro Henrique da Fonseca Rodrigues, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF/ME nº 108.623.397-23, portador da cédula de identidade RG 20.181.740-0, na qualidade de Conselheiro Independente; e
- viii. Sr. Amaury Guilherme Bier, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/ME nº 013.102.298-99, portador da cédula de identidade RG 11.927.825-X, na qualidade de suplente do Sr. Fabio Colletti Barbosa.

Em observância ao disposto no artigo 11, da Resolução CVM 81/22, a Companhia fornece aos Acionistas, no Anexo V deste Manual, as informações dos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela Administração ou pelos Acionistas Controladores para o Conselho de Administração.

Conforme declarações fornecidas, os Srs. Candidatos a Conselheiros Independentes se enquadram nos critérios de independência previstos no regulamento do Novo Mercado da B3.

A administração da Companhia esclarece que os candidatos ora indicados (i) não estão impedidos de assumir os cargos para os quais foram indicados, nos termos do artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934/94, bem como não foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) não estão condenados à pena de suspensão ou inabilitação temporária, aplicada pela CVM, que os torne inelegíveis para o cargo de administração de companhia aberta; (iii) atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo artigo 147, §3º da LSA; (iv) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia; e (v) não possuem, nem representam, interesse conflitante com o da Companhia.

A eleição dos membros do conselho de administração será realizada em observância às disposições dos artigos 141 e 147 da LSA, da Resolução CVM 81, Resolução CVM 70/2022 e Resolução CVM 80/2022, sendo necessário, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante para que os Acionistas possam requerer a adoção do processo de voto múltiplo, nos termos da Resolução CVM nº 70/2022, observado o prazo legal de 48 horas de antecedência da realização da Assembleia Geral para o exercício de tal faculdade.

Os Acionistas que desejarem propor candidatos ao Conselho de Administração deverão indicá-los no boletim de voto à distância, nos termos do artigo 37, I e Anexo N da Resolução CVM 81/2022, desde que detentores de, no mínimo, 1,5% (um e meio por cento) da totalidade das ações ordinárias em circulação, e desde que os candidatos prestem as declarações e preencham os requisitos exigidos por lei e pela regulamentação aplicável. Tal indicação deverá ser apresentada no boletim de voto, juntamente com: (i) as informações previstas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência; e (ii) se for o caso, indicação da necessidade do candidato de obter a dispensa referida no art. 147, §3º, da LSA, acompanhada da manifestação sobre as razões pelas quais considera que a assembleia deve conceder tal dispensa.

A proposta de eleição do Sr. Luis Henrique Cals de Beauclair Guimarães se dá por indicação dos acionistas controladores da Companhia, por sua vasta experiência em posições de liderança em algumas das maiores empresas do Brasil.

A proposta de eleição dos Srs. Luis Henrique Cals de Beauclair Guimarães e Pedro Henrique da Fonseca Rodrigues e reeleição dos demais conselheiros para o próximo mandato de 2 (dois) anos tem como objetivo, no melhor interesse da Companhia, dar continuidade e expandir o modelo de negócios em curso, de forma alinhada com a atuação e propósito da atual gestão.

3.5. Aprovar o montante global da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025

A remuneração global anual dos Administradores consiste na retribuição em dinheiro e sob a forma de outros benefícios, por parte da Companhia, pelos serviços prestados pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária. O valor é aprovado de forma global, ou seja, é fixado o limite dentro do qual a Administração da Companhia fará a distribuição entre seus membros, observado o seguinte: suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, competência e reputação profissional, os riscos que assumem e o valor de mercado deste tipo de serviço.

Nesse sentido, a Proposta de Remuneração dos Administradores para o exercício social de 2024, formulada pela Administração na forma da Resolução CVM 81 pode ser encontrada no Anexo IV ao presente documento.

Adicionalmente, para uma melhor compreensão pelos Senhores Acionistas da proposta de remuneração dos Administradores da Companhia para o exercício social de 2024, e em linha com as orientações constantes do Ofício Circular/Anual-2024-CVM-SEP, a Companhia lista, a seguir, algumas informações adicionais relacionadas à proposta de remuneração apresentada.

(a) Período a que se refere a presente proposta de remuneração:

A proposta de remuneração dos administradores ora apresentada para apreciação dos Senhores Acionistas, refere-se ao exercício social que encerrar-se-á em 31 de dezembro de 2025.

(b) Valores aprovados na proposta anterior e valores efetivamente realizados:

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2024, foi aprovada proposta de remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024, no valor máximo de R\$ 17.991.096,23 (dezessete milhões, novecentos e noventa e um mil, noventa e seis reais e vinte e três centavos). Contudo, no exercício social de 2024, conforme indicado nas demonstrações financeiras da Companhia divulgadas em 24 de março de 2025 e na Seção 8 do Formulário de Referência da Companhia, referentes ao mesmo período e constantes respectivamente dos Anexos I e IV ao presente documento, foi efetivamente reconhecido o valor de R\$ 8.302.573,00 (oito milhões, trezentos e dois mil, quinhentos e setenta e três reais) a título de remuneração dos membros da administração da Companhia.

Assim observou-se a existência de uma diferença de R\$ 9.688.523,23 (nove milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, quinhentos e vinte e três reais e vinte e três centavos) entre os valores propostos e os efetivamente reconhecidos para o exercício de 2024, diferença esta que se deveu, principalmente, ao não atingimento de determinadas métricas pré-determinadas para acionamento de gatilhos de remuneração variável.

(c) Eventuais diferenças entre os valores da presente proposta e da proposta anterior e os constantes da Seção 8 do Formulário de Referência da Companhia

Observou-se a existência de uma diferença a menor R\$ 126.096,23 (cento e vinte e seis mil e noventa e seis reais e vinte e três centavos) entre os valores propostos para o exercício social de 2024 e os valores propostos para o exercício social de 2025, diferença esta que decorre da manutenção da estrutura de remuneração prevista para o exercício de 2024, com ajustes pontuais.

3.5.1. Proposta da Administração

A Administração propõe aos Acionistas que examinem detidamente a Proposta de Remuneração dos Administradores disponibilizadas no Anexo IV ao presente documento e que aprovem a Remuneração Global dos Acionistas no valor de R\$ 17.865.000,00 (dezessete milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil reais).

É recomendada a aprovação da proposta de remuneração, uma vez que foi formulada pela Administração em estrita observância ao artigo 152 da LSA, considerando, portanto, as responsabilidades atribuídas aos administradores, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor de mercado de seus serviços.

PAUTA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

3.6. Aprovar a alteração do objeto social da Companhia incluindo-se a atividade de treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial.

Propõe-se aos acionistas que seja aprovada a alteração do objeto social da Companhia para inclusão de outras modalidades de participação em negócios relacionados à atividade de *"Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial"*.

A origem e justificativa da alteração proposta, seus efeitos jurídicos e econômicos, bem como a versão marcada do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia com as alterações propostas, nos termos do artigo 12, incisos I e II, da Resolução CVM 81, encontram-se no Anexo VI da presente Proposta.

A alteração proposta ao objeto social da Companhia tem como objetivo incluir outras atividades complementares à principal atividade da Companhia, qual seja, a locação de máquinas e equipamentos, bem como a prestação de serviços de manutenção, reparo e mão de obra de operação de equipamentos. A Companhia esclarece que tal acréscimo não modifica seu segmento principal de atuação, tampouco suas atividades preponderantes. Assim, caso aprovada a alteração do objeto social para inclusão das novas atividades, tal reforma não ensejará direito de retirada dos acionistas, nos termos dos artigos 136, I e 137 da LSA.

3.7. Ratificar, em cumprimento ao disposto no artigo 256 da Lei das S.A., a aquisição, pela Companhia, de 65% (sessenta e cinco por cento) das ações da Terram Engenharia de Infraestrutura S.A. ("Terram"), nos termos do "Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Participações Societárias e Outras Avenças", celebrado em 29 de maio de 2024, e conforme aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia e efetivada em 31 de julho de 2024, após o cumprimento de condições precedentes.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 29 de maio de 2024, aprovou a apresentação de proposta de aquisição, pela Companhia, de 65% (sessenta e cinco por cento) das ações da Terram Engenharia de Infraestrutura S.A., inscrita no CNPJ/ME sob nº 54.290.200/0002-36 ("Terram"), com a opção de compra dos 35% (trinta e cinco por cento) restantes em 2029, e autorizou a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias para formalização da referida aquisição ("Operação Terram").

Em 29 de maio de 2024, foi celebrado Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Participações Societárias e Outras Avenças ("Contrato de Compra e Venda") formalizando a aquisição de 65% (sessenta e cinco por cento) das ações da Terram pela Companhia, com a no importe de R\$ 65 milhões, dos quais R\$ 32,5 milhões foram pagos em 31 de julho de 2024. O saldo será quitado em 4 (quatro) parcelas semestrais de R\$ 8.125 milhões, atualizada nos termos do Contrato de Compra e Venda.

Em cumprimento ao disposto no parágrafo primeiro do artigo 256 da Lei das S.A., a Operação Terram está sendo submetida à ratificação dos acionistas da Companhia em atendimento ao disposto no artigo 256, Parágrafo Único, da Lei das S.A., por constituir o preço de compra, para a Companhia, investimento relevante, de acordo com o parágrafo único do artigo 247 da Lei das S.A. Não obstante, como o preço a ser pago por ação da Terram não ultrapassa 1,5x o maior dos três valores de que trata o inciso II do artigo 256 da Lei das S.A., não haverá direito de retirada a ser assegurado ao acionista dissidente desta deliberação.

As informações necessárias para a análise da Operação Terram, conforme estabelecido no artigo 20 da ICVM 81, incluindo o laudo de avaliação em cumprimento ao disposto no parágrafo primeiro do artigo 256 da Lei das S.A., preparado pela **Apsis Consultoria e Avaliações Ltda.**, inscrita no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de

Janeiro, sob o nº CRC/RJ-005112/O-9, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Passeio, nº 62, 6º Andar, Centro, CEP 20021-280, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.681.365/0001-30, encontram-se nos Anexos VIII e IX dessa proposta.

3.8. Consolidação do Estatuto Social da Companhia e autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das matérias aprovadas na Assembleia Geral

Diante da proposta de alteração do estatuto social, constante da Ordem do Dia da Assembleia Geral, a administração propõe consolidar o Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir as alterações acima indicadas, na forma dos Anexos VI e VII da presente Proposta.

Caso as matérias constantes da Ordem do Dia sejam aprovadas pelos acionistas, a administração propõe que lhe seja autorizada a prática de todos e quaisquer atos necessários à implementação de tais matérias, de modo a dar efetividade às deliberações aprovadas.

Cordialmente,

Fernando Pereira Aragão
Diretor Presidente

Marcos Antonio Pinheiro Filho
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores



Anexo I

Demonstrações Financeiras

A ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária datada de 30 de abril de 2025



Armac Locação, Logística e Serviços S.A. e Controlada

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos os resultados do ano consolidado de 2024 da Armac. Nosso modelo de negócio tem como objetivo colocar nosso conhecimento em manutenção e operação de máquinas pesadas a serviço de nossos clientes, trazendo eficiência a partir da redução do tempo ocioso das máquinas e gerando grandes ganhos na execução da manutenção e da operação. Agradecemos a confiança depositada por clientes, fornecedores e parceiros financeiros. Reforçamos nosso compromisso em servir a sociedade e a todos os stakeholders com responsabilidade e eficiência.

DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

R\$ milhões	2023	2024	FY2024 vs. FY2023	4T23	4T24	YoY
Frota de Locação (# de equipamentos)	10.206	11.247	10,2%	10.206	11.247	10,2%
CAPEX	575,9	705,6	22,5%	121,3	71,7	(40,9%)
Receita Bruta	1.493,8	1.951,3	30,6%	437,7	518,7	18,5%
Receita bruta de locação	1.382,8	1.742,0	26,0%	403,0	443,3	10,0%
EBITDA Locação	605,9	689,0	13,7%	166,5	165,3	(0,7%)
% receita líquida de locação	48,5%	44,2%	-4,3 p.p.	45,7%	41,6%	-4,1 p.p.
EBITDA	640,7	726,5	13,4%	175,2	179,9	2,7%
% receita líquida	47,1%	41,1%	-5,9 p.p.	43,9%	39,1%	-4,8 p.p.
Lucro Líquido	163,3	175,6	7,6%	45,8	11,3	(75,3%)
% receita líquida	12,0%	9,9%	-2,1 p.p.	11,5%	2,4%	-9,1 p.p.
Lucro Líquido Caixa ¹	309,7	349,6	12,9%	83,6	66,9	(19,9%)
Dívida Líquida	1.320,5	1.748,9	32,4%	1.320,5	1.748,9	32,4%
Dívida Líquida / EBITDA UDM	2,06x	2,33x	0,27x	2,06x	2,33x	0,27x
ROIC ²	18,8%	18,5%	-0,4 p.p.	18,8%	18,5%	-0,4 p.p.

¹ Exclui: (i) o efeito negativo da depreciação do 4T24 de R\$ 33,9 milhões, correspondente a R\$ 22,4 milhões pós imposto de renda e contribuições e (ii) o imposto de renda e contribuição social diferidos, (iii) os impostos incidentes sobre a receita apurada no respectivo exercício a título de PIS/COFINS pagos com crédito fiscal.

² ROIC calculado utilizando o EBIT dos últimos doze meses.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Como uma Companhia listada no Novo Mercado, a ARMAC está comprometida com o maior padrão de governança corporativa do mercado brasileiro. O amadurecimento da Companhia, a partir da implantação das melhores práticas de governança é essencial para que possamos servir cada vez melhor a todos os nossos stakeholders. No início de 2024, nossa governança era composta por um Conselho de Administração, uma Diretoria Executiva e um Comitê de Auditoria e Riscos.

CAPITAL HUMANO

A cultura e o compromisso de nossas equipes e lideranças são as maiores vantagens comparativas da ARMAC. Investimos continuamente para expandir essas vantagens a partir da formação de cada vez mais mecânicos, motoristas, operadores, engenheiros e administradores que se identificam com nossa cultura. Nossa liderança é formada por profissionais que contam com o apoio da ARMAC para se desenvolverem e estarem à altura dos novos desafios de suas carreiras.

SUSTENTABILIDADE

Nosso modelo de negócio está totalmente alinhado aos princípios da economia circular e do compartilhamento, e gera eficiência às cadeias onde estamos atuando por meio da redução das horas ociosas dos equipamentos e da gestão cuidadosa da manutenção. Além disso, acreditamos que nosso modelo de negócio é o motor de uma grande transformação social para profissionais da linha de frente. Oferecemos programas de formação integral, nos quais os colaboradores participantes dedicam-se exclusivamente à formação após entrarem na ARMAC. Desenvolvemos planos de carreira de Mecânicos com treinamentos presenciais e remotos.

Resultados 4T24

Barueri, 24 de março de 2025. A ARMAC (Armac Locação, Logística e Serviços S.A. – B3: ARML3) anuncia seus resultados referentes ao 4º trimestre de 2024 (4T24). As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Estes demonstrativos são apresentados consolidados e em Reais.

DESTAQUES ANUAIS CONSOLIDADOS

Receita Bruta
R\$ 1.951,3 milhões
+30,6% vs. 2023

CAPEX
R\$ 705,6 milhões
+22,5% vs. 2023

Frota de Locação
11.247 equipamentos
Valor da Frota Total: R\$ 3,1 bi

EBITDA
R\$ 726,5 milhões
+13,4% vs. 2023

Lucro Líquido
R\$ 175,6 milhões
+7,6% vs. 2023

Alavancagem
2,33x (Dívida Líquida/EBITDA)
+0,27x vs. 2023

R\$ milhões	2023	2024	FY2024 vs. FY2023	4T23	4T24	YoY
Frota de Locação (# de equipamentos)	10.206	11.247	10,2%	10.206	11.247	10,2%
CAPEX	575,9	705,6	22,5%	121,3	71,7	(40,9%)
Receita Bruta	1.493,8	1.951,3	30,6%	437,7	518,7	18,5%
Receita bruta de locação	1.382,8	1.742,0	26,0%	403,0	443,3	10,0%
EBITDA Locação	605,9	689,0	13,7%	166,5	165,3	(0,7%)
% receita líquida de locação	48,5%	44,2%	-4,3 p.p.	45,7%	41,6%	-4,1 p.p.
EBITDA	640,7	726,5	13,4%	175,2	179,9	2,7%
% receita líquida	47,1%	41,1%	-5,9 p.p.	43,9%	39,1%	-4,8 p.p.
Lucro Líquido	163,3	175,6	7,6%	45,8	11,3	(75,3%)
% receita líquida	12,0%	9,9%	-2,1 p.p.	11,5%	2,4%	-9,1 p.p.
Lucro Líquido Caixa¹	309,7	349,6	12,9%	83,6	66,9	(19,9%)
Dívida Líquida	1.320,5	1.748,9	32,4%	1.320,5	1.748,9	32,4%
Dívida Líquida / EBITDA UDM	2,06x	2,33x	0,27x	2,06x	2,33x	0,27x
ROIC²	18,8%	18,5%	-0,4 p.p.	18,8%	18,5%	-0,4 p.p.

¹ Exclui: (i) o efeito negativo da depreciação do 4T24 de R\$ 33,9 milhões, correspondente a R\$ 22,4 milhões pós imposto de renda e contribuições e (ii) o imposto de renda e contribuição social diferidos, (iii) os impostos incidentes sobre a receita apurada no respectivo exercício a título de PIS/COFINS pagos com crédito fiscal.

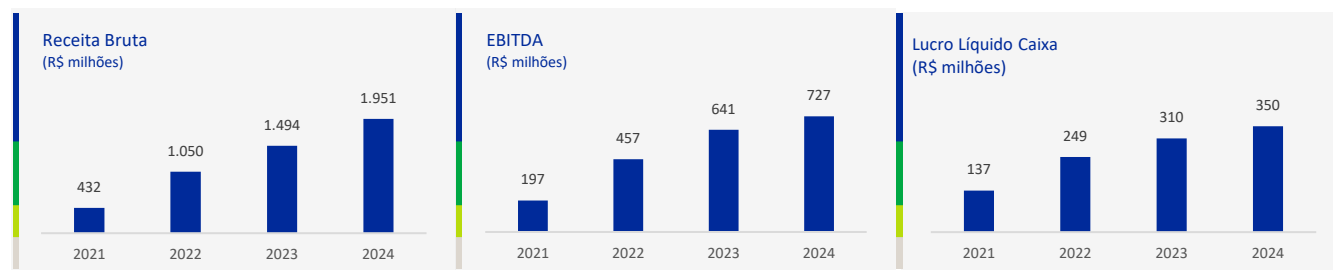
² ROIC calculado utilizando o EBIT dos últimos doze meses.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

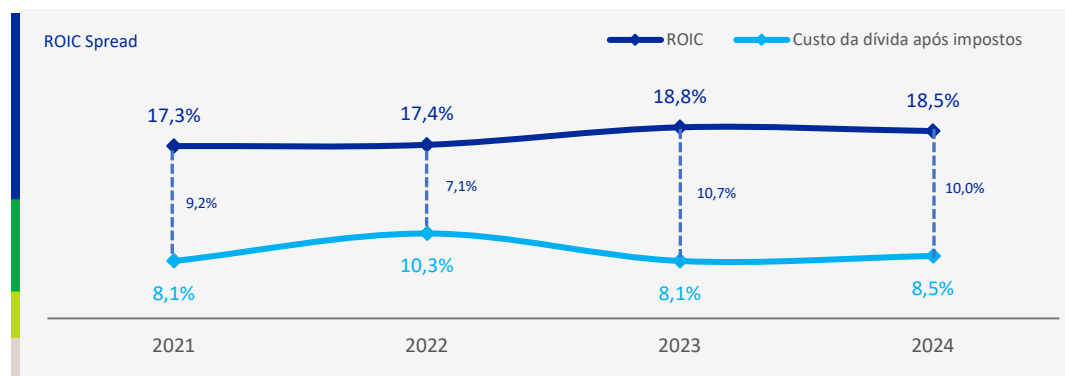
Prezados Investidores,

Em 2024, o Lucro Líquido Caixa foi de R\$ 350 milhões, crescimento de 12,9% em relação a 2023.

Desde o IPO em 2021, expandimos nossas Receitas, EBITDA e Lucro Líquido Caixa, a taxas anuais compostas (CAGR) de 51%, 54% e 37%, respectivamente.



Apresentamos em 2024 Retorno sobre o Capital Empregado (ROIC) de 18,5% com um spread de 10,0 p.p. para o custo de nossa dívida após os impostos. Resultado bastante positivo, mesmo em um ambiente de juros em patamares significativamente mais altos do que nos anos anteriores. Não obstante, ainda enxergamos oportunidades de expansão deste spread combinando ações de eficiência operacional e gestão ativa de preços de nossos contratos de operações contínuas.



Seguimos avançando em nossa missão de ampliar a penetração do aluguel no mercado brasileiro. Estimamos que os fabricantes de equipamentos de linha amarela e caminhões vocacionais tenham vendido cerca de 74,7 mil equipamentos anualmente no período entre 2021 e 2024. Ainda, estimamos que cerca de 26,6% destas vendas foram absorvidos por locadoras, o que nos indica que a penetração dos serviços de locação de equipamentos, embora crescente, permanece abaixo dos patamares de países desenvolvidos. Isso reforça nosso otimismo de longo-prazo com as oportunidades de crescimento e consolidação de nosso mercado.

Com a penetração dos serviços de locação atual, o recorte de mercado atendido pela ARMAC é superior a R\$ 30 bilhões¹ de receitas anuais, o que aponta para uma participação da Armac de 5,8%, crescimento de 1 p.p. em relação a 2023.

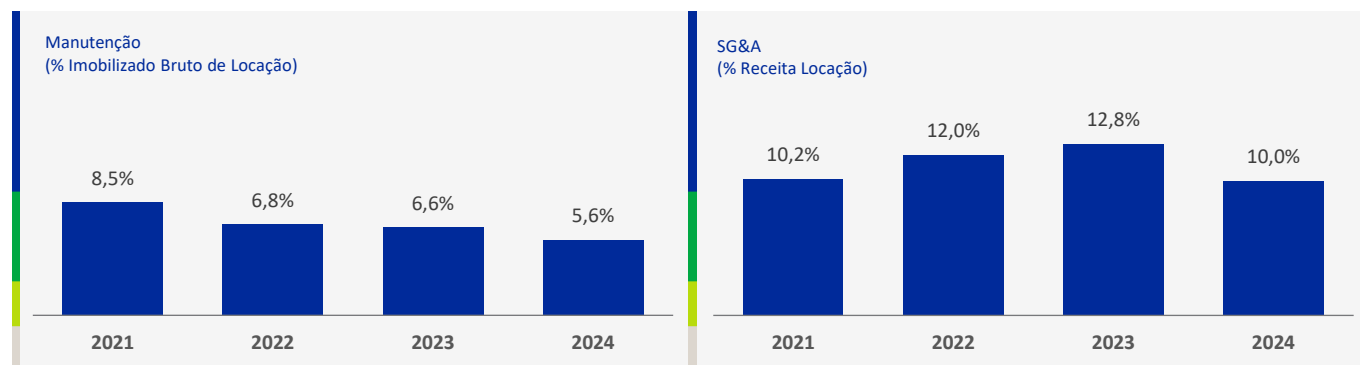
Em 2024, atendemos 1.098 clientes, sendo 945 clientes em locações de curto prazo, e 153 clientes em nossas operações contínuas. Nos orgulhamos que desde 2021 o percentual de renovação dos contratos de operações contínuas se mantém superior a 97%, confirmando a geração de valor compartilhada com nossos clientes, pilar de nosso modelo de negócios.

Em 2024, investimos R\$ 705,6 milhões, dos quais R\$ 614,0 milhões foram em máquinas e equipamentos para locação e veículos de suporte, e R\$65 milhões na promissora aquisição da Terram. Encerramos 2024 com 11,2 mil equipamentos em nossa frota de locação, e a preços de reposição superior a R\$ 4 bilhões. A idade média de nossa frota de locação de Linha Amarela e caminhões vocacionais o exercício fiscal em 2,5 anos.

Competitividade e Eficiência Operacional

Nossos ativos foco são aqueles que demandam intervenções frequentes de manutenção. Em 2024 foram mais de 430 mil ordens de serviço executadas por nossos mais de 1.000 mecânicos. Nesse contexto, nossa escala, expertise e rede de cobertura nacional é uma vantagem comparativa que cresce a cada mecânico, máquina e cliente marginal. Calculamos que o nosso ganho de eficiência nos custos de manutenção tenham superado R\$ 150 milhões desde o IPO, economias que se referem a condições mais favoráveis obtidas junto a nossos fornecedores, ao contínuo investimento em nossas estruturas de recuperação de componentes, e ganhos de produtividade advindos de nossa estrutura própria e verticalizada de mecânicos e engenheiros. Em conjunto, estas eficiências operacionais mais do que compensaram a inflação de peças 37% e de mão de obra 31% observada no mesmo período.

¹ Premissas conservadoras, considerando a atual penetração de locação e sem mão-de-obra.



Ao longo de 2024 também concluímos importantes investimentos em tecnologia, pessoas, e redesenho de processos, que em conjunto nos permitiram diluir nossos custos fixos. O indicador de despesas administrativas como percentual da receita atingiu 10,0%, menor nível observado desde 2021, e 2,8 p.p. inferior a 2023.

Nossa geração de caixa operacional foi de R\$ 449,5 milhões em 2024. Além disso, nossa abordagem conservadora na gestão de liquidez, nos coloca em posição diferenciada para enfrentar a atual conjuntura econômica. Carregamos em nosso balanço liquidez suficiente para fazer frente a todas amortizações de nosso endividamento até 2029. Consequentemente, temos o menor custo de dívida (CDI +1,5%) e o maior prazo médio de amortizações (5,9 anos) entre nossos pares de mercado. Nosso acesso diferenciado a capital é uma vantagem comparativa de longo-prazo muito relevante em um setor onde mais de 24 mil pequenas empresas estão operando.

Aprendizados de 2024

O ano de 2024 nos trouxe aprendizados valiosos. Após o crescimento acelerado dos últimos anos, consolidamos presença em diversos setores da economia brasileira, em especial na movimentação de commodities do agronegócio, mineração e infraestrutura. Essa diversidade setorial, reforçada por contratos de longo-prazo, nos trouxe grande estabilidade de receitas – fundamental em momentos de crise – mas, por outro lado, trouxe importantes desafios de execução.

Os segmentos em questão têm uma camada de serviços especializados para além da manutenção. Em específico, cada contrato é único – seja no formato de precificação, operação e relacionamento.

Como resultado, alocar capital com rentabilidade nessas novas verticais possui uma curva de aprendizado longa – mais extensa, inclusive, do que havíamos antecipado.

Com o objetivo de (i) acelerar a velocidade de contorno da curva de aprendizado (ii) sem derrapar, adotamos duas novas estratégias:

Em primeiro lugar, segmentamos a empresa em 6 Unidades de Negócios, cada qual liderada por um especialista setorial, cuja remuneração está devidamente incentivada aos KPIs de sucesso em serviços especializados – e.g., NPS e Taxa de Frequência de Acidentes –, bem como o retorno sobre o capital do acionista.

Em segundo lugar, iniciamos um ciclo de expansão em lojas próprias de seminovos espalhadas pelo Brasil. Para além de comprar a opcionalidade de desmobilizar a frota, taticamente, com agilidade e rentabilidade, a estratégia permite que a Companhia neutralize eventuais erros pontuais de alocação de capital.

Visão para 2025: A mesma estratégia, uma nova régua

Seguimos convictos na estratégia e no crescimento de longo-prazo da Armac, com uma importante inflexão: a régua do retorno sobre o capital investido será maior.

Ao final de 2024, consolidamos a visão de que 2025 será um ano desafiador (i.e., inflação persistente, mercado de trabalho pressionado e juros elevados). Diante desse cenário, tomamos a decisão de atuar com cautela financeira e rigor operacional redobrados.

Privilegiaremos o controle da alavancagem, exigindo retornos elevados em novas alocações de capital, e operando com ocupação da frota mais elevada do que a usual, permitindo a liberação de capital e venda de ativos superior a realizado em 2024.

Além disso, atuaremos ativamente na gestão de preços em nossos contratos. Este movimento pode vir acompanhado de desmobilizações de operações onde os retornos sejam incompatíveis com a nova realidade de custo de capital, o que pode ensejar volatilidade de crescimento em curto prazo, porém em prol da margem e ROIC da Companhia.

Ativos desmobilizados passarão por manutenção em nossas oficinas e serão alocados em outros projetos ou vendidos em nossa rede de lojas. Nossos diferenciais de manutenção e vendas nos dão confiança para a escolha deste caminho vis a vis a opção de aguardar por mais alguns anos com esses contratos que geram lucro contábil, porém prejuízo econômico, à espera de uma redução na taxa de juros.

Estamos conscientes de que nossa escolha terá algum nível de impacto na receita de locação no curto prazo. No entanto, temos a certeza de que essas decisões são fundamentais para maximizar a criação de valor para nossos acionistas no longo prazo e posicionar a Companhia para continuar crescendo e consolidando seu mercado nos anos à frente.

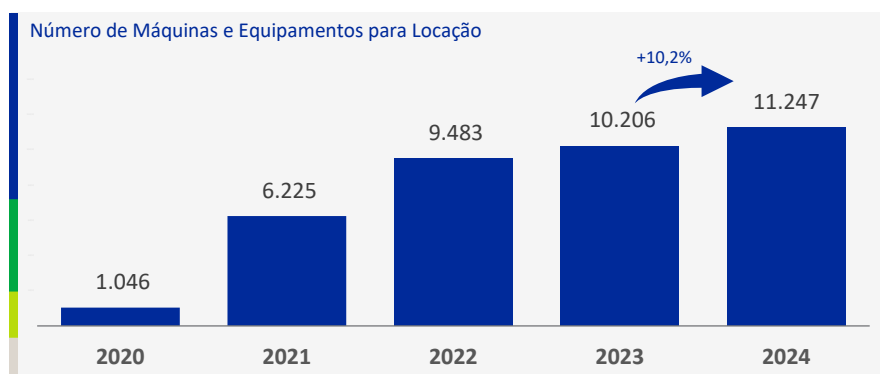
Por fim, agradecemos a confiança de nossos investidores, clientes, e colaboradores, e seguimos focados em construir um futuro ainda mais forte e próspero para nossa empresa.

Atenciosamente,

Administração

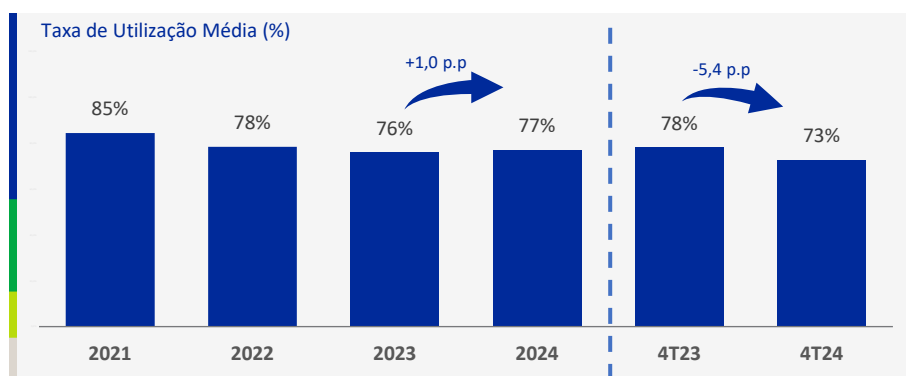
FROTA DE LOCAÇÃO

Encerramos 2024 com uma frota de locação total de 11.247 equipamentos, composta majoritariamente por máquinas de linha amarela, caminhões vocacionais e empilhadeiras, além de plataformas elevatórias, geradores e veículos de apoio.

**TAXA DE UTILIZAÇÃO**

Em 2024, a nossa taxa de utilização média foi de 77,1%, crescimento de 1,1 p.p., principalmente, devido ao aumento do mix de contratos de longo prazo em nossa receita.

Durante o 4T24, a taxa de utilização média atingiu 72,9%, uma redução de 5,3 p.p. em relação ao 4T23. A queda na utilização é explicada, principalmente, pela devolução de máquinas alocadas nos contratos de locação simples em regiões que tiveram aumento significativo no volume de chuvas entre o 4T23 e o 4T24, quando comparadas as médias históricas medidas pelo INMET. Entre as principais regiões nas quais temos exposição ao Spot, as cidades do Centro-Oeste, com destaque para Goiânia, Cocalinho, Primavera do Leste, Cuiabá, Rondonópolis e Simões Filho, na Bahia, apresentaram volumes de chuva significativamente acima da média de 2023, com variações entre o 4T24 e o 4T23 de 98%, 140%, 84%, 42%, 84% e 136%, respectivamente.

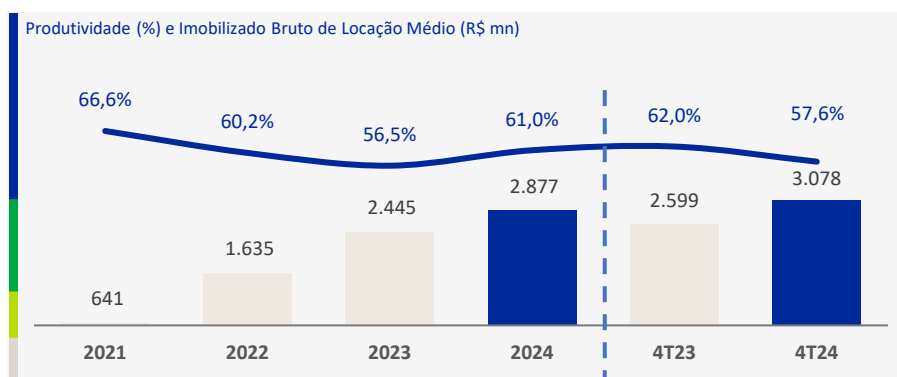


PRODUTIVIDADE

Um dos indicadores financeiros que consideramos mais importantes para a avaliação e acompanhamento do desempenho de nosso modelo de negócio é a produtividade². Ele reflete tanto a saúde comercial de contratos quanto a saúde operacional dos ativos, capazes de manter alta geração de receita ao longo do tempo. Este indicador também reflete a recorrente capacidade da companhia em adquirir ativos a custos atrativos e mantê-los operacionais por longo período.

Em 2024, conseguimos atingir uma produtividade de 61,0%, com crescimento de 4,5 p.p. em relação a 2023, principalmente devido à nossa maior exposição aos contratos de operações contínuas.

No 4T24, esse indicador atingiu 57,6%, uma redução de 4,4 p.p. em relação ao 4T23. A redução na produtividade do trimestre é explicada, principalmente, pela: (i) maior incidência de chuvas em 2024, que reduz significativamente o ritmo das obras de infraestrutura, consequentemente aumentando as devoluções de máquinas nos contratos de locação simples.



INVESTIMENTOS

Em 2024, o CAPEX totalizou R\$ 705,6 milhões, crescimento de 26,4% comparado a 2023. Em 2024, o CAPEX orgânico de crescimento, manutenção e expansão das oficinas e filiais representaram cerca de 90%, 9%, 1%, respectivamente.

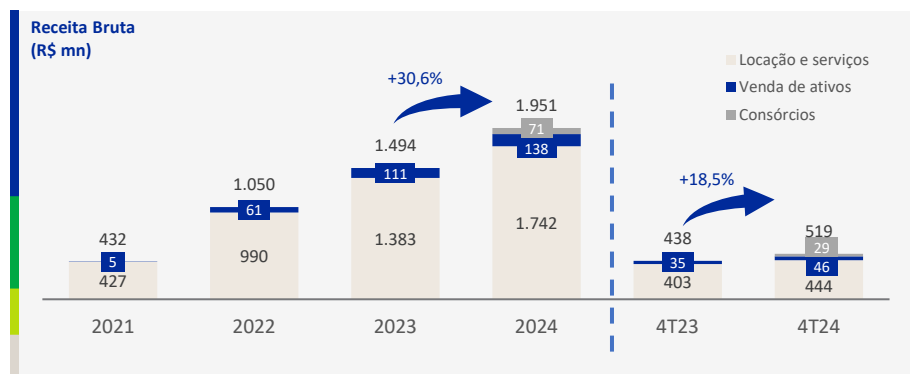
R\$ milhões	2023	2024	FY2024 vs. FY2023	4T23	4T24	YoY
Aquisição de ativos imobilizados	177,2	267,4	50,8%	29,5	45,3	53,6%
Operações não-caixa de aquisição de Imobilizado	389,7	372,4	(4,5%)	96,1	26,4	(72,6%)
Aquisição de ativos intangíveis	-8,9	0,9	(109,7%)	(4,4)	(0,0)	-
CAPEX orgânico	558,0	640,6	14,8%	121,3	71,7	(40,9%)
M&A	-	65,0	-	-	-	-
CAPEX total	558,0	705,6	26,4%	121,3	71,7	(40,9%)

Nota: O M&A considera R\$ 65 milhões referente a aquisição da Terram, dos quais R\$ 33,6 milhões foram desembolsados no 2S24.

² Esse indicador é calculado através da receita bruta de locação da Companhia no trimestre, anualizada, dividida pelo valor do imobilizado bruto de locação, considerando a média do período apurado.

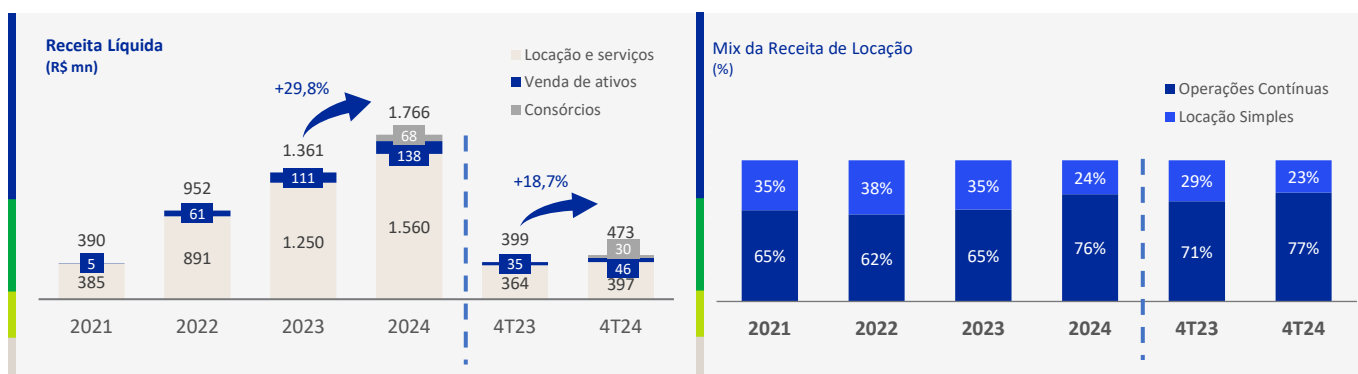
RECEITA BRUTA

Em 2024, a receita bruta atingiu R\$ 1,9 bilhão, crescimento de 30,6% em relação a 2023, devido principalmente ao aumento da frota e da produtividade no período. No 4T24, a receita bruta atingiu R\$ 519,7 milhões, com expansão de 18,5% em relação ao 4T23. A receita bruta de locação totalizou R\$ 443,6 milhões, aumento de 10,0% em relação ao 4T23.



RECEITA LÍQUIDA

No 4T24, a receita líquida atingiu R\$ 474,6 milhões, expansão de 18,9% quando comparada com o 4T23. A receita líquida de locação atingiu R\$ 397,3 milhões, aumento de 9,1% vs. o 4T23.

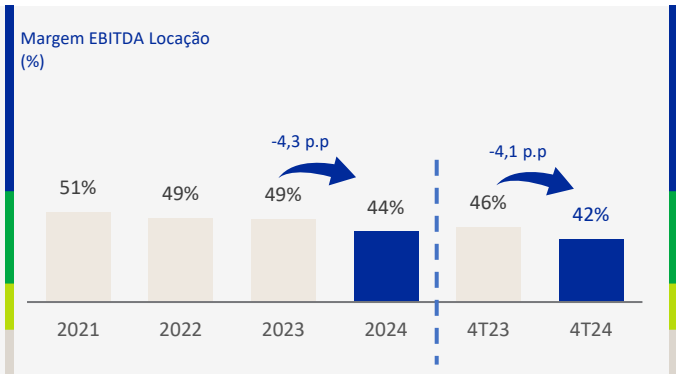
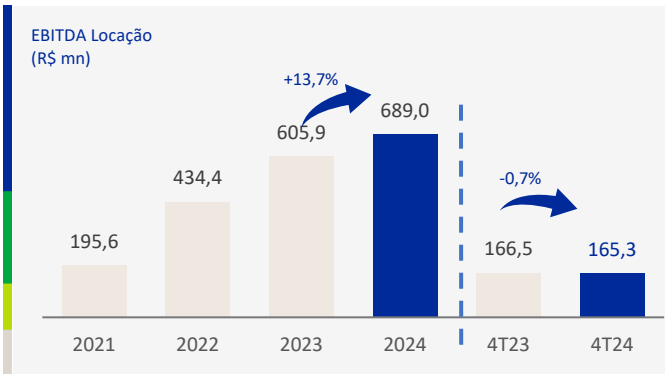


EBITDA

Em 2024, o EBITDA totalizou R\$ 726,5 milhões, com crescimento de 13,4% em relação a 2023. Como consequência do mix de receitas, a margem EBITDA de Locação caiu 4,3 p.p. em relação a 2023.

No 4T24, o EBITDA totalizou R\$ 165,3 milhões, com redução de 0,7% em relação ao 4T23 devido ao menor mix das receitas das operações de Locação Simples, fortemente impactadas pelo período de chuvas mais intenso em 2024. Como consequência do mix de receitas, a margem EBITDA de Locação caiu 4,1 p.p. em relação ao 4T23.

R\$ milhões	2023	2024	FY2024 vs. FY2023	4T23	4T24	YoY
EBITDA Locação	605,9	689,0	13,7%	166,5	165,3	(0,7%)
% margem EBITDA Locação	48,5%	44,2%	- 4,3 p.p.	45,7%	41,6%	- 4,1 p.p.
EBITDA Venda de Ativos	34,8	22,7	(34,8%)	8,6	6,2	(28,4%)
% margem EBITDA Venda de Ativos	31,4%	16,4%	- 15,0 p.p.	24,8%	13,4%	- 11,4 p.p.
EBITDA Consórcios	-	14,9	-	-	8,4	-
% margem EBITDA Consórcios	-	19,3%	-	-	28,5%	-
EBITDA	640,7	726,5	13,4%	175,2	179,9	2,7%
% margem EBITDA	47,1%	41,1%	- 5,8 p.p.	43,9%	38,0%	- 5,8 p.p.



EBIT Locação³

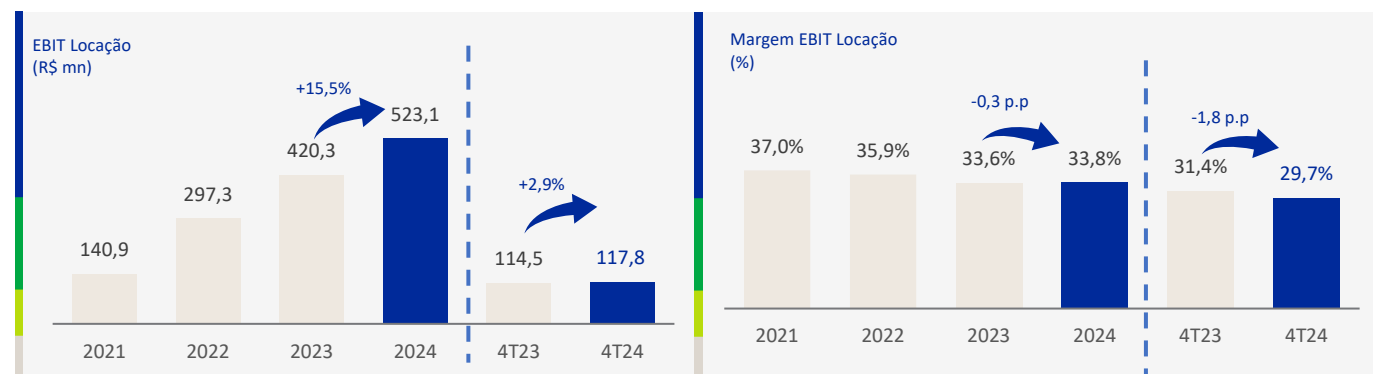
Em 2024, o EBIT Locação³, que exclui o resultado da venda de ativos e consórcios, atingiu R\$ 485,5 milhões, um aumento de 15,5% em comparação a 2023. A margem EBIT Locação totalizou 33,3% em 2024 vs. 33,6% em 2023.

No 4T24, o EBIT Locação³, atingiu R\$ 117,8 milhões, um aumento de 2,9% em comparação ao 4T23. A margem EBIT Locação totalizou 29,7% no 4T24 vs. 31,4% no 4T23.

No 4T24, o EBIT foi de R\$ 98,4 milhões, redução de 20,1% em relação ao 4T23, devido ao aumento da depreciação entre os períodos. Ao longo do quarto trimestre aprimoramos nossas estimativas quanto a vida útil de componentes sobressalentes que compõem nosso ativo imobilizado. Consequentemente, a atualização de seus valores residuais resultou em um impacto não recorrente nas despesas de depreciação no quarto trimestre de R\$33,9 milhões. As despesas com depreciação acumuladas no ano totalizaram de R\$203,4 milhões.

R\$ milhões	2023	2024	FY2024 vs. FY2023	4T23	4T24	YoY
EBIT Locação¹	420,3	485,5	15,5%	114,5	117,8	2,9%
<i>Margem EBIT Locação</i>	33,6%	33,3%	- 0,3 p.p.	31,4%	29,7%	- 1,8 p.p.
EBIT Venda de Ativos	34,8	22,7	(34,8%)	8,6	6,2	(28,4%)
<i>% Margem EBIT Venda de Ativos</i>	31,4%	16,4%	- 15,0 p.p.	24,8%	13,4%	- 11,4 p.p.
EBIT Consórcios	-	14,9	-	-	8,4	-
<i>% Margem EBIT Consórcios</i>	-	19,3%	-	-	28,5%	-
EBIT Ajustado¹	455,1	523,1	14,9%	123,1	132,3	7,5%
<i>% Margem EBIT Ajustado</i>	33,4%	29,6%	- 3,8 p.p.	30,8%	27,9%	- 2,9 p.p.
Resultado não recorrente	-	-	-	-	(33,9)	-
EBIT	455,1	523,1	14,9%	123,1	98,4	(20,1%)
<i>% Margem EBIT</i>	33,4%	29,6%	- 4,3 p.p.	30,8%	20,8%	- 4,1 p.p.

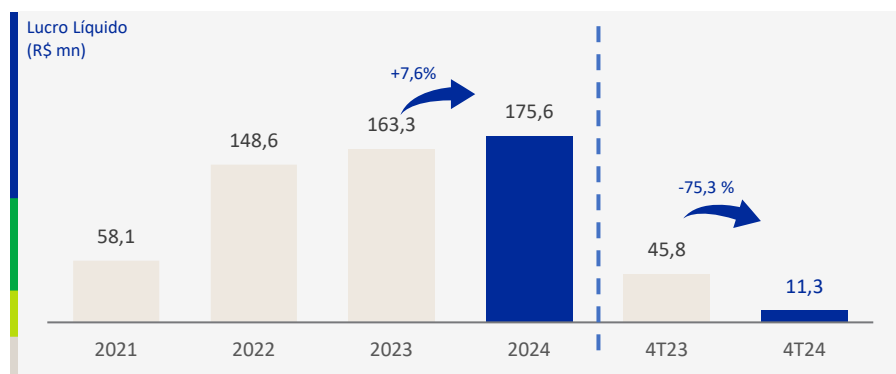
¹ Exclui o efeito negativo da depreciação do 4T24 de R\$ 33,9 milhões referente a mudança na vida útil de componentes sobressalentes que compõe nosso ativo imobilizado.



³ Exclui o efeito negativo da depreciação do 4T24 de R\$ 33,9 milhões referente a mudança na vida útil de componentes sobressalentes que compõe nosso ativo imobilizado.

LUCRO LÍQUIDO

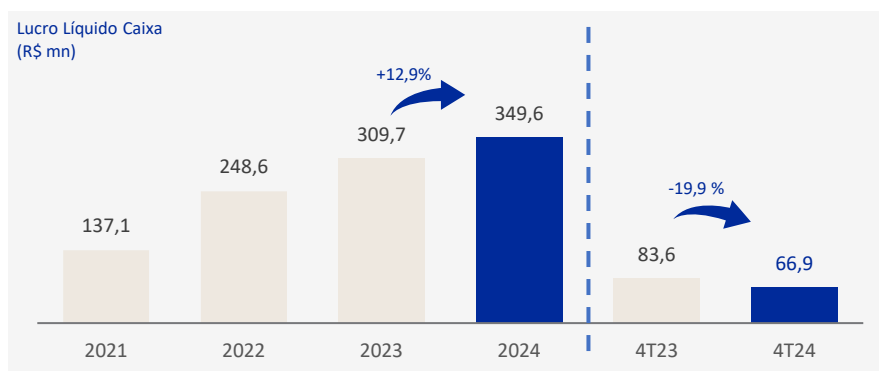
O Lucro Líquido atingiu R\$ 175,6 milhões em 2024, crescimento de 7,6% em relação a 2023. O Lucro Líquido atingiu R\$ 11,3 milhões no 4T24, redução de 75,3% em relação ao 4T23 devido, principalmente, (i) ao ajuste não recorrente⁴ no valor residual de componentes sobressalentes e (ii) menor resultado financeiro em função do aumento do endividamento e das taxas de juros.



LUCRO LÍQUIDO CAIXA

O Lucro Líquido Caixa atingiu R\$ 349,6 milhões em 2024, crescimento de 12,9% em relação a 2023. O Lucro Líquido Caixa atingiu R\$ 66,9 milhões no 4T24, redução de 19,9% em relação ao 4T23 devido, principalmente, ao menor resultado de Locação e ao menor resultado financeiro no período.

R\$ milhões	2023	2024	FY2024 vs. FY2023	4T23	4T24	YoY
Lucro Líquido	163,3	175,6	7,6%	45,8	11,3	(75,3%)
Imposto de renda e cont. social diferidos	35,6	34,9	(1,7%)	11,7	(1,7)	(114,5%)
PIS/ COFINS incidentes sobre a receita pagos com crédito fiscal	110,9	139,0	25,4%	26,2	35,0	33,7%
Evento não recorrente após impostos ¹	-	-	-	-	22,4	-
Lucro Líquido Caixa	309,7	349,6	12,9%	83,6	66,9	(19,9%)
% margem Lucro Líquido Caixa	22,8%	19,8%	-2,9 p.p.	20,9%	14,1%	-6,7 p.p.



⁴ Ajuste não recorrente na depreciação do 4T24 de R\$ 33,9 milhões, correspondente a R\$ 22,4 milhões pós imposto de renda e contribuições.

FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL GERENCIAL

Em 2024, o fluxo de caixa operacional gerencial totalizou R\$ 449,5 milhões, representando uma conversão de 64,5% do EBITDA de Locação, com redução de 16,2 p.p. em relação a 2023. A piora no fluxo de caixa operacional gerencial foi devido ao aumento do Contas a Receber em 2024 em comparação a 2023, que somaram R\$ 236,6 milhões, explicado pelo aumento no mix de Operações Contínuas, que são contratos com prazo contratual de recebimento mais elevados do que em locações simples.

No 4T24, o fluxo de caixa operacional gerencial totalizou R\$ 58,8 milhões, representando uma conversão de 34,4% do EBITDA de Locação.

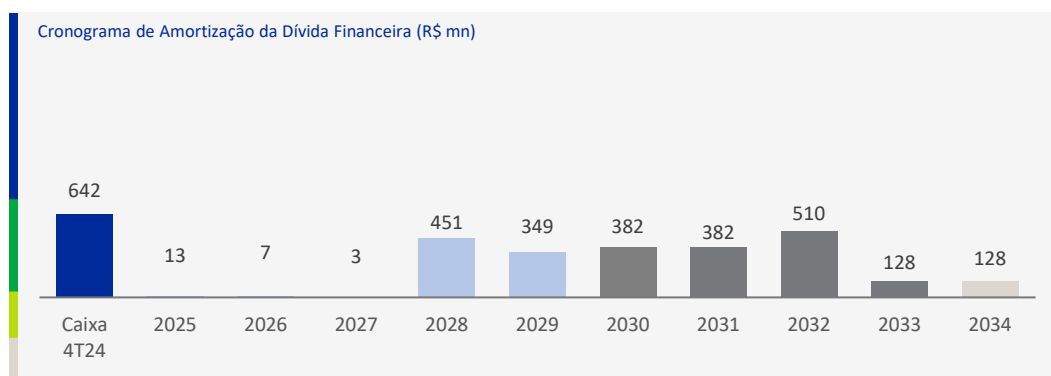
R\$ milhões	2023	2024	FY2024 vs. FY2023	4T23	4T24	YoY
Caixa líq. das atividades operacionais	125,9	38,1	(69,7%)	(26,3)	(37,5)	42,6%
Exclusão fornecedores máquina	74,1	6,3	(91,4%)	9,9	3,1	(68,6%)
Aquisição de ativos imobilizados	177,2	267,4	50,8%	29,5	45,3	53,6%
Recebimento pela venda de imobilizado	(111,1)	(138,5)	24,7%	(34,7)	(46,1)	32,7%
Juros sobre financiamentos	282,1	283,9	0,6%	131,5	112,0	(14,8%)
Juros fornecedores convênio	14,0	41,0	191,9%	0,2	(6,5)	(3801,1%)
Pgto. de arrendamento de direito de uso	(6,6)	(8,8)	34,7%	(2,1)	(2,5)	18,5%
Pagamento e captação de parcelamentos	-	(1,9)	-	0,1	(0,6)	(965,6%)
Receitas financeiras	(99,1)	(117,5)	18,6%	(21,8)	(34,9)	60,1%
Rendimento de aplicações financeiras	32,1	79,5	148,0%	32,1	26,4	(17,6%)
Fluxo de caixa operacional gerencial	488,8	449,5	(8,0%)	118,4	58,8	(50,3%)
% EBITDA Locação	80,7%	64,5%	- 16,2 p.p.	71,1%	34,4%	- 36,7 p.p.

ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou o ano com R\$ 641,5 milhões em caixa, valor suficiente para cobrir as amortizações até o quarto trimestre de 2029. Esse conservadorismo nos permitirá seguir executando nosso plano estratégico, mesmo atravessando um período de juros elevados e incertezas econômicas.

A dívida líquida encerrou o trimestre em R\$ 1.765,1 milhões, em comparação a R\$ 1.681,8 milhões no 3T24, resultando em uma alavancagem de 2,33x. Devido à estratégia de *liability management*, encerramos 2024 com um spread médio da dívida em CDI + 1,5%, redução de 0,5 p.p. em relação a 2023 e um prazo médio de pagamento de 5,9 anos, aumento de 1,6 anos em comparação a 2023. Essa estratégia reforça a disciplina financeira e o perfil conservador do endividamento da Companhia.

R\$ milhões	4T23	4T24	YoY
Dívida financeira de curto prazo	261,4	73,6	(71,9%)
Dívida financeira de longo prazo	1.788,7	2.316,8	29,5%
Dívida bruta	2.050,1	2.390,4	16,6%
Caixa e equivalentes de caixa	(729,6)	(641,5)	(12,1%)
Dívida líquida	1.320,5	1.748,9	32,4%
Dívida líquida / EBITDA UDM	2,06x	2,33x	0,27x

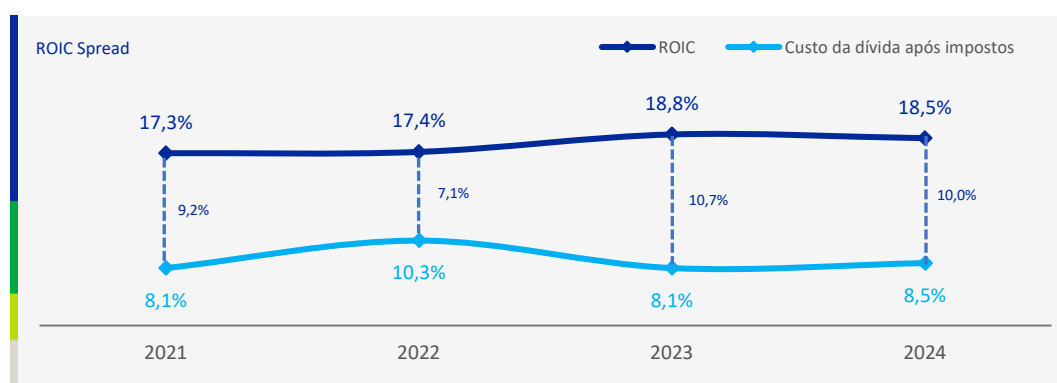


Composição dos Saldos (R\$ milhares)	4T24	Taxa ao Ano (%)	Vencimento
Debênture III	306.010	CDI + 2,25%	2029
Debênture IV	720.114	CDI + 1,90%	2032
Debênture V - 1ª Série	462.799	CDI + 1,35%	2032
Debênture V - 2ª Série	393.637	CDI + 1,60%	2034
CRA - 1ª Série	102.332	CDI + 1,65%	2028
CRA - 2ª Série	439.372	IPCA + 7,57%	2029
Outras Linhas	27.750		
Subtotal	2.452.014		
(-) Custos a Amortizar	(61.645)		
Total	2.390.369		

RENTABILIDADE

Para calcular o ROIC da Companhia, partimos do NOPAT consolidado anualizado e o dividimos pelo capital investido médio calculado sobre o lado direito de nosso balanço (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida). Em 2024, o ROIC Contábil totalizou 18,5%, redução de 0,3 p.p. em relação a 2023.

R\$ milhões	2023	2024	FY2024 vs. FY2023
EBIT Consolidado	455,1	523,1	14,9%
Imposto de renda corrente	-	(9,9)	-
NOPAT Consolidado	455,1	513,2	12,8%
Patrimônio Líquido	1.229,9	1.258,6	2,3%
Dívida Líquida	1.320,5	1.748,9	32,4%
Capital Investido	2.550,4	3.007,5	17,9%
<i>Capital investido médio</i>	<i>2.417,6</i>	<i>2.779,0</i>	<i>14,9%</i>
ROIC	18,8%	18,5%	- 0,3 p.p.



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Valores expressos em R\$ milhares

	2023	2024	FY24 vs.FY23	4T23	4T24	YoY
Receita operacional bruta	1.493.847	1.951.260	30,6%	437.693	518.738	18,5%
(-) Impostos sobre vendas	(132.880)	(185.291)	39,4%	(38.694)	(45.244)	16,9%
% receita bruta	- 8,9%	- 9,5%	- 0,6 p.p.	- 8,8%	- 8,7%	+0,1 p.p.
Receita operacional líquida	1.360.967	1.765.969	29,8%	398.999	473.494	18,7%
(-) Custo dos serviços prestados	(734.137)	(1.051.348)	43,2%	(228.689)	(307.833)	34,6%
% receita líquida	- 53,9%	- 59,5%	- 5,6 p.p.	- 57,3%	- 65,0%	- 7,7 p.p.
Lucro bruto	626.830	714.622	14,0%	170.310	165.661	(2,7%)
% receita líquida	46,1%	40,5%	- 5,6 p.p.	42,7%	35,0%	- 7,7 p.p.
(-) Despesas operacionais	(171.743)	(191.569)	11,5%	(47.224)	(67.274)	42,5%
% receita líquida	- 12,6%	- 10,8%	+1,8 p.p.	- 11,8%	- 14,2%	- 2,4 p.p.
Lucro operacional	455.087	523.053	14,9%	123.086	98.387	(20,1%)
% receita líquida	33,4%	29,6%	- 3,8 p.p.	30,8%	20,8%	- 10,1 p.p.
(+) Receitas financeiras	99.056	117.516	18,6%	21.817	34.922	60,1%
(-) Despesas financeiras	(355.307)	(414.726)	16,7%	(87.476)	(114.763)	31,2%
Lucro antes do IRCS	198.835	225.843	13,6%	57.427	18.546	(67,7%)
% receita líquida	14,6%	12,8%	- 1,8 p.p.	14,4%	3,9%	- 10,5 p.p.
(-) Imposto de renda e contribuição social	(35.552)	(50.204)	41,2%	(11.674)	(7.256)	(37,8%)
Lucro líquido	163.283	175.639	7,6%	45.753	11.291	(75,3%)
% receita líquida	12,0%	9,9%	- 2,1 p.p.	11,5%	2,4%	- 9,1 p.p.

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em R\$ milhares

	4T23	4T24	YoY
Caixa e equivalentes de caixa	254.405	210.912	(17,1%)
Aplicações Financeiras	475.190	430.575	(9,4%)
Contas a receber de clientes	325.596	562.227	72,7%
Estoques	56.525	76.060	34,6%
Tributos a recuperar	33.322	34.156	2,5%
Outros ativos	42.898	50.802	18,4%
Ativo circulante	1.187.936	1.364.732	14,9%
Tributos a recuperar	-	-	-
Depósitos judiciais	1.855	1.535	(17,3%)
Outros ativos	28.040	40.803	45,5%
Imobilizado	2.639.478	3.011.349	14,1%
Intangível	125.418	201.068	60,3%
Opção de Compra	-	17.866	-
Ativo não circulante	2.794.791	3.272.621	17,1%
Total do ativo	3.982.727	4.637.353	16,4%
Fornecedores	36.176	36.091	(0,2%)
Fornecedores convênio	360.128	398.261	10,6%
Empréstimos e financiamentos	261.370	73.555	(71,9%)
Contas a pagar por aquisição de empresas	1.959	18.244	831,3%
Arrendamento por direito de uso	8.505	8.238	(3,1%)
Obrigações sociais e trabalhistas	54.578	64.851	18,8%
Parcelamento de tributos	171	2.379	1291,2%
Obrigações tributárias	9.313	19.278	107,0%
Juros sobre capital próprio a pagar	-	403	-
Outras contas a pagar	15.654	19.155	22,4%
Passivo circulante	747.854	640.455	- 14,4%
Empréstimos e financiamentos	1.788.717	2.316.814	29,5%
Contas a pagar por aquisição de empresas	16.128	106.625	561,1%
Arrendamento por direito de uso	78.128	80.432	2,9%
Parcelamentos de tributos	213	5.176	2330,0%
Tributos diferidos	121.579	169.041	39,0%
Provisão para Riscos Trabalhistas	166	7.793	4594,6%
Passivo não circulante	2.004.931	2.685.881	34,0%
Capital social e reservas	1.089.148	1.093.137	0,4%
Reserva de lucros	140.794	204.191	45,0%
Transações entre sócios	-	(38.703)	-
Participação dos não controladores	-	52.392	-
Patrimônio líquido	1.229.942	1.311.017	6,6%
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.982.727	4.637.353	16,4%

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Valores expressos em R\$ milhares

	2023	2024	4T23	4T24	3T24
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	198.835	225.843	57.427	18.547	74.430
<u>Ajustado por</u>					
Depreciação e amortização	185.652	203.479	52.066	81.469	42.512
Bonificações em mercadorias	(3.749)	-	464	-	11
Custo na baixa de ativos sinistrados e desmobilizados	8.166	115.780	27.308	38.781	40.621
Atualização monetária sobre contas a pagar	2.231	3.721	499	1.345	1.421
Plano de pagamento baseado em ações	4.841	2.192	1.387	(1.113)	897
Perdas e provisão de créditos esperados	10.873	10.534	4.275	1.907	2.346
Encargos sobre arrendamento de direito de uso	10.339	11.806	785	3.390	2.822
Juros sobre empréstimos e financiamentos	303.979	345.429	70.380	96.395	88.537
Juros e ajuste a valor presente de fornecedores convenio	33.165	46.331	12.204	12.309	13.947
Rendimento de aplicações financeiras	(32.074)	(79.529)	(32.074)	(26.433)	942
Outras (receitas) despesas operacionais	(556)	3.368	(119)	2.439	199
<u>Variações nos ativos e passivos</u>					
Contas a receber de clientes	(98.969)	(228.071)	(17.925)	(60.852)	(34.181)
Impostos a recuperar	35.008	(18.736)	(2.272)	(4.929)	(7.898)
Depósitos judiciais	(391)	320	(299)	665	(15)
Estoques	(21.714)	5.324	(3.488)	1.424	4.918
Outros ativos	(54.939)	(21.362)	(12.401)	6.591	3.643
Fornecedores	(80.592)	(4.293)	(23.664)	(13.955)	(7.915)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	18.896	3.819	(4.298)	(18.299)	11515
Obrigações tributárias	3.491	4.688	(5.681)	(11.474)	(846)
Partes Relacionadas	-	-	-	-	-
Outros passivos	13.625	20.267	11.136	(3.220)	8.766
Juros sobre financiamentos	(282.115)	(283.896)	(131.544)	(112.029)	(49.386)
Juros sobre arrendamentos de direito de uso	(10.339)	(11.807)	(785)	(3.389)	(2.824)
Juros sobre parcelamentos	-	(132)	-	(51)	(55)
Juros pagos de fornecedores convênio	(14.044)	(40.992)	(176)	6.523	(11.050)
Aquisição de ativos imobilizados	(177.239)	(267.359)	(29.526)	(45.338)	(76.861)
Imposto de renda e contribuição social pagos no exercício	-	(8.241)	-	(8.241)	-
Caixa líquido das atividades operacionais	125.875	38.485	(26.321)	(37.538)	106.496
Aquisição de ativos intangíveis	(8.945)	(868)	4.363	1	(869)
Aplicação financeira	(443.117)	124.144	(35.511)	333.620	194.005
Aquisição de societária	-	(33.624)	-	0	(33.624)
Assunção de caixa	-	10.283	-	-	10.283
Contas a pagar por aquisição de empresas	(1.868)	-	0	-	-
Caixa líquido das atividades de investimento	(453.930)	99.934	(31.148)	333.620	169.795
Captação de empréstimos e financiamentos	-	166.1098	-	971.315	(4.568)
Captação e pagamento de parcelamentos	-	(1901)	65	(563)	(554)
Pagamentos de dividendos	(100.000)	(106.800)	(61.704)	0	(60.000)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(36.450)	(1.385.552)	(5.675)	(1.370.080)	(450)
Pagamentos de arrendamento de direito de uso	(6.560)	(8.835)	(2.079)	(2.462)	(2.358)
Pagamentos de fornecedores convenio	(216.185)	(339.573)	(1.468)	(68.233)	(66.156)
Ações em tesouraria	3.297	-	3.297	-	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	(355.898)	(18.1563)	(67.564)	(470.022)	(134.086)
Aumento/ Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(683.952)	(43.145)	(125.033)	(173.940)	142.204

MÉTRICAS NÃO CONTÁBEIS

CAPEX: calculado pela adição de (i) “Aquisição de ativos imobilizados”, conforme descrito nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa, (ii) “Aquisição de ativos intangíveis” conforme descrito nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa, (iii) aquisição de ativos imobilizados financiados, em que o pagamento é feito diretamente ao fornecedor, (iv) geração de crédito de PIS/COFINS na aquisição de imobilizado, que é desembolsado ao fornecedor no momento da compra do equipamento e (v) aquisição de outras sociedades.

EBITDA: O EBITDA consiste no lucro (prejuízo) líquido da Companhia acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido), dos custos e despesas de depreciação e amortização, e do resultado não recorrente. A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

EBITDA LOCAÇÃO: O EBITDA Ajustado consiste no lucro (prejuízo) líquido da Companhia acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido), dos custos e despesas de depreciação e amortização, do resultado da venda de ativo imobilizado, do resultado de consórcios. A Margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida da locação de equipamentos e prestação de serviços.

EBITDA VENDA DE ATIVOS: O EBITDA Venda de Ativos consiste no lucro (prejuízo) líquido da Companhia acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido), dos custos e despesas de depreciação e amortização, do resultado de locação de equipamentos e prestação de serviços e do resultado de consórcios. A Margem EBITDA Venda de Ativos é calculada pela divisão do EBITDA Venda de Ativos pela receita operacional líquida da venda de ativos.

EBITDA CONSÓRCIOS: O EBITDA Consórcios consiste no lucro (prejuízo) líquido da Companhia acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido), dos custos e despesas de depreciação e amortização, do resultado da locação de equipamentos e prestação de serviços e do resultado de venda de ativos imobilizado. A Margem EBITDA Consórcios é calculada pela divisão do EBITDA Consórcios pela receita operacional líquida de Consórcios.

EBIT LOCAÇÃO: O EBIT Locação consiste no lucro operacional antes do resultado deduzido do resultado não recorrente, do resultado da venda de imobilizados e do resultado de consórcios. A Margem EBIT Ajustada é calculada pela divisão do EBIT Ajustado pela receita operacional líquida da locação de equipamentos e prestação de serviços.

LUCRO LÍQUIDO CAIXA: O lucro líquido caixa ajustado é a soma (i) do lucro líquido, (ii) do imposto de renda e contribuição social diferidos, (iii) dos impostos incidentes sobre a receita apurada no respectivo exercício a título de PIS/COFINS pagos com crédito fiscal, e (iv) do resultado não recorrente de depreciação. Essa medida reflete os efeitos observados no resultado da Companhia pelos impostos efetivamente pagos no período.

FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL GERENCIAL: O Fluxo de Caixa Operacional Gerencial equivale ao fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais desconsiderando os efeitos da aquisição e venda de imobilizado, bem como das despesas e receitas financeiras e resultado não recorrente.

DISCLAIMER

As métricas não contábeis apresentadas neste relatório não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelo BR GAAP nem pelas IFRS, e não possuem significado padrão. Outras companhias podem calcular as métricas não contábeis apresentadas neste relatório de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações. As declarações contidas neste relatório relativas à perspectiva dos negócios da Companhia, às projeções e resultados e ao potencial de crescimento dela constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao futuro da Companhia. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do País, do setor e do mercado internacional; estando, portanto, sujeitas a mudanças.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, à Diretoria e aos Conselheiros da
Armac Locação, Logística e Serviços S.A. e Controlada

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Armac Locação, Logística e Serviços S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Armac Locação, Logística e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “International Financial Reporting Standards - IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e à sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about.

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Reconhecimento da receita de prestação de serviços e locação de máquinas, notadamente no período de competência de corte ou na efetiva prestação do serviço de locação de máquinas

Por que é um PAA

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e sua controlada possuem receita majoritariamente da prestação de serviços e locação de máquinas. Os dados para reconhecimento da receita são incluídos no sistema de forma manual, bem como a receita é registrada quando da emissão da nota fiscal de venda dos serviços prestados; tal procedimento requer controles da Administração para: (i) apuração do ajuste da receita entre o período efetivo da prestação de serviço e a data de emissão do documento fiscal; e (ii) certificação dos valores a serem reconhecidos em consonância com os contratos pactuados.

Devido à relevância dos montantes envolvidos e às características inerentes ao processo de reconhecimento de receita, incluindo o volume de contratos e o processo de captura de medição do serviço prestado dentro do período de competência, consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) entendimento dos controles internos da Companhia para mensuração e reconhecimento das receitas com prestação de serviço; (ii) avaliação dos sistemas e mecanismos utilizados no processo com a participação de especialistas internos em tecnologia; (iii) verificação, por amostragem, das documentações-suporte dos serviços de locação realizadas no exercício; (iv) teste de reconhecimento pela competência das receitas, com verificação de documentação-suporte, tais como medição e vencimentos dos contratos realizados com os clientes dentro da competência correta; (v) análise mensal das receitas utilizando dados agregados e desagregados para identificar relações ou movimentações dissonantes às nossas expectativas; e (vi) análise das divulgações realizadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a apuração e o reconhecimento da receita, sua contabilização e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

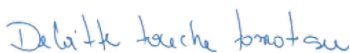
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do Grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do Grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Alessandro Costa Ramos
Contador
CRC nº 1 SP 198853/O-3

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024
ATIVO CIRCULANTE					PASSIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	6	175.448	254.405	210.912	Fornecedores	15.1	27.961	36.175	36.091
Aplicações financeiras	7	430.575	475.190	430.575	Fornecedores convênio	15.3	398.261	360.128	398.261
Contas a receber de clientes	8	518.514	325.596	562.227	Empréstimos e financiamentos	16	72.145	261.370	73.555
Partes relacionadas	21	16.787	-	-	Arrendamento mercantil de direito de uso	13.3	7.869	8.505	8.238
Estoques	9	74.232	56.525	76.060	Obrigações sociais e trabalhistas		55.782	54.578	64.851
Tributos a recuperar	10	33.020	33.322	34.156	Obrigações tributárias		18.602	9.313	19.278
Outros ativos	11	49.696	42.898	50.802	Parcelamentos de tributos	17	2.379	171	2.379
Total do ativo circulante		<u>1.298.272</u>	<u>1.187.936</u>	<u>1.364.732</u>	Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar		-	-	403
					Contas a pagar por aquisição de empresas	19	18.244	1.959	18.244
					Outras contas a pagar		<u>13.913</u>	<u>15.655</u>	<u>19.156</u>
					Total do passivo circulante		<u>615.156</u>	<u>747.854</u>	<u>640.456</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE					PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Depósitos judiciais		1.121	1.855	1.535	Empréstimos e financiamentos	16	2.314.974	1.788.717	2.316.814
Outro ativos	11	39.686	28.040	40.803	Arrendamento mercantil de direito de uso	13.3	79.244	78.128	80.432
Opção de compra sobre participação minorária	2.1 b	17.866	-	17.866	Contas a pagar por aquisição de empresas	19	106.625	16.128	106.625
Investimento	12	101.750	-	-	Parcelamentos de tributos	17	5.176	213	5.176
Imobilizado	13	2.979.759	2.639.478	3.011.349	Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	18	1.301	166	7.793
Intangível	14	<u>115.394</u>	<u>125.418</u>	<u>201.068</u>	Tributos diferidos	22.2	<u>172.747</u>	<u>121.579</u>	<u>169.040</u>
Total do ativo não circulante		<u>3.255.576</u>	<u>2.794.791</u>	<u>3.272.621</u>	Total do passivo não circulante		<u>2.680.067</u>	<u>2.004.931</u>	<u>2.685.880</u>
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
					Capital social	20	1.008.876	1.004.034	1.008.876
					Gastos com emissão de ações	20	(45.072)	(45.072)	(45.072)
					Reserva de capital	20	132.816	134.974	132.816
					Reserva de lucros	20	204.191	140.794	204.191
					Transações entre sócios	20	(38.703)	-	(38.703)
					Ações em tesouraria	20	<u>(3.483)</u>	<u>(4.788)</u>	<u>(3.483)</u>
					Patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Companhia		1.258.625	1.229.942	1.258.625
					Participação dos não controladores		-	-	<u>52.392</u>
					Total do patrimônio líquido		<u>1.258.625</u>	<u>1.229.942</u>	<u>1.311.017</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>4.553.848</u>	<u>3.982.727</u>	<u>4.637.353</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>4.553.848</u>	<u>3.982.727</u>	<u>4.637.353</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado
	Explicativa	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL	23	1.640.333	1.360.967	1.765.969
(–) Custo dos serviços prestados	24	(981.396)	(734.137)	(1.051.348)
(=) Lucro bruto		658.937	626.830	714.622
DESPESAS OPERACIONAIS				
(–) Administrativas e comerciais	24	(172.219)	(171.743)	(191.569)
(+) Resultado de equivalência patrimonial	12.1	24.356	-	-
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		511.074	455.087	523.053
(+) Receitas financeiras	25	115.971	99.056	117.516
(–) Despesas financeiras	25	(414.257)	(355.307)	(414.726)
(=) Resultado financeiro líquido		(298.286)	(256.252)	(297.210)
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		212.788	198.835	225.843
Imposto de renda e contribuição social		(42.591)	(35.552)	(50.204)
(–) Corrente	22	-	-	(9.862)
(–) Diferido	22	(42.591)	(35.552)	(40.342)
(=) Lucro líquido do exercício		170.197	163.283	175.639
LUCRO ATRIBUÍVEL AOS:				
Acionistas da Companhia		170.197	163.283	170.197
Participação de não controladores		-	-	5.442
		170.197	163.283	175.639
Lucro básico por ação (em R\$)	26	-	-	1
Lucro diluído por ação (em R\$)	26	-	-	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	170.197	163.283	175.639
Resultado abrangente do período	<u>170.197</u>	<u>163.283</u>	<u>175.639</u>
LUCRO ATRIBUÍVEL AOS:			
Acionistas da Companhia	170.197	163.283	170.197
Participação de não controladores	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.442</u>
	<u>170.197</u>	<u>163.283</u>	<u>175.639</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Reservas de capital					Reservas de lucros					Participação dos não controladores	Total do Patrimônio Líquido	
		Capital Social	Gastos com Emissão de Ações	Ágio na Emissão de Ações	Plano de Pagamento com Base em Ações	Reserva Legal	Dividendo Adicional Proposto	(-) Dividendos e Juros s/ Capital Próprios pagos antes da AGO/AGE	Reserva de Lucros	Transações de Capital com Sócios	Ações em Tesouraria			Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		1.004.034	(45.072)	125.462	4.705	11.210	41.000	(80.570)	105.871	-	(8.119)	1.158.521	-	1.158.521
Lucro líquido do exercício	17	-	-	-	-	-	-	-	163.283	-	-	163.283	-	163.283
Constituição de reserva legal	17	-	-	-	-	8.164	-	-	(8.164)	-	-	-	-	-
Juros sobre capital - mínimo obrigatório propostos	17	-	-	-	-	-	-	-	(38.780)	-	-	(38.780)	-	(38.780)
Juros sobre capital - adicionais	17	-	-	-	-	-	43.020	(20.220)	(43.020)	-	-	(20.220)	-	(20.220)
Dividendos e Juros sobre capital aprovados e pagos referente ao ano anterior	17	-	-	-	-	-	(41.000)	80.570	(80.570)	-	-	(41.000)	-	(41.000)
Plano de pagamento baseado em ações	17	-	-	-	4.841	-	-	-	-	-	3.297	8.138	-	8.138
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		1.004.034	(45.072)	125.462	9.546	19.374	43.020	(20.220)	98.620	-	(4.822)	1.229.942	-	1.229.942
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		1.004.034	(45.072)	125.462	9.546	19.374	43.020	(20.220)	98.620	-	(4.822)	1.229.942	-	1.229.942
Aumento de capital	20	4.842	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.842	-	4.842
Lucro líquido do exercício	20	-	-	-	-	-	-	-	170.197	-	-	170.197	5.442	175.639
Constituição de reserva legal	20	-	-	-	-	8.510	-	-	(8.510)	-	-	(0)	(0)	(0)
Opção de compra e venda em participação societária	20	-	-	-	-	-	-	-	-	(38.703)	-	(38.703)	-	(38.703)
Dividendos propostos	20	-	-	-	-	-	34.600	(34.600)	(34.600)	-	-	(34.600)	-	(34.600)
Juros sobre capital - mínimo obrigatório propostos	20	-	-	-	-	-	-	-	(40.422)	-	-	(40.422)	-	(40.422)
Juros sobre capital - propostos	20	-	-	-	-	-	34.978	(8.978)	(34.978)	-	-	(8.978)	-	(8.978)
Juros sobre capital aprovados e pagos referente ao ano anterior	20	-	-	-	-	-	(43.020)	20.220	-	-	-	(22.800)	-	(22.800)
Plano de pagamento baseado em ações	20	-	-	-	(2.192)	-	-	-	-	-	1.339	(853)	-	(853)
Adição de minoritários em função de combinação de negócios	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46.950	46.950
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		1.008.875	(45.072)	125.462	7.354	27.884	69.578	(43.578)	150.308	(38.703)	(3.483)	1.258.625	52.392	1.311.017

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		212.788	198.835	225.843
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	13.1, 14.2 e 24	193.737	185.652	203.479
Bonificações em mercadorias		-	(3.749)	-
Outros despesas operacionais		148	-	153
Custo residual na baixa de ativos desmobilizados	13.1 e 24	115.384	81.661	115.780
Plano de pagamento baseado em ações		2.192	4.841	2.192
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.3	10.534	10.873	10.534
Encargos sobre arrendamento direito de uso	13.3	11.742	10.339	11.806
Atualização monetária sobre contas a pagar de aquisição de empresas	19.1	3.721	2.231	3.721
Atualização de contrato de compra - earn-out	24	1.098	-	1.098
Atualização da opção de compra - put	24	2.440	-	2.440
Juros de fornecedor convênio	15.3	46.331	33.165	46.331
Juros sobre empréstimos e financiamentos	16.3	345.338	303.979	345.493
Juros sobre parcelamento de tributos	17.2	627	45	627
Resultado da equivalência patrimonial	12.1	(24.356)	-	-
Rendimento de aplicações financeiras		(79.529)	(32.074)	(79.529)
Ganho de indenização no contas a pagar por aquisição de empresa	19.1	(2.127)	-	(2.127)
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	18	1.461	-	1.178
Variações nos ativos e passivos:				
Contas a receber de clientes		(203.452)	(98.969)	(228.071)
Estoques		(17.707)	(21.714)	(18.736)
Tributos a recuperar		302	35.008	5.324
Depósitos judiciais		734	(391)	320
Outros ativos		(17.133)	(54.939)	(21.362)
Fornecedores		(8.214)	(80.592)	(4.293)
Obrigações sociais e trabalhistas		2.856	18.896	3.819
Obrigações tributárias		9.289	3.491	4.688
Partes relacionadas		(16.787)	-	(0)
Outras contas a pagar		15.410	13.869	20.267
Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos	16.3	(283.806)	(282.115)	(283.960)
Juros sobre arrendamento de direito de uso pagos	13.3	(11.743)	(10.339)	(11.807)
Juros pagos fornecedores convênio	15.3	(40.992)	(14.044)	(40.992)
Juros pagos parcelamento de tributos	17.2	(132)	(2)	(132)
Processos Judiciais pagos		(325)	(556)	(348)
Aquisição de ativos imobilizados	13.1 e 13.2	(256.943)	(177.239)	(267.359)
Imposto de renda e contribuição social pagos no período	22.2	-	-	(8.242)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		12.885	126.162	38.135
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aplicações financeiras		124.144	(443.117)	124.144
Aquisição de ativos intangíveis	14.2	(868)	(8.945)	(868)
Aquisição de coligadas e controlada	19.1	(33.624)	-	(33.624)
Assunção de caixa	2.2	-	-	10.283
Contas a pagar por aquisição de empresas		-	(1.868)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		89.652	(453.930)	99.935
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captação de empréstimos e financiamentos	16.3	1.660.822	-	1.661.098
Pagamento de empréstimos e financiamentos	16.3	(1.385.322)	(36.450)	(1.385.552)
Pagamento de arrendamento de direito de uso	13.3	(8.720)	(6.560)	(8.835)
Pagamento fornecedor convênio	15.3	(339.573)	(216.185)	(339.573)
Pagamento de parcelamentos de tributos	17.2	(1.901)	(287)	(1.901)
Ações em tesouraria	20	0	3.297	0
Pagamento de dividendos e juros sobre capital	20.3	(106.800)	(100.000)	(106.800)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		(181.494)	(356.185)	(181.563)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(78.957)	(683.953)	(43.493)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		254.405	938.358	254.405
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		175.448	254.405	210.912

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
RECEITAS				
Receita de aluguel, serviços e outros	23	1.816.991	1.497.412	1.951.260
Receita relativa a construção de ativos próprios		-	1.620	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	24	(9.819)	(9.270)	(9.819)
SERVIÇOS E MATERIAIS DE TERCEIROS				
Serviços de terceiros, materiais e outros		(356.955)	(298.707)	(368.109)
Gastos relativos à construção de ativos próprios		-	(1.620)	-
Valor adicionado bruto		1.450.217	1.189.435	1.573.332
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	24	(193.737)	(185.652)	(203.479)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		1.256.480	1.003.783	1.369.853
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIAS				
Resultado da Equivalência patrimonial		24.356	-	-
Receitas financeiras	25	115.971	99.056	117.516
Outras		8.025	16.929	2.728
Valor adicionado a distribuir		1.404.832	1.119.768	1.490.096
<u>Pessoal</u>				
Remuneração direta		(381.916)	(291.533)	(406.401)
Benefícios		(145.000)	(94.656)	(175.969)
FGTS		(27.641)	(19.876)	(29.642)
INSS		(78.967)	(59.390)	(84.590)
<u>Impostos, taxas e contribuições</u>				
Federais		(159.400)	(120.314)	(172.156)
Municipais		(27.454)	(15.409)	(30.974)
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	25	(414.257)	(355.307)	(414.726)
<u>Remuneração de capitais próprios</u>				
Dividendos		(34.600)	-	(34.600)
Juros sobre capital próprio		(75.400)	(38.780)	(75.400)
Lucros a distribuir		(60.197)	(124.503)	(60.197)
Resultado atribuído a não controladores		-	-	(5.442)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		(1.404.832)	(1.119.768)	(1.490.096)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Armac Locação, Logística e Serviços S.A. (“Companhia” ou “Armac”) é uma sociedade por ações de capital aberto, cujas ações são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no segmento de governança corporativa Novo Mercado, sob o código ARML3, sediada no município de Barueri, SP, cuja principal atividade operacional baseia-se na locação de máquinas, veículos e equipamentos para carga, descarga e manipulação de materiais agrícolas, de mineração, de construção, entre outros, oferecendo assim um portfólio completo de soluções, com alto padrão de qualidade e tecnologia para atender às necessidades de clientes dos mais variados portes e segmentos de atuação em todas as regiões do Brasil.

Os contratos de locação das máquinas da Armac incluem também a sua manutenção quando necessária, que é realizada por um centro especializado em Vargem Grande Paulista, bem como em oficinas próprias distribuídas em diversas regiões do Brasil e executada por equipe habilitada, muitas vezes formada em programas de desenvolvimento interno, que garantem ganhos de eficiência relevantes em suas operações.

Em linha com seu planejamento estratégico, a Armac, decidiu ingressar em consórcios de obras de infraestrutura para consolidar sua posição de mercado de locação de máquinas. Essa iniciativa, além de permitir o aumento do volume de locação de suas máquinas e garantir sua máxima utilização. Além disso, a Companhia passou a participar majoritariamente da Terram Engenharia de Infraestrutura S.A., adicionando mais uma oferta ao seu portfólio e, por extensão, mais um fator para seu crescimento estratégico.

As informações sobre controladas em conjunto e controlada podem ser verificadas mais detalhadamente na nota explicativa 12.

2. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

2.1. Aquisição da Terram Engenharia de Infraestrutura S.A.

Em 31 de julho de 2024, foi concluída a aquisição de 65% das ações da Terram Engenharia de Infraestrutura S.A. com o cumprimento de todas as condições precedentes usuais as operações dessa natureza, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). O preço da aquisição foi de R\$65.000 considerando a data base das demonstrações financeiras em 31 de março de 2024, o qual foi corrigido pela variação da taxa CDI até a data do fechamento da transação, composto conforme abaixo:

- (i) R\$32.500 pagos à vista com correção monetária na data de fechamento da operação, totalizando um montante de R\$33.624.
- (ii) R\$32.500 pagos em 4 parcelas semestrais sucessivas de R\$8.125, sendo esse montante atualizado pela taxa CDI, com o primeiro pagamento devido em 31 de janeiro de 2025. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$35.425.

Além das quatro parcelas fixas, há um valor devido a título de contraprestação contingente “earn-out”, sendo que em caso de atendimento as condições contingentes, a Companhia terá um valor complementar a ser pago de R\$32.500, o valor estimado do “earn-out” na data de aquisição é de R\$11.457. A metodologia utilizada para cálculo do valor referente ao “earn-out,” foi simulações de Monte Carlo para estimar a probabilidade de cenários em que o “earn-out” seria devido e o valor médio foi trazido a valor presente.

Ainda como parte da aquisição da Terram Engenharia de Infraestrutura S.A, o contrato de compra e venda de quotas da empresa, prevê uma opção de compra (“Call”) detida pela Armac e uma opção de venda (“Put”) detida pelos vendedores, os quais possuem 35% remanescente, com o intuito de finalizar a aquisição de 100% da empresa. Os acionistas poderão exercer a opção “put and call”, três meses após a divulgação das demonstrações financeiras auditadas no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2028. O “strike price” para o exercício das opções é um múltiplo de Ebitda semelhante ao múltiplo da aquisição dos primeiros 65%.

O prêmio da opção de compra e venda (“Put” e “Call”), com base em estudos preparados por especialistas independentes, o valor justo da opção de compra e venda foi determinado em R\$9.777 na data da aquisição e foi considerado na formação de preço de compra e consequentemente ajustado para a determinação do ágio.

Os valores contabilizados para esses instrumentos foram:

- a) Opção de venda (“Put”) na data da aquisição, o valor presente da opção de venda no valor de R\$56.567, e registrado como uma obrigação na rubrica “Contas a pagar por aquisição de empresas” no passivo não circulante em contrapartida ao patrimônio líquido na rubrica de “transação de capital entre sócios”.
- b) Opção de compra (“Call”) Com base em estudos preparados por especialistas independentes, o valor justo da opção de compra foi determinado em R\$17.866 na data da aquisição e registrado como um direito na rubrica “opção de compra” no ativo não circulante em contrapartida ao patrimônio líquido na rubrica de “transação de capital entre sócios”

2.2. Alocação do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos identificados adquiridos refere-se à mensuração inicial, sujeito a revisão:

	Terram 65%	Terram 100%
<u>Ativos</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	6.684	10.283
Contas a receber	12.412	19.095
Estoques	519	798
Outros ativos	2.120	3.261
Tributos a recuperar	4.003	6.158
Imobilizado	4.181	6.432
Mais valia de ativos imobilizado (*)	12.256	18.856
Mais valia de ativos intangível (**)	12.322	18.957
Total (a)	<u>54.497</u>	<u>83.840</u>

	Terram 65%	Terram 100%
<u>Passivo</u>		
Empréstimos e financiamentos	(2.083)	(3.205)
Fornecedores	(2.736)	(4.209)
Obrigações tributárias	(3.503)	(5.389)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(5.269)	(8.106)
Provisão de contingência	(4.270)	(6.569)
Outras contas a pagar	(706)	(1.086)
Total (b)	<u>(18.567)</u>	<u>(28.564)</u>
 Total de ativos líquidos adquiridos (a - b)	 <u>35.930</u>	 <u>55.276</u>
 Participação da Companhia nos ativos líquidos adquiridos	 35.930	 -
 Pagamento em caixa	 (33.624)	 (33.624)
Parcela de contas a pagar	(33.624)	(33.624)
Parcela de earn-out	<u>(11.457)</u>	<u>(11.457)</u>
Total da contraprestação	<u>(78.705)</u>	<u>(78.705)</u>
 Participação de não controladores mensurada ao valor justo	 -	 (47.648)
 Ágio gerado na aquisição	 <u>42.775</u>	 <u>71.080</u>

(*) Mais valia de ativos imobilizados, o prazo médio de amortização desses bens do ativo imobilizado é de 24 meses.

(**) Mais valia referente a carteira de clientes, o prazo de amortização é de 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía contas a pagar de aquisições de empresas no montante de R\$124.869, distribuídos pelas seguintes empresas:

- Bauko Equipamentos de Movimentação e Armazenagem S.A. ("Bauko") no montante de R\$17.883.
- Terram Engenharia de Infraestrutura S.A. ("Terram") no montante R\$106.987. Dos quais R\$35.425 refere-se a parcelas semestrais, R\$12.555 refere-se ao "earn-out" e R\$59.007 refere-se à opção de aquisição dos 35% restantes.

3. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram elaboradas de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), em conformidade com as "International Financial Reporting Standards" ("IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB").

3.2. Declaração de relevância

A Administração aplicou na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Orientação Técnica OCPC 7 e Deliberação CVM nº 727/14, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das informações contábeis na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

3.3. Base de elaboração

As informações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração considera suas características de precificação na data de mensuração.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia possui recursos adequados e suficientes para cumprir suas obrigações de pagamentos.

3.4. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da controladora e de sua controlada, utilizando-se a mesma data base e as mesmas práticas contábeis entre a controladora e a controlada.

A Administração da Companhia passou a apresentar demonstrações financeiras consolidadas a partir do segundo trimestre de 2024, com a participação na constituição dos consórcios Consórcio CCB Fico e Consórcio CRA, e pela aquisição a partir de 31 de julho de 2024 da Terram Engenharia de Infraestrutura S/A. Como resultado e para fins de comparação, as demonstrações financeiras da Armac para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão sendo comparadas com os valores correspondentes da controladora do exercício anterior.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de 31 de dezembro de 2024, incluem as operações em conjunto dos Consórcio CCB Fico e Consórcio CRA e operações da controlada Terram, a partir das datas de suas constituições e aquisição. Estas informações foram preparadas de acordo com os seguintes critérios: (a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas; (b) eliminação dos investimentos da controladora contra o respectivo patrimônio líquido, conforme o caso, da empresa controlada; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

Participação direta em controladas em conjunto: consolidação proporcional	Participação (%)
Consórcio CCB Fico	30%
Consórcio CRA	20%
Participação em controlada	Participação (%)
Terram Engenharia de Infraestrutura S.A.	65%

Negócios em conjunto

Negócios em conjunto são todas as empresas sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto (joint operation) são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais a Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os empreendimentos controlados em conjunto (joint venture) são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidados.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo entidades de propósito específico), cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de eventuais potenciais direitos de voto, que sejam exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

3.5. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e do ambiente econômico no qual a Companhia atua.

3.6. Autorização para emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 24 de março de 2025, autorizou a divulgação das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.7. Uso de estimativas e julgamentos

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos (exceto aqueles que envolvem estimativas) que tenham um impacto significativo sobre os valores reportados e elaborar estimativas e premissas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão descritas na nota explicativa nº 4, juntamente com as principais políticas da Companhia, e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Tais estimativas e premissas são revisadas continuamente e os efeitos identificados são reconhecidos no mesmo exercício da revisão, se afetar apenas esse exercício e em exercícios posteriores se estes também forem afetados.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

4.1. Receita de contratos com clientes

A receita é reconhecida na demonstração do resultado, de acordo com a norma, quando a obrigação de desempenho relacionada for satisfeita, devendo ser apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e deve ser reconhecida, quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

- Quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações.
- Quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da companhia não se modifiquem como resultado do contrato).
- Quando a Companhia puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos.
- Quando a Companhia puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos.
- Quando for provável que a companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

a) Receita de locação e prestação de serviço

A locação de máquinas, equipamentos, caminhões, e plataformas elevatórias, com ou sem cessão de mão de obra, que viabilizam as demandas técnicas para atender as necessidades de clientes do agronegócio, infraestrutura, mineração, entre outros setores, é a principal receita operacional da Companhia. As faturas são emitidas no final do mês corrente, após a prestação de serviço e os pagamentos são realizados em período subsequente a sua emissão. A receita é reconhecida ao longo do tempo do contrato, conforme a utilização das máquinas e equipamentos pelo cliente.

b) Receita de venda de ativos

A receita de venda de ativos (máquinas, equipamentos e caminhões) é uma atividade acessória e complementar à atividade de locação de equipamentos. A Companhia vende seus equipamentos através principalmente de lojas próprias.

A receita de venda de ativos é reconhecida quando se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega dos produtos. A liquidação dessa venda é realizada a vista, no vencimento da fatura ou eventualmente parcelado.

4.2. Contas a receber e provisão para perdas de créditos esperadas

As contas a receber de clientes correspondem aos recebíveis pela prestação de serviços de aluguel de equipamentos, prestação de serviços e venda de ativos e estão registradas aos valores nominais das faturas e deduzidas da provisão para perdas de créditos esperadas.

Essa provisão para perdas é estimada considerando dados históricos, ajustados pelas informações acerca do futuro, baseadas nas análises de deterioração de riscos de créditos dos clientes monitoradas pela área de crédito e cobrança.

4.3. Estoques

Mensurados pelo custo de aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os estoques são valorizados ao custo médio ponderado e deduzidos das perdas estimadas, quando aplicável.

4.4. Custos antecipados de projetos

Incluem custos iniciais aplicados em projetos de maior porte, que envolvem a preparação do local e das máquinas a serem utilizadas, custos de contratação de mão de obra e que ocorrem antes do início efetivo de prestação de serviço aos clientes. Uma vez em operação, estes custos são amortizados com base no tempo de duração dos contratos.

4.5. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

O custo dos itens de imobilizado inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, bem como os custos diretos para disponibilizar os ativos no local e em condições necessárias para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. O custo de ativos construídos pelas próprias Companhias inclui o custo de materiais e mão de obra direta. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Custos subsequentes

São capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos incorporados no componente fluirão para a Companhia e suas controladas e o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção recorrentes são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos itens e aplicada sobre o valor de residual mensurado ao valor de mercado. É geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que as Companhias obterão a propriedade do bem no fim do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado da Companhia são:

	Vida útil
Benfeitorias em imóveis de terceiros	com base no contrato de locação
Direito de uso em arrendamento	com base no contrato de locação
Máquinas e veículos para locação	15 a 20 anos
Veículos e equipamentos de apoio	10 a 15 anos
Móveis e utensílios e equipamentos de informática	5 a 10 anos

A vida útil estimada, bem como os valores residuais e métodos de depreciação e amortização dos bens do imobilizado, são revisados anualmente pela Companhia e suas controladas e os efeitos de eventuais mudanças nas estimativas são registrados prospectivamente.

4.6. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, as quais são avaliadas anualmente. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

4.7. Direito de uso e arrendamentos

Direito de uso de locação de imóveis é representado pelo valor presente do fluxo de pagamento de aluguéis fixos ou mínimos nos contratos de arrendamento dos imóveis, pátio, depósito e escritórios da Companhia. Na data de início do arrendamento é reconhecido um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

Os ativos são mensurados inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas mensurações do passivo de arrendamento. A taxa de depreciação utilizada pela Companhia corresponde ao prazo do contrato de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de desconto mensurada e ajustada à realidade da Companhia ("spread" de crédito). A Administração utiliza-se de premissas relevantes na determinação da taxa de desconto para a mensuração do valor presente dos pagamentos de seus arrendamentos.

4.8. Redução ao valor recuperável ("impairment")

A Administração analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, é efetuado o teste de "impairment", considerando o nível de Unidade Geradora de Caixa - UGC, que, no caso da Companhia são as máquinas e equipamentos, e é estimado o valor recuperável destes ativos, sendo este o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor em uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment").

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração não identificou indicadores de que os ativos imobilizado e intangível poderiam apresentar “impairment”.

4.9. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A classificação de um ativo financeiro segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual este ativo é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. É efetuada no momento do seu reconhecimento inicial e deve considerar a sua forma de mensuração posterior, ou seja, pelo custo amortizado, valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou valor justo por meio de resultado (“VJR”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado e as seguintes políticas contábeis são aplicadas à sua mensuração subsequente:

Ativos financeiros mensurados a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente utilizando o método dos juros efetivos e estão sujeitos a análise de redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração de resultado, quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos contratuais de receber aos fluxos de caixa do ativo financeiro se expiram ou são transferidos, ou quando a Companhia assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse e quando:

- a Companhia transferir substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou
- a Companhia não transferir, nem reter substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o seu controle.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros, segundo o CPC 48/IFRS 9, são classificados em duas categorias: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (“VJR”); ou (ii) passivos financeiros ao custo amortizado e o reconhecimento inicial é efetuado no Balanço Patrimonial quando a entidade assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual fazem parte.

A mensuração dos passivos financeiros se dá inicialmente ao seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado e as seguintes políticas contábeis são aplicadas à sua mensuração subsequente:

Passivos financeiros mensurados a custo amortizado	Estes passivos são mensurados de forma subsequente utilizando o método dos juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração de resultado, quando o passivo é baixado.

Um passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) é baixado quando:

- (i) a obrigação sob o passivo é liquidada, cancelada ou expirada ou
- (ii) quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

4.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. São quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

Após a constituição, as provisões são revisadas mensalmente e atualizadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras pelo montante estimado das perdas prováveis, considerando-se as alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de caráter cível, trabalhista e tributário e a Administração analisa esses processos e toma a decisão sobre o devido provisionamento, considerando a avaliação das evidências e jurisprudências disponíveis, a hierarquia das leis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a opinião dos advogados externos.

4.11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado calculado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, aplicando-se as taxas de impostos vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e considerando-se eventuais ajustes de exercícios anteriores.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, prejuízos fiscais, base negativa e créditos fiscais, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Estes ativos somente serão constituídos para a parcela dos saldos de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias sobre os quais a Companhia possui projeções de utilização dentro de um prazo considerado razoável. A Administração utiliza-se de premissas significativas nesses estudos, tais como informações de contratos correntes e de longo prazo com os clientes entre outras, que auxiliam no orçamento de suas receitas, custos e despesas futuras.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados na data de apresentação das demonstrações financeiras, com base na expectativa de lucros tributáveis futuros, podendo ser reduzidos à medida em que sua realização não seja mais provável.

4.12. Lucro por ação

a) Lucro por ação básico

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação (incluindo ajustes por bônus e emissão de direitos).

b) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados.

4.13. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado ("DVA").

4.14. Segmentos operacionais

A Companhia atua exclusivamente na prestação de serviços logísticos e, assim possui somente um segmento operacional, em conformidade com as regras contábeis aplicáveis.

As receitas operacionais da Companhia, decorreram quase que exclusivamente da locação de máquinas e equipamentos, sendo ocasionalmente realizada a atividade de venda de máquinas e equipamentos, para desmobilização do ativo imobilizado. Em relação à locação de máquinas e equipamentos a Companhia disponibiliza maquinário para atividades que perpassam construção civil, infraestrutura, agropecuária, mineração, manejo florestal, fertilizantes, comidas & bebidas, entre outros.

5. NOVAS NORMAS E ALTERAÇÕES E/OU INTERPRETAÇÕES DE NORMAS EMITIDAS

• NOVAS NORMAS/DIVULGAÇÕES

Normas	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de:
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa			
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de Financiamento de Fornecedores	IAS 7 IFRS 7	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	IAS 1	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com "covenants"	IAS 1	01.01.2024
CPC 26 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	IFRS 16	01.01.2024

Essas alterações não resultaram em impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

• NORMAS REVISADA E NÃO VIGENTES

Normas	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de:
CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras	Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade	IAS 21	(*)
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis		IAS 1	(**)
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	IAS 8	(**)
CPC 40 - Instrumento Financeiro: Evidenciação		IFRS7	(**)
CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa		IAS7	(**)
CPC 40 - Resultado por Ação		IAS33	(**)
CPC 33 - Benefícios a empregados	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	IFRS 19	(**)

(*) As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, sendo permitida a adoção antecipada.

(**) As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada.

A Administração da Companhia e suas controladas estão em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Caixa	50	546	72
Bancos conta movimento	1.382	116	1.392
Aplicações financeiras	174.016	253.743	209.448
Total	<u>175.448</u>	<u>254.405</u>	<u>210.912</u>

As aplicações financeiras estão representadas por recursos aplicados em certificados de depósitos bancários ("CDBs") com remuneração média entre 101% e 102% (101% e 105% em 31 de dezembro de 2023) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor e com possibilidade de resgate imediato. A Companhia realizou pontualmente junto aos bancos aplicações em operações compromissadas para movimentação de curtíssimo prazo.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras	430.575	475.190

As aplicações financeiras estão representadas por recursos aplicados em certificados de depósitos bancários ("CDBs") com remuneração média entre 101% e 102% (101% e 105% em 31 de dezembro de 2023) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor e com possibilidade de resgate imediato.

Estes investimentos são contratados com liquidez diária, para atender outras necessidades de curto prazo. A Companhia apresenta esses ativos financeiros em linha específica nas demonstrações financeiras.

8. CONTAS A RECEBER

8.1. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Cientes	407.585	245.623	444.065
Cientes a faturar (*)	136.812	96.038	144.046
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(25.884)	(16.065)	(25.884)
Total	518.514	325.596	562.227

(*) Clientes cujo contrato de locação ou prestação de serviço está em andamento no encerramento do mês e será faturado em período subsequente; a receita é apurada conforme os respectivos dias transcorridos e contabilizada como receita a faturar no contas a receber e no resultado da Companhia.

8.2. Classificação por vencimento

Os saldos a receber de clientes (faturados) por idade de vencimento estão distribuídos conforme segue:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
A vencer	323.051	185.208	359.531
Vencidos:			
De 1 a 30 dias	12.169	9.164	12.169
De 31 a 90 dias	7.642	16.675	7.642
De 91 a 180 dias	7.830	4.451	7.830
Acima de 180 dias	56.893	30.125	56.893
Subtotal - vencidos	84.534	60.415	84.534
Saldo final	407.585	245.623	444.065

8.3. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(16.065)	(6.795)
(+) Constituição	(10.534)	(13.844)
(-) Reversão por negociações	-	2.238
(-) Reversão por recebimento	-	734
(-) Baixa por perda efetiva	715	1.602
Saldo final	(25.884)	(16.065)

9. ESTOQUES

Os estoques estão representados na data base por peças e materiais de manutenção e consumo, utilizáveis na manutenção da frota de máquinas, equipamentos e veículos.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Peças e materiais de manutenção	70.625	53.816	72.453
Peças para revenda	1.537	1.190	1.537
Materiais de consumo	2.070	1.519	2.070
Total	<u>74.232</u>	<u>56.525</u>	<u>76.060</u>

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
PIS e COFINS	5.296	778	5.401
IRPJ e CSLL	1.951	6.170	2.210
INSS	-	487	147
IRRF	25.271	25.790	25.663
Outros	502	97	735
Total	<u>33.020</u>	<u>33.322</u>	<u>34.156</u>

11. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Custos antecipados de projetos (a)	60.343	43.994	60.342
Despesas antecipadas	11.525	13.039	11.697
Adiantamento a fornecedores	8.824	3.059	9.241
Bonificações	1.980	2.583	1.980
Adiantamento a funcionários	1.776	1.080	2.294
Outros	4.934	7.183	6.051
Total	<u>89.382</u>	<u>70.938</u>	<u>91.606</u>
Ativo Circulante	49.696	42.898	50.802
Ativo Não Circulante	<u>39.686</u>	<u>28.040</u>	<u>40.803</u>
Total	<u>89.382</u>	<u>70.938</u>	<u>91.606</u>

- (a) Incluem custos iniciais aplicados em projetos de maior porte, que envolvem a preparação de local e das máquinas a serem utilizadas, custos de contratação de mão de obra e que ocorrem antes do início efetivo de prestação de serviços aos clientes. Uma vez em operações, estes custos são amortizados com base no tempo de duração do contrato.

12. INVESTIMENTOS CONTROLADAS EM CONJUNTO E CONTROLADAS

A seguir são apresentados os detalhes das investidas da Companhia:

	Participação - (%)	Tipo de participação
Consórcio CCB Fico (1)	30%	Participação direta com controle compartilhado - Joint operation consolidação proporcional
Consórcio CRA (2)	20%	Participação direta com controle compartilhado - Joint operation consolidação proporcional
Terram (3)	65%	Participação direta em Controlada - Consolidação integral

(1) O investimento é resultado de uma *joint operation* constituída entre a Construtora Central do Brasil S/A e a Armac, na proporção de 70% e 30% respectivamente. O consórcio foi constituído a convite da Companhia Vale S.A. com o objetivo de execução de obras por empreitada do pacote 5º FICO - FERROVIA DE INTEGRAÇÃO DO CENTRO-OESTE, localizada nos municípios de Crixás e Nova Crixás, ambos no Estado de Goiás, com vigência de 18 meses com término em agosto de 2025. Dentre as atribuições do Consórcio, está a contratação do fornecimento de bens e serviços necessários à realização das obras.

(2) O investimento é resultado de uma *joint operation* constituída entre a Construtora Central do Brasil S/A, R&D Mineração e Construção Ltda, e a Armac, com participação de 40%, 40% e 20%, respectivamente. O consórcio foi constituído a convite da Companhia Rumo S/A, com o objetivo de execução de obras de infraestrutura ferroviária do KM 127+600 ao KM 162+815, localizada entre os municípios de Dom Aquino e Poxoréo, ambos no estado do Mato Grosso, com vigência de 21 meses com término em dezembro de 2025. Dentre as atribuições do Consórcio, está a contratação do fornecimento de bens e serviços necessários à realização da obra.

(3) A Terram Engenharia de Infraestrutura S.A. é uma empresa do segmento de terraplanagem, geotecnia, contenções, drenagem e pavimentação, que além de realizar obras, auxilia no desenvolvimento dos projetos e estudos preliminares com uma equipe especializada. Conforme divulgado na nota explicativa 2.1, a Armac adquiriu 65% da Terram em 31 de julho de 2024, que passou a ser sua *controlada direta*.

12.1. Movimentação dos investimentos em empresas controladas em operação em conjunto e controlada direta.

Empresas	Saldo final em 31/12/2023	Patrimônio Líquido	(-) Dividendos e Juros sobre capital próprio	Resultado de equivalência patrimonial (*)	Mais valia de marca	Mais valia de ativos	Mais valia da carteira de clientes	Goodwill	Depreciação de Mais Valias (*)	Saldo final em 31/12/2024
Consórcio CCB	-	-	-	7.135	-	-	-	-	-	7.135
Consórcio CRA	-	-	-	7.115	-	-	-	-	-	7.115
Terram	-	11.351	(1.309)	15.490	5.528	12.257	6.792	42.775	(5.384)	87.500
Total	-	11.351	(1.309)	29.740	5.528	12.257	6.792	42.775	(5.384)	101.750

(*) O resultado de equivalência patrimonial que esta sendo apresentado na demonstração de resultado do exercício está líquidos das depreciações e amortizações de mais valia R\$24.356.

12.2. Investimentos em empresas controlas em operações em conjunto (joint operations) e controlada direta.

	Joint operations			
	Consórcio CCB		Consórcio CRA	
	100%	30%	100%	20%
Ativo circulante	69.114	20.734	43.836	8.767
Ativo não circulante	859	258	5.697	1.139
Passivo circulante	(46.190)	(13.857)	(13.960)	(2.792)
Patrimônio Líquido (negativo)	(23.783)	(7.135)	(35.573)	(7.115)
Receitas	137.062	41.119	179.267	35.853
Custos e Despesas	(113.279)	(33.984)	(143.694)	(28.739)
Lucro líquido	<u>23.783</u>	<u>7.135</u>	<u>35.573</u>	<u>7.115</u>

	Terram	
	Controlada	
	100%	65%
Ativo circulante	53.745	34.934
Ativo não circulante	16.796	10.917
Passivo circulante	(23.765)	(15.317)
Passivo não circulante	(7.686)	(4.996)
Patrimônio Líquido	(15.459)	(10.048)
Receitas	69.571	45.221
Custos e Despesas	(38.127)	(24.782)
Lucro líquido	<u>23.831</u>	<u>15.490</u>

13. IMOBILIZADO

13.1. Composição do Imobilizado - Controladora

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Direito de uso em Arrendamento	Máquinas e equipamentos para locação e serviços	Veículos e equipamentos de apoio	Móveis e equipamentos de informática	Imobilizado em Andamento (iii)	Terrenos	Total
<u>Custo de aquisição</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	34.781	83.277	2.285.585	147.991	10.515	41.087	-	2.603.236
(+) Adições (i)	8.124	18.282	440.011	87.328	6.583	24.913	-	585.241
(+/-) Transferências	1.620	-	9.327	11.396	-	(22.343)	-	-
(-) Baixa de ativos	-	(239)	(104.410)	(1.922)	-	-	-	(106.571)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	44.525	101.320	2.630.513	244.793	17.098	43.657	-	3.081.906
(+) Adições (i)	4.047	9.201	467.329	123.778	1.067	31.438	1.651	638.511
(+/-) Transferências	-	-	12.855	-	-	(12.855)	-	-
(-) Baixa de ativos (ii)	-	-	(145.769)	(3.587)	(330)	-	-	(149.686)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	48.572	110.521	2.964.927	364.984	17.835	62.240	1.651	3.570.731
<u>Depreciação</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.012)	(10.577)	(255.784)	(20.779)	(1.861)	-	-	(290.013)
(+) Adições	(2.371)	(9.491)	(116.539)	(45.679)	(3.006)	-	-	(177.086)
(-) Baixa de depreciação	-	-	23.016	925	81	-	-	24.022
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(3.383)	(20.068)	(349.888)	(64.222)	(4.867)	-	-	(442.428)
(+) Adições	(4.893)	(12.194)	(73.135)	(89.249)	(3.375)	-	-	(182.846)
(-) Baixa de depreciação (ii)	-	-	33.164	986	152	-	-	34.302
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(8.276)	(32.262)	(389.859)	(152.485)	(8.090)	-	-	(590.972)
<u>Valor residual líquido</u>								
Em 31 de dezembro de 2023	41.142	81.252	2.280.625	180.571	12.231	43.657	-	2.639.478
Em 31 de dezembro de 2024	40.296	78.259	2.575.070	212.499	9.745	62.240	1.651	2.979.759
<u>Taxa mínima e máxima de depreciação</u>								
Em 31 de dezembro de 2023	De acordo com o contrato	De acordo com o contrato	5% a 12,5%	12,5% a 50%	10% a 20%			
Em 31 de dezembro de 2024			4,3% a 10,6%	8,5% a 36,6%	10% a 20%			

- (i) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou convênio com instituições financeiras de forma a estruturar operações de risco sacado com seus principais fornecedores de máquinas no montante de R\$372.367 (R\$389.720 em 31 de dezembro de 2023), conforme nota explicativa nº 15.3 - Fornecedores convênio
- (ii) Em 31 de dezembro de 2024 do total de R\$115.384 (R\$81.900 em 31 de dezembro de 2023) de baixas líquidas, a parcela de R\$114.291 (R\$76.258 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a custo na baixa de ativos vendidos, sendo o restante de R\$1.093 (R\$5.642 em 31 de dezembro de 2023) relacionado a custo dos ativos que foram objeto de sinistros, os quais compõem as rubricas de custo na venda ou baixa de imobilizados apresentados na nota explicativa nº 23 - Custos e Despesas por Natureza.
- (iii) Referem-se a adiantamento a fornecedores para compra de máquinas e equipamentos e gastos de obras em andamento na filial de Vargem Grande Paulista - VGPIII que tem previsão de conclusão em dez.2025.

13.2. Composição do Imobilizado - Consolidado

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Direito de uso em arrendamento	Máquinas e equipamentos para locação	Veículos e equipamentos de apoio	Móveis e equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Terrenos	Total
<u>Custo de aquisição</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	44.525	101.320	2.630.513	244.793	17.098	43.657	-	3.081.906
(+) Adições	4.047	10.872	477.408	123.778	1.405	31.438	1.651	650.598
(+) Aquisição de empresa	-	-	102.964	-	715	621	-	104.300
(+/-) Transferências	-	-	12.855	-	-	(12.855)	-	-
(-) Baixa de ativos	-	-	(147.761)	(3.587)	(334)	-	-	(151.682)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>48.572</u>	<u>112.192</u>	<u>3.075.979</u>	<u>364.984</u>	<u>18.884</u>	<u>62.861</u>	<u>1.651</u>	<u>3.685.122</u>
<u>Depreciação</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(3.383)	(20.068)	(349.888)	(64.222)	(4.867)	-	-	(442.428)
(+) Adições	(4.893)	(12.364)	(78.324)	(89.249)	(3.405)	-	-	(188.235)
(+) Aquisição de empresa	-	-	(78.430)	-	(582)	-	-	(79.011)
(-) Baixa de depreciação	-	-	34.764	986	152	-	-	35.902
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(8.276)</u>	<u>(32.432)</u>	<u>(471.878)</u>	<u>(152.485)</u>	<u>(8.703)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(673.773)</u>
<u>Valor residual líquido</u>								
Em 31 de dezembro de 2023	41.142	81.252	2.280.625	180.571	12.231	43.657	-	2.639.478
Em 31 de dezembro de 2024	40.296	79.760	2.604.100	212.499	10.182	62.861	1.651	3.011.349
<u>Taxa mínima e máxima de depreciação</u>								
Em 31 de dezembro de 2023	De acordo	De acordo	5% a 12,5%	12,5% a 50%	10% a 20%			
Em 31 de dezembro de 2024	com o contrato	com o contrato	4,3% a 10,6%	8,5% a 36,6%	10% a 20%			

13.3. Arrendamento Mercantil de Direito de Uso

A Administração da Companhia analisou seus contratos vigentes e concluiu que parte deles se enquadram na classificação de arrendamento mercantil, efetuando as contabilizações correspondentes a essa norma.

Em 31 de dezembro de 2024, do total de contratos que a Companhia possuía vigentes, 42 contratos (32 em 31 de dezembro de 2023) se enquadravam nos critérios para classificação como arrendamento mercantil.

Os demais, como aluguéis variáveis de contratos de curto prazo ou de baixo valor que não foram reconhecidos como direito de uso por não atenderem aos critérios de prazo e valor estabelecidos pela norma correspondente, estão registrados na rubrica “Outros Custos” - nota explicativa nº 23, em contrapartida da conta de “Fornecedores” - nota explicativa nº 15. Os valores de arrendamento estão registrados na conta de direito de uso, na rubrica de ativo imobilizado, e sua depreciação está ocorrendo no prazo de vigência contratual.

Para determinar o prazo de arrendamento foi considerado o prazo contratual. Se o contrato contiver cláusula que especifique a renovação automática pelo mesmo período ou outro, e existindo a vontade da Companhia em permanecer no imóvel, o cálculo do prazo do arrendamento será a soma de ambos os prazos. Se o contrato não especificar, ou especificar que a renovação será prorrogada somente com o consentimento de ambas as partes, o prazo do arrendamento será o prazo contido no contrato. Ademais, a Companhia não possui contratos firmados com prazos indeterminados.

A movimentação do passivo de arrendamento por direito de uso está demonstrada a seguir:

	Imóveis partes relacionadas	Contratos com Terceiros Valor	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2022	59.168	15.982	75.150	75.150
(+) Novas operações	-	13.216	13.216	13.216
(+) Remensurações	4.543	523	5.066	5.066
(+) Juros incorridos	6.571	3.768	10.339	10.339
(-) Rescisão de contrato	-	(239)	(239)	(239)
(-) Pagamentos de principal	(2.525)	(4.035)	(6.560)	(6.560)
(-) Pagamentos de juros	(6.571)	(3.768)	(10.339)	(10.339)
Em 31 de dezembro de 2023	61.186	25.447	86.633	86.633
(+) Novas operações	-	10.708	10.708	12.379
(+) Remensurações (a)	2.855	(4.362)	(1.507)	(1.507)
(+) Juros incorridos	8.114	3.627	11.741	11.806
(-) Pagamentos de principal	(2.023)	(6.697)	(8.720)	(8.834)
(-) Pagamentos de juros	(8.114)	(3.627)	(11.741)	(11.807)
Em 31 de dezembro de 2024	62.018	25.096	87.114	88.670

(a) Vide maiores detalhes sobre as remensurações na nota explicativa nº 20 - Partes Relacionadas.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Circulante	7.869	8.505	8.238
Não Circulante	79.245	78.128	80.432
Total	87.114	86.633	88.670

Os respectivos valores estão registrados na conta de passivo de arrendamento e o saldo será amortizado pelos pagamentos mensais trazidos a valor presente por uma taxa média de 13,30% ao ano para os contratos registrados até 31 de dezembro de 2024 (15,27% ao ano para os contratos registrados até 31 de dezembro de 2023).

Os pagamentos futuros a serem efetuados ao arrendador podem gerar o direito ao crédito de PIS e COFINS, para os casos em que o arrendador seja uma pessoa jurídica. Como a grande maioria dos contratos de locação estão ligados a pessoa física, a Administração concluiu que não há impactos dessas transações a serem divulgados.

Em atendimento a NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 que veda a projeção futura de inflação e ao Ofício-Circular CVM nº 02/2019 e, ainda com o objetivo de fornecer informação adicional aos usuários, abaixo está apresentada a análise de maturidade dos contratos e prestações não descontadas em 31 de dezembro de 2024:

Controladora			
Ano	Valor presente Líquido	Juros embutidos (futuros)	Valor das prestações descontadas
2025	7.869	10.906	18.775
2026	7.047	9.892	16.939
2027	5.448	9.040	14.488
2028	3.824	8.412	12.236
2029	2.823	7.996	10.818
2030	3.130	7.613	10.743
2031 em diante	56.973	47.191	104.164
Total	<u>87.114</u>	<u>101.050</u>	<u>188.163</u>

Consolidado			
Ano	Valor presente Líquido	Juros embutidos (futuros)	Valor das prestações descontadas
2025	8.238	11.073	19.311
2026	8.235	10.183	18.418
2027	5.448	9.040	14.488
2028	3.824	8.412	12.236
2029	2.823	7.996	10.819
2030	3.130	7.613	10.743
2031 em diante	56.972	47.192	104.164
Total	<u>88.670</u>	<u>101.509</u>	<u>190.179</u>

13.4. Revisão das vidas úteis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia de acordo com sua política contábil de reavaliar anualmente a vida útil de seus ativos, contratou uma empresa especializada em avaliação de ativos, a qual analisou a vida útil dos ativos em linha com o pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado e o ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado. Também foi objeto desta avaliação o fato de a Companhia ter expandido o seu centro de manutenção com a criação de programas de monitoramento de seus ativos e como resultado dessa avaliação, reconheceu-se o aumento da vida útil dos ativos analisados de linha amarela de 10 anos para 15 anos, de caminhões de 10 anos para 15 anos, e de plataformas elevatórias de 10 anos para 20 anos.

Ainda como parte da aplicação de sua política contábil, a Companhia efetuou a reavaliação periódica do valor residual de suas máquinas no 1º trimestre de 2024 (mesmo procedimento ocorrido no 1º trimestre de 2023), considerando o mercado de venda de usados e efetuou os devidos ajustes no valor residual de seus ativos, e nas taxas de depreciação utilizadas que estão divulgadas no mapa de movimentação dos ativos imobilizados.

13.5. Redução ao valor recuperável de ativos ("impairment")

De acordo com as normas descritas no IAS 36/CPC 1 - Redução ao valor recuperável de ativos, o ativo imobilizado da Companhia tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

Com base no resultado do trimestre e expectativa de resultado para o exercício, a Administração da Companhia concluiu que não há indicativo da necessidade de registro de redução ao valor recuperável de seus ativos.

14. INTANGÍVEL

14.1. Composição do Intangível

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Sistemas e aplicativos	11.703	4.284	11.703
Marcas e patentes	464	464	464
Desenvolvimento de projetos	43	9.748	43
Ágio na incorporação e aquisição de controladas	95.337	95.337	166.411
Mais valia no contrato de clientes	7.847	15.585	13.943
Mais valia da marca	-	-	8.505
Total	115.394	125.418	201.068

Empresa	Ágio na incorporação e aquisição de controladas	Mais valia - Contrato de clientes (i)	Mais valia - Marca
RCB	12.441	886	-
Bauko	82.896	6.961	-
Terram	71.074	6.097	8.505
Total	166.411	13.943	8.505

- (i) Mais valia referente ao fluxo de caixa descontado esperado dos contratos de locação e prestação de serviço em vigor na data da aquisição da Bauko, RCB e Terram. O prazo de amortização desses ativos é de 12 a 52 meses.

14.2. Movimentação do Intangível

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Saldo inicial	125.418	125.039	125.418
Adições	868	8.945	868
Amortização	(3.154)	(790)	(3.154)
Amortização de mais valia	(7.738)	(7.776)	(12.090)
Ágio na aquisição de controladas	-	-	71.074
Mais valia em contrato com clientes	-	-	10.448
Mais valia da marca	-	-	8.504
Saldo final	115.394	125.418	201.068

15. FORNECEDORES E FORNECEDORES CONVÊNIO

15.1. Fornecedores

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Fornecedores de peças e serviços	27.961	36.175	36.091
Fornecedores convênio	398.261	360.128	398.261
Total	426.222	396.303	434.352

15.2. Fornecedores de peças e serviços

Refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores nacionais.

15.3. Fornecedores Convênio

A Companhia realizou convênio com instituições financeiras parceiras de forma a estruturar operações de risco sacado com seus principais fornecedores de máquinas. Nessa operação, os fornecedores prorrogam os vencimentos dos títulos e transferem o direito de recebimento das vendas de máquinas a prazo para as instituições financeiras. Em troca recebem esses recursos das instituições financeiras sem a necessidade de os referidos fornecedores possuírem linha de crédito contratada e com custo financeiro reembolsado pelos fornecedores.

As operações de risco sacado possuem taxas de desconto de 1,02% ao mês e prazos médios entre 244 e 328 dias (1,16% e 1,23% ao mês e prazos médios entre 207 e 283 dias em 31 de dezembro de 2023) e sua movimentação é apresentada a seguir.

Adicionalmente, estes passivos denominados fornecedores convênio possuem cláusulas restritivas comuns de mercado (financeiras e não financeiras), as quais a Companhia estava adimplente em 31 de dezembro de 2023 e 30 de dezembro de 2024.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	360.128	167.472
Novos compromissos	416.878	405.639
Pagamento de principal	(339.573)	(216.185)
Pagamento de juros	(40.992)	(14.044)
Juros incorridos	46.332	33.165
Ajuste a valor presente	(44.512)	(15.919)
Total	<u>398.261</u>	<u>360.128</u>

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

16.1. Composição dos saldos

Credor	Modalidade	% Taxa ao ano	Vencimento	Controladora		Consolidado
				31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
CDCA - 1ª. Série	CRA	CDI + 1,65%	2028	102.332	102.196	102.332
CDCA - 2ª. Série	CRA	IPCA + 7,57%	2029	439.372	418.285	439.372
Debênture - 2a Emissão	Debênture	CDI + 2,50%	2028	-	1.013.282	-
Debênture - 3a Emissão	Debênture	CDI + 2,25%	2029	306.010	306.040	306.010
Debênture - 4a Emissão	Debênture	CDI + 1,90%	2032	720.114	-	720.114
Debêntures - 5a Emissão	Debênture - 1ª					
	Série	CDI + 1,35%	2032	462.799		462.799
Debêntures - 5a Emissão	Debênture - 2ª					
	Série	CDI + 1,60%	2032	393.637		393.637
Banco ABC Brasil	Finame	SELIC + 3,0%	2026-27	16.465	20.850	16.465
Bradesco	CDC	Pré 9,9 - 10,1%	2025	898	1.884	898
Bradesco	Leasing	Pré 4,9 - 6,9%	2022-24	-	2.309	-
Banco do Brasil	CCE / NCE	CDI + 2,35%	2028	-	200.668	-
Santander	CDC	Pré 8,7 - 9,9%	2024-25	3.524	8.121	3.524
Banco Volvo Brasil	Pré - Fixado	Pré 13,75%	2028	-		2.029
Banco Caterpillar	Pré - Fixado	Pré + 12,54%	2026	-		592
Volvo Administradora de consórcio	Consórcio	Tx Adm 12,5% + 0,40%	2026	-		630
Outras Instituições	CDC	Pré 6,7 - 10,2%	2022-25	3.473	8.116	3.473
Outras Instituições	Capital de					
	Giro/CDC/Leasing	Pré 6,6 - 11,6%	2022-25	140	2.380	140
Subtotal				2.448.764	2.084.132	2.452.015
(-) Custos a amortizar				(61.645)	(34.044)	(61.645)
Total				<u>2.387.119</u>	<u>2.050.087</u>	<u>2.390.369</u>
Passivo circulante				72.145	261.370	73.555
Passivo não circulante				2.314.974	1.788.717	2.316.814

16.2. Características das operações

Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA

Em 15 de junho de 2022 a Companhia emitiu Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio ("CDCA") em favor da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Emissora" ou "Securitizadora") que servem de lastro de certificados de recebíveis do agronegócio de emissão da Securitizadora ("CRA").

Em 21 de julho de 2022, foi concluída a colocação privada de 500.000 CRA, emitidos pela Armac e Bauko, sendo i) 101.730 da Primeira série e ii) 398.270 CRA da Segunda série (“CRA Primeira Série”, “CRA Segunda Série”, respectivamente, e, quando referidas em conjunto e indistintamente, “CRA”), cada um com valor unitário de R\$1.000,00, no valor total de R\$500.000 (“Valor Total da Emissão”), sendo R\$101.730 referentes aos CRA da Primeira Série e R\$398.270 referentes aos CRA da Segunda Série, conforme definido em procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores.

Sobre os CDCA vinculados aos CRA Primeira Série incidem juros remuneratórios correspondentes a 100,00% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra grupo” (“Taxa DI”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (www.b3.com.br) acrescida exponencialmente de spread ou sobretaxa equivalente a 1,65% ao ano, base 252 dias úteis. A remuneração é paga de forma semestral tendo o primeiro pagamento ocorrido em 13 de dezembro de 2022. A amortização será em duas parcelas, sendo a primeira devida em 15 de dezembro de 2027 e a segunda na data de 14 de junho de 2028.

O valor nominal ou saldo do valor nominal do CDCA vinculado aos CRA Segunda Série, conforme o caso, é atualizado pela variação acumulada do IPCA e será amortizado em duas parcelas, sendo a primeira parcela devida em 13 de junho de 2028 e a última parcela devida em 13 de junho de 2029. Sobre o valor nominal atualizado do CDCA vinculado aos CRA Segunda Série incidem juros remuneratórios equivalentes a 7,5779% ao ano, base 252 dias úteis. A remuneração será paga de forma semestral tendo o primeiro pagamento ocorrido em 13 de dezembro de 2022.

Debêntures

Em 1º de novembro de 2021, foi realizada, pela Companhia, sua 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, emitidas com base nos termos da Instrução CVM 476, para distribuição pública, no valor total de R\$1.000.000, com esforços restritos de colocação, com amortizações em parcelas anuais a partir de 25 de novembro de 2024 e com vencimento em 25 de novembro de 2028 (“Debêntures - 2ª Emissão”). Em 14 de dezembro de 2021, a oferta pública com esforços restritos foi encerrada com a totalidade das debêntures subscritas e integralizadas.

A remuneração das Debêntures - 2ª Emissão é equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, acrescida de uma sobretaxa de 2,50% ao ano.

Em 19 de julho de 2022, foi realizado o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures - 1ª Emissão, cujo código de ativo era ARML11, nos termos do “Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Primeira Emissão da Armac Locação, Logística e Serviços S.A.” pelo seu valor nominal unitário acrescido de juros remuneratórios e prêmio, totalizando R\$286.406.

Em 4 de novembro de 2022, foi realizada, pela Companhia, sua 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única emitidas com base nos termos da Instrução CVM nº 476, para distribuição pública, no valor total de R\$300.000, com esforços restritos de colocação, com amortizações em duas parcelas anuais iguais a partir de 4 de novembro de 2028. A remuneração da Debênture 3ª emissão é equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, acrescidas de uma sobretaxa de 2,25% ao ano.

Em 20 de março de 2024 foi realizada pela Companhia, sua 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única emitidas com base nos termos da Instrução CVM 160, para distribuição pública, no valor total de R\$694.350, emitidas sob o rito de registro automático de distribuição destinada exclusivamente investidores profissionais.

Sob a Debênture incidirão juros remuneratórios em percentual correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa DI (Depósitos Interfinanceiros), acrescida de sobretaxa máxima de 1,90% ao ano. O valor nominal unitário das Debêntures será amortizado em três parcelas anuais a partir do 6º (sexto) ano contado da Data de Emissão, inclusive, conforme cronograma a ser previsto na Escritura de Emissão.

Os recursos obtidos com a Emissão serão destinados no curso normal dos negócios da Emissora, incluindo, mas não se limitando, para reforço de caixa e capital de giro da Companhia.

Em 25 de setembro de 2024 foi realizada pela Companhia sua 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, emitidas com base nos termos da Instrução CVM 160, para distribuição pública, no valor total de R\$1.000.000, emitidas sob o rito de registro automático de distribuição destinada exclusivamente a investidores profissionais. Ainda como parte da estratégia de gestão de caixa, a Companhia efetuou o resgate parcial de 165.646 debêntures no valor de R\$168.034, uma vez que o custo de carregio deste caixa não estava alinhado com a estratégia da Companhia.

Sob a 1ª Série, incidirão juros remuneratórios em percentual correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa DI (Depósitos Interfinanceiros), acrescida de sobretaxa máxima de 1,35% ao ano, e o valor nominal unitário dessa série será amortizado em três parcelas anuais, a partir do 6º (sexto) ano contado da Data de Emissão, inclusive, conforme cronograma previsto na Escritura de Emissão. Sob a 2ª Série, incidirão juros remuneratórios em percentual correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa DI (Depósitos Interfinanceiros), acrescida de sobretaxa máxima de 1,60% ao ano, e o valor nominal unitário dessa série será amortizado em três parcelas anuais, a partir do 8º (oitavo) ano contado da Data de Emissão, inclusive, conforme cronograma previsto na Escritura de Emissão.

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Oferta foram totalmente destinados ao refinanciamento da sua 2ª Emissão de Debêntures.

Outras operações para investimentos em máquinas e equipamentos

“Finame”

Os contratos possuem carência de amortização de principal que podem durar até um ano e o bem financiado é dado como garantia ao financiamento.

CDC

Os contratos possuem carência de até um ano para o início de amortização de principal e o bem financiado é dado como garantia ao financiamento.

“Leasing”

Os contratos possuem carência de amortização de principal que podem durar até um ano.

Capital de Giro

São Cédulas de Crédito Bancário emitidas pela Companhia e adquiridas pelas instituições financeiras com a finalidade de financiar o capital de giro, além da compra de máquinas e equipamentos para as operações.

CCE

São Cédulas de Crédito à Exportação emitidas pela Companhia e adquiridas pelas instituições financeiras com a finalidade de financiar a compra de máquinas e equipamentos para as operações.

16.3. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Saldo inicial	2.050.087	2.064.673	2.050.087
(+) Aquisição de empresa	-	-	3.055
(+) Captações (a)	1.694.350	-	1.694.775
(+) Juros apropriados	345.338	303.979	345.429
(-) Amortização de principal (b)	(1.385.322)	(36.450)	(1.385.552)
(-) Juros pagos	(283.806)	(282.115)	(283.896)
(-) Custos de emissão (a)	(33.528)	-	(33.528)
Saldo final	<u>2.387.119</u>	<u>2.050.087</u>	<u>2.390.369</u>

(a) Estes custos foram apresentados conjuntamente com o montante de captação na demonstração do fluxo de caixa.

(b) Do Total de R\$1.385.322, o montante de R\$1.165.646 refere-se ao pré-pagamento da debênture 2ª emissão, o montante de R\$200.410 refere-se ao pagamento do Banco do Brasil e o saldo remanescente refere-se a outras amortizações.

16.4. Cronograma de amortização

Em 31 de dezembro de 2024, o cronograma de amortização do saldo da dívida antes dos custos a amortizar está demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
2024	-	244.749	-
2025	73.474	262.562	74.884
2026	4.211	254.211	5.039
2027	2.595	252.595	3.211
2028	470.755	720.880	471.153
2029	369.025	349.134	369.025
2030	381.763	-	381.763
2031	381.763	-	381.763
2032	509.568	-	509.568
2033	127.805	-	127.805
2034	127.805	-	127.805
	<u>2.448.764</u>	<u>2.084.131</u>	<u>2.452.015</u>

16.5. “Covenants” e Garantias

Parte dos contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras estão sujeitos a cláusulas de vencimento antecipado que, entre outras, incluem:

- i) Obrigação da Companhia de envio das demonstrações financeiras anuais, devidamente auditadas por firmas de auditoria independente.
- ii) Restrição para realizar redução de capital.
- iii) Restrição a alteração do controle, direto ou indireto.
- iv) Cláusula restritiva (“covenant”) prevendo que o índice de endividamento líquido sobre o EBITDA dos últimos 12 meses deve ser igual ou inferior a 3,50. Os contratos de empréstimos e financiamentos que incluem a cláusula de “covenant” são os CDCA e a 2ª, 3ª, 4ª e 5ª emissões de debêntures da Companhia.

A maior parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia não apresenta qualquer espécie de garantia, com exceção dos CDCAs que têm como garantia os contratos de locação com clientes na cadeia do agronegócio e os leasings e “FINAMEs” que tem como garantia os próprios ativos financiados. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava adimplente com as cláusulas acordadas.

17. PARCELAMENTO DE TRIBUTOS

17.1. Composição do parcelamento

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Lei nº 14.740/23 - Programa de Autorregularização Incentiva (i)	7.324	-	7.324
PIS e COFINS	122	256	122
INSS	109	128	109
Total	<u>7.555</u>	<u>384</u>	<u>7.555</u>
Passivo Circulante	2.379	171	2.379
Passivo não circulante	5.176	213	5.176
Total	<u>7.555</u>	<u>384</u>	<u>7.555</u>

- (i) A Companhia aderiu em junho de 2024 ao programa de autorregularização incentivada dos débitos tributários de PIS, COFINS, IRRF, CSRF, CP Segurados, CP Patronal e CP Terceiros no montante de R\$17.153. Como forma de quitação dos débitos, a Companhia utilizou o prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social equivalente a 50% dos créditos, no montante de R\$8.577. Em relação ao saldo remanescente no valor de R\$8.577, o pagamento se dará por meio de 48 parcelas mensais sem correção monetária.

17.2. Movimentação do parcelamento

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Saldo inicial	384	628	384
(+) Novos parcelamentos	17.153	-	17.153
(-) Utilização de Prejuízo Fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social	(8.577)	-	(8.577)
(+) Atualização monetária	628	45	628
(-) Amortização do principal	(1.901)	(287)	(1.901)
(-) Juros pagos	(132)	(2)	(132)
Saldo final	<u>7.555</u>	<u>384</u>	<u>7.555</u>

18. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Companhia considera todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida, bem como a avaliação dos seus assessores jurídicos, para realizar uma estimativa confiável dos valores das obrigações e probabilidade de saída de recursos. A partir desta análise, a Administração decide também sobre a necessidade de constituir provisão em montante suficiente para cobrir as perdas prováveis sobre os processos judiciais em andamento e a sua movimentação no período é apresentada a seguir.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
Saldo inicial	166	722	166
(+) Aquisição de controlada - Provisão constituída (i)	-	-	6.798
(+) Adições	1.508	569	1.508
(-) Reversões por alteração de prognóstico ou ajuste de provisão	(48)	(569)	(331)
(-) Reversões por pagamento	(325)	(556)	(348)
Saldo final	<u>1.301</u>	<u>166</u>	<u>7.793</u>

(i) Processo tributário da controlada Terram - Ação de Execução Fiscal, de ISSQN.

Os processos de perda possível na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia são apresentados a seguir por natureza:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Cíveis	6.967	1.745	6.967
Tributário	13	156	21
Trabalhistas (i)	68.417	12.666	68.616
Total	<u>75.397</u>	<u>14.567</u>	<u>75.604</u>

(i) Os principais pleitos das ações, trabalhistas da Companhia são: diferenças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de insalubridade e periculosidade e ações indenizatórias decorrentes acidentes do trabalho.

19. CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÃO DE EMPRESAS

A Companhia por meio das combinações de negócios registra as opções de compras das participações remanescentes das quotas de capitais das investidas, além das parcelas contingentes contratuais.

Destacamos que as bases de mensuração são estimativas considerando bases contratuais, balanços históricos e respectiva modelagem prospectiva (por tratar-se de pagamentos futuros baseados em resultados futuros). Dado o grau de incerteza, eventuais acertos de contas, podem surgir mudanças entre a provisão constituída e sua realização.

Em 31 de dezembro de 2024 a composição desses passivos financeiros estava assim registrada:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
RCB	-	1.959
BAUKO	17.883	16.198
TERRAM	106.987	-
Total	<u>124.869</u>	<u>18.087</u>
Passivo circulante	18.244	1.959
Passivo não circulante	106.625	16.128
Total	<u>124.869</u>	<u>18.087</u>

19.1. Movimentação do passivo de aquisição de controladas

	Consolidado			
	RCB	Bauko	Terram	Total
Saldo inicial em 31/12/2023	1.959	16.128	-	18.087
Aquisição de controlada com correção	-	-	67.239	67.239
Earn-out na aquisição	-	-	11.457	11.457
Opção de venda - <i>put</i> na aquisição	-	-	56.567	56.567
Pagamento do preço de aquisição + juros	-	-	(33.624)	(33.624)
Atualização do earn-out	-	-	1.098	1.098
Atualização da opção de venda - <i>put</i>	-	-	2.440	2.440
Baixa por indenização	(2.127)	-	-	(2.127)
Juros apropriados	168	1.754	1.811	3.734
Saldo final em 31/12/2024	<u>-</u>	<u>17.883</u>	<u>106.987</u>	<u>124.869</u>

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1. Capital social

O capital social subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$1.008.876 (R\$1.004.034 em 31 de dezembro de 2023) é representado por ações ordinárias sem valor nominal conforme o quadro abaixo:

	Controladora			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Número de Ações	Participação %	Número de Ações	Participação %
Acionistas controladores	174.020.920	50,22%	174.020.920	50,29%
Outros	172.473.177	49,78%	171.995.121	49,71%
	<u>346.494.097</u>	<u>100,00%</u>	<u>346.016.041</u>	<u>100,00%</u>

A Companhia está autorizada, com base em seu Estatuto, a aumentar o capital social até o limite de R\$2.000.000 por deliberação do Conselho de Administração. Este aumento do capital social tem o objetivo de atender aos planos de exercícios de outorga de ações, descritos a seguir e está sendo apresentado como Reserva de Capital, na rubrica de Emissão de Instrumentos Patrimoniais.

Em reunião realizada em 30 de abril de 2024 foi deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia, aumento de capital social no montante de R\$4.843, correspondente a emissão de 478.756 novas ações ordinárias, sendo que o preço de emissão das ações foi calculado conforme previsto no Plano e nos Contratos de Opção celebrados entre a Companhia e os Beneficiários, no montante de R\$10,13. O aumento ocorreu em razão do exercício de opções de compra de ações detidas por beneficiários no âmbito do Programa de Opções 2022- A.

Todas as ações têm os mesmos direitos em relação aos ativos residuais da Companhia. Os titulares das ações ordinárias têm direito ao recebimento de dividendos e um voto por ação nas deliberações da Companhia.

As variações nos períodos apresentados decorrem de operações de custódia remunerada pela corretora que faz a custódia das ações do grupo controlador.

20.2. Reserva de capital

a) Ágio na emissão de ações

O saldo referente ao ágio na emissão de ações em 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro de 2023 é de R\$125.462 e corresponde à emissão de 442.327 novas ações, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas pelo SPEED Fundo de Investimento em Participações Multi, estratégia ocorrida antes da abertura de capital.

b) Plano de pagamento com base em ações

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de julho de 2021 aprovou a constituição do Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia a ser administrado pelo Conselho de Administração. O plano prevê a outorga de até 4% do capital subscrito da Companhia por meio de diferentes programas de opções de compra de ações a serem constituídos no longo prazo no âmbito deste Plano.

As opções de compra de ação podem ser exercidas a qualquer momento a partir da data de aquisição do direito até a data limite para exercício. As outorgas podem ser realizadas para membros da Administração da Companhia entre eles diretores, gerentes e coordenadores, com exceção dos diretores controladores.

Os custos dos planos da Companhia são mensurados pelo valor justo na sua data de outorga, estimados com base no modelo denominado Black & Scholes. A Companhia adotou o procedimento de reconhecer estes custos pelo método linear durante o “vesting period”, compreendido entre a data da outorga (concessão) até a data em que o colaborador tem o direito de exercer a opção, com um correspondente aumento (i) no patrimônio líquido, na rubrica “opções outorgadas reconhecidas” incluída nas “reservas de capital”; e (ii) na demonstração do resultado do período, sendo alocado nas rubricas “custos”, “despesas gerais, administrativas e outras”.

Durante o exercício de 2024 a Companhia acessou o plano 2 de remuneração baseada em ações, no qual possui 3 modalidades (i) a um preço de exercício simbólico de R\$0,01 por ação; (ii) a um preço fixo de R\$10,13 de exercício por ação; e (iii) a um preço fixo de R\$exercício por ação condicionado ao atingimento de metas coletivas. Como consequência desse acesso, houve ajustes na modalidade (iii) “preço fixo” para refletir os cancelamentos parciais das outorgas. Como resultado houve diminuição na estimativa de remuneração e consequentemente uma reversão da despesa contabilizada em períodos anteriores. O efeito líquido dessas transações em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$2.192.

20.3. Reserva de Lucros

a) Reserva legal

Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até que seu valor atinja 20% do capital social realizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento do capital social.

b) Distribuição de dividendos e juros sobre capital

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios é realizada em percentual a ser definido em Assembleia Geral, entretanto, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal).

Em 22 de dezembro de 2023, foi deliberado em reunião do Conselho de Administração, a distribuição de juros sobre capital próprio (JCP) aos acionistas no montante de R\$22.800 referente ao trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2023. O pagamento destes juros sobre capital próprio foi efetuado em 19 de abril de 2024.

Em 26 de março de 2024, foi deliberado em reunião do Conselho de Administração, a distribuição de juros sobre capital próprio (JCP) aos acionistas no montante de R\$24.000 referente ao trimestre encerrado em 31 de março de 2024. O pagamento destes juros sobre capital próprio foi efetuado em 19 de abril de 2024.

Em 28 de junho de 2024, foi deliberado em reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intercalares referentes ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2024, no montante de R\$34.600 e na mesma reunião foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio (JCP) no valor de R\$25.400. O pagamento destes dividendos e juros sobre capital próprio ocorreu em 25 de julho de 2024. Ambas as deliberações são ad referendum de AGO a ser realizada até o final de abril de 2025.

Em 30 de setembro de 2024, foi deliberado em reunião do Conselho de Administração, a distribuição de juros sobre capital próprio (JCP) aos acionistas no montante de R\$26.000 referente ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2024. O pagamento destes juros sobre capital próprio será efetuado em data a ser definida pela diretoria executiva.

Nos termos do ICPC08 - Interpretação Técnica sobre Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, em razão de não se constituir obrigação presente na data destas demonstrações financeiras, o montante dos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio que venham a ser deliberados em excesso aos dividendos mínimos obrigatórios em reunião do Conselho de Administração da Cia. ad referendum de AGO serão mantidos em rubricas contábeis internas no patrimônio líquido e quando efetivamente pagos serão registrados em rubrica contábil redutora do patrimônio líquido. Estes saldos serão baixados por ocasião da aprovação em AGO realizada em 2025.

20.4. Ações em Tesouraria

Plano de Recompra de Ações

Em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 5 de maio de 2022 foi aprovado plano de recompra para a aquisição, pela Companhia, em uma única operação ou em uma série de operações, de ações ordinárias de sua própria emissão, com os seguintes termos e condições:

- a) Objetivo da Operação: Adquirir ações de emissão da própria Companhia em bolsa de valores, a preço de mercado, com o principal objetivo de fazer frente à entrega de ações no âmbito dos planos de remuneração baseados em ações da Companhia, podendo ainda ser mantidas em tesouraria, canceladas e/ou posteriormente alienadas no mercado. As ações mantidas em tesouraria poderão ser destinadas a eventual exercício de opções no âmbito de plano de opção de compra de ações da Companhia.
- b) Quantidade de ações: a quantidade total a ser adquirida é de até 13.830.380 (treze milhões, oitocentas e trinta mil, trezentas e oitenta) ações ordinárias de emissão da Companhia, equivalente à 4% do total de ações de emissão da Companhia e a 8,13% das ações em circulação em 5 de maio de 2022.
- c) Prazo: o prazo máximo para a realização da operação é de 18 meses a partir de 6 de maio de 2022, encerrou em 5 de novembro de 2023.
- d) Modo de aquisição e preço: a aquisição das ações será feita no pregão da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") a preço de mercado, cabendo à administração da Companhia decidir o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas, seja em uma única operação ou em uma série de operações, respeitando os limites previstos na regulamentação aplicável.

Informações adicionais sobre o plano de recompra de ações estão disponíveis na página de Relações com Investidores da Companhia e nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e da B3.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía ações ordinárias de própria emissão em tesouraria no montante de R\$3.483 (R\$4.822 em 31 de dezembro de 2023), representado por 293.444 ações ordinárias (406.229 em 31 de dezembro de 2023), conforme informações de recompra abaixo:

<u>Mês</u>	<u>Operação</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor do custo</u>	<u>Valor médio da ação (R\$0,00)</u>
2024	Exercício de opções (a)	(112.785)	1.339	11,87

- (a) Vide informações sobre esse exercício de opções na nota explicativa 20.2 - Reserva de Capital item b - Plano de pagamento baseado em ações.

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações realizadas entre a Companhia e as partes relacionadas que afetam o resultado, estão demonstradas a seguir:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
<u>Transações patrimoniais</u>		
Contas a receber Terram (a)	5.842	-
Contas a receber Consórcios (b)	3.061	-
Conta corrente Consórcios (c)	7.884	-
	<u>16.787</u>	<u>-</u>
<u>Transações de resultado</u>		
Arrendamento direito de uso (d)	10.137	9.096
Remuneração dos administradores (e)	7.041	7.397
Vendas de serviços Terram (a)	11.793	-
Vendas de serviços Consórcios (b)	9.114	-
	<u>38.084</u>	<u>16.494</u>

- (a) Operações “intercompany” com a Terram, onde R\$4.533 refere-se a recebimento por locações de máquinas e equipamentos, as quais são realizadas a preços, prazos e condições pactuadas entre as partes e R\$1.309 refere-se a dividendos a receber.
- (b) Operações “intercompany” com os consórcios CCB Fico e CRA, referente a recebimento por locações de máquinas e equipamentos, as quais são realizadas a preços, prazos e condições pactuadas entre as partes. Os valores apresentados representam a participação proporcional da Armac nas operações em conjunto.
- (c) Os saldos referem-se às operações com o Consórcio CCB CRA, e são relativos a aportes de recursos para andamento das operações. Esses recursos são tratados como conta corrente, pois foram superiores ao aporte relacionado ao percentual de participação no Consórcio. Esses aportes serão devolvidos para a Companhia de acordo com o fluxo de caixa dos Consórcios.
- (d) Aluguéis de imóveis - refere-se ao pagamento de aluguéis dos imóveis no valor de R\$10.137 em 31 de dezembro de 2024 (R\$9.096 em 31 de dezembro de 2023), que funcionam como centro de manutenção das máquinas, os quais são propriedades de parte dos acionistas controladores da Companhia (nota explicativa nº 11.2 - Arrendamento Mercantil de Direito de Uso). Em 2024, as remensurações correspondem somente à atualização monetária dos contratos.
- (e) A remuneração dos diretores da Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$7.041 (R\$7.397 em 31 de dezembro de 2023), considerada benefício de curto prazo, registrada na rubrica “Despesas Gerais e Administrativas” no resultado do exercício.

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

22.1. Despesa de imposto de renda e contribuição social

As apurações do imposto de renda e da contribuição social foram realizadas pelo lucro real na Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

A seguir é apresentada a conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social calculados pela alíquota nominal prevista na legislação tributária e a respectiva despesa lançada no resultado do período:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	212.788	198.835	225.843
(x) Alíquota nominal	34%	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(72.348)	(67.604)	(76.786)
Efeitos das adições (exclusões) permanentes no cálculo dos tributos			
(-) Custos e despesas indedutíveis	-	(1.818)	-
(+/-) Outras diferenças permanentes	(5.546)	6.058	946
(-) JCP recebidos de controlada	(445)	-	-
(+) Equivalência patrimonial	10.111	-	-
(+)JCP	25.636	27.812	25.636
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(42.591)	(35.552)	(50.204)
Correntes	-	-	(9.862)
Diferidos	(42.591)	(35.552)	(42.342)
Total	(42.591)	(35.552)	(50.204)
Alíquota efetiva	(20%)	(18%)	(22%)

22.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Composição

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
<u>Ativo</u>			
Ajuste a valor presente de contas a receber	977	-	977
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	25.883	16.065	25.883
Provisão de notas fiscais de fornecedores	-	6.170	-
Prejuízo fiscal e base negativa	744.255	435.642	748.699
Provisão para bonificação de executivos e funcionários	7.387	26.626	7.387
Provisão para contingências	1.300	166	7.793
Realização da mais valia Terram	5.384	-	-
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros de aquisição	3.538	-	3.538
Efeitos CPC06 - IFRS 16	7.893	4.869	7.893
Total	796.617	489.538	802.170
(x) Alíquota vigente	34%	34%	34%
Diferidos ativos	270.850	166.443	272.738
<u>Passivo</u>			
Diferença depreciação fiscal e econômica	1.270.864	828.822	1.270.864
Amortização de ágio de controladas	33.835	18.302	33.835
Provisão de receita de serviços prestados	-	-	6.849
Total	1.304.699	847.124	1.311.548
(x) Alíquota vigente	34%	34%	34%
	443.598	288.022	445.926
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	172.747	121.579	173.187

b) Movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Saldo líquido de IR/CS diferido no início do exercício	121.580	86.028	121.580
Ajuste a valor presente de contas a receber	(332)	-	(332)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(3.338)	(3.672)	(3.338)
Contas a pagar de fornecedores	2.098	(2.098)	2.098
Prejuízo fiscal e base negativa	(104.298)	(72.845)	(104.928)
Prejuízo fiscal e base negativa de incorporada	-	1.116	-
Provisão para bonificação de executivos	6.541	(2.419)	6.541
Provisão para contingências	(386)	(56)	(2.593)
Efeitos CPC06 - IFRS 16	(1.028)	(660)	(1.028)
Diferença depreciação fiscal e econômica	150.294	109.962	150.294
Realização da mais valia da combinação de negócios	(1.831)	-	-
Amortização de ágio de investimento	5.281	6.224	5.281
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros de aquisição	(1.203)	-	(1.203)
Receita diferida	-	-	2.329
Saldo líquido de IR/CS diferido no fim do exercício	172.748	121.580	174.701
Saldo de controlada Terram	-	-	(5.661)
Saldo líquido de IR/CS diferido no fim do exercício	172.749	-	169.040
Valor reconhecido no resultado	42.591	35.552	50.204
Valor reconhecido em balanço	8.577	-	8.577

23. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Locação de equipamentos e prestação de serviços	1.678.204	1.380.283	1.810.514
Venda de máquinas e peças novas	2.262	2.470	2.261
Venda de imobilizados usados	136.525	111.094	138.485
Receita operacional bruta	1.816.991	1.493.847	1.951.260
(-) Impostos incidentes sobre vendas	(176.658)	(132.880)	(185.291)
Receita operacional líquida	1.640.333	1.360.967	1.765.969
COFINS	(122.349)	(96.814)	(124.563)
PIS	(26.563)	(20.647)	(27.043)
ICMS	(587)	(218)	(587)
ISS	(27.159)	(15.201)	(33.098)
Total dos impostos sobre vendas	(176.658)	(132.880)	(185.291)

24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
<u>Custos</u>			
Pessoal	522.088	344.473	551.966
Depreciação e amortização	172.593	174.405	177.798
Insumos, peças e serviços de manutenção	99.141	72.548	115.844
Custo na venda ou baixa de imobilizado	115.384	76.258	115.780
Combustível e custos de transporte	38.225	36.208	42.699
Locações e infraestrutura de TI	14.663	7.573	15.586
Custos de frota	15.267	14.665	15.267
Custos de imóveis	10.444	2.075	10.444
(+/-) Outros custos	(6.409)	5.932	5.964
Total	<u>981.396</u>	<u>734.137</u>	<u>1.051.348</u>
<u>Despesas</u>			
Pessoal	81.192	95.496	90.408
Depreciação e amortização	21.144	11.247	25.680
Despesas administrativas e comerciais	30.250	26.562	34.354
Atualização earn-out	1.098	-	1.098
Atualização de Compromisso de Opções - Put	2.440	-	2.440
Locação de softwares	15.898	20.147	15.898
Despesas com assessores	9.404	7.639	10.643
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.819	9.270	9.819
Outras (receitas) despesas, líquidas	974	1.382	1.229
Total	<u>172.219</u>	<u>171.743</u>	<u>191.569</u>

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Rendimentos de aplicação financeira	111.670	96.213	111.735
Outros	4.301	2.843	5.780
Total	<u>115.971</u>	<u>99.056</u>	<u>117.516</u>
	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Juros sobre empréstimos e financiamentos (*)	345.965	303.979	345.965
Atualização monetária sobre contas a pagar	2.303	5.565	2.303
Atualização monetária sobre contas a pagar por aquisição de empresa	3.734	-	3.734
Juros sobre arrendamento de direito de uso	11.741	10.340	11.808
Juros sobre fornecedores convênio	46.331	33.165	46.331
Outras	4.183	2.258	4.585
Total	<u>414.257</u>	<u>355.307</u>	<u>414.726</u>

26. LUCRO POR AÇÃO

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação utilizada para calcular o lucro básico e diluído.

A Companhia não possui transações que afetem a diluição do lucro.

	Controladora e Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2023
<u>Numerador</u>		
Lucro líquido do período (a)	170.197	163.283
<u>Denominador (em milhares de ações)</u>		
Média ponderada de número de ações	346.255	346.016
Média ponderada de número de ações em tesouraria	(337)	(333)
Média ponderada de número de ações em circulação (b)	345.918	345.683
Lucro por ação - básico (em R\$) (a/b)	0,49	0,47
<u>Denominador (em milhares de ações)</u>		
Média ponderada de número de ações	346.255	346.016
Média ponderada de número de ações em tesouraria	(337)	(333)
Média ponderada de número de ações outorgadas	-	91
Média ponderada de número de ações diluídas (c)	345.918	345.775
Lucro por ação - diluído (em R\$) (a/c)	0,49	0,47

O efeito diluidor no lucro por ação é representado pelos planos de outorgas de ações demonstrados na nota explicativa nº 20.2 - Patrimônio Líquido, Reserva de Capital letra b.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

27.1. Categorias de instrumentos financeiros

		Controladora		Consolidado
	Categoria	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amort.	175.448	254.405	210.912
Aplicações financeiras	Custo amort.	430.575	475.190	430.575
Contas a receber de clientes	Custo amort.	518.514	325.596	562.227
Partes relacionadas	Custo amort.	16.787	-	-
Opção de compra sobre participação minoritária	Valor justo	17.866	-	17.866
Total		1.159.190	1.055.191	1.221.580
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores e fornecedores convênio	Custo amort.	426.222	396.304	429.820
Empréstimos e financiamentos	Custo amort.	2.387.119	2.050.087	2.394.903
Arrendamento mercantil de direito de uso	Custo amort.	87.113	86.633	88.670
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		-	-	403
Contas a pagar por aquisição de empresas	Custo amort.	56.845	18.087	56.845
Contas a pagar por aquisição de empresas - earn-out	Valor justo	11.457	-	11.457
Contas a pagar por aquisição de empresas - put	Valor justo	56.567	-	56.567
Total		3.025.323	2.551.111	3.038.663

27.2. Riscos financeiros e cambiais

As atividades da Companhia estão sujeitas a riscos de crédito e liquidez. Para assegurar que se tenha caixa suficiente para atendimento das necessidades operacionais, a Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez.

A Companhia não realiza transações relevantes com fornecedores estrangeiros. Não há exposição a riscos de câmbio em 31 de dezembro de 2024.

27.3. Análise de sensibilidade

Risco de taxa de juros

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente às necessidades de caixa para investimento e crescimento. Em decorrência disso, a Companhia está exposta ao risco de taxa de juros referenciadas em CDI e SELIC e essa exposição está apresentada na nota explicativa nº16 - Empréstimos e Financiamentos.

A sensibilidade ao risco de aumento na taxa CDI e SELIC, que afetaria as despesas financeiras da Companhia, estão abaixo demonstradas, considerando os cenários com aumento de 25% a 50% da taxa CDI, tendo como base a taxa SELIC ao fim de dezembro de 2024 no patamar de 12,25%, conforme divulgado no site Banco Central.

	Saldo 31/12/2024	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Taxa do CDI médio para os próximos 12 meses		12,25%	15,31%	18,38%
Empréstimos e financiamentos não indexados a CDI e SELIC	451.940	507.302	521.143	534.983
Empréstimos e financiamentos indexados a CDI e SELIC	1.144.922	1.285.175	1.320.238	1.355.301
Contas a pagar por aquisição de empresas indexados a CDI	124.869	140.165	143.990	147.814
Subtotal	1.721.730	1.932.642	1.985.370	2.038.098
Aplicações financeiras	(430.575)	(483.320)	(496.507)	(509.693)
Exposição líquida	1.291.155	1.449.322	1.488.863	1.528.405

Gestão de risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais impactos decorrentes da inadimplência de seus clientes e visando diversificação de suas operações. Nenhum cliente isoladamente contribuiu com mais de 10% da receita operacional líquida.

Gestão de risco de liquidez

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, monitoradas periodicamente pela Administração.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados (valor nominal com juros futuros):

Controladora	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Fornecedores e fornecedores convênio	470.734	-	-	-	470.734
Empréstimos e financiamentos	30.273	33.640	2.854	2.466.750	2.533.517
Contas a pagar por aquisição de empresas	16.807	29.307	-	71.935	118.049
Arrendamento de direito de uso	18.775	16.939	14.488	137.961	188.163
Consolidado	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Fornecedores e fornecedores convênio	474.331	-	-	-	474.331
Empréstimos e financiamentos	31.231	34.557	3.477	2.467.309	2.536.573
Contas a pagar por aquisição de empresas	16.807	29.307	-	71.935	118.049
Arrendamento de direito de uso	19.311	18.418	14.488	137.961	190.179

28. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a prática de contratar cobertura de seguros por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades.

	Controladora e Consolidado Cobertura
Bens de Ativo Imobilizado	20.350
Transporte	400.000
Causas Cíveis	45.200
D&O	70.000
Responsabilidade Civil	204.833

29. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As transações que não afetaram o caixa estão demonstradas no quadro a seguir:

Classificação na Demonstração Financeira	Rubrica	Nota Explicativa	Natureza da Transação	Controladora		Consolidado
				31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Ativo	Imobilizado - Arrendamento de direito de uso	10.2	Efeitos do IFRS 16 Rescisão Contratual	9.201	18.043	10.872
Passivo	Imobilizado	10.1		9.201	18.043	10.872
Passivo	Fornecedores convênio	12.2	Fornecedores convênio	372.366	389.720	372.366
Ativo	Imobilizado	10.1		372.367	389.720	372.367
Patrimônio Líquido	Plano para pagamento baseado em ações	16.2 b	Exercício de Opções de Ações	1.339	3.297	-
Patrimônio Líquido	Ações em tesouraria	16.4		1.339	3.297	-
Ativo	Impostos Diferidos - Prejuízo Fiscal	18.2 b	Parcelamento de Tributos	8.577	-	8.577
Passivo	Parcelamento de tributos - Federal	14.2		8.577	-	8.577
Ativo	Contas a Receber - PCLD	5.3	PCLD - Perda Efetiva	715	1.602	-
Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	-		715	1.602	-
Ativo	Total dos ativos	-	Saldos iniciais de ativos e passivos na aquisição da Terram	-	-	83.840
Passivo	Total dos passivos	-		-	-	83.840

Anexo II

Comentários da Administração

A ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária datada de 30 de abril de 2025

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A.

CNPJ/MF n.º 00.242.184/0001-04

NIRE 35.300.551.362

Companhia Aberta

ANEXO II

Comentários da Administração

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais.

As informações financeiras incluídas nesta seção 2, exceto quando mencionado de outra forma, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Armac Locação, Logística e Serviços S.A. ("Armac" ou "Companhia"), preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

As informações constantes nesta seção 2 devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes das demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no *website* da Companhia (ri.armac.com.br) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia apresenta índices de alavancagem que seus diretores consideram dentro do esperado para o momento de crescimento da Companhia e está preparada e tem condições de acessar o mercado para fazer frente a expansão orgânica e através de aquisições que surjam no setor.

A Companhia possui uma carteira de clientes de segmentos da economia diversificados, o que nos possibilita mitigar impactos econômicos e operacionais.

Abaixo são apresentados determinados índices que evidenciam as condições financeiras e patrimoniais gerais da Companhia.

Entre outras análises e índice, a Companhia monitora seu capital com base em cinco índices de alavancagem financeira: (i) Dívida Líquida / Patrimônio Líquido, (ii) Dívida Líquida / Ativo Imobilizado Líquido e (iii) Dívida Líquida / EBITDA Ajustado LTM, (iv) Liquidez Imediata; (v) Liquidez Seca; e (vi) Liquidez Corrente.

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)		Exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
		2024	2023	2022
a	EBITDA LTM (i)	726.532	640.739	457.480
b	Caixa e Equivalentes de Caixa (ii)	641.487	729.595	938.358
c	Contas a Receber	562.227	325.596	237.500
d	Ativo Circulante	1.364.732	1.187.936	1.290.609
e	Ativo Imobilizado Líquido	3.011.349	2.639.478	2.313.223
f	Passivo Circulante	640.455	747.854	393.050
g	Dívida Bruta (iii)	2.390.039	2.050.087	2.064.673
h	Dívida Líquida (iv)	1.748.883	1.320.492	1.126.315
i	Patrimônio Líquido	1.311.017	1.229.942	1.158.521
Índices de alavancagem financeira:				
h/i	Dívida Líquida/Patrimônio Líquido (v)	133,4%	107,4%	97,2%
h/e	Dívida Líquida/Ativo Imobilizado Líquido (vi)	58,0%	50,0%	48,7%
h/a	Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM (vii)	2,36x	2,06x	2,46x
b/f	Liquidez Imediata (viii)	100,2%	97,6%	238,7%
(b+c)/f	Liquidez Seca (ix)	187,9%	141,1%	299,2%
d/f	Liquidez Corrente (x)	213,1%	158,8%	328,4%

- (i) EBITDA LTM se refere ao EBITDA dos últimos 12 meses
- (ii) Caixa e Equivalentes de Caixa inclui a linha de Aplicações Financeiras.
- (iii) A Dívida Bruta é calculado na forma descrita no item 2.5 deste Formulário de Referência.
- (iv) A Dívida Líquida é calculado na forma descrita no item 2.5 deste Formulário de Referência.
- (v) Dívida Líquida/Patrimônio Líquido é um indicador que busca comparar o montante da dívida líquida em relação ao nosso patrimônio líquido.
- (vi) Dívida Líquida/Ativo Imobilizado Líquido é um indicador que busca comparar o montante da dívida líquida em relação ao nosso ativo imobilizado líquido (ou seja, deduzido da depreciação)
- (vii) Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM é um indicador não contábil que busca comparar o montante da dívida líquida em relação ao nosso resultado operacional antes da depreciação e amortização dos últimos 12 meses.
- (viii) A Liquidez Imediata é um indicador definido como a divisão do Caixa e equivalente de caixa pelo Passivo Circulante.
- (ix) A Liquidez Seca é um indicador definido como soma do Caixa e Equivalente de Caixa mais Contas a Receber, dividida pelo Passivo Circulante.
- (x) A Liquidez Corrente é um indicador definido como a divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

Todos os índices apresentados acima não são medidas de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e possuem a finalidade de avaliar a capacidade de pagamento da Companhia frente as suas obrigações. Estes índices não devem ser considerados isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

Em 31 de dezembro de 2024, nosso índice de Dívida Líquida / Patrimônio Líquido registrou o valor de 133,4%, aumento de 26,0 p.p. em relação a 31 de dezembro 2023. Esse aumento é condizente com o alto crescimento da Companhia e sua estratégia que busca financiar grande parte da compra de novos equipamentos.

Em 31 de dezembro de 2024, nosso índice de Dívida Líquida / Ativo Imobilizado Líquido registrou o valor de 58,0%, aumento de 8 p.p. em relação a 31 de dezembro 2023. Esse aumento é condizente com o alto crescimento da Companhia e sua estratégia que busca financiar grande parte da compra de novos equipamentos.

Em 31 de Dezembro de 2024, o índice de alavancagem financeira da Companhia representado pela divisão Dívida Líquida / EBITDA Ajustado LTM apresentou o valor de 2,36x, aumento de 0,3x em relação a 31 de dezembro 2023, quando apresentou o valor de 2,06x. O aumento desse indicador está de acordo com o objetivo da Companhia em 2024 de expandir sua atuação em segmentos estratégicos.

Em 31 de dezembro de 2024, os índices de Liquidez Imediata e Liquidez Seca da Companhia sofreram aumento, explicada pelo aumento do caixa e equivalentes e do contas a receber quanto pela redução do passivo circulante. Já Liquidez Corrente sofreu aumento em comparação com o índice registrado em 2023, devido ao aumento do Contas a Receber e redução do passivo circulante registrados pela Companhia.

A administração da Companhia entende que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são condizentes com sua fase de crescimento e volume de investimentos. Além disso, a administração da Companhia entende que as condições financeiras atuais são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo.

b. Estrutura de capital

Abaixo encontra-se demonstrada a divisão da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio (representada pelo patrimônio líquido) e capital de terceiros (correspondente ao nosso passivo):

		Em 31 de dezembro de		
(Em milhares de Reais, exceto percentuais)		2024	2023	2022
(A)	Passivo Circulante	640.455	747.854	393.050
(B)	Passivo Não Circulante	2.685.881	2.004.931	2.179.404
(C)	Patrimônio Líquido	1.311.017	1.229.942	1.158.521
(D)	Total	4.637.353	3.982.727	3.730.975
Capital de Terceiros ((A+B)/D)		71,7%	69,1%	66,1%
Capital Próprio (C/D)		28,3%	30,9%	33,9%

A Companhia manteve em 31 de dezembro de 2024 proporção de capital próprio em sua estrutura de capital em linha com 31 de dezembro de 2023 e 5,6 p.p. menor do que em 2022.

A Administração da Companhia acredita que sua estrutura de capital atual é adequada para a continuidade das operações e que o nível de alavancagem financeira, mensurado pela relação Dívida Líquida sobre o EBITDA do exercício social de 2024, conforme demonstrado no item acima, continua em nível que acredita ser adequado para o momento atual da companhia.

A Companhia opera com margens eficientes, tendo a diversificação de suas atividades em diferentes setores econômicos, como estratégia para sustentar eventuais momentos de dificuldade da Companhia e para sustentar eventuais momentos de volatilidade da economia.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Administração acredita que a estrutura de capital da Companhia seja suficiente para suprir suas necessidades de caixa, relativas às suas obrigações contratuais decorrentes de empréstimos, financiamentos, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar investimentos e aquisições, a Administração acredita que a Companhia possui condições de contratar e de honrar tais obrigações. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía R\$ 2.390.370 mil de financiamentos e empréstimos contratados, sendo que R\$ 73.555 mil (3,0% do total da Dívida Bruta) classificados como circulante (ou seja, devidos no curto prazo).

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia financia suas atividades parte com capital próprio, com o caixa gerado pelo negócio, e parte com capital de terceiros via contratos de financiamento.

A estratégia da Companhia foca em investimentos em novos equipamentos (CAPEX), visando a manutenção e expansão da sua frota. Para a aquisição destes equipamentos, conforme o caso, a Companhia tem utilizado a contratação de linhas de financiamento bancários como Capital de Giro, FINAME, leasings e CDCs, além de ter acesso ao mercado de capitais para emitir Debentures e linhas incentivadas como o CRA.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A principal fonte de recursos para o capital de giro da Companhia é a receita de suas operações, por meio da locação de máquinas e equipamentos e prestação de serviços a seus clientes. Apesar da principal fonte de recursos para o capital de giro da Companhia ser a receita de suas operações por meio da locação de máquinas e equipamentos e prestação de serviços a seus clientes, a Companhia acessou linhas de crédito e financiamentos para completar o capital de giro.

Adicionalmente, a Companhia emitiu, em 21 de julho de 2021 Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio ("CDCA") que servem de lastro de certificados de recebíveis do agronegócio de emissão da Securitizadora (CRA). A emissão foi no montante de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) sendo (i) R\$ 101.730.000,00 da Primeira série e (ii) R\$398.270.000,00 da Segunda Série. Os recursos captados da emissão foram usados para liquidar a primeira emissão de debenture da Companhia e o restante para reforço de caixa, capital de giro e investimento em ativo imobilizado. Ainda, em 4 de novembro de 2022, foi realizada, pela Companhia, a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações,

da espécie quirografária, em série única no montante de R\$ 300.000.000,00. Os recursos captados estão sendo utilizados sem quaisquer desvios para reforço de caixa, capital de giro e investimento em ativo imobilizado.

Em 15 de março de 2024, foi realizada, pela Companhia, a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única no montante de R\$ 694.35 milhões. Os recursos captados estão sendo utilizados sem quaisquer desvios para no curso normal dos negócios da Companhia para reforço de caixa e capital de giro da Companhia.

Por fim, em 9 de outubro de 2024, foi realizada, pela Companhia, a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries no montante de R\$ 1.000 milhões. Os recursos captados estão sendo utilizados sem quaisquer desvios para reforço de caixa, capital de giro e investimento em ativo imobilizado. Ainda como parte da estratégia de gestão de caixa, a Companhia efetuou o resgate parcial de 165.646 debêntures no valor de R\$ 168.034, dadas as condições favoráveis de mercado para um resgate antecipado frente ao custo de carregamento projetado, em função dos aumentos sucessivos da taxa básica de juros.

A Companhia acredita que o relacionamento bancário construído com seus principais credores, seu perfil de alavancagem, o perfil de longo prazo da dívida financeira e o perfil de geração de caixa operacional, permitirão à Companhia acessar linhas de crédito para suprir eventuais necessidades de capital.

f. Níveis de endividamento e características das dívidas

i. Contratos de empréstimos e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo total de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) da Companhia era de R\$ 2.390.370 mil, enquanto a posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras era de R\$ 641.487 mil. Em 31 de dezembro de 2024, 97,0% da Dívida Bruta da Companhia tinha perfil de longo prazo, comparado a 87,3% em 31 de dezembro de 2023.

A Administração julga que o perfil da dívida da Companhia é adequado face aos seus compromissos e geração de caixa e que ela possui capacidade de obter novos recursos no mercado se e conforme necessário.

A tabela abaixo evidencia a composição do vencimento da Dívida Bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2024:

(Em milhares de Reais)

Ano de Vencimento	Saldo	%
2025	74.884	3,1%
2026	5.039	0,2%
2027	3.211	0,1%
2028	471.153	19,2%
2029	369.025	15,0%
2030	381.763	15,6%
2031	381.763	15,6%
2032	509.568	20,8%
2033	127.805	5,2%
2034	127.805	5,2%
	2.452.015	100%

FINAME

Operações de financiamento por meio de linha de crédito FINAME do BNDES totalizam o montante de R\$ 16.465 mil em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 20.748 mil em 31 de dezembro de 2023). Esses contratos foram celebrados com Banco ABC Brasil S.A

Os contratos têm vencimento entre 2026 e 2027, prevendo pagamentos mensais do principal e dos juros. As taxas de juros pós-fixadas em 3,00%ao ano, mais SELIC e têm como garantia a constituição de alienação fiduciária sobre o bem financiado.

CDC – Crédito Direto ao Cliente

Operações de financiamento por meio de linha de crédito CDC totalizam o montante de R\$ 7.895 mil em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 18.302 mil em 31 de dezembro de 2023). Esses contratos foram celebrados com Banco Bradesco S.A., Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil Banco Multiplo S.A., Banco John Deere S.A., Banco Santander (Brasil) S.A.

Os contratos têm vencimento em 2025, prevendo pagamentos mensais do principal e dos juros. As taxas de juros são préfixadas e variam de 8,7% a 10,2% ao ano, e têm como garantia a constituição de alienação fiduciária sobre o bem financiado e, em alguns casos, aval dos acionistas.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro, especialmente por meio da contratação de operações de FINAME, CDC (Cédulas de Crédito Bancário), Leasing, Capital de Giro e CCE (Cédulas de Crédito à Exportação) para aquisição e renovação das máquinas e dos veículos que integram seu ativo imobilizado. A Companhia não possui relações relevantes de longo prazo com instituições financeiras além daquelas evidenciadas no item 2.1(f) acima.

A Companhia esclarece ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na

expansão do negócio da Companhia. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

De acordo com os contratos das dívidas contraídas pela Companhia, não há precedência de qualquer dívida com relação à outra, mesmo em eventual concurso universal de credores. Considerando que nos contratos da Companhia não há ordem de precedência, em eventual concurso universal de credores, ressalvadas as garantias reais constituídas nos termos indicados acima, a Companhia obedece aos termos estabelecidos na legislação brasileira.

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei nº 11.101 de 2005: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) créditos quirografários; e (vi) créditos subordinados.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

A Companhia é parte como tomadora em contratos de empréstimos e financiamentos evidenciados no item 2.1(f) acima e, portanto, no contexto de tais financiamentos, está obrigada à observância de determinadas obrigações e restrições, sob pena de vencimento antecipado das dívidas. Tais restrições são usuais de mercado em operações como aquelas contratadas pela Companhia e incluem, exemplificadamente:

- (a) alteração do controle direto ou indireto da Companhia;
- (b) inadimplência em transações com instituições financeiras;
- (c) descumprimento dos índices financeiros medido pela relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA LTM (desconsiderados os eventos não recorrentes), que deve corresponder, ao final de cada exercício social, a valor de 3,50x até o vencimento.
- (d) cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência e/ou contribuição ao capital social, gratuita ou onerosa, de (i) bens, ativos ou direitos de sua propriedade, (ii) ativos e/ou participações societárias em subsidiárias e/ou controladas (exceto alienações e cessões fiduciárias para garantir emissão de dívidas, empréstimos e financiamentos);
- (e) distribuição de dividendos lucros, pagar juros sobre o capital próprio, ou ainda, a realização de quaisquer pagamentos aos seus acionistas, caso estejam inadimplentes com determinadas obrigações, ressalvado o pagamento de lucros até o montante de 25% (vinte cinco por cento) do lucro líquido.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições estabelecidas nos contratos mencionados acima e demais contratos financeiros.

Na data deste Formulário de Referência a Companhia havia obtido todos os waivers necessários, relativos a hipóteses de vencimento antecipado contidas em seus instrumentos de dívida, no evento de redução da participação societária dos atuais acionistas controladores em decorrência da realização oferta pública inicial de ações da Companhia.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não tem limites de financiamentos contratados e ainda não utilizados.

h. Alterações significativas em itens da demonstração de resultado e de fluxo de caixa

As variações relevantes nos itens principais do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 são discutidas a seguir.

Ressaltamos que as informações referentes às demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB.

Resultado Líquido atribuível à Companhia

A partir do exercício de 2024, com a aquisição de 65% (sessenta e cinco por cento) do capital social da Terram Engenharia de Infraestrutura S.A. (“Terram”), a Companhia passou a divulgar, em sua demonstração de resultado do exercício, a discriminação entre o lucro líquido da controladora, a Companhia, e o lucro líquido consolidado, que inclui a participação de não controladores. Exceto quando mencionado de outra forma, valores constantes deste Anexo referem-se às informações financeiras consolidadas da Companhia. Nos trechos em que se trata de lucro líquido do exercício, é evidenciada a separação entre o lucro atribuído aos acionistas da Companhia e a participação de não controladores.

BALANÇO PATRIMONIAL

Discussão das principais variações nas contas do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 em comparação a 31 de dezembro de 2023.

Ativo

<i>R\$ milhares</i>	Em 31 de dezembro de 2024	% Total	Em 31 de dezembro de 2023	% Total	Variação
Caixa e equivalentes de caixa	210.912	4,5%	254.405	6,4%	-17,1%
Aplicações financeiras	430.575	9,3%	475.190	11,9%	-9,4%
Contas a receber de clientes	562.227	12,1%	325.596	8,2%	72,7%
Estoques	76.060	1,6%	56.525	1,4%	34,6%
Tributos a recuperar	34.156	0,7%	33.322	0,8%	2,5%
Outros ativos	50.802	1,1%	42.898	1,1%	18,4%
Total do ativo circulante	1.364.732	29,4%	1.897.936	29,8%	-28,1%
Depósito judicial	1.535	-	1.855	-	-17,3%
Outros ativos	40.803	0,9%	28.040	0,7%	45,5%
Imobilizado	3.011.349	64,9%	2.639.478	66,3%	14,1%
Intangível	201.068	4,3%	125.418	3,1%	60,3%
Total do ativo não circulante	3.272.621	70,6%	2.794.791	70,2%	17,1%
Total do ativo	4.637.353	100,0%	3.982.727	100,0%	16,4%

Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$ 641.487 mil, apresentando uma queda de 12,1% em relação ao saldo posição desta conta em 31 de dezembro de 2023. Esta variação do caixa é explicada, principalmente, pelo consumo de caixa para investimento em ativo imobilizado.

Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de contas a receber totalizou R\$ 562.227 mil, apresentando um aumento de 72,7% em relação ao saldo posição desta conta em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$ 325.596 mil. Este aumento explica-se, principalmente, ao (i) crescimento da receita bruta da Companhia, e (ii) aumento do prazo médio de recebimento de clientes em contratos de longo prazo.

Tributos a Recuperar

Em 31 de Dezembro de 2024, o saldo de tributos a recuperar totalizou R\$ 34.156 mil, apresentando um aumento de 2,5% em relação ao saldo posição desta conta em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$ 33.322 mil.

Imobilizado

Em 31 de Dezembro de 2024, o saldo de imobilizado totalizou R\$ 3.011.759 mil, apresentando um aumento de 14,1% em relação ao saldo posição desta conta em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$ 2.639.478 mil. Este aumento explica-se, principalmente, pela aquisição de novos equipamentos em linha com a estratégia de crescimento da Companhia.

Passivo e Patrimônio Líquido

<i>R\$ milhares</i>	Em 31 de dezembro de 2024	% Total	Em 31 de dezembro de 2023	% Total	Variação
Fornecedores	36.091	0,8%	36.176	0,9%	(0,2%)
Fornecedores convênio	398.261	8,6%	360.128	9,0%	10,6%
Empréstimos e financiamentos	73.555	1,6%	261.370	6,6%	(71,9%)
Arrendamento mercantil de direito de uso	8.238	0,2%	8.505	0,2%	(3,1%)
Obrigações sociais e trabalhistas	64.851	1,4%	54.578	1,4%	18,8%
Obrigações tributárias	19.278	0,4%	9.313	0,2%	107,0%
Parcelamentos de tributos	2.379	0,1%	171	0,0%	1.291,2%
Contas a pagar por aquisição de empresas	18.244	0,4%	1.959	0,0%	831,4%
Outras contas a pagar	19.558	0,4%	15.654	0,4%	22,4%
Total do passivo circulante	640.456	13,8%	747.854	18,8%	(14,4%)
Empréstimos e financiamentos	2.316.814	50,0%	1.788.717	44,9%	29,5%
Arrendamento mercantil de direito de uso	80.432	1,7%	78.128	2,0%	3,0%
Contas a pagar por aquisição de empresas	106.625	2,3%	16.128	0,4%	561,2%
Parcelamentos de tributos	5.176	0,1%	213	0,0%	2.330,5%
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	7.793	0,2%	166	0,0%	4.593,6%
Tributos diferidos	169.041	3,7%	121.579	3,1%	39,0%
Total do passivo não circulante	2.685.881	57,9%	2.004.931	50,3%	34,0%
Capital social	1.008.876	21,8%	1.004.034	25,2%	0,5%
Gastos com emissão de ações	(45.072)	(1,0%)	(45.072)	(1,1%)	0,0%
Reserva de capital	132.816	2,9%	135.008	3,4%	(1,6%)
Reserva de lucros	204.191	4,4%	140.794	3,5%	45,0%
Ações em tesouraria	(3.483)	(0,1%)	(4.822)	(0,1%)	(27,8%)
Transações entre sócios	52.392	1,1%	-	-	-
Participação dos não controladores	(38.703)	(0,8%)	-	-	-
Total do patrimônio líquido	1.311.017	28,3%	1.229.942	30,9%	6,6%
Total do passivo e patrimônio líquido	4.637.353	100,0%	3.982.727	100,0%	16,4%

Fornecedores e Fornecedores Convênio

Em 31 de Dezembro de 2024, o saldo de fornecedores totalizou R\$ 36.091 mil, apresentando uma redução de 0,2% em relação ao saldo desta conta em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$ 36.176 mil. O saldo de fornecedores convênio em 31 de Dezembro de 2024 totalizou R\$ 398.261 mil, 10,6% maior do que a posição em 31 de Dezembro de 2022, de R\$ 360.128.

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de Dezembro de 2024, o saldo de empréstimos e financiamentos totalizou R\$ 2.390.370 mil, apresentando um aumento de 16,6% em relação ao saldo posição desta conta em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$ 2.050.087 mil.

Obrigações sociais e trabalhistas

Em 31 de Dezembro de 2024, o saldo de obrigações sociais e trabalhistas totalizou R\$ 64.851 mil, apresentando um aumento de 18,8% em relação ao saldo posição desta conta em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$ 54.578 mil. Este aumento explica-se, principalmente, ao crescimento do custo de folha da Companhia que está ligado diretamente ao crescimento da receita bruta através da implantação de novos projetos.

Tributos diferidos

Em 31 de Dezembro de 2024, o saldo de tributos diferidos totalizou R\$ 169.040 mil, apresentando um aumento de 39,0% em relação ao saldo posição desta conta em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$ 121.579 mil.

Patrimônio líquido

Em 31 de Dezembro de 2024, o saldo do patrimônio líquido totalizou R\$ 1.311.017 mil, apresentando um aumento de 6,6% em relação ao saldo posição desta conta em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$ 1.229.942 mil.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO

Demonstrações do Resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

R\$ milhares	Em 31 de dezembro de 2024	% Receita	Em 31 de dezembro de 2023	% Receita	Variação %
Receita líquida operacional	1.765.969	100,0%	1.360.967	100,0%	29,8%
Custo dos serviços prestados	(1.051.348)	(59,5)	(734.137)	(53,9%)	43,2%
Lucro bruto	714.622	40,5%	626.830	46,1%	14,0%
Administrativas e comerciais	(191.569)	(10,8%)	(171.743)	(12,6%)	11,5%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	523.053	29,6%	455.087	33,4%	14,9%
Despesas financeiras	(414.726)	(23,5%)	(355.307)	(26,1%)	16,7%
Receitas financeiras	117.516	6,7%	99.056	7,3%	18,6%
Resultado financeiro líquido	(297.210)	(16,8%)	(256.252)	(18,8%)	16,0%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	225.843	12,8%	198.835	14,6%	13,58%
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>					
Corrente	(9.862)	(0,6%)	-	-	-
Diferido	(40.342)	(2,3%)	(35.552)	(2,6%)	13,5
Lucro líquido do exercício	175.639	9,9%	163.283	12,0%	7,6%
Lucro atribuível aos:					
Acionistas da Companhia	170.197	9,6%	163.283	12,0%	4,2%
Participação de não controladores	5.442	0,3%	-	-	-

Receita líquida operacional

A Receita líquida operacional da Companhia decorre principalmente da locação de máquinas e equipamentos e da prestação de serviços de manutenção e operação desses equipamentos. O total da Receita líquida operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 correspondeu a R\$ 1.765.969 mil, um aumento de 29,8%, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$ 1.360.967 mil. As variações na Receita líquida operacional são explicadas, principalmente, pelo aumento da frota disponibilizada para locação. A Companhia investiu e segue investindo na expansão da frota para aluguel e no apoio dessa frota (instalações, frota de apoio, entre outros). Esses equipamentos foram locados ao longo desse período, o que reflete no aumento da receita observado.

As deduções de receita com relação a PIS e COFINS corresponderam a R\$ 151.606 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o que corresponde a um aumento de 29,1% em relação ao valor de R\$ 117.461 mil

registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. O aumento é proporcional ao aumento da receita bruta da Companhia, com consequente aumento da carga tributária incidente com relação a PIS e COFINS.

Custos dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados corresponderam a R\$ 1.051.348 mil exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o que corresponde a um aumento de 43,2% em relação ao valor de R\$ 734.137 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Em termos de percentual da receita líquida do período os custo dos produtos vendidos apresentou um aumento de 53,9% para 59,5%. O aumento absoluto é diretamente relacionado ao crescimento da nossa operação e ao aumento da relevância de operações complexas que possuem maior índice de mão de obra.

Lucro Bruto

O lucro bruto apresentou aumento de 14,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, quando representava R\$ 714.622 mil, em comparação a R\$ 626.830 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2023. Em termos de percentual da receita líquida do período o lucro bruto apresentou uma redução de 46,1% para 40,5%.

Despesas Administrativas e Comerciais

As despesas administrativas e comerciais apresentaram um aumento de 11,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, quando representava R\$ 191.622 mil, em comparação a R\$ 171.743 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Em termos de percentual da receita líquida do período, as despesas administrativas e comerciais apresentaram uma queda de 12,6% para 10,8%. Essa queda é explicada pela diluição de despesas fixas de pessoal e processos administrativos dado o aumento da receita da Companhia.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi negativo em R\$ 297.210 mil, 16,0% maior em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou uma R\$ - 256.252 mil. A variação apresentada é explicada, principalmente, pelo nível de juros do país.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes de imposto de renda e contribuição social totalizaram uma despesa de R\$ 50.204 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, comparado a R\$ 35.522 do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, um aumento de 41,3% no período. Essa variação decorreu, principalmente, do aumento do lucro tributável que é um resultado da soma das receitas e despesas descritos acima. A taxa de imposto incidente se manteve constante em 34%.

Lucro Líquido do Exercício

Como resultado das variações acima indicadas, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 175.639 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, correspondeu a um aumento de 7,6% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$ 163.283 mil.

FLUXOS DE CAIXA

Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

<i>R\$ milhares</i>	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	254.405	938.358
Caixa líquido das atividades operacionais	38.485	126.162
Caixa líquido das atividades de investimento	99.934	(453.930)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(181.564)	(355.898)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	211.260	254.405

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais totalizou R\$ 38.485 mil no período findo em 31 de dezembro de 2024, comparado ao caixa líquido aplicado de R\$ 126.162 mil no período findo em 31 de dezembro de 2023.

O caixa líquido gerado nas atividades de investimento totalizou R\$ 99.934 mil no período findo em 31 de dezembro de 2023, comparado ao caixa líquido de R\$ 453.930 mil negativos no período findo em 31 de dezembro de 2023.

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 181.564 mil negativo no período findo em 31 de dezembro de 2024, comparado ao caixa líquido aplicado de R\$ 355.898 mil negativo no período findo em 31 de dezembro de 2023.

2.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os resultados operacionais da Companhia são oriundos da atividade de locação de máquinas e equipamentos e prestação de serviços relacionados à locação de máquinas e equipamentos e venda de ativos que compõe o imobilizado da Companhia:

- (i) Locação de máquinas linha amarela, plataformas elevatórias, empilhadeiras, caminhões e equipamentos pesados com ou sem cessão de mão de obra (operador dos equipamentos), que viabilizam as demandas técnicas para atender as necessidades de clientes. As faturas são emitidas no final do mês corrente, após a prestação de serviço. Os pagamentos são realizados após a emissão das faturas. A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização das máquinas e equipamentos pelo cliente.
- (ii) A venda de máquinas e peças novas é uma atividade acessória e complementar à atividade de locação de equipamentos, realizada de maneira pontual para ajustes na frota. A Companhia aliena equipamentos e peças através de seus consultores comerciais, os quais utilizam de plataformas de anúncios para divulgação dos ativos.
- (iii) A receita de venda de ativos do imobilizado (máquinas e caminhões) é uma atividade acessória e complementar à atividade de locação de equipamentos. A Companhia aliena máquina e caminhões através de seus consultores comerciais, os quais utilizam de plataformas de anúncios para divulgação dos ativos. A receita de venda de ativos é reconhecida quando se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega dos produtos.

R\$ milhares	2024	2023	Variação %
Locação de equipamentos e prestação de serviços	1.810.514	1.380.283	21,6%
Venda de máquinas e peças novas	2.262	2.470	(8,4%)
Venda de imobilizados usados	138.485	111.094	22,9%
Receita operacional bruta	1.951.260	1.493.847	21,6%

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais da Companhia foram impactados especialmente pelo seu crescimento. Neste sentido, os principais fatores que influenciaram este crescimento são:

- (i) Um aumento do número de equipamentos que a Companhia foi capaz de adquirir e disponibilizar para seus clientes nos últimos anos. Período no qual a frota para locação atingiu 259 equipamentos em 31 de dezembro de 2018 para 11.247 equipamentos em 31 de dezembro de 2024;

- (ii) A capacidade comercial da Companhia em conseguir manter taxas de utilização elevadas de sua frota mesmo com o crescimento acelerado observado pela Companhia no mesmo período. Isso foi possível, em ordem de relevância, em razão da adição de novos clientes à carteira da Companhia; do aprimoramento da relação comercial com clientes existentes por meio do aumento do número de máquinas alugadas para esses clientes; e da expansão dos negócios da Companhia para novas regiões do país com a utilização do modelo "Asset Sharing".

b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio, inflação:

A Companhia tem sido, historicamente, capaz de repassar para seus clientes variações positivas e negativas nos custos de seus produtos. Tais variações podem ser causadas pela taxa de inflação, taxa de juros, taxa de câmbio e outros elementos que impactam os custos de produção por parte de seus fornecedores.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

A Companhia detinha, em 31 de dezembro de 2024, R\$ 2.001.357 mil em dívidas e R\$ 124.869 mil em contas a pagar indexadas com base na SELIC ou no CDI. Dessa maneira, um aumento ou diminuição do CDI poderá impactar o montante dos juros a serem pagos das nossas dívidas.

A Companhia não foi capaz de identificar impactos negativos em sua operação decorrentes da inflação. Todos os contratos com prazo superior a um ano têm como correção algum índice inflacionário de modo a mitigar o impacto de ambientes com alta inflação.

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente não houve nenhum impacto que represente montante relevante em função da variação de preços dos insumos e do câmbio.

2.3 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças contábeis significativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não ocorreram ressalvas no relatório dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Não ocorreram ênfases no relatório dos auditores independentes relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

2.4 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Em linha com seu planejamento estratégico, a Armac decidiu ingressar em consórcios de obras de infraestrutura para consolidar sua posição no mercado de locação de máquinas. Essa iniciativa, além de permitir o aumento do volume de locação de suas máquinas e garantir sua máxima utilização.

Além disso, a Companhia passou a participar majoritariamente da Terram Engenharia de Infraestrutura S.A., adicionando mais uma oferta ao seu portfólio e, por extensão, mais um fator para seu crescimento estratégico.

A Administração da Companhia passou a apresentar demonstrações financeiras consolidadas a partir do segundo trimestre de 2024, com a participação na constituição dos consórcios Consórcio CCB Fico e Consórcio CRA, e pela aquisição a partir de 31 de julho de 2024 da Terram Engenharia de Infraestrutura S/A.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de 31 de dezembro de 2024 incluem as operações em conjunto dos Consórcio CCB Fico e Consórcio CRA e operações da controlada Terram, a partir das datas de suas constituições e aquisição. Estas informações foram preparadas de acordo com os seguintes critérios: (a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas; (b) eliminação dos investimentos da controladora contra o respectivo patrimônio líquido, conforme o caso, da empresa controlada; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

Participação direta em controladas em conjunto: consolidação proporcional	Participação (%)
Consórcio CCB Fico	30%
Consórcio CRA	20%

Participação em controlada	Participação (%)
Terram Engenharia de Infraestrutura S.A.	65%

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 31 de julho de 2024, foi concluída a aquisição de 65% (sessenta e cinco por cento) das ações da Terram Engenharia de Infraestrutura S.A. com o cumprimento de todas as condições precedentes usuais as operações dessa natureza, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), com opção de compra dos 35% (trinta e cinco por cento) restantes em 2029.

Em 18 de novembro de 2022, conforme deliberação aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia realizou a incorporação da Bauko Equipamentos de Movimentação e Armazenagem S.A., sociedade que havia sido adquirida em 03 de novembro de 2021 e era controlada pela Companhia até a data da incorporação.

Em 19 de agosto de 2021, a Companhia adquiriu 100% (cem por cento) do capital Social da RCB Locação de Equipamentos e Máquinas Ltda., sociedade que foi incorporada pela Companhia e, posteriormente extinta, conforme deliberação aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de janeiro de 2022.

Além disso, em 03 de novembro de 2021, a Companhia adquiriu 100% (cem por cento) do capital social da Bauko Equipamentos de Movimentação e Armazenagem S.A., sociedade que foi incorporada pela Companhia e, posteriormente extinta, conforme deliberação aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de novembro de 2022.

Em junho de 2020, o Speed Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, um fundo gerido pela Gávea Investimentos, adquiriu uma participação de 29,0% no capital social da Companhia e, em fevereiro de 2021, por meio do exercício de uma opção contratual, ampliou essa participação para 39,94%. Para maiores informações, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

c) Eventos ou operações não usuais

Não houve qualquer evento ou operação não usual na Companhia nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente.

2.5 - Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) Informar o valor das medições não contábeis

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022E
<u>Resultado</u>			
EBITDA	726.532	640.739	457.480
Margem EBITDA	41,1%	47,1%	48,1%
EBITDA Locação	688.975	605.903	434.451
Margem EBITDA Locação	44,18%	48,5%	48,8%
EBITDA Ajustado	729.228	605.903	434.451
Margem EBITDA Ajustado	41,3%	48,5%	48,8%
<u>Fluxo de Caixa</u>			
Fluxo de caixa operacional gerencial	449.867	456.679	381.706
Fluxo de caixa operacional gerencial (% EBITDA Ajustado)	65,3%	75,4%	87,9%
<u>Endividamento</u>			
Dívida Bruta	2.479.039	2.050.087	2.064.673
Dívida Líquida	1.837.553	1.320.492	1.126.315
Dívida Líquida / EBITDA LTM	2,36x	2,06x	2,46x
<u>Performance</u>			
ROIC Ajustado	27,5%	29,0%	27,9%
ROIC Contábil	18,5%	18,8%	17,4%
ROE Contábil	13,6%	13,3%	10,8%

EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA consiste no lucro (prejuízo) líquido consolidado da Companhia acrescido do: (i) resultado financeiro líquido, (ii) do imposto de renda e contribuição social (corrente e diferida), (iii) dos custos e despesas de depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida, que é a receita bruta deduzido dos impostos incidentes sobre vendas (PIS, COFINS e ISS).

O EBITDA e a Margem EBITDA (i) não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e/ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB); (ii) não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou tampouco

como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia; e (iii) não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias, cabendo observar que a Companhia utiliza como base para o cálculo a Resolução CVM 156, que versa sobre essa medida em seu artigo 3º, inciso I. A Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão

EBITDA LOCAÇÃO e MARGEM EBITDA LOCAÇÃO

O EBITDA Locação consiste no lucro (prejuízo) líquido consolidado da Companhia acrescido do: (i) resultado financeiro líquido, (ii) do imposto de renda e contribuição social (corrente e diferida), (iii) dos custos e despesas de depreciação e amortização, (iv) do resultado da venda de imobilizado (receita bruta de venda de imobilizados usados subtraído pelo custo na venda ou baixa de imobilizado) e (v) do resultado de consórcios (receita líquida de consórcios subtraídos pelos custos e despesas). A Margem EBITDA Locação é calculada pela divisão do EBITDA Locação pela receita operacional líquida da locação de equipamentos e prestação de serviços, que é a receita bruta da locação de equipamentos e prestação de serviços deduzido dos impostos incidentes sobre vendas (PIS, COFINS e ISS).

O EBITDA Locação, e a Margem EBITDA Locação (i) não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e/ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB); (ii) não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou tampouco como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia; e (iii) não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias, cabendo observar que a Companhia utiliza como base para o cálculo a Resolução CVM 156, que versa sobre essa medida em seu artigo 3º, inciso I. A Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão.

EBITDA AJUSTADO e MARGEM EBITDA AJUSTADO

O EBITDA Ajustado consiste no lucro (prejuízo) líquido da Companhia acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social (corrente e diferida), dos custos e despesas de depreciação e amortização, dos resultados líquidos vinculados às operações descontinuadas, e ajustado por outros itens que contribuam para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa¹. A Margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida, que é a receita bruta deduzida dos impostos incidentes sobre vendas (PIS, COFINS e ISS).

O EBITDA Ajustado, e a Margem EBITDA Ajustado (i) não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e/ou pelas Normas Internacionais de

¹ Custos e despesas não recorrentes únicos que fazem parte dos custos dos serviços prestados e despesas operacionais que derivam dos registros contábeis que serviram de base para a elaboração das demonstrações contábeis do período.

Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB); (ii) não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou tampouco como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia; e (iii) não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias, cabendo observar que a Companhia utiliza como base para o cálculo a Resolução CVM 156, que versa sobre essa medida em seu artigo 3º, inciso I. A Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão.

DÍVIDA BRUTA e DÍVIDA LÍQUIDA

A Dívida Bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante). A Dívida Líquida corresponde à Dívida Bruta deduzida dos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa.

A Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado LTM corresponde à divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado LTM (últimos doze meses) da Companhia nas mesmas datas. A Companhia utiliza o índice Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado LTM como indicador de alavancagem financeira, para acompanhamento de covenants em debêntures e outros instrumentos de dívida.

A Dívida Bruta, Dívida Líquida e o índice Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado LTM não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelo BR GAAP nem pelas IFRS, e não possuem significado padrão. Outras companhias podem calcular a Dívida Bruta, Dívida Líquida e, conseqüentemente, o índice Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado LTM de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

RETORNO SOBRE O CAPITAL INVESTIDO – ROIC AJUSTADO

O retorno sobre o capital investido, ou Return On Invested Capital Ajustado ("ROIC Ajustado"), é calculado a partir do EBITDA Ajustado LTM deduzido da depreciação e amortização e do imposto de renda corrente, dividido pelo capital investido médio (mensal) do período. O capital investido médio (mensal) do período é composto pela soma (i) do capital de giro e (ii) do ativo imobilizado bruto dividido por 2 (dois). O uso do ativo imobilizado bruto dividido por 2 (dois) tem o objetivo de apresentar uma visão de rentabilidade na vida média de um equipamento típico da empresa, ou seja, seria seu valor após 5 (cinco) anos de depreciação (contabilmente o equipamento tem uma vida útil de 15 anos). O ROIC Ajustado é uma métrica utilizada para análises financeiras e reflete, em percentuais, a rentabilidade gerada pelas operações da Companhia.

O ROIC Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelo BR GAAP nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular o ROIC de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO – ROE AJUSTADO

O Retorno Sobre o Patrimônio Líquido Ajustado, ou Return On Equity ("ROE Ajustado"), é calculado pelo Lucro Líquido Caixa LTM dividido pela soma do (i) patrimônio líquido médio do período e (ii) tributos diferidos médio do período. O objetivo de utilizar o Lucro Líquido Caixa é considerar o efeito do diferimento de imposto de renda e créditos fiscais gerados na operação. O ROE Ajustado reflete em percentuais o retorno sobre o capital próprio da Companhia, evidenciando assim a capacidade da Companhia em agregar valor à ela mesma utilizando os seus próprios recursos.

O ROE Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelo BR GAAP nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular o ROE Ajustado de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL GERENCIAL E FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL GERENCIAL (% EBITDA AJUSTADO)

Em suas atividades o volume de investimentos realizados pela Companhia na expansão de seus negócios a cada exercício social é significativo. Em razão disso, ao se observar o fluxo de caixa operacional para cada período divulgado, há a necessidade de se fazer um ajuste para que o fluxo de caixa no período não seja distorcido pelos efeitos contábeis dessa prática.

Assim, o Fluxo de Caixa Operacional Gerencial equivale ao fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais experimentado pela Companhia em cada período, desconsiderando os efeitos dos valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras a título de investimentos, bem como dos juros atrelados aos financiamentos utilizados para este fim.

A análise do Fluxo de Caixa Operacional Gerencial (% EBITDA Ajustado) demonstra qual a relevância em termos percentuais dos valores gerados pela Companhia em atividades operacionais face ao EBITDA Ajustado para cada período.

O Fluxo de Caixa Operacional Gerencial e o Fluxo de Caixa Operacional Gerencial (% EBITDA Ajustado) não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelo BR GAAP nem pelas IFRS, e não possuem significado padrão. Outras companhias podem calcular o Fluxo de Caixa Operacional Gerencial e o Fluxo de Caixa Operacional Gerencial (% EBITDA Ajustado) de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado, EBITDA Locação, a Margem EBITDA Locação, EBITDA Ajustado LTM Dívida Bruta, Dívida Líquida, Dívida Líquida / EBITDA Ajustado LTM, Lucro Líquido Caixa, Margem Lucro Líquido Caixa, Fluxo de Caixa Operacional Gerencial, Fluxo de Caixa Operacional Gerencial (% EBITDA Ajustado), ROE Ajustado e ROIC Ajustado com os valores das demonstrações financeiras auditadas:

EBITDA E MARGEM EBITDA

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Lucro líquido do exercício	175.639	163.283	148.592
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	50.204	35.552	19.399
(+) Despesas financeiras	414.726	355.307	279.296
(-) Receitas financeiras	(117.516)	(99.056)	(126.974)
(+) Depreciação e amortização	203.479	185.652	137.167
EBITDA	726.532	640.738	457.480
Margem EBITDA (%)	41,1%	47,08%	48,07%

EBITDA AJUSTADO e MARGEM EBITDA AJUSTADO

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2023
Lucro líquido do exercício	175.639	163.283	148.592
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	50.204	35.552	19.399
(+) Despesas financeiras	414.726	355.307	279.296
(-) Receitas financeiras	117.516	(99.056)	(126.974)
(+) Depreciação e amortização	203.479	185.652	137.167
(+) Resultado não recorrente*	2.696	-	-
EBITDA Ajustado	729.228	605.903	434.451
Margem EBITDA Ajustado (%)	41,3%	48,48%	48,75%

* Resultado não recorrente considera receitas e despesas não recorrentes.

EBITDA LOCAÇÃO E MARGEM EBITDA LOCAÇÃO

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Lucro líquido do exercício	175.639	163.283	148.592
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	50.204	35.552	19.399
(+) Despesas financeiras	414.726	355.307	279.296
(-) Receitas financeiras	117.516	(99.056)	(126.974)
(+) Depreciação e amortização	203.479	185.652	137.167
(+/ -) Resultado da venda de imobilizado*	(22.705)	(34.836)	(23.029)
(+/ -) Resultado de consórcios	(14.852)	-	-
(+) Resultado não recorrente**	2.696	-	-
EBITDA Locação	691.671	605.903	434.451
Margem EBITDA Locação (%)	44,35%	48,48%	48,75%

*Resultado da venda de imobilizado é igual a receita bruta de venda de imobilizados usados subtraído pelo custo na venda ou baixa de imobilizado.

** Resultado não recorrente considera receitas e despesas não recorrentes.

DÍVIDA BRUTA, DÍVIDA LÍQUIDA E DÍVIDA LÍQUIDA SOBRE EBITDA AJUSTADO LTM

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
(+) Empréstimos e financiamentos (Passivo Circulante)	81.792	261.370	56.580
(+) Empréstimos e financiamentos (Passivo Não Circulante)	2.397.246	1.788.717	2.008.093
Dívida Bruta	2.479.039	2.050.087	2.064.673
(-) Caixa e equivalentes de caixa	210.912	729.595	938.358
Dívida Líquida	1.837.552	1.320.492	1.126.315
EBITDA LTM	725.532	640.739	457.480
Dívida Líquida / EBITDA LTM	2,53x	2,06x	2,46x

ROE Ajustado

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
(+) Patrimônio Líquido	1.311.017	1.229.942	1.158.521
(+) Tributos diferidos	169.041	121.579	86.028
(=) Patrimônio Líquido e Tributos diferidos	1.480.058	1.351.521	1.244.549
Patrimônio Líquido e Tributos diferidos médio	1.408.797	1.226.646	1.217.671
Lucro líquido Caixa	349.600	309.735	248.557
ROE Ajustado	24,8%	25,3%	20,4%

ROIC AJUSTADO

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
(+) Contas a Receber	562.227	325.596	237.500
(+) Estoque	76.060	56.525	34.811
(+) Tributos a Recuperar circulante	34.156	33.322	68.330
(+) Outros Ativos circulantes	50.802	42.898	11.610
(+) Tributos a Recuperar não circulante	0	0	0
(+) Outros Ativos não circulantes	60.204	28.040	2.104
(+) Ativo intangível	23.313	18.015	13.400
(-) Fornecedores	(434.352)	(396.304)	(284.240)
(-) Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	(64.851)	(54.578)	(35.682)
(-) Obrigações tributárias circulante	(19.278)	(9.313)	(5.822)
(-) Parcelamentos de tributos	(7.555)	(384)	(498)
(-) Outros passivos circulantes	(37.802)	(15.654)	(1.915)
(-) Outros passivos não circulantes	(7.793)	0	0
Capital de giro (a)	242.824	28.163	39.598
(+) Ativo imobilizado bruto	3.685.122	3.081.906	2.603.236
(-) Direito de uso em arrendamento	(112.192)	(101.320)	(83.277)
(=) Ativo imobilizado bruto	3.572.930	2.980.586	2.519.959
Ativo imobilizado bruto / 2 (b)	1.898.657	1.490.293	1.259.980
Capital Investido (a+b)	2.029.289	1.518.456	1.299.577
Capital Investido médio (média mensal)	1.790.259	1.450.776	1.045.149
EBITDA	726.532	605.903	434.451
(-) Depreciação e Amortização	203.479	(185.652)	(137.167)
(-) Imposto de renda corrente	(9.862)	0	(6.080)
NOPAT	513.190	420.251	291.204
ROIC Ajustado	28,7%	29,0%	27,9%

FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL GERENCIAL E FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL GERENCIAL (% EBITDA AJUSTADO)

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	38.485	125.875	(693.606)
(+) Ajuste de fornecedores máquina	6.342	74.115	(49.795)
(+) Aquisição de ativos imobilizados	267.359	177.239	1.017.461
(-) Recebimento pela venda de imobilizado	(138.485)	(111.094)	(60.642)

(+) Juros sobre financiamentos	283.896	282.115	232.727
(-) Juros Pagos Fornecedores convênio	40.992	14.044	
(+) Geração de crédito de PIS/COFINS na aquisição de imobilizado	-	0	68.449
(-) Pagamento de arrendamento de direito de uso	(8.835)	(6.560)	(5.914)
(-) Pagamento de parcelamentos	(1.901)	0	0
(+) Captação de parcelamentos	0	0	0
(-) Receitas financeiras	(117.516)	(99.056)	(126.974)
(+) Despesas antecipadas do IPO	0	0	0
(+) Desembolsos com dívidas não financeiras em M&As	0	0	0
(+) Despesas não recorrentes caixa	0	0	0
Fluxo de caixa operacional gerencial	449.867	456.679	381.706

c) *Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações*

EBITDA E MARGEM EBITDA

A administração da Companhia acredita que o EBITDA, a Margem EBITDA retratam seu desempenho operacional, sem a influência de fatores relacionados à sua estrutura de capital, como despesas com juros e outros resultados financeiros, estrutura tributária, como imposto de renda e contribuição social, e às despesas com depreciação e amortização, que não apresentam efeito-caixa. Neste sentido, o EBITDA e a Margem EBITDA se tornam uma referência prática para fins de avaliação de desempenho operacional e performance, uma vez que mensuram o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento de suas atividades recorrentes.

Nesse sentido, o EBITDA, a Margem EBITDA, são medidas gerenciais, não contábeis, e quando divulgados por outras sociedades podem não ser comparáveis com os mesmos índices divulgados pela Companhia e, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão o mesmo entendimento.

EBITDA AJUSTADO E MARGEM EBITDA AJUSTADO

A administração da Companhia acredita que o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado, o EBITDA Ajustado LTM e a Margem Ebitda Ajustado LTM, retratam seu desempenho operacional, sem a influência de fatores relacionados à sua estrutura de capital, como despesas com juros e outros resultados financeiros, estrutura tributária, como imposto de renda e contribuição social, e às despesas com depreciação e amortização, que não apresentam efeito-caixa e não consideram custos e despesas não recorrentes. Neste sentido, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado se tornam uma referência prática para fins de avaliação de desempenho operacional e performance, uma vez que mensuram o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento de suas atividades recorrentes.

Nesse sentido, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado, o EBITDA Ajustado LTM e a Margem EBITDA Ajustado LTM, são medidas gerenciais, não contábeis, e quando divulgados por outras sociedades podem não ser comparáveis com os mesmos índices divulgados pela Companhia e, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão o mesmo entendimento.

EBITDA LOCAÇÃO, MARGEM EBITDA LOCAÇÃO, EBITDA LOCAÇÃO LTM, MARGEM EBITDA LOCAÇÃO LTM,

A administração da Companhia acredita que o EBITDA Locação, a Margem EBITDA Locação, o EBITDA Locação LTM e a Margem Ebitda Locação LTM, retratam seu desempenho operacional, sem a influência de fatores relacionados à sua estrutura de capital, como despesas com juros e outros resultados financeiros, estrutura tributária, como imposto de renda e contribuição social, e às despesas com depreciação e amortização, que não apresentam efeito-caixa e não considera o impacto da venda dos ativos imobilizados, do resultado de consórcios e dos resultados não recorrentes. Neste sentido, o EBITDA Locação e a Margem EBITDA Locação se tornam uma referência prática para fins de avaliação de desempenho operacional e performance, uma vez que mensuram o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento de suas atividades.

Nesse sentido, o EBITDA Locação, a Margem EBITDA Locação, o EBITDA Locação LTM e a Margem EBITDA Locação LTM, são medidas gerenciais, não contábeis, e quando divulgados por outras sociedades podem não ser comparáveis com os mesmos índices divulgados pela Companhia e, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão o mesmo entendimento.

DÍVIDA BRUTA, DÍVIDA LÍQUIDA E DÍVIDA LÍQUIDA SOBRE EBITDA AJUSTADO LTM

A Dívida Bruta, Dívida Líquida e a Dívida Líquida sobre EBITDA Ajustado LTM não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas BR GAAP nem pelas IFRS e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta, Dívida Líquida e a Dívida Líquida sobre EBITDA Ajustado LTM de maneira diferente daquela utilizada pela Companhia.

A Companhia entende que a Dívida Bruta, Dívida Líquida e a Dívida Líquida sobre EBITDA Ajustado LTM são métricas úteis na avaliação do grau de seu endividamento em relação à sua posição de caixa e capacidade de geração de caixa.

ROE E ROIC CONTÁBEIS E ROIC AJUSTADO

O ROE Contábil, o ROIC Contábil e o ROIC Ajustado funcionam como indicadores da eficiência da Companhia na utilização de seu capital e geração de lucro operacional. A Companhia entende que estes indicadores são importantes para compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, sendo utilizados internamente de forma gerencial para monitoramento de produtividade e desempenho da Companhia. Adicionalmente, a administração da Companhia entende que as medições são úteis para a mensuração dos retornos gerados pela Companhia

em relação aos seus investimentos, sendo uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o seu desempenho operacional, para embasar determinadas decisões de natureza estratégica, operacional e administrativa. Esses indicadores não devem ser considerados substitutos de outras medidas contábeis de acordo com as IFRS e podem não ser comparáveis a medidas similares usadas por outras empresas.

FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL GERENCIAL E FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL GERENCIAL (% EBITDA AJUSTADO)

A administração da Companhia acredita que o Fluxo de Caixa Operacional Gerencial retrata o fluxo de caixa gerado pelas operações da empresa excluindo o impacto de investimentos em expansão de frota e fluxo de caixa derivado de atividades de financiamentos. O Fluxo de Caixa Operacional Gerencial (% EBITDA Ajustado) retrata a proporção do fluxo de caixa gerado pelas operações da Companhia face ao seu resultado operacional representado pelo EBITDA Ajustado.

O Fluxo de Caixa Operacional Gerencial e o Fluxo de Caixa Operacional Gerencial (% EBITDA Ajustado) não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelo BR GAAP nem pelas IFRS, e não possuem significado padrão. Outras companhias podem calcular o Fluxo de Caixa Operacional Gerencial e o Fluxo de Caixa Operacional Gerencial (% EBITDA Ajustado) de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

2.6 - Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Nas Demonstrações Financeiras Padronizadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, não foram reportados eventos subsequentes.

2.7 – Comentários sobre a destinação dos resultados sociais:

a) *Regras sobre retenção de lucros*

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia, a Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar, por proposta da Administração, a retenção de parte do lucro líquido em reserva estatutária devidamente constituída para ser utilizado em investimentos ou reforço de caixa para condução de negócios da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, sobre o lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) será destinado, antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, até o limite máximo previsto na Lei das Sociedades por Ações.

Adicionalmente, conforme previsto no artigo 196 da Lei das S.A., a Companhia, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, poderá aprovar proposta de sua Administração para reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado.

Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, do lucro líquido atribuído aos acionistas de R\$ 170.196.316,02 (cento e setenta milhões, cento e noventa e seis mil, trezentos e dezesseis reais e dois centavos): (i) R\$ 8.509.815,80 (oito milhões, quinhentos e nova mil, oitocentos e quinze reais e oitenta centavos) foram destinados à reserva legal prevista no artigo 193 da Lei nº 6.404/1976; (ii) R\$ 75.400.000,00 (setenta e cinco milhões e quatrocentos mil reais) declarados antecipadamente aos acionistas da Companhia a título de JCP e dividendos, e atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório. Propõe-se que o saldo remanescente de R\$ 86.286.500,22 (oitenta e seis milhões, duzentos e oitenta e seis mil, quinhentos reais e vinte e dois centavos) seja destinado conta de "Reserva de Investimento", conforme artigo 194 da Lei nº 6.404/1976 e artigo 26, parágrafo terceiro do Estatuto Social da Companhia.

Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b) *Regras sobre distribuição de dividendos*

O Estatuto Social assegura a seus Acionistas o direito, em cada exercício, a dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores, podendo os dividendos e/ou juros de capital próprio pagos antecipadamente ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. A Lei das Sociedades por Ações autoriza que a Companhia pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal).

Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, do lucro líquido atribuído aos acionistas de R\$ 170.197.316,02 (cento e setenta milhões, cento e noventa e sete mil, trezentos e dezesseis reais e dois centavos), R\$ 75.400.000,00 (setenta e cinco milhões e quatrocentos mil reais) foram distribuídos aos nossos

acionistas na forma de juros sobre capital próprio. A somatória dos referidos valores pagos foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

c) *Periodicidade na distribuição de dividendos*

A Companhia distribui dividendos anualmente e, conforme deliberação de seu Conselho de Administração, pode distribuir dividendos intermediários e intercalares em periodicidades menores, caso julgue conveniente.

d) *Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais administrativas ou arbitrais*

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, 5% do lucro líquido da Companhia serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social.

O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos, observado o disposto na Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia poderá não pagar dividendos aos seus acionistas em determinado exercício social, se (a) seus administradores informarem à Assembleia Geral, que tal pagamento é incompatível com a situação financeira da Companhia, de forma a retê-los em reserva especial, conforme artigo 202 §§4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações; (b) o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por Proposta da Administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar; (c) mediante proposta da administração, a Assembleia Geral decidir por destinar parte do lucro líquido à formação de reserva para contingências, conforme artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os dividendos poderão ser reduzidos por deliberação unânime em Assembleia Geral.

e) *se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado*

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalizada.

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items) tais como: (i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos; e (ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

Todos os ativos e passivos assumidos pela Companhia estão registrados em seu balanço patrimonial. Portanto, não há ativos ou passivos detidos pela Companhia que não estejam evidenciados em seu balanço patrimonial.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.9 - Comentários sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.10 – Comentários sobre os principais elementos do Plano de Negócios:

a) Investimentos

(i) Descrição dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Em 2024, foram investidos R\$ 705,6 milhões, sendo composto principalmente pela aquisição de máquinas, caminhões e equipamentos para locação, bem como a participação societária na Terram Engenharia de Infraestrutura S.A., no montante de R\$ 65.000 mil, bem como. Tais investimentos são parte do ciclo do negócio de locação de caminhões, máquinas e equipamentos. Para 2025, a estratégia da Companhia seguirá sendo focar em investimentos em novos equipamentos (CAPEX), visando a manutenção e expansão da sua frota.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos:

A Companhia financia suas atividades parte com capital próprio, com o caixa gerado pelo negócio, e parte com capital de terceiros via contratos de financiamento (conforme detalhado no item 2.1(f) desta Proposta da Administração).

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do Banco

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos previstos que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia ou que não esteja descrito no item 2.10 a) (i).

c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Pesquisas em andamento

Não aplicável à operação da Companhia.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável à operação da Companhia.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável à operação da Companhia.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável à operação da Companhia.

d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG:

O plano de negócios da Companhia possui como uma de suas principais premissas a eficiência do ativo, evitando assim o desperdício de recursos naturais.

O modelo de compartilhamento de ativos contribui diretamente para a economia circular, maximizando a utilização da frota e diminuindo a necessidade de compras de equipamentos. Ainda, nossa experiência em remanufatura permite o aumento da vida útil dos equipamentos.

Na relação com seus clientes, a experiência da Companhia com a manutenção de seus equipamentos garante melhorias que geram reduções expressivas no consumo de combustíveis e na geração de insumos, além de disponibilizar aos clientes relatórios sobre o uso dos equipamentos que geram um uso mais eficiente e consciente.

A Companhia possui como valor essencial seu modelo de negócios o incentivo e o oferecimento de educação técnica aos seus colaboradores talentosos, mas desprivilegiados, fornecendo cursos, treinamentos, material e estrutura adequada para o desenvolvimento pessoal e profissional de todos.

O desenvolvimento de pessoas de forma pedagógica e inclusiva é uma cultura enraizada e imprescindível no modelo de negócios da Companhia, garantindo oportunidade de trabalho de forma meritocrática e gerando transformação na vida de seus mecânicos, soldadores, eletricitas, pintores e motoristas profissionais em um período de 1 a 2 anos.

A Companhia entende que está alinhada às melhores práticas de Governança Corporativa, com a atuação presente e ativa de Comitê de Auditoria não estatutário e Comitê de Ética não estatutário, Programa de Integridade totalmente implementado, com treinamento constante de todos os colaboradores, Políticas abrangentes e detalhadas, canal de denúncias ativo e acompanhamento presente das políticas corporativas, além de contar com membros de excelência em seu Conselho de Administração, Diretoria e Comitês, e remuneração de colaboradores chave com base em ações, alinhando incentivos de longo prazo.

Por fim, a Companhia está sempre atenta a oportunidades de emitir novas políticas para aperfeiçoamento de sua governança corporativa, como as recentes políticas de Caixa Mínimo e Alavancagem Máxima aprovadas pelo Conselho de Administração.

2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não há outros fatores ocorridos no último exercício social que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Anexo III

Proposta de Destinação do Lucro Líquido

Artigo 10, Resolução CVM 81/2022 – Parágrafo único, Inciso II – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM 81/22

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A.

CNPJ/MF n.º 00.242.184/0001-04

NIRE 35.300.551.362

Companhia Aberta

ANEXO III

Artigo 10 Resolução 81/22 – Parágrafo único, Inciso II – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM 81/22

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 175.638.214,83 (cento e setenta e cinco milhões, seiscentos e trinta e oito mil, duzentos e quatorze reais e oitenta e três centavos), e o lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia foi de R\$ 170.197.316,02 (cento e setenta milhões, cento e noventa e sete mil, trezentos e dezesseis reais e dois centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio ("JCP") já declarados

Não houve distribuição de dividendos no período. O montante global de JCP declarado é de R\$ 75.400.000,00 (setenta e cinco milhões e quatrocentos mil reais), já distribuídos antecipadamente aos acionistas da Companhia à conta do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2024, os quais foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório, sendo: **(a)** R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais) a título de JCP, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 29 de março de 2023 e pagos em 19 de abril de 2024; **(b)** R\$ 25.400.000,00 (vinte e cinco milhões e quatrocentos mil reais) a título de JCP, conforme aprovado e declarado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 28 de junho de 2024 e pagos em 25 de julho de 2024, e **(c)** R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais) a título de JCP, conforme aprovados e declarados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 30 de setembro de 2024 e com pagamento a ser efetuado em data a ser definida pela Diretoria Executiva e comunicado por meio de Aviso de Acionistas.

Tipo	Data da Declaração	Data "com" Proventos	Valor Total (Bruto)	Valor por Ação
JCP	26/03/2024	02/04/2024	R\$ 24.000.000,00	0,0694369916
JCP	28/06/2024	03/07/2024	R\$ 25.400.000,00	0,0733826872
Dividendos*	28/06/2024	03/07/2024	R\$ 34.600.000,00	0,0999622432
JCP	30/09/2024	04/10/2024	R\$ 26.000.000,00	0,0751076614

*Os dividendos declarados em 28 de junho de 2024 foram declarados como dividendos intermediários à conta de Reserva de Investimento acumulado da Companhia, não devendo ser contabilizados, portanto, no montante global de dividendos e JCP distribuídos no exercício finalizado em 31 de dezembro de 2024.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O valor já distribuído equivale, aproximadamente, a 44,30% (quarenta e quatro e trinta centésimos por cento) do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 atribuído aos acionistas da Companhia.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

O valor bruto dos dividendos e juros sobre capital social a ser ratificado pela Assembleia Geral Ordinária é de R\$ 75.400.000,00 (setenta e cinco milhões e quatrocentos mil reais), valor esse já distribuído a título de JCP *ad referendum* da Assembleia Geral, bem como imputado ao dividendo mínimo obrigatório. Tais valores foram pagos aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelos valores unitários previstos no item 2, acima. Não há proposta de declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio adicionais a ser submetida à Assembleia.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não há proposta de declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio adicionais a ser submetida à Assembleia.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável. Não há incidência de atualização e juros.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não há proposta de declaração de dividendos ou de de juros sobre capital próprio adicionais a ser submetida à Assembleia.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não houve pagamento de dividendos de competência do exercício de 2024. O valor bruto de juros sobre capital social já distribuído é de R\$ 75.400.000,00 (setenta e cinco milhões e quatrocentos mil reais), a título de JCP *ad referendum* da Assembleia Geral, bem como imputado ao dividendo mínimo obrigatório. Tais valores foram pagos aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelos valores unitários previstos no item 2, acima. Não há proposta de declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio adicionais a ser submetida à Assembleia.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Tipo	Data da Declaração	Data "com" Proventos	Data de Pagamento	Valor Total (Bruto)	Valor por Ação
JCP	26/03/2024	02/04/2024	19/04/2024	R\$ 24.000.000,00	0,0694369916
JCP	28/06/2024	03/07/2024	25/07/2024	R\$ 25.400.000,00	0,0733826872
DIV	28/06/2024	03/07/2024	25/07/2024	R\$ 34.600.000,00	0,0999622432
JCP	30/09/2024	04/10/2024	A pagar	R\$ 26.000.000,00	0,0751076614

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Ano	Lucro líquido do exercício*	Lucro por ação
2024	170.197	0,49
2023	163.284	0,47
2022	148.591	0,38

*** valores em R\$ milhares do lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia**

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Ano	Dividendos/JCP*	Dividendos/JCPp/ ação
2024	75.400	0,21
2023	81.800	0,23
2022	115.861	0,34

*** valores em R\$ milhares**

8. Havendo destinação de lucros a reserva legal

a. Identificar o montante destinado a reserva legal

O montante destinado a reserva legal é de R\$ 8.509.815,80 (oito milhões, quinhentos e nove mil, oitocentos e quinze reais e oitenta centavos).

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A reserva legal é calculada em 5% do lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia mais a realização da depreciação do custo atribuído, não excedendo 20% do capital social.

Considerando o lucro líquido apurado em 2024 atribuído aos acionistas da Companhia de R\$ 170.197.316,02 (cento e setenta milhões, cento e noventa e sete mil, trzentos e dezesseis reais e dois centavos), o valor da reserva legal é de R\$ 8.509.815,80 (oito milhões, quinhentos e nove mil, oitocentos e quinze reais e oitenta centavos).

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável, a Companhia não possui ações preferenciais.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável, a Companhia não possui ações preferenciais.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável, a Companhia não possui ações preferenciais.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável, a Companhia não possui ações preferenciais.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável, a Companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O estatuto da Companhia prevê como dividendo obrigatório o pagamento de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, apurado conforme os termos da Lei nº 6.404/76 e o artigo 26, §4º do Estatuto Social da Companhia. Considera-se o lucro líquido do exercício mais a realização da depreciação do custo atribuído.

Considerando o lucro líquido apurado em 2024 atribuído aos acionistas da Companhia de R\$ 170.197.316,02 (cento e setenta milhões, cento e noventa e sete mil, trzentos e dezesseis reais e dois centavos), o valor do dividendo obrigatório é R\$ 42.549.329,01 (quarenta e dois milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, trezentos e vinte e nove reais e um centavo).

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O montante de JCP declarados e já pagos excede o montante do dividendo mínimo obrigatório.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não houve retenção do dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável, não houve retenção do dividendo obrigatório.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável, não houve retenção do dividendo obrigatório.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável, não houve retenção do dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável, não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável, não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável, não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável, não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não aplicável, não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar

Não aplicável, não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável, não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Conforme artigo 26, parágrafo terceiro do Estatuto Social da Companhia, a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimentos” tem por finalidade o reforço de caixa para condução dos negócios da Companhia, bem como possibilitar o crescimento orgânico da Companhia. A reserva será formada com parcela anual de até 100% do saldo remanescente do lucro líquido, após as deduções e destinações legais e estatutárias, salvo de outra forma deliberado pelos acionistas. O limite máximo para a constituição da Reserva de Investimentos será o montante correspondente ao valor do capital social da Companhia, subtraído dos saldos das demais reservas de lucros da Companhia.

b. Identificar o montante destinado a reserva

Propõe-se a destinação à “Reserva de Investimento” do montante de R\$ 86.287.500,22 (oitenta e seis milhões, duzentos e oitenta e sete mil, quinhentos reais e vinte e dois centavos), correspondente a 100% (cem por cento) do saldo remanescente do lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia, após a dedução da reserva legal e do total de JCP declarados antecipadamente aos acionistas ao longo do exercício de 2024.

c. Descrever como o montante foi calculado

Do lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia de R\$ 170.197.316,02 (cento e setenta milhões, cento e noventa e sete mil, trezentos e dezesseis reais e dois centavos): (i) 8.509.815,80 (oito milhões, quinhentos e nove mil, oitocentos e quinze reais e oitenta centavos) foram destinados à **reserva legal** prevista no artigo 193 da Lei nº 6.404/1976; (ii) R\$ 75.400.000,00 (setenta e cinco milhões e quatrocentos mil reais) declarados antecipadamente aos acionistas da Companhia a título de **JCP**, e atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório; e (iii) o saldo remanescente de R\$ 86.287.500,22 (oitenta e seis milhões, duzentos e oitenta e sete mil, quinhentos reais e vinte e dois centavos) à conta de “**Reserva de Investimento**”, conforme artigo 194 da Lei nº 6.404/1976 e artigo 26, parágrafo terceiro do Estatuto Social da Companhia.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável, não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável, não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável, não houve destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável, não houve destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

Anexo IV

Proposta de Remuneração dos Administradores

**Proposta de Remuneração Global Anual do
Conselho de Administração e da Diretoria na
forma do Item 8 do Formulário de Referência**

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A.

CNPJ/MF n.º 00.242.184/0001-04

NIRE 35.300.551.362

Companhia Aberta

ANEXO IV

Proposta de Remuneração Global Anual do Conselho de Administração e da Diretoria na forma do Item 8 do Formulário de Referência

8. Proposta de Remuneração da Administração

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Remuneração de Administradores, aprovada por seu Conselho de Administração em 10 de maio de 2021, e que se encontra disponível para consulta no site de relações com investidores da Companhia (ri.armac.com.br).

A prática de remuneração da Companhia para o Conselho de Administração, a Diretoria Estatutária e não estatutária, os Comitês instituídos pelo Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, quando instalado, tem por objetivo o reconhecimento pelos serviços desenvolvidos e visa incentivar, reter e atrair profissionais qualificados, garantindo o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis e os padrões de governança corporativa aos quais a Companhia está submetida.

A Companhia possui Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, sendo que o referido órgão não foi instalado nos exercícios sociais de 2024, 2023 e 2022.

b. Práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria, indicando:

i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:

O Conselho de Administração da Companhia é responsável pela implementação, supervisão e revisão periódica da Política de Remuneração da Companhia, podendo

solicitar a elaboração de estudos de consultorias internas e externas, bem como o apoio dos demais órgãos da Companhia para sua revisão anual.

ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração individual é discutida e proposta pelo Conselho de Administração e tem como objetivo o alinhamento dos executivos com a estratégia de longo prazo definida pelo Conselho. Adicionalmente, a proposta é definida com base na remuneração compatível com o mercado, atuação individual de cada profissional e incentivos de longo prazo, visando o alinhamento de interesses da Companhia com o de cada administrador. Os estudos relativos à metodologia de cálculo e reajuste, bem como os principais indicadores de desempenho serão detalhados em itens específicos a seguir.

iii. Com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A Política de Remuneração da Companhia é válida por tempo indeterminado, mas o Conselho de Administração da Companhia anualmente avalia se as diretrizes da Política de Remuneração estão de acordo com as práticas de mercado, bem como periodicamente avalia a aderência de cada administrador da Companhia à Política Remuneração.

c. Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Conselho de Administração

Remuneração Fixa

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia é constituída de uma remuneração fixa, além da possibilidade de participação em programas de incentivo de longo prazo implementados pela Companhia.

A remuneração fixa poderá ser paga mensalmente ou com outra periodicidade previamente acordada entre a Companhia e o conselheiro, e tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade a ele atribuído. A participação em programas de incentivo de longo prazo será avaliada individualmente e aprovada pelo Conselho de Administração, sem o voto do membro cuja participação no programa será deliberada.

Quando necessário, a Companhia poderá reembolsar eventuais despesas eventualmente custeadas pelos membros do Conselho de Administração no exercício de seus respectivos cargos, tais como despesas de estadia e locomoção.

Os membros do Conselho de Administração poderão, se assim desejarem, renunciar à remuneração a que tem direito, por meio de comunicação ao próprio Conselho.

Benefícios Diretos e Indiretos

A remuneração dos membros do nosso Conselho de Administração não inclui nenhum benefício. Quando necessário, a Companhia reembolsa as despesas de estadia e locomoção vinculadas ao exercício do cargo em questão.

Participação em Comitês.

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração por participação em comitês.

Remuneração Variável

Os membros do Conselho de Administração poderão ter participação em programas de incentivo de longo prazo implementados pela Companhia, uma vez que são elegíveis ao plano de opção de compra de ações vigente.

Benefícios Pós-Emprego

Os membros do Conselho de Administração da Companhia poderão fazer jus a benefícios pós-emprego e a benefícios motivados pelo encerramento do exercício do cargo.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração Baseada em Ações

Podemos oferecer aos membros de nosso Conselho de Administração participação no plano de opção de compra de ações e de incentivo atrelado às ações, com o objetivo de incentivar tais participantes a agregarem valor à Companhia e exercer suas funções de forma alinhada com interesses dos atuais acionistas, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento da Companhia, criando uma relação de longo prazo com estes profissionais, incentivando-os a permanecerem nos cargos por mandatos consecutivos, caso indicados pelos acionistas e eleitos pela Assembleia Geral. Adicionalmente, não há qualquer impedimento aos membros do nosso Conselho de Administração para que detenham opções de compra de ações da Companhia em razão de outros cargos exercidos na Companhia. Para informações sobre a remuneração baseada em ações, vide os itens 8.4 a 8.9 e 8.14 abaixo.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa

A remuneração fixa é paga mensalmente, e tem como objetivo remunerar os serviços de cada diretor, dentro do escopo de responsabilidade a ele atribuído (o pagamento do 13º salário será realizado integralmente, em dezembro, ou poderá, a critério da Companhia, ser parcelado ao longo do ano).

Benefícios Diretos e Indiretos.

A Companhia oferece aos membros da Diretoria, a título de benefícios diretos e indiretos, seguro de saúde, seguro de vida, vale alimentação e vale combustível.

Participação em Comitês

Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a remuneração por participação em comitês.

Remuneração Variável

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus ao pagamento de PLR (Participação nos Lucros e Resultados), bônus, comissão (exclusivamente para os diretores responsáveis pela área comercial), além da possibilidade de participação em programas de incentivo de longo prazo implementados pela Companhia.

Poderão ser instituídos programas de remuneração dos diretores por meio de instrumentos baseados em ações, por deliberação dos órgãos competentes, nos termos do Estatuto Social da Companhia, os quais deverão ter o objetivo primário de alinhar interesses da Diretoria com os da Companhia, bem como servir de mecanismo de retenção.

Benefícios Pós- Emprego

Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração Baseada em Ações

Oferecemos a nossos executivos participação no plano de opção de compra de ações e de incentivo atrelado às ações, com o objetivo de alinhamento de incentivos entre profissionais e acionistas, bem como retenção dos referidos executivos no médio e longo prazo. Para informações sobre o nosso Plano de Opções de Compra de Ações e de Incentivo Atrelado a Ações, ver os itens 8.4 a 8.9 abaixo.

Diretoria Não Estatutária

Remuneração Fixa

A remuneração fixa é paga mensalmente, e tem como objetivo remunerar os serviços de cada diretor, dentro do escopo de responsabilidade a ele atribuído (o pagamento

do 13º salário será realizado integralmente, em dezembro, ou poderá, a critério da Companhia, ser parcelado ao longo do ano).

Benefícios Diretos e Indiretos.

A Companhia oferece aos membros da Diretoria, a título de benefícios diretos e indiretos, seguro de saúde, seguro de vida, vale alimentação e vale combustível.

Participação em Comitês

Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a remuneração por participação em comitês.

Remuneração Variável

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus ao pagamento de PLR (Participação nos Lucros e Resultados), bônus, comissão (exclusivamente para os diretores responsáveis pela área comercial), além da possibilidade de participação em programas de incentivo de longo prazo implementados pela Companhia.

Poderão ser instituídos programas de remuneração dos diretores por meio de instrumentos baseados em ações, por deliberação dos órgãos competentes, nos termos do Estatuto Social da Companhia, os quais deverão ter o objetivo primário de alinhar interesses da Diretoria com os da Companhia, bem como servir de mecanismo de retenção.

Benefícios Pós- Emprego

Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração Baseada em Ações

Oferecemos a nossos executivos participação no plano de opção de compra de ações e de incentivo atrelado às ações, com o objetivo de alinhamento de incentivos entre profissionais e acionistas, bem como retenção dos referidos executivos no médio e longo prazo. Para informações sobre o nosso Plano de Opções de Compra de Ações e de Incentivo Atrelado a Ações, ver os itens 8.4 a 8.9 abaixo.

Comitês Estatutários

Os membros dos Comitês que atuem também como colaboradores, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia não farão jus à remuneração adicional. Outros participantes poderão receber, mediante deliberação do Conselho de Administração, um montante fixo com o objetivo de remunerar especificamente a participação em tais órgãos de assessoramento.

Comitês Não Estatutários

Os membros dos Comitês que atuem também como colaboradores, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia não farão jus à remuneração. Outros participantes poderão receber, mediante deliberação do Conselho de Administração, um montante fixo com o objetivo de remunerar especificamente a participação em tais órgãos de assessoramento.

- ***Seus objetivos e alinhamento aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo***

A estratégia de remuneração da Companhia tem como objetivo a atração, retenção e motivação de profissionais qualificados, bem como a perpetuidade da Companhia. As práticas de remuneração adotadas alinham-se aos interesses da Companhia, através das políticas e diretrizes que, em suas análises, tem como itens principais a criação de valor e a continuidade dos negócios.

A parcela fixa da remuneração dos administradores é uma forma de se buscar a compatibilidade da política de remuneração com os níveis de responsabilidade assumidos pelos administradores e a gestão de riscos da Companhia. Assim, a estrutura da política de remuneração visa a evitar a assunção de riscos excessivos e proteger os acionistas.

- ***Em relação aos três últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total:***

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa	100%	33,11%	N/A
Remuneração Variável	0,00%	51,05%	N/A
Pós Emprego	0,00%	0,00%	N/A
Baseada em Ações	0,00%	15,84%	N/A
TOTAL	100%	100%	N/A

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa	100%	30,82%	N/A
Remuneração Variável	0,00%	4,37%	N/A
Pós Emprego	0,00%	0,00%	N/A
Baseada em Ações	0,00%	64,80%	N/A
TOTAL	100%	100%	N/A

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa	100%	22,57%	N/A

Remuneração Variável	0,00%	0,00%	N/A
Pós Emprego	0,00%	0,00%	N/A
Baseada em Ações	0,00%	77,24%	N/A
TOTAL	100%	100%	N/A

- ***Sua metodologia de cálculo e reajuste:***

Os valores globais pagos aos administradores da Companhia são calculados e atualizados anualmente pelo Diretor Presidente, obtêm o voto favorável em Reunião do Conselho de Administração, e submetidos à aprovação pela assembleia geral de acionistas e, posteriormente, distribuídos entre os administradores pelo Conselho de Administração da Companhia.

A metodologia de cálculo e reajuste leva em consideração as práticas comumente adotadas pelo mercado, e se baseia em pesquisas específicas realizadas com foco em empresas do mesmo setor, bem como nos índices oficiais de inflação divulgados pelo governo, de forma que a remuneração dos administradores seja periodicamente reajustada garantindo a compatibilidade dos valores com as metas e com as diretrizes da Companhia, conforme a evolução dos indicadores de desempenho descritos no item abaixo.

- ***Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG:***

Os indicadores de desempenho considerados para determinação do valor da remuneração atribuída aos administradores da Companhia: responsabilidades de cada cargo, desempenho individual, expansão dos negócios e performance em relação aos resultados da Companhia. O modelo de avaliação de desempenho da administração, quando aplicável, é baseado em objetivos e metas estabelecidos para o período a partir de planejamento estratégico empresarial.

ii. Razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia mantém em seu quadro profissionais qualificados para a função, com relevante experiência. Desta forma, a remuneração fixa dos administradores se refere ao cumprimento das obrigações funcionais associados ao cargo, atrelada ao grau de responsabilidades e da experiência para ocupar a posição.

A remuneração fixa tem como objetivo atrair e reter profissionais qualificados que possam contribuir para o crescimento, sucesso e perpetuidade da Companhia e leva em conta a responsabilidade do cargo ocupado.

A Companhia acredita que a combinação dos elementos fixos que compõem a remuneração alinha os interesses dos executivos aos interesses da Companhia no curto, médio e longo prazos. A parcela fixa dos rendimentos proporciona segurança para o cumprimento de obrigações rotineiras dos executivos e, associada a metas

estabelecidas para cada exercício social, oferece o estímulo necessário para que o próprio executivo e também os seus liderados entreguem seus melhores esforços no sentido de atingir e superar as metas da Companhia.

A Companhia acredita que a concessão de bônus aos seus executivos é um instrumento capaz de aumentar a sua capacidade de retenção de talentos, na medida em que alinha os objetivos de curto e médio prazos dos executivos e da Companhia, proporcionando um incremento de sua remuneração associado ao atingimento de metas estabelecidas para cada exercício social, consubstanciando-se no estímulo necessário para que o próprio executivo e também os seus liderados entreguem seus melhores esforços no sentido de atingir e superar as metas da Companhia.

A Companhia acredita que a outorga das opções alinha os interesses de médio e longo prazo de seus administradores com os da Companhia, à medida que busca desenvolver neles o sentimento de “dono”, conforme se tornem acionistas por meio do exercício das opções.

iii. Existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato:

Nesta data, os Diretores Estatutários e os membros do Conselho de Administração percebem remuneração. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria que não perceberam remuneração nos últimos 03 (três) exercícios sociais renunciaram a ela de forma voluntária. Alguns dos membros do Conselho de Administração da Companhia não recebem remuneração direta por serem vinculados a acionistas relevantes da Companhia.

d. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Nesta data, não há qualquer parcela da remuneração dos administradores que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

e. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Nesta data, não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário atribuído aos administradores da Companhia.

8.2 - Remuneração total do Conselho de Administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 Estimada - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,33	3,00	N/A	10,33
Nº de membros remunerados	1,33	3,00	N/A	4,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$ 2.000.000,00	R\$ 5.000.000,00	N/A	R\$ 7.000.000,00
Benefícios direto e indireto	R\$ 15.000,00	R\$ 650.000,00	N/A	R\$ 665.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	N/A	0,00
Outros	0,00	0,00	N/A	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	N/A	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	N/A	0,00
Participação de resultados	0,00	R\$ 4.600.000,00	N/A	R\$ 5.600.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	N/A	0,00
Comissões	0,00	0,00	N/A	0,00
Outros	0,00	0,00	N/A	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	N/A	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	N/A	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	N/A	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	1.000.000,00	R\$ 4.600.000,00	N/A	R\$ 6.600.000,00

Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foi calculado em linha com as disposições do Ofício-Circular Anual CVM/SEP 2025	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foi calculado em linha com as disposições do Ofício-Circular Anual CVM/SEP 2023	N/A	
Total da remuneração	R\$ 3.015.000,00	R\$ 14.850.000,00	0	R\$ 17.865.000,00

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,31	3,00	N/A	11,31
Nº de membros remunerados	3,31	3,00	N/A	6,31
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$ 939.152,00	R\$ 1.882.517,00	N/A	R\$ 2.821.669,00
Benefícios direto e indireto	R\$ 17.104,00	R\$ 550.000,00	N/A	R\$ 567.104,00
Participações em comitês	0,00	0,00	N/A	0,00
Outros	0,00	0,00	N/A	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	N/A	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	N/A	0,00
Participação de resultados	0,00	R\$ 3.750.000,00	N/A	R\$ 0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	N/A	0,00

Comissões	0,00	0,00	N/A	0,00
Outros	0,00	0,00	N/A	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	N/A	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	N/A	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	N/A	0,00
Baseada em a��es (incluindo opções)	0,00	R\$ 1.163.800,00	N/A	R\$ 0,00
Observa��o	O número de membros do Conselho de Administra��o e da Diretoria Estatutária da Companhia foi calculado em linha com as disposições do Ofício-Circular Anual CVM/SEP 2023	O número de membros do Conselho de Administra��o e da Diretoria Estatutária da Companhia foi calculado em linha com as disposições do Ofício-Circular Anual CVM/SEP 2023	N/A	
Total da remunera��o	R\$ 956.256,00	R\$ 7.346.317,00	0	R\$ 8.302.573,00

Remunera��o total do Exercício Social encerrado em 31/12/2023 - Valores Anuais reconhecidos no resultado do exercício				
	Conselho de Administra��o	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N�� total de membros	8,33	3,35	N/A	11,68
N�� de membros remunerados	3,00	3,35	N/A	6,35
Remunera��o fixa anual				
Salário ou pr��-labore	R\$ 836.000,00	R\$ 1.730.000,00	N/A	R\$ 2.566.000,00
Benefícios direto e indireto	R\$ 8.956,00	R\$ 383.890,98	N/A	R\$ 392.846,98

Participações em comitês	0,00	0,00	N/A	0,00
Outros	0,00	0,00	N/A	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	N/A	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	N/A	0,00
Participação de resultados	0,00	R\$ 300.000,00	N/A	R\$ 300.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	N/A	0,00
Comissões	0,00	0,00	N/A	0,00
Outros	0,00	0,00	N/A	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	N/A	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	N/A	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	N/A	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	R\$ 4.444.616,86	N/A	R\$ 4.444.616,86
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foi calculado em linha com as disposições do Ofício-Circular Anual CVM/SEP 2023	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foi calculado em linha com as disposições do Ofício-Circular Anual CVM/SEP 2023	N/A	
Total da remuneração	R\$ 844.956,00	R\$ 6.858.507,84	0	R\$ 7.703.463,84

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2022 - Valores Anuais reconhecidos no resultado do exercício				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	3,00	N/A	9,00
Nº de membros remunerados	2,00	3,00	N/A	5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	162.666,67	400.000,00	N/A	562.666,67
Benefícios direto e indireto	0,00	170.000,00	N/A	170.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	N/A	0,00
Outros	0,00	0,00	N/A	
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	N/A	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	N/A	
Participação de resultados	0,00	0,00	N/A	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	N/A	0,00
Comissões	0,00	0,00	N/A	0,00
Outros	0,00	0,00	N/A	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	N/A	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	N/A	0,00
Cessação do cargo	0,00		N/A	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.955.000,00	N/A	1.955.000,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e	O número de membros do Conselho de Administração	N/A	

	da Diretoria Estatutária da Companhia foi calculado em linha com as disposições do Ofício-Circular Anual CVM/SEP 2022	e da Diretoria Estatutária da Companhia foi calculado em linha com as disposições do Ofício-Circular Anual CVM/SEP 2022		
Total da remuneração	162.666,67	2.525.000,00	0	2.687.666,67

8.3 - Remuneração variável do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025 – Valores estimados				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7,33	3,00	N/A	10,33
Número de membros remunerados ⁽¹⁾	1,33	3,00	N/A	4,33
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração ⁽²⁾	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração ⁽²⁾	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ⁽²⁾	0,00	0,00	N/A	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 1.000.000,00	R\$ 4.600.000,00	N/A	R\$ 5.600.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R\$ 1.000.000,00	R\$ 4.600.000,00	N/A	R\$ 5.600.000,00

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício-Circular Anual CVM/SEP/2023.

(2) O pagamento de Bônus devidos aos administradores da Companhia em razão de um maior ou menor nível de atingimento das metas é feito de forma proporcional ao atingimento das metas. Contudo, uma vez atingidas integralmente as metas, mesmo que elas sejam excedidas, o valor a ser atribuído aos administradores a título de bônus em razão do seu atingimento não sofre alterações.

Remuneração variável - Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024 reconhecidos no resultado do exercício				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	8,31	3,00	N/A	11,31
Número de membros remunerados ⁽¹⁾	0,00	0,00	N/A	3,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração ⁽²⁾	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração ⁽²⁾	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social ⁽²⁾	0,00	0,00	N/A	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	R\$ 5.492.323,95	N/A	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	R\$ 3.750.000,00	N/A	0,00

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício-Circular Anual CVM/SEP/2023.

(2) O pagamento de Bônus devidos aos administradores da Companhia em razão de um maior ou menor nível de atingimento das metas é feito de forma proporcional ao atingimento das metas. Contudo, uma vez atingidas integralmente as metas, mesmo que elas sejam excedidas, o valor a ser atribuído aos administradores a título de bônus em razão do seu atingimento não sofre alterações.

Remuneração variável - Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023 reconhecidos no resultado do exercício

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	8,33	3,35	N/A	11,68
Número de membros remunerados ⁽¹⁾	0,00	1,00	N/A	2,00
Bônus			N/A	
Valor mínimo previsto no plano de remuneração ⁽²⁾	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração ⁽²⁾	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ⁽²⁾	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	N/A	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	R\$ 8.590.275,00	N/A	R\$ 8.590.275,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	R\$ 300.000,00	N/A	R\$ 300.000,00

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício-Circular Anual CVM/SEP/2023.

(2) O pagamento de Bônus devidos aos administradores da Companhia em razão de um maior ou menor nível de atingimento das metas é feito de forma proporcional ao atingimento das metas. Contudo, uma vez atingidas integralmente as metas, mesmo que elas sejam superadas, o valor a ser atribuído aos administradores a título de bônus em razão do seu atingimento não sofre alterações.

Remuneração variável - Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022 reconhecidos no resultado do exercício				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	6,00	3,00	N/A	9,00
Número de membros remunerados ⁽¹⁾	2,00	3,00	N/A	5,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração ⁽²⁾	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração ⁽²⁾	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ⁽²⁾	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	1.955.000,00	N/A	1.955.000,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	6.000.000,00	N/A	6.000.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	6.000.000,00	N/A	6.000.000,00

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício-Circular Anual CVM/SEP/2023.

(2) O pagamento de Bônus devidos aos administradores da Companhia em razão de um maior ou menor nível de atingimento das metas é feito de forma proporcional ao atingimento das metas. Contudo, uma vez atingidas integralmente as metas, mesmo que elas sejam superadas, o valor a ser atribuído aos administradores a título de bônus em razão do seu atingimento não sofre alterações.

8.4 - Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e diretoria estatutária

a) Termos e Condições Gerais:

A Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou, em 02 de julho de 2021, o Plano de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia ("Plano"), o qual estabelece as condições gerais para a outorga de opções de compra de Ações aos administradores e executivos da Companhia, à critério do Conselho de Administração (em conjunto, "Beneficiários"), objetivando incentivar a integração e alinhamento dos administradores e executivos da Companhia. O Plano delega ao Conselho de Administração a competência para delimitar todos os termos e condições nos quais as opções serão outorgadas, por meio da aprovação de programas, observado que as opções outorgadas não poderão ultrapassar o limite máximo de 4,0% (quatro por cento) das ações ordinárias do capital subscrito e integralizado da Companhia, sendo que este limite somente poderá ser alterado mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

Até a presente data, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação dos Programas de Opção de Ações 2022-A; 2022-B; e 2022-B II.

b) Principais objetivos do plano

O Plano tem como objetivo incentivar a integração e alinhamento dos Beneficiários, dando-lhes a oportunidade de se tornar acionistas da Companhia, compartilhando o sucesso do atingimento de seus objetivos sociais, bem como os riscos inerentes ao mercado de capitais e ao seu negócio.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos:

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem acionistas da Companhia em condições potencialmente diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometer-se efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a promover os interesses dos acionistas, os objetivos sociais e os planos de crescimento da nossa Companhia, com a finalidade de maximizar seus lucros. O oferecimento de opções de compra de ações estimula os beneficiários, por meio do seu comprometimento, a buscar a valorização das ações no médio e longo-prazo. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo, o compartilhamento dos riscos e dos ganhos da Companhia, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do Plano. Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo dos Beneficiários, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das ações da Companhia.

d) Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O Plano representa um mecanismo de retenção e alinhamento dos objetivos dos Beneficiários, no longo prazo, dos executivos e de alguns empregados chave da Companhia participantes dos Planos de Incentivo.

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

As outorgas de ações realizadas com base no Plano são reguladas por programas de opções de compra de ações, que possuem mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores aos de nossa Companhia e de nossos acionistas em diferentes horizontes de tempo.

f) número máximo de ações abrangidas

No âmbito do Plano as opções outorgadas e as ações concedidas como incentivo não poderão ultrapassar o limite máximo de 4,0% (quatro por cento) das ações ordinárias do capital subscrito e integralizado da Companhia.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

No âmbito do Plano, a quantidade de opções outorgadas por meio dos programas de opções de compra de ações, a serem aprovados, está atrelada ao limite de diluição descrito no item "f" acima.

h) condições de aquisição de ações

Até o presente momento, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação de três Programas de Opções de Compra de Ações ("Programas") que se encontram vigentes. Os Programas apresentam diferentes condições de adesão para que Beneficiários selecionados possam adquirir opções de compra de ações da Companhia:

- (i) Programa de Opção de Ações 2022-A: O Programa estabelece que a Companhia irá outorgar opções de compra de ações a beneficiários selecionados que tenham o interesse de investir um percentual do valor referente a Participação sobre Lucros e Resultados da Companhia. Nesta modalidade, as opções são adquiridas por um preço de exercício de R\$0,01 por ação, proporcionalmente ao percentual investido pelos beneficiários. As opções podem ser exercidas 12 meses após a data da Outorga;
- (ii) Programa de Opção de Ações 2022-B: O Programa estabelece que a Companhia irá outorgar opções de compra de ações a beneficiários selecionados que tenham interesse em aderir ao plano e adquirir opções de compra a um preço fixo de R\$10,13 de exercício por ação. Nesta modalidade as opções têm prazo de carência ("vesting period") de 3 anos para aquisição total do direito; e
- (iii) Programa de Opção de Ações 2022-B II: O Programa estabelece que a Companhia irá outorgar opções de compra de ações a beneficiários selecionados que tenham interesse em aderir ao plano e adquirir opções de compra a um preço fixo de R\$10,13 de exercício por ação. Nesta modalidade, a outorga das opções aos beneficiários ocorre em dois lotes, observando os Eventos de Exercício (vesting) condicionados ao atingimento de metas coletivas da Companhia, sem os quais as respectivas opções não poderão ser exercidas.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

No Programa de Opção de Ações 2022-A, o preço de exercício previsto em cada Opção equivalente a R\$ 0,01 (um centavo) por ação, haja vista que as Opções são outorgadas de forma proporcional ao valor da Participação de Lucros e Resultados investido na Companhia por cada colaborador selecionado, e são tratadas como opções remuneratórias, e não mercantis.

No Programa de Opção de Ações 2022-B, o preço de exercício previsto em cada Opção é de R\$ 10,13 (dez reais e treze centavos) por ação, correspondente ao preço de fechamento das ações na data de assinatura do referido Programa.

No Programa de Opção de Ações 2022-B II, o preço de exercício de cada Opção é de R\$ 10,13 (dez reais e treze centavos) por ação, correspondente ao preço de fechamento das ações na data de assinatura do referido Programa.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

As opções poderão ser exercidas a qualquer momento durante um prazo de 6 (seis) meses contados do término do respectivo prazo de carência (vesting), sendo que caso o preço de exercício seja superior ao valor de cotação da ação ao final desta janela, então eventual saldo de um Lote não exercido durante a janela em questão poderá ser exercido durante a janela de exercício do Lote subsequente, e assim por diante até a janela de exercício do 3º Lote. As opções de cada lote somente poderão ser exercidas com relação à totalidade das opções integrantes de cada lote e não poderão ser exercidas após o término do respectivo prazo de exercício previsto neste item, quando serão extintas de pleno direito, sem indenização.

k) Forma de liquidação

Uma vez exercidas as opções e pago e quitado integralmente o respectivo preço de exercício, a Companhia disponibilizará ao Participante 1 (uma) ação ordinária da Companhia para cada opção exercida.

l) Restrições à transferência de ações

Para cada quantidade de ações da Companhia adquiridas pelo Participante em razão do exercício de opções, o Participante somente poderá transferir tais ações após observado um período mínimo de indisponibilidade, que será de 6 meses contados da data da respectiva aquisição.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

A Companhia poderá determinar a suspensão temporária do direito ao exercício dos Lotes sempre que verificadas situações para as quais, de acordo com a legislação em vigor, exista restrição ou impedimento para a negociação de ações de emissão da Companhia por parte de empregados ou administradores da Companhia. Caso na data limite de qualquer uma das janelas de exercício o exercício da opção esteja temporariamente suspenso, tão logo cesse a restrição e impedimento a tal negociação, o Participante poderá exercer suas opções por um período adicional de 10 (dez) dias, independentemente de tal data ser ou não uma janela de exercício.

Além disso, todos os Programas aprovados estabelecem que se ocorrer o falecimento ou a invalidez permanente do Participante que o impeça de desempenhar suas

funções na Companhia e seja atestada pelo Instituto Nacional da Seguridade Social ("INSS"), ele ou seus herdeiros ou sucessores, conforme o caso, terão direito ao exercício imediato das opções que ainda não tenham sido exercidas. Neste caso, todas as ações assim adquiridas estarão livres e desembaraçadas para venda a qualquer momento.

n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

No que diz respeito ao Programa de Opção de Ações 2022-A, especificamente no que diz respeito às Opções outorgadas em lote único, se o contrato de trabalho ou o mandato do Beneficiário cessar antes do exercício das opções ou o término do prazo de exercício (vesting) das opções, seja por iniciativa do Beneficiário ou da Companhia, o Beneficiário não perderá o direito ao exercício de opções que ainda não tenham sido exercidas, que continuarão podendo ser exercidas dentro dos prazos de exercício aplicáveis.

Por outro lado, nos demais Programas (Programa de Opção de Ações 2022-B e 2022-B II), se o contrato de trabalho ou o mandato do Beneficiário cessar antes do exercício das opções ou o término do prazo de carência (vesting) das opções, seja por iniciativa do Beneficiário ou da Companhia, por qualquer razão, o Beneficiário perderá o direito ao exercício de opções que ainda não tenham sido exercidas.

8.5 - Remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025 - Estimativa		
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	7,33	3,00
Número de membros remunerados	1,00	1,00
Preço Médio ponderado de cada um dos seguintes grupos:		
Em aberto no início do exercício social	R\$ 2,52	R\$ 0,01
Perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Exercidas durante o exercício social ¹	R\$ 2,52	N/A
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,01%	0,01%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024		
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	8,31	3,00
Número de membros remunerados	1,00	1,00
Preço Médio ponderado de cada um dos seguintes grupos:		
Em aberto no início do exercício social	R\$ 2,52	R\$ 9,11
Perdidas e expiradas durante o exercício social	R\$ 0,00	R\$ 7,18
Exercidas durante o exercício social ²	R\$ 0,00	R\$ 0,01
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,01%	0,01%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	8,33	3,35
Número de membros remunerados	1,00	2,00
Preço Médio ponderado de cada um dos seguintes grupos:		
Em aberto no início do exercício social	R\$ 2,52	R\$ 9,23
Perdidas e expiradas durante o exercício social	R\$ 0,00	R\$ 10,13
Exercidas durante o exercício social	R\$ 0,00	R\$ 0,01
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,01%	0,01%

¹ Informações atualizadas até a data de 25/03/2025.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	6,00	3,00
Número de membros remunerados	1,00	1,00
Preço Médio ponderado de cada um dos seguintes grupos:		
Em aberto no início do exercício social	R\$ 2,52	R\$ 0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Exercidas durante o exercício social	R\$ 2,52	R\$ 0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,01%	N/A

8.6 - Outorgas de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Plano 2: Remuneração em Ações em Julho de 2022

Em substituição ao Plano 1 da Companhia ("Plano de Matching"), revogado em 2022, o Plano atual divide-se em três Programas, pelos quais a Companhia pode outorgar opções de compra de ações a beneficiários selecionados que tenham interesse em aderir ao plano e adquirir opções de compra da Companhia. Os programas outorgam opções de compra: (i) a um preço de exercício de R\$0,01 por ação; (ii) a um preço fixo de exercício de R\$10,13 por ação, com três janelas de exercício ao longo de três anos; ou (iii) a um preço fixo de R\$ 10,13 de exercício por ação, condicionado ao atingimento de metas coletivas.

As opções têm período de serviço requerido ("vesting period") para aquisição total do direito que variam entre cada um dos três programas, conforme descritos abaixo.

(i) Programa de Opção de Compras de Ação 2022-A

Nesta modalidade, as opções têm preço de exercício de R\$0,01 por ação, e são adquiridas por um preço de exercício de R\$0,01 por ação, proporcionalmente ao percentual investido pelos Beneficiários. As opções podem ser exercidas 12 meses após a data da Outorga

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	8,31	3,00
Número de membros remunerados	0,00	1,00
Data da Outorga	N/A	01/05/2024
Quantidade de Opções Outorgadas	N/A	115.000
Prazo para que as Ações se tornem exercíveis	N/A	De 1 a 4 anos após a assinatura dos Contratos
Prazo máximo de exercício das Opções	N/A	6 meses
Prazo de restrição à transferência recebidas em decorrência da Opções	N/A	6 meses
Valor justo das Opções na data de outorga	N/A	R\$ 10,45
Multiplicação da quantidade de Opções pelo valor justo	N/A	R\$ 1.201.750,00

(ii) Programa de Opção de Compras de Ação 2022-B

Nesta modalidade as opções têm um preço de exercício de R\$10,13 por ação, com exercício em três lotes anuais, com prazo de carência ("vesting period") de 3 anos para aquisição total do direito.

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	8,31	3,00
Número de membros remunerados	0,00	0,00

Data da Outorga	N/A	N/A
Quantidade de Opções Outorgadas	N/A	N/A
Prazo para que as Ações se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo de exercício das Opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência recebidas em decorrência da Opções	N/A	N/A
Valor justo das Opções na data de outorga	N/A	N/A
Multiplicação da quantidade de Opções pelo valor justo	N/A	N/A

(iii) Programa de Opção de Compras de Ação 2022-B II

Nesta modalidade as opções têm um preço de exercício de R\$10,13 por ação, com exercício em dois lotes, observando os Eventos de Exercício (vesting) condicionados ao atingimento de metas coletivas da Companhia, sem os quais as respectivas opções não poderão ser exercidas. Ainda, é necessário que os colaboradores mantenham suas ações decorrentes das suas opções 2022-A em sua propriedade para que mantenham o direito ao exercício das opções.

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	8,31	3,00
Número de membros remunerados	0,00	0,00
Data da Outorga	N/A	N/A
Quantidade de Opções Outorgadas	N/A	N/A
Prazo para que as Ações se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo de exercício das Opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência recebidas em decorrência da Opções	N/A	N/A
Valor justo das Opções na data de outorga	N/A	N/A
Multiplicação da quantidade de Opções pelo valor justo	N/A	N/A

8.7 - Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Plano 1: Matching		
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	8	3,00
Número de membros remunerados	1,00	0,00
Em relação às opções ainda não exercíveis		
Quantidade	0	N/A
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das Opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia de exercício social	N/A	N/A
Em relação às opções exercíveis		
Quantidade	17.526	N/A
Prazo máximo para exercício das Opções	6 meses	N/A
Prazo de restrição à transferência de ações	6 meses	N/A
Preço médio ponderado do exercício	2,52	N/A
Valor justo das Opções no último dia de exercício social	R\$ 6,56	N/A

Plano 2: (i) Programa de Opção de Compras de Ação 2022-A		
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	8	3,00
Número de membros remunerados	1,00	1,00
Em relação às opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	115.000
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	Mai/25
Prazo máximo para exercício das Opções	N/A	6 meses
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	6 meses
Preço médio ponderado de exercício	N/A	0,01
Valor justo das opções no último dia de exercício social	N/A	R\$ 10,13
Em relação às opções exercíveis		
Quantidade	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das Opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado do exercício	N/A	N/A
Valor justo das Opções no último dia de exercício social	N/A	N/A

Plano 2: (ii) Programa de Opção de Compras de Ação 2022-B		
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	8	3,00
Número de membros remunerados	0,00	0,00
Em relação às opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	N/A
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das Opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia de exercício social	N/A	N/A
Em relação às opções exercíveis		
Quantidade	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das Opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado do exercício	N/A	N/A
Valor justo das Opções no último dia de exercício social	N/A	N/A

Plano 2: (iii) Programa de Opção de Compras de Ação 2022-B II		
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	8	3,00
Número de membros remunerados	0,00	0,00
Em relação às opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	N/A
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das Opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia de exercício social	N/A	N/A
Em relação às opções exercíveis		
Quantidade	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das Opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado do exercício	N/A	N/A
Valor justo das Opções no último dia de exercício social	N/A	N/A

8.8 – opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024		
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	8	3
Número de membros remunerados	1,00	1,00
Número total de ações	0,00	151.743
Preço médio ponderado do exercício	0,00	0,01
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	0,00	10,24
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	0,00	R\$ 196.922,12

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023 reconhecidos no resultado do exercício		
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	8,33	3,35
Número de membros remunerados	1,00	1,00
Número total de ações	0,00	17.418
Preço médio ponderado do exercício	0,00	0,01
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	0,00	13,06
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	0,00	R\$ 227.304,90

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022 reconhecidos no resultado do exercício		
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	6,00	3,00
Número de membros remunerados	1,00	1,00
Número total de ações	8.763	0,00
Preço médio ponderado do exercício	R\$ 6,56	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 15,76	0,00
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 161.239,20	0,00

8.9 - Remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável. Os planos de remuneração baseados em ações da Companhia, descritos no item 8.4, acima, não contemplam a outorga de ações diretamente aos Beneficiários.

8.10 - Outorgas de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável. Os planos de remuneração baseados em ações da Companhia, descritos no item 8.4, acima, não contemplam a outorga de ações diretamente aos Beneficiários.

8.11 – Ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável. Os planos de remuneração baseados em ações da Companhia, descritos no item 8.4, acima, não contemplam a outorga de ações diretamente aos beneficiários.

8.12 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

Item não aplicável em relação aos itens 8.9 a 8.11, acima, considerando que os planos de remuneração baseados em ações da Companhia não contemplam a outorga de ações da Companhia diretamente aos Beneficiários.

Não obstante, para fins dos itens 5 a 8, cabe esclarecer que, para os exercícios sociais de 2021, 2022 e 2023, bem como a previsão para 2024, foram consideradas as Opções entregues nos planos de remuneração variável baseados em Opção de Compra de Ações da Companhia, para os quais foram considerados os preços, prazos de exercício e fatores atrelados ao atingimento de metas coletivas, conforme política dos programas.

8.13 - Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

Em 31/12/2024:

Órgão	Ações Ordinárias
Conselho de Administração	145.143.783
Diretoria	59.161
Conselho Fiscal	N/A

Para evitar duplicidade, os valores mobiliários detidos por membros do Conselho de Administração que também são membros da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal foram divulgados somente no quadro de valores mobiliários detidos pelos membros do Conselho de Administração.

8.14 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não aplicável, dado que a Companhia não oferece planos de previdência aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários da Companhia.

8.15 - Indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	8	8,33	6,00	3	3,35	3,00	0	0	0
Nº de membros Remunerados	2,00	2,00	2,00	3	3,35	3,00	0	0	0
Valor da maior Remuneração (Reais)	493.216,00	480.000,00	108.000,00	1.075.000,00	600.000,00	2.525.000,00	0	0	0
Valor da menor Remuneração (Reais)	60.000,00	120.000,00	0,00	692.517,00	250.000,00	0,00	0	0	0
Valor médio da Remuneração (Reais)	212.368,00	300.000,00	27.111,11	877.565,67	425.000,00	841.666,67	0	0	0

Observação	Diretoria Estatutária
31/12/2024	O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo. Os membros da Diretoria Executiva da Companhia renunciaram a sua remuneração de forma voluntária em alguns meses do ano.

	Para fins de cálculo do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão foi feita a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2023	O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo. Os membros da Diretoria Executiva da Companhia renunciaram a sua remuneração de forma voluntária em alguns meses do ano. Para fins de cálculo do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão foi feita a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2022	O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo. Os membros da Diretoria Executiva da Companhia renunciaram a sua remuneração de forma voluntária em alguns meses do ano. Para fins de cálculo do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão foi feita a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.
	Conselho de Administração
31/12/2024	O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente.

	O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício.
31/12/2023	O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício.
31/12/2022	O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício. Apenas um membro do Conselho de Administração da Companhia era remunerado durante o exercício social findo em 2022.
	Conselho Fiscal
31/12/2023	A Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado.
31/12/2022	A Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado.
31/12/2021	A Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado.

8.16 – Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia possui apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O), com as coberturas de Indenização em nome dos Administradores, Reembolso à Sociedade e Mercado de Capitais, com condições e Limite Máximo de Indenização que a administração da Companhia entende serem condizentes com seu porte e perfil de risco. Além da apólice mencionada, na presente data não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. Para detalhes relativos a apólices de seguros envolvendo o pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores da Companhia, ver o item 7.7 do Formulário de Referência da Companhia.

8.17 – Em relação aos 03 (três) últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração de cada órgão reconhecida no resultado referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Exercício de 2025 (previsão)

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
Remuneração total do órgão (R\$)	3.015.000,00	0,00	17.865.000,00
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	495.000,00	0,00	3.579.183,67
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	16,4%	0,00	20,0%

Exercício de 2024

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
Remuneração total do órgão (R\$)	956.256,00	0,00	7.346.317,00
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	493.216,00	0,00	3.942.517,00
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	51,6%	0,00	53,7%

Exercício de 2023

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
Remuneração total do órgão (R\$)	844.956,00	0,00	6.858.507,84
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	488.956,00	0,00	575.248,00
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	57,9%	0,00	8,4%

Exercício de 2022

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
Remuneração total do órgão (R\$)	162.666,67	0,00	2.525.000,00
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	162.666,67	0,00	2.525.000,00
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	100%	0,00	100%

8.18 – Em relação aos 03 (três) últimos exercícios sociais e à previsão do exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não aplicável, uma vez que, nos últimos três exercícios sociais, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração (haja vista que o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado) não perceberam qualquer remuneração que não aquela decorrente do exercício de seus respectivos cargos.

8.19 - Em relação aos 03 (três) últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não há valores reconhecidos nos resultados dos controladores, diretos ou indiretos da Companhia, como remuneração de membros de seu Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, considerando, ainda, que não existem sociedades sob controle comum e/ou controladas da Companhia.

8.20 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

Anexo V

Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência

Artigo 11 da resolução CVM 81/22 – Inciso I –
Informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do
formulário de referência, relativamente aos
candidatos indicados ou apoiados pela
administração ou pelos acionistas controladores

ANEXO V

7.3 - Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal da Armac Locação, Logística e Serviços S.A. ("Companhia"), indicar:

(i) Membros do Conselho de Administração:

Nome	Data de nascimento	Órgão Administração:	Data da eleição prevista	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo a ser ocupado:	Data de posse prevista	Eleito pelo controlador?
Membro independente?	Número de mandatos consecutivos / data de início do primeiro mandato:	Outros cargos e funções exercidas no emissor nos últimos 5 anos:		
André Abramowicz Marafon	05/11/1989	Conselho de administração	30/04/2024	Até a AGO de 2027
388.057.188-07	Economista	Membro independente do Conselho de administração	30/04/2025	Não
Sim	4 (desde 10/05/2021)	Presidente do Conselho de Administração (de 10/05/2021 a 08/05/2023); e Vice Presidente do Conselho de Administração (desde 09/05/2023)		

Nome	Data de nascimento	Órgão Administração:	Data da eleição prevista	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo a ser ocupado:	Data de posse prevista	Eleito pelo controlador?
Membro independente?	Número de mandatos consecutivos / data de início do primeiro mandato:	Outros cargos e funções exercidas no emissor nos últimos 5 anos:		
Fernando Pereira Aragão	25/07/1989	Conselho de Administração	30/04/2025	Até a AGO de 2027
383.560.678-63	Empresário	Membro do Conselho de Administração	30/04/2025	Sim

Não	5 (desde 08/06/2020)	Diretor Presidente (desde 08/06/2020); Presidente do Conselho de Administração (08/06/2020 a 10/05/2021); Vice-Presidente do Conselho de Administração (10/05/2021 a 02/07/2021); e Diretor Financeiro (02/05/2022 a 09/05/2023).

Nome	Data de nascimento	Órgão Administração:	Data da eleição prevista	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo a ser ocupado:	Data de posse prevista	Eleito pelo controlador?
Membro independente?	Número de mandatos consecutivos / data de início do primeiro mandato:	Outros cargos e funções exercidas no emissor nos últimos 5 anos:		
Fabio Colletti Barbosa	03/10/1954	Conselho de administração	30/04/2025	Até a AGO de 2027
771.733.258-20	Administrador de empresas	Membro independente do Conselho de administração	30/04/2025	Não
Sim	3 (desde 14/07/2022)	N/A		

Nome	Data de nascimento	Órgão Administração:	Data da eleição prevista	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo a ser ocupado:	Data de posse prevista	Eleito pelo controlador?
Membro independente?	Número de mandatos consecutivos / data de início do primeiro mandato:	Outros cargos e funções exercidas no emissor nos últimos 5 anos:		
José Augusto Pereira Aragão	18/10/1991	Conselho de Administração	30/04/2025	Até a AGO de 2027
380.609.438-12	Empresário	Membro do Conselho de Administração	30/04/2025	Sim
Não	2 (desde 28/04/2023)	Diretor Operacional (08/06/2020 a 09/05/2023); Membro do Conselho de Administração (08/06/2020 a 02/07/2021); e Presidente do Conselho de Administração (09/05/2023 a 30/04/2024).		

Nome	Data de nascimento	Órgão Administração:	Data da eleição prevista	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo a ser ocupado:	Data de posse prevista	Eleito pelo controlador?
Membro independente?	Número de mandatos consecutivos / data de início do primeiro mandato:	Outros cargos e funções exercidas no emissor nos últimos 5 anos:		
José Augusto Carvalho Aragão	25/11/1957	Conselho de administração	30/04/2025	Até a AGO de 2027
900.778.498-68	Empresário	Membro do Conselho de Administração	30/04/2025	Não
Não	1 (desde 26/04/2024)	Presidente do Conselho de Administração (desde 26/04/2024).		

Nome	Data de nascimento	Órgão Administração:	Data da eleição prevista	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo a ser ocupado:	Data de posse prevista	Eleito pelo controlador?
Membro independente?	Número de mandatos consecutivos / data de início do primeiro mandato:	Outros cargos e funções exercidas no emissor nos últimos 5 anos:		
Luis Henrique Cals de Beauclair Guimarães	10/08/1966	Conselho de administração	30/04/2025	Até a AGO de 2027
902.946.707-00	Estatístico	Membro do Conselho de Administração	30/04/2025	Sim
Não	0 N/A	N/A		

Nome	Data de nascimento	Órgão Administração:	Data da eleição prevista	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo a ser ocupado:	Data de posse prevista	Eleito pelo controlador?
Membro	Número de	Outros cargos e funções exercidas no		

independente?	mandatos consecutivos / data de início do primeiro mandato:	emissor nos últimos 5 anos:		
Pedro Henrique da Fonseca Rodrigues	01/01/1985	Conselho de Administração	30/04/2025	Até a AGO de 2027
108.623.397-23	Engenheiro	Membro independente do Conselho de Administração	30/04/2025	Não
Sim	0 / N/A	N/A		

Nome	Data de nascimento	Órgão Administração:	Data da eleição prevista	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo a ser ocupado:	Data de posse prevista	Eleito pelo controlador?
Membro independente?	Número de mandatos consecutivos / data de início do primeiro mandato:	Outros cargos e funções exercidas no emissor nos últimos 5 anos:		
Amaury Guilherme Bier	25/05/1960	Conselho de Administração	30/04/2025	Até a AGO de 2027
013.102.298-99	Economista	Membro Suplente do Conselho de Administração	30/04/2025	Não
Sim	1 (desde 26/04/2024)	N/A		

Experiência profissional¹ e critérios de independência:

André Abramowicz Marafon – CPF nº 388.057.188-07

Cargo(s): É candidato ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia (que já ocupa desde 10 de maio de 2021).

Formação e principais experiências: Bacharel em Economia pelo Insper. Atualmente, o Sr. André é sócio da Gávea Investimentos Ltda., onde ingressou em agosto de 2016. Foi associado do Banco Credit Suisse de 2012 a 2016. Foi também analista do Banco WestLB London em 2011. É, atualmente, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, membro do Conselho de Administração da Natural One S.A., bem como membro de diversos Comitês desta companhia. Além disso, é assessor no Comitê não estatutário de M&A da Fras-le S.A, e conselheiro

¹ Experiência profissional incluirá, se for o caso, em relação aos últimos 5 anos, cargos e funções exercidos (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) em sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

fiscal na Associação Arca+.

Atende aos requisitos do art. 16 do Regulamento do Novo Mercado.

Declaração de não condenação: A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. André Abramowicz Marafon tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer (i) condenação criminal, (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas, ou (iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Pessoa politicamente exposta: Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617/19.

Fernando Pereira Aragão - CPF nº 383.560.678-63

Cargo(s): É candidato ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia (que já ocupa desde 08/06/2020).

Formação e principais experiências: O Sr. Fernando Pereira Aragão é graduado em Ciências Econômicas pelo Insper Instituto de Ensino e Pesquisa (2011). Atuou na Rothschild & Co., como analista, durante o período de 2012 a 2015. Se juntou à Companhia em 2015. Desde 2020, é o Diretor Presidente da Companhia.

Declaração de não condenação: A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Fernando Pereira Aragão tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer (i) condenação criminal, (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas, ou (iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Pessoa politicamente exposta: Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50/2021.

Fabio Colletti Barbosa – CPF nº 771.733.258-20

Cargo(s): É candidato ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia (que já ocupa desde 14 de julho de 2022).

Formação e principais experiências: O Sr. Fábio Colletti Barbosa é membro do Conselho de Administração no Grupo Itaú Unibanco desde 2015. É membro dos Conselhos de Administração do Grupo Natura desde 2017, da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) desde 2015 e da Ambev desde 2021. Foi Diretor Presidente da Abril Comunicações S.A. (2011 a 2014); Presidente do Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S.A. (2011); Diretor Presidente do Banco Santander S.A. (2008 a 2010) e Diretor Presidente do Banco ABNAMRO/Real S.A. (1996 a 2008). Exerceu também o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Fundação OSESP (2012 a 2019). Atualmente, é membro do Conselho da Fundação das Nações Unidas (EUA) desde 2011; membro do Conselho de Administração do Instituto Empreender Endeavor desde 2008 (Presidente desde 2015); e membro do Comitê de Investimento da Gávea Investimentos desde 2015. É bacharel em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), São Paulo, Brasil e mestre em Administração de Empresas pelo Institute for Management Development (IMD), Lausanne, Suíça.

Atende aos requisitos do art. 16 do Regulamento do Novo Mercado.

Declaração de não condenação: A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Fabio Colleti Barbosa tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) condenação criminal, (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas, ou (iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Pessoa politicamente exposta: Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50/2021.

José Augusto Pereira Aragão - CPF nº 380.609.438-12

Cargo(s): É candidato ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia (que já ocupa desde 28 de abril de 2023).

Formação e principais experiências: O Sr. José Augusto Pereira Aragão graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, em 2013. Em 2013, atuou na IGC Partners. No mesmo ano, se juntou à Companhia. Desde 2023, ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

Declaração de não condenação: A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. José Augusto Pereira Aragão tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer (i) condenação criminal, (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas, ou (iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Pessoa politicamente exposta: Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50/2021.

José Augusto Carvalho Aragão – CPF 900.778.498-68

Cargo(s): É candidato ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia (que já ocupa desde 26 de abril de 2024).

Formação e principais experiências: O Sr. José Augusto Carvalho Aragão fundou a Armac em 1994 e, desde então, trabalhou exclusivamente na Companhia. Atualmente, o Sr. José atua como Diretor de Máquinas na oficina da Companhia em Vargem Grande Paulista-SP.

Declaração de não condenação: A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. José Augusto Carvalho Aragão tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer (i) condenação criminal, (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas, ou (iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Pessoa politicamente exposta: Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50/2021.

Luis Henrique Cals de Beauclair Guimarães – CPF 902.946.707-00

Cargo(s): É candidato ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia.

Formação e principais experiências: O Sr. Luis Henrique Guimarães é formado

em Estatística, com MBA em Marketing. Na sua jornada profissional, de 2023 a 2025, atuou como membro do Conselho de Administração da Vale, tendo presidido o Comitê de Alocação e Projetos. Em 2025, assumiu a presidência do Conselho de Administração da Samarco. Entre 2024 e 2025, também foi membro do Conselho da Cosan e, de 2020 a 2023, foi CEO da Cosan, ao mesmo tempo em que integrava os conselhos da Rumo, Compass, Comgás, Moove e Raízen. Anteriormente, foi CEO da Raízen entre 2016 e 2020 e CEO da Comgás entre 2013 e 2015. No início de sua carreira, foi Diretor de Operações da divisão Downstream da Raízen entre 2011 e 2012. De 2004 a 2011, o Sr. Guimarães ocupou diversos cargos executivos globais na Shell Lubrificantes Internacional, com base em Londres e Houston. Estatístico com MBA, o Sr. Guimarães também atuou como membro ou presidente do conselho de diversas associações influentes no Brasil, incluindo IBP, ABEGÁS e ABRASCA (atualmente).

Declaração de não condenação: A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Pedro Henrique da Fonseca Rodrigues tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer (i) condenação criminal, (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas, ou (iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Pessoa politicamente exposta: Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50/2021.

Pedro Henrique da Fonseca Rodrigues – CPF 108.623.397-23

Cargo(s): É candidato ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia.

Formação e principais experiências: O Sr. Pedro é engenheiro de produção formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestre em administração de empresas pelo Instituto Coppead, com intercâmbio em Kellogg. Atualmente, é sócio diretor da Bridge One, gestora de growth equity. Antes disso, foi sócio da Bogari Capital (2012-2020), cobrindo os setores de Infraestrutura, Utilities, Transportation, Locação e Properties, tendo iniciado sua carreira na Bain & Co (2009-2011), atuando em projetos no setor financeiro, logística, oil and gas e telecom.

Declaração de não condenação: A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Pedro Henrique da Fonseca Rodrigues tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer (i) condenação criminal, (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas, ou (iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Pessoa politicamente exposta: Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50/2021.

Amaury Guilherme Bier – CPF 013.102.298-99

Cargo(s): É candidato ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia (que já ocupa desde 26 de abril de 2024).

Formação e principais experiências: O Sr. Amaury Bier é Mestre em Economia

pela Universidade de São Paulo e ao longo de sua carreira desempenhou papéis-chave em importantes organizações. Em 2004, ingressou na Gávea Investimentos como sócio responsável pela gestão de patrimônio, tornando-se Presidente (CEO) em outubro de 2007, cargo que ocupou até 2022. Atualmente, o Sr. Amaury ocupa o cargo de Co-CIO Private Equity na Gávea Investimentos. Anteriormente, o Sr. Amaury foi Diretor-executivo no Banco Mundial (World Bank), IFC e MIGA entre 2002 e 2004, contribuindo significativamente para iniciativas globais de desenvolvimento econômico. Sua trajetória inclui também a posição de Secretário-executivo do Ministério da Fazenda no Brasil de 1999 a 2002, onde desempenhou um papel crucial no processo de privatização federal no Brasil entre 1998 e 2002. Antes disso, o Sr. Amaury atuou como Economista-chefe no Ministério do Planejamento e Orçamento do Brasil de 1996 a 1998, e no Citibank Brasil de 1994 a 1996. Além disso, o Sr. Amaury ocupou a presidência do Conselho de Administração de importantes instituições financeiras como Banco do Brasil, Caixa Econômica e Banespa, trazendo sua expertise para organizações de renome internacional.

Declaração de não condenação: A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Amaury Bier tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer (i) condenação criminal, (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas, ou (iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Pessoa politicamente exposta: Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50/2021.

7.4 - Composição dos Comitês

Não aplicável. Não estão sendo alterados os membros dos comitês existentes na Companhia.

7.5 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas (diretas ou indiretas), controladores (diretos e indiretos)

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo			
Administrador do emissor Fernando Pereira Aragão Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente	383.560.678-63	Armac, Locação, Logística e Serviços S.A.	
Pessoa relacionada José Augusto Carvalho Aragão Membro do Conselho de Administração	900.778.498-68	Armac, Locação, Logística e Serviços S.A.	Pai ou mãe (1º grau por consanguinidade)
Pessoa relacionada Lúcia Rosa Pereira Aragão Acionista controlador	092.569.068-64	Armac, Locação, Logística e Serviços S.A.	Pai ou mãe (1º grau por consanguinidade)
Pessoa relacionada José Augusto Pereira Aragão Membro do Conselho de Administração	380.609.438-12	Armac, Locação, Logística e Serviços S.A.	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo			
Administrador do emissor José Augusto Pereira Aragão Membro do Conselho de Administração	380.609.438-12	Armac, Locação, Logística e Serviços S.A.	
Pessoa relacionada José Augusto Carvalho Aragão Membro do Conselho de Administração	900.778.498-68	Armac, Locação, Logística e Serviços S.A.	Pai ou mãe (1º grau por consanguinidade)
Pessoa relacionada Lúcia Rosa Pereira Aragão Acionista Controlador	092.569.068-64	Armac, Locação, Logística e Serviços S.A.	Pai ou mãe (1º grau por consanguinidade)
Pessoa relacionada Fernando Pereira Aragão Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente	383.560.678-63	Armac, Locação, Logística e Serviços S.A.	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo			
Administrador do emissor José Augusto Carvalho Aragão Membro do Conselho de Administração	900.778.498-68	Armac, Locação, Logística e Serviços S.A.	
Pessoa relacionada Lúcia Rosa Pereira Aragão Acionista controlador	092.569.068-64	Armac, Locação, Logística e Serviços S.A.	Cônjuge
Pessoa relacionada Fernando Pereira Aragão Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente	383.560.678-63	Armac, Locação, Logística e Serviços S.A.	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Pessoa relacionada José Augusto Pereira Aragão Membro do Conselho de Administração	380.609.438-12	Armac, Locação, Logística e Serviços S.A.	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo			
Administrador do emissor Lúcia Rosa Pereira Aragão Acionista controlador	092.569.068-64	Armac, Locação, Logística e Serviços S.A.	
Pessoa relacionada José Augusto Carvalho Aragão Membro do Conselho de Administração	900.778.498-68	Armac, Locação, Logística e Serviços S.A.	Cônjuge
Pessoa relacionada Fernando Pereira Aragão Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente	383.560.678-63	Armac, Locação, Logística e Serviços S.A.	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Pessoa relacionada José Augusto Pereira Aragão Membro do Conselho de Administração	380.609.438-12	Armac, Locação, Logística e Serviços S.A.	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)

7.6 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Não aplicável, uma vez que não existiram relações de subordinação, prestação de serviços ou controle entre administradores e controladas, incluindo, caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas, nos últimos 03 (três) exercícios sociais.

* * * * *

Anexo VI

Quadro Comparativo do Estatuto Social

A ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária e
Extraordinária realizada em 30 de abril de 2025

ANEXO VII – QUADRO COMPARATIVO DO ESTATUTO SOCIAL

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS
CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL E PRAZO <u>Artigo 3º.</u> A Companhia tem por objeto social as seguintes atividades: (a) movimentação, carga e descarga de materiais; (b) locação de máquinas e veículos para carga, descarga e manipulação de materiais, tais como pás-carregadeiras, empilhadeiras, escavadeiras hidráulicas e outros; (c) locação de máquinas, equipamentos e veículos pesados para terraplanagem, pavimentação, construção e para demolição; (d) locação de máquinas e implementos agrícolas, inclusive tratores de roda ou roda ou esteira e outros; (e) fornecimento de mão de obra em caráter temporário; (f) limpeza e manutenção de plantas industriais e logísticas; (g) transporte rodoviário intermunicipal e interestadual de equipamentos; (h) prestação de serviços “auxiliares à construção civil”;	CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL E PRAZO <u>Artigo 3º.</u> A Companhia tem por objeto social as seguintes atividades: (a) movimentação, carga e descarga de materiais; (b) locação de máquinas e veículos para carga, descarga e manipulação de materiais, tais como pás-carregadeiras, empilhadeiras, escavadeiras hidráulicas e outros; (c) locação de máquinas, equipamentos e veículos pesados para terraplanagem, pavimentação, construção e para demolição; (d) locação de máquinas e implementos agrícolas, inclusive tratores de roda ou roda ou esteira e outros; (e) fornecimento de mão de obra em caráter temporário; (f) limpeza e manutenção de plantas industriais e logísticas; (g) transporte rodoviário intermunicipal e interestadual de equipamentos; (h) prestação de serviços “auxiliares à construção civil”;	A alteração proposta ao objeto social da Companhia tem como objetivo incluir outras atividades complementares à principal atividade da Companhia, qual seja, a locação de máquinas e equipamentos, bem como a prestação de serviços de manutenção e reparação. A Companhia esclarece que tal acréscimo não modifica seu segmento principal de atuação, tampouco suas atividades preponderantes. Assim, caso aprovada a alteração do objeto social para inclusão das novas atividades, tal reforma não ensejará direito de retirada dos acionistas, nos termos dos artigos 136, I e 137 da Lei nº 6.404/1976. O acréscimo das referidas atividades complementares à atividade principal da Companhia tem como objetivo a expansão dos negócios sociais, bem como a exploração da expertise da Companhia, responsável pelo treinamento e capacitação de milhares de profissionais em todo o Brasil.

(i) manutenção e reparação de tratores agrícolas; (j) manutenção e reparação das máquinas e equipamentos de terraplanagem, pavimentação e construção, exceto tratores; (k) comércio varejista de peças e acessórios para veículos automotores; (l) compra e venda de máquinas e equipamentos para atividades agrícolas, mineração e construção; (m) intermediação na compra e venda de máquinas e equipamentos para atividades agrícolas, mineração e construção; (n) participação no capital social de outras sociedades, como sócia ou quotista, ou em joint ventures ou outras formas de associação; (o) desenvolvimento e manutenção de portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; (p) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis; (q) prestação de serviços de manejo florestal, incluindo formação e exploração de florestas homogêneas em terras de terceiros, plantio, arrendamento, beneficiamento, corte de produtos florestais, florestamento e reflorestamento; e (r) representação comercial no comércio de máquinas e equipamentos; (s) exploração de atividades portuárias, compreendendo a logística em terminais marítimos ou fluviais, armazenagem, movimentação, administração, carga e descarga de embarcações, gestão e	(i) manutenção e reparação de tratores agrícolas; (j) manutenção e reparação das máquinas e equipamentos de terraplanagem, pavimentação e construção, exceto tratores; (k) comércio varejista de peças e acessórios para veículos automotores; (l) compra e venda de máquinas e equipamentos para atividades agrícolas, mineração e construção; (m) intermediação na compra e venda de máquinas e equipamentos para atividades agrícolas, mineração e construção; (n) participação no capital social de outras sociedades, como sócia ou quotista, ou em joint ventures ou outras formas de associação; (o) desenvolvimento e manutenção de portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; (p) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis; (q) prestação de serviços de manejo florestal, incluindo formação e exploração de florestas homogêneas em terras de terceiros, plantio, arrendamento, beneficiamento, corte de produtos florestais, florestamento e reflorestamento; (r) representação comercial no comércio de máquinas e equipamentos; (s) exploração de atividades portuárias, compreendendo a logística em terminais marítimos ou fluviais, armazenagem, movimentação, administração, carga e descarga de embarcações, gestão e gerenciamento de equipamentos e	

gerenciamento de equipamentos e mercadorias destinados a carga e descarga, bem como outras atividades auxiliares; (t) a prestação de serviços de correspondente bancário; (u) a prestação de serviços de atividades de publicidade e marketing; e (v) a prestação de serviços de transporte de recursos hídricos e abastecimento para consumo humano em caminhões-pipa; (w) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial.	mercadorias destinados a carga e descarga, bem como outras atividades auxiliares; (t) a prestação de serviços de correspondente bancário; (u) a prestação de serviços de atividades de publicidade e marketing; e (v) a prestação de serviços de transporte de recursos hídricos e abastecimento para consumo humano em caminhões-pipa; e (w) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial.	
CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL <u>Artigo 5º.</u> O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 1.134.339.481,70 (um bilhão, cento e trinta e quatro milhões, trezentos e trinta e nove mil, quatrocentos e oitenta e um reais e setenta centavos), dividido em 346.494.097 (trezentas e quarenta e seis milhões, quatrocentas e noventa e quatro mil e noventa e sete) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. <u>Parágrafo Primeiro.</u> O capital social da Companhia é representado exclusivamente por ações ordinárias, sendo que cada ação ordinária da Companhia terá o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais. <u>Parágrafo Segundo.</u> Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), sem a necessidade de alteração deste Estatuto Social,	CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL <u>Artigo 5º.</u> O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de ~~R\$ 1.129.496.770,37 (um bilhão, cento e vinte e nove milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, setecentos e setenta reais e trinta e sete centavos)~~ R\$ 1.134.339.481,70 (um bilhão, cento e trinta e quatro milhões, trezentos e trinta e nove mil, quatrocentos e oitenta e um reais e setenta centavos), dividido em ~~346.016.041 (trezentas e quarenta e seis milhões, dezesseis mil e quarenta e uma)~~ 346.494.097 (trezentas e quarenta e seis milhões, quatrocentas e noventa e quatro mil e noventa e sete) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. <u>Parágrafo Primeiro.</u> O capital social da Companhia é representado exclusivamente por ações ordinárias, sendo que cada ação ordinária da Companhia terá o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais.	A atualização do capital social não será item de deliberação pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária convocada para o dia 30/04/2025. Trata-se de mero ajuste com a finalidade exclusiva de compatibilizar a redação do Estatuto Social da Companhia com o aumento de capital social aprovado pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital social autorizado previsto no parágrafo segundo do art. 5º do Estatuto Social, conforme deliberação aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03/10/2022.

podendo emitir ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição. O Conselho de Administração deverá determinar as condições para emissão das ações, incluindo preço e forma de integralização. A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa ou subscrição pública, ou (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

Parágrafo Terceiro. A Companhia está proibida de emitir partes beneficiárias ou ter partes beneficiárias em circulação.

Parágrafo Quarto. Todas as ações da Companhia são escriturais e mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com a qual a Companhia mantém contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites máximos fixados pela CVM.

Parágrafo Quinto. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem diminuição do capital social, observadas as

Parágrafo Segundo. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), sem a necessidade de alteração deste Estatuto Social, podendo emitir ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição. O Conselho de Administração deverá determinar as condições para emissão das ações, incluindo preço e forma de integralização. A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa ou subscrição pública, ou (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

Parágrafo Terceiro. A Companhia está proibida de emitir partes beneficiárias ou ter partes beneficiárias em circulação.

Parágrafo Quarto. Todas as ações da Companhia são escriturais e mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com a qual a Companhia mantém contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites máximos fixados pela CVM.

disposições legais e regulamentares aplicáveis. <u>Parágrafo Sexto.</u> A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com plano aprovado nos termos da legislação aplicável, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos beneficiários previstos nos planos aprovados.	<u>Parágrafo Quinto.</u> A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis. <u>Parágrafo Sexto.</u> A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com plano aprovado nos termos da legislação aplicável, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos beneficiários previstos nos planos aprovados.	



Anexo VII

Estatuto Social

A ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária
e Extraordinária datada de 30 de abril de 2025

**Estatuto Social Consolidado da
Armac Locação, Logística e Serviços S.A.**

**CNPJ/MF: 00.242.184/0001-04/ NIRE: 3530055136-2
(Companhia Aberta de Capital Autorizado)**

**CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL E PRAZO**

Artigo 1º. A **ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações, regida pelo disposto no presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").

Parágrafo Primeiro. Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3.

Parágrafo Segundo. As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

Artigo 2º. A Companhia terá sede no Município de Barueri, Estado de São Paulo, Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, Conjuntos nº 701 e 702, Torre II, Edifício Jatobá, Castelo Branco Office Park, Bairro Tamboré, CEP 06460-040, podendo, por deliberação da Diretoria e sem necessidade de alteração deste Estatuto Social, abrir, transferir e encerrar filiais, agências e escritórios de representação em qualquer localidade do território nacional.

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social as seguintes atividades:

- (a) movimentação, carga e descarga de materiais;
- (b) locação de máquinas e veículos para carga, descarga e manipulação de materiais, tais como pás-carregadeiras, empilhadeiras, escavadeiras hidráulicas e outros;
- (c) locação de máquinas, equipamentos e veículos pesados para terraplanagem, pavimentação, construção e para demolição;
- (d) locação de máquinas e implementos agrícolas, inclusive tratores de roda ou roda ou esteira e outros;
- (e) fornecimento de mão de obra em caráter temporário;
- (f) limpeza e manutenção de plantas industriais e logísticas;
- (g) transporte rodoviário intermunicipal e interestadual de equipamentos;

- (h) prestação de serviços "auxiliares à construção civil";
- (i) manutenção e reparação de tratores agrícolas;
- (j) manutenção e reparação das máquinas e equipamentos de terraplanagem, pavimentação e construção, exceto tratores;
- (k) comércio varejista de peças e acessórios para veículos automotores;
- (l) compra e venda de máquinas e equipamentos para atividades agrícolas, mineração e construção;
- (m) intermediação na compra e venda de máquinas e equipamentos para atividades agrícolas, mineração e construção;
- (n) participação no capital social de outras sociedades, como sócia ou quotista, ou em joint ventures ou outras formas de associação;
- (o) desenvolvimento e manutenção de portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet;
- (p) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis;
- (q) prestação de serviços de manejo florestal, incluindo formação e exploração de florestas homogêneas em terras de terceiros, plantio, arrendamento, beneficiamento, corte de produtos florestais, florestamento e reflorestamento;
- (r) representação comercial no comércio de máquinas e equipamentos;
- (s) exploração de atividades portuárias, compreendendo a logística em terminais marítimos ou fluviais, armazenagem, movimentação, administração, carga e descarga de embarcações, gestão e gerenciamento de equipamentos e mercadorias destinados a carga e descarga, bem como outras atividades auxiliares;
- (t) a prestação de serviços de correspondente bancário;
- (u) a prestação de serviços de atividades de publicidade e *marketing*; e
- (v) a prestação de serviços de transporte de recursos hídricos e abastecimento para consumo humano em caminhões-pipa; e
- (w) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial.

Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II

CAPITAL SOCIAL

Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 1.134.339.481,70 (um bilhão, cento e trinta e quatro milhões, trezentos e trinta e nove mil, quatrocentos e oitenta e um reais e setenta centavos), dividido em 346.494.097 (trezentas e quarenta e seis milhões, quatrocentas e noventa e quatro mil e noventa e sete) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro. O capital social da Companhia é representado exclusivamente por ações ordinárias, sendo que cada ação ordinária da Companhia terá o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais.

Parágrafo Segundo. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), sem a necessidade de alteração deste Estatuto Social, podendo emitir ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição. O Conselho de Administração deverá determinar as condições para emissão das ações, incluindo preço e forma de integralização. A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa ou subscrição pública, ou (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

Parágrafo Terceiro. A Companhia está proibida de emitir partes beneficiárias ou ter partes beneficiárias em circulação.

Parágrafo Quarto. Todas as ações da Companhia são escriturais e mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com a qual a Companhia mantém contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites máximos fixados pela CVM.

Parágrafo Quinto. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Sexto. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com plano aprovado nos termos da legislação aplicável, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos beneficiários previstos nos planos aprovados.

CAPÍTULO III

ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 6º. Os acionistas reunir-se-ão em Assembleia Geral da Companhia ("Assembleia Geral") ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social para deliberar sobre as matérias constantes na Lei das S.A. e extraordinariamente sempre que houver necessidade.

Parágrafo Único. As Assembleias Gerais serão presididas por qualquer membro do Conselho de Administração ou, na ausência destes, por aquele escolhido entre os presentes, acionista ou não e secretariadas por um representante escolhido pelo Presidente da Assembleia dentre os presentes à reunião.

Artigo 7º. As Assembleias Gerais serão convocadas e instaladas na forma da Lei das S.A.

Parágrafo Único. Para facilitar os trabalhos, é recomendável que os acionistas, representantes legais e/ou os procuradores constituídos, para que possam comparecer às assembleias gerais, apresentem os respectivos documentos de representação e de comprovação de titularidade das ações de emissão da Companhia, em até 48 (quarenta e oito horas) antes da assembleia geral.

Artigo 8º. A Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive do direito de voto, do acionista que deixar de cumprir qualquer obrigação imposta pela Lei das S.A., ou por este Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro. Caberá à Assembleia Geral que aprovar a suspensão dos direitos políticos do acionista estabelecer, além de outros aspectos, o alcance da suspensão, sendo vedada a suspensão dos direitos de fiscalização e de pedido de informações assegurados em lei.

Parágrafo Segundo. A suspensão de direitos cessará logo que regularizada a obrigação que tenha dado causa à referida suspensão.

Parágrafo Terceiro. O pedido de convocação da Assembleia Geral para a suspensão de direitos de acionista deverá indicar a obrigação descumprida e a identificação do acionista inadimplente.

Artigo 9º. As deliberações das Assembleias Gerais, ressalvadas as hipóteses especiais previstas na Lei Aplicável, serão tomadas por maioria absoluta de voto, não se computando os votos em branco.

Parágrafo Único. As atas das Assembleias deverão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas, observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das S.A.

Artigo 10. Além das competências previstas na Lei das S.A., na regulamentação aplicável e no presente Estatuto Social, estarão sujeitas à deliberação em Assembleias Gerais da Companhia as seguintes matérias:

- (a) quaisquer alterações ao Estatuto Social da Companhia;
- (b) aumento ou redução do capital da Companhia, com ou sem a emissão de novas ações, exceto pelo disposto no Parágrafo 2º, Artigo 5º acima, bem como aprovação da avaliação de bens com que qualquer acionista concorrer para formação do capital social da Companhia;
- (c) exceto pelo disposto no Parágrafo 2º, Artigo 5º acima, emissão de novas ações, bônus de subscrição ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, a criação de novas classes ou espécies de ações e a alteração nas características, direitos, preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização das ações existentes;
- (d) o resgate ou amortização de ações pela Companhia, os termos e condições da respectiva operação;
- (e) transformação da Companhia em outro tipo societário;
- (f) qualquer operação de fusão, cisão ou incorporação, inclusive de ações, ou outra operação com efeitos similares envolvendo a Companhia ou a absorção do acervo resultante de qualquer sociedade pela Companhia;
- (g) participação em grupo de sociedades, a dissolução, liquidação e extinção da Companhia, a eleição dos liquidantes, o julgamento de suas contas e a cessação do estado de liquidação da Companhia ou de qualquer Controlada da Companhia;
- (h) autorização aos administradores para confessar falência ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia;
- (i) fixação do limite de remuneração anual global dos administradores da Companhia e a adoção, estabelecimento, alteração ou modificação de qualquer plano de opção de compra de ações de emissão da Companhia que importe em diluição da participação dos acionistas; e
- (j) aprovação de processo de abertura e fechamento de capital da Companhia.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Seção I – Normas Gerais

Artigo 11. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, com os poderes conferidos pela Lei Aplicável e de acordo com este Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro. Os membros do Conselho de Administração, os Diretores da Companhia e os membros do Conselho Fiscal tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo de posse e estarão sujeitos aos requisitos, impedimentos,

deveres, obrigações e responsabilidades previstos na Lei das Sociedades por Ações. O respectivo termo de posse deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 45 deste Estatuto Social sendo dispensada qualquer garantia de gestão.

Parágrafo Segundo. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 12. A Companhia poderá instituir comitês auxiliares, de caráter consultivo, os quais terão o propósito de assessorar o Conselho de Administração, assegurando objetividade, consistência e qualidade ao processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade ("Comitês de Assessoramento"), conforme deliberação do Conselho de Administração.

Artigo 13. A Assembleia Geral Ordinária fixará o montante anual global da remuneração dos administradores da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição entre seus membros e a Diretoria.

Seção II – Conselho de Administração

Artigo 14. O conselho de administração da Companhia ("Conselho de Administração") será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, com mandato unificado de 2 (dois) anos, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao conselho de administração como conselheiros independentes ser deliberada na assembleia geral que os eleger, sendo também considerado(s) Conselheiro(s) Independente(s), o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, parágrafos 4º e 5º da Lei das S.A., na hipótese de haver acionista controlador.

Parágrafo Segundo. Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, resultar número fracionário de Conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento, para o número inteiro imediatamente superior nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Terceiro. Os membros do Conselho de Administração poderão ser destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral, devendo permanecer em exercício nos respectivos cargos e no exercício de suas funções, até a investidura de seus sucessores, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral.

Parágrafo Quarto. Os membros do Conselho de Administração devem ter reputação ilibada, não podendo ser eleitos, salvo mediante dispensa expressa da Assembleia Geral que os elegerem, aqueles que: (i) ocuparem cargos em sociedades consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) possuírem ou

representarem interesses conflitantes com a Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelos membros do Conselho de Administração caso se configurem, posteriormente, os fatores de impedimento indicados neste parágrafo.

Parágrafo Quinto. O Presidente e o Vice Presidente do Conselho de Administração serão eleitos pela maioria dos votos dos conselheiros eleitos. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, as funções do Presidente serão exercidas pelo Vice Presidente e, na ausência de ambos, por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente ou, na ausência de tal indicação, por Conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Sexto. Em caso de vacância permanente de qualquer cargo do Conselho de Administração, os membros remanescentes do próprio Conselho de Administração deverão, por maioria de votos, nomear o novo membro do Conselho de Administração, que exercerá o cargo até a próxima Assembleia Geral da Companhia.

Artigo 15. O Conselho de Administração reunir-se-á trimestralmente, de acordo com calendário anual a ser aprovado pelo Conselho de Administração, ou, extraordinariamente, sempre que sempre que necessário.

Parágrafo Primeiro. Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros.

Parágrafo Segundo. As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas na sede da Companhia ou em outro local definido de comum acordo entre os membros do Conselho de Administração, facultada a participação por meio de vídeo ou teleconferência.

Parágrafo Terceiro. Os votos proferidos através de videoconferência ou teleconferência deverão ser enviados por escrito a todos os membros do Conselho de Administração no prazo de 5 (cinco) dias da data da respectiva Reunião do Conselho de Administração.

Parágrafo Quarto. As Reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença de, pelo menos, a maioria de seus membros, e, em segunda convocação, por qualquer número, e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia ou, no seu impedimento ou ausência, por qualquer outro membro do Conselho de Administração, desde que eleito pela maioria dos presentes. Ao Presidente da Reunião do Conselho de Administração caberá a escolha do secretário da reunião.

Parágrafo Quinto. Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração, exceto em caso de impedimento decorrente de eventual conflito de interesses pelo respectivo membro, o conselheiro temporariamente impedido ou ausente poderá outorgar procuração para outro conselheiro, cabendo ao conselheiro substituto, além do próprio voto, o voto do substituído.

Parágrafo Sexto. No caso do impedimento temporário de um determinado membro do Conselho de Administração que se estenda, e supere 90 (noventa) dias contados da data de comunicação do impedimento temporário, tal membro do Conselho de Administração deverá ser destituído do cargo e substituído.

Parágrafo Sétimo. O Conselho de Administração poderá admitir outros participantes em suas reuniões, com a finalidade de acompanhar as deliberações e/ou prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.

Artigo 16. As Reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, mediante e-mail ou carta com aviso de recebimento, com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados, sendo expressamente proibida a inclusão de itens genéricos, como, por exemplo, "assuntos gerais de interesse da Companhia", e documentos pertinentes, os quais deverão ser imediatamente disponibilizados aos membros do Conselho de Administração, observadas todas as demais formalidades previstas em Lei Aplicável e neste Estatuto Social. Além disso, nenhuma deliberação poderá ser discutida tampouco aprovada sobre qualquer matéria que não esteja expressamente incluída na ordem do dia de acordo com o aviso de convocação, salvo se de outra forma aprovado por decisão unânime na reunião do Conselho de Administração. Caso o Presidente do Conselho de Administração não venha a convocar a Reunião do Conselho de Administração em até 10 (dez) dias contados do recebimento de solicitação por qualquer outro membro do Conselho de Administração para convocação de Reunião do Conselho de Administração, qualquer outro membro do Conselho de Administração poderá convocar a respectiva reunião, desde que respeitado os procedimentos previstos neste Artigo 16.

Parágrafo Único. As reuniões serão consideradas validamente instaladas independentemente de convocação quando estiverem presentes todos os membros do Conselho de Administração.

Artigo 17. A reunião do Conselho de Administração considerar-se-á validamente instalada com a presença de, pelo menos, a maioria de seus membros, e, em segunda convocação, por qualquer número.

Artigo 18. Cada Conselheiro terá direito a 1 (um) voto nas deliberações das Reuniões do Conselho de Administração. As deliberações do Conselho de Administração, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em Lei Aplicável, serão tomadas por membros do Conselho de Administração representando a maioria dos membros do Conselho de Administração eleitos.

Artigo 19. As deliberações acerca das matérias indicadas abaixo deverão ser de competência do Conselho de Administração:

- (a) eleição e destituição dos Diretores da Companhia e fixação de suas atribuições, observado o Estatuto Social;
- (b) aprovar a criação de comitês técnicos ou consultivos;

- (c) aprovação do Plano de Negócios, que poderá ser anual ou semestral, e do Orçamento, que poderá ser anual ou semestral, bem como quaisquer modificações relevantes;
- (d) a emissão, colocação, preço e condições de integralização de ações, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição, nos limites do capital autorizado, conforme disposto no parágrafo 2º do Artigo 5º deste Estatuto Social, inclusive, sem limitação, para fazer frente ao exercício de opção de compra ou subscrição de ações nos termos deste Estatuto Social;
- (e) deliberação, nos termos da competência atribuída pelo artigo 59 da Lei das S.A., sobre a emissão de debêntures simples, conversíveis (em caso de obtenção do registro de companhia aberta da Companhia) ou não conversíveis em ações, o modo de subscrição ou colocação e o tipo das debêntures a serem emitidas, sua remuneração, condições de pagamento dos juros, participação nos lucros e prêmio de reembolso das debêntures, se houver;
- (f) a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda, recolocação no mercado ou cancelamento, observadas as normas e disposições legais aplicáveis;
- (g) declaração de dividendos intermediários e intercalares, bem como juros sobre o capital próprio, nos termos da Lei das S.A. e demais leis aplicáveis;
- (h) disposição a respeito da ordem de seus trabalhos e sobre as normas regimentais de seu funcionamento, observadas as disposições deste Estatuto Social;
- (i) distribuição entre os Conselheiros e Diretores, individualmente, a parcela da remuneração anual global dos administradores fixada pela Assembleia Geral;
- (j) manifestação favorável ou contrária a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis;
- (k) aquisição, cessão, transferência ou alienação de, bem como a constituição de qualquer ônus sobre qualquer participação societária (incluindo a criação ou constituição de qualquer *joint venture* (associação), sociedade, parceria relevante ou negócio similar, ou efetivação de um investimento de capital em outro negócio), que não estejam previstas no Plano de Negócios em vigor;

(l) a constituição de qualquer Ônus sobre quaisquer ativos da Companhia ou de qualquer uma das Controladas, exceto pela constituição de Ônus sobre quaisquer ativos cujo valor, individualmente considerado, seja superior ao valor de alçada definido pelo Conselho de Administração, conforme estabelecido no parágrafo primeiro deste artigo 19 ("Valor de Alçada");

(m) aprovação e/ou modificação da política de transações com partes relacionadas da Companhia, bem como a celebração de quaisquer contratos, sua alteração ou rescisão, ou, ainda, a realização de quaisquer operações pela Companhia e/ou suas Controladas com Partes Relacionadas da Companhia ou de suas Controladas;

(n) a criação e extinção de subsidiárias e controladas e a participação da Companhia no capital de outras sociedades, no País e no exterior, ressalvado entretanto que a criação de filiais da Companhia será de competência da Diretoria, nos termos do Artigo 2º deste Estatuto Social;

(o) contratação e celebração pela Companhia e/ou suas Controladas de contratos de abertura de linha de crédito e quaisquer outros tipos de financiamento, incluindo, sem limitação, por meio de emissão de valores mobiliários, bem como a outorga ou criação das respectivas garantias, sempre quando envolver operações cujo valor individual, seja superior ao Valor de Alçada definido pelo Conselho de Administração, não sendo necessária a aprovação para aditamentos destes contratos e instrumentos, desde que não importem em majoração do valor contratado além do limite aprovado pelo Conselho de Administração para a operação ou do Valor de Alçada;

(p) celebração pela Companhia e/ou suas Controladas de operações envolvendo derivativos cujo valor, individualmente considerado, seja superior ao Valor de Alçada definido pelo Conselho de Administração;

(q) contratação ou destituição do auditor independente que auditará as demonstrações financeiras da Companhia e das Controladas;

(r) aprovação de quaisquer investimentos de CAPEX, que não estejam previstas no Plano de Negócios em vigor, cujo valor, considerando o montante agregado investido, seja superior ao Valor de Alçada definido pelo Conselho de Administração;

(s) emissão ou cancelamento de programas de opção de compra de ações e outros programas de remuneração baseada em ações, no âmbito de qualquer plano de opções de compra de ações de emissão da Companhia e/ou suas Controladas, inclusive em casos em que importem na diluição da participação dos acionistas, devidamente aprovados pela Assembleia Geral, ou instrumentos similares também aprovados pela Assembleia Geral;

(t) aprovação e alteração na política de remuneração variável oferecida aos administradores, empregados e colaboradores da Companhia e/ou suas Controladas, incluindo distribuição de lucros e/ou ações da Companhia, bônus,

programa de incentivo à remuneração ou qualquer outra forma de benefício que envolva direitos relacionados ao recebimento de lucros e/ou ações de emissão da Companhia e/ou suas Controladas;

(u) exoneração de terceiros quanto ao cumprimento de obrigações com a Companhia ou com qualquer das Controladas (que deverá se dar sempre no melhor interesse da Companhia), e celebração de transações para prevenir ou encerrar litígios cujo valor, individualmente considerado, seja superior ao Valor de Alçada definido pelo Conselho de Administração;

(v) alteração da Política de Investimentos Financeiros; e

(w) decisão quanto ao voto da Companhia em qualquer assembleia geral ou reunião de sócios de suas Controladas, conforme aplicável, desde que relacionadas e dentro das limitações das matérias previstas neste Artigo 19 ou no Artigo 10 deste Estatuto Social.

Parágrafo primeiro: Para fins do disposto neste Artigo 19, o Valor de Alçada será definido pelo Conselho de Administração anualmente, e irá considerar o estabelecido no Plano de Negócios, devendo a ata que conter tal deliberação ser divulgada e publicada na forma prevista na regulamentação e legislação vigentes.

Parágrafo segundo: A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, trimestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração *ad referendum* da Assembleia Geral:

a) o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, ou em período inferior, que poderão ser imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver;

b) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 06 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, que poderão ser imputados ao valor do dividendo mínimo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e

c) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual, semestral, ou em período inferior, que poderão ser imputados ao valor do dividendo mínimo obrigatório, se houver.

Seção III – Diretoria

Artigo 20. A diretoria da Companhia ("Diretoria") será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 11 (onze) membros ("Diretores"), com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a cumulação de funções e a reeleição, sendo (i) 1 (um) a 2 (dois) Diretores Presidentes, (ii) 1 (um) Diretor Operacional, (iii) 1 (um) Diretor Financeiro, (iv) 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e (v) os demais, se houver, sem designação específica, desempenhando as funções a eles atribuídas pelo Conselho de Administração no ato de sua eleição.

Parágrafo único: Caso a Diretoria venha a ser composta por 02 (dois) membros, seus membros necessariamente acumularão as funções indicadas nos itens (i) a (iv) do caput deste Artigo 20, conforme determinado pelo Conselho de Administração no ato de sua eleição.

Artigo 21. Aos Diretores caberão as seguintes atribuições em relação à Companhia e a qualquer Controlada da Companhia, além daquelas que vierem a ser atribuídas pelo Conselho de Administração:

Parágrafo Primeiro. Diretor Presidente, individualmente ou em conjunto: (a) submeter à aprovação do Conselho de Administração os planos de trabalho e Orçamento Anuais, Planos de Negócios e novos programas de expansão da Companhia e/ou suas Controladas, promovendo a sua execução nos termos aprovados; (b) formular as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia e/ou suas Controladas, bem como estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, com a participação dos demais Diretores; (c) exercer a supervisão de todas as atividades da Companhia e/ou suas Controladas, imprimindo-lhes a orientação mais adequada aos objetos sociais, incluindo decisões comerciais relacionadas ao sabor dos produtos, desde que dentro dos parâmetros do Orçamento Anual e do Plano de Negócios; (d) coordenar e superintender as atividades da Diretoria; (e) orientar na tomada de decisões que envolvam riscos de natureza financeira e gerenciamento de liquidez, incluindo, mas não se limitando a representar a Companhia e/ou suas Controladas, juntamente com outro Diretor, em atos para a celebração ou modificação de contratos com bancos, fornecedores e/ou clientes; (f) supervisionar operações entre a Companhia e/ou qualquer uma de suas Controladas com Partes Relacionadas de qualquer um dos acionistas, realizada dentro do curso normal dos negócios; (g) indicar os demais Diretores da Companhia para eleição pelo Conselho de Administração, bem como delegar parte de suas atribuições ao Diretor Financeiro ou aos demais Diretores da Companhia, conforme aplicável.

Parágrafo Segundo. Diretor Operacional: (a) desdobrar/detalhar o Plano de Negócios e o Orçamento Anual em estratégias e processos operacionais a fim de atingir os resultados esperados; (b) dimensionar a equipe necessária para a execução das atividades da Companhia, bem como liderar as iniciativas de recrutamento, seleção e retenção de colaboradores; (c) controlar a qualidade dos serviços prestados pela Companhia, bem como todos os processos e recursos envolvidos; (d) controlar os processos e custos administrativos, operacionais, logísticos e de manutenção de acordo com o Orçamento Anual; (e) liderar a implantação de estratégias e processos de novos negócios em conjunto com o Diretor Presidente; (f) participar da elaboração e do controle do Plano de Negócios e do Orçamento Anual; e (g) reportar as atividades operacionais ao Diretor Presidente de acordo com a rotina por ele estabelecida.

Parágrafo Terceiro. Diretor Financeiro: (a) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas contábil, financeira e tributária da Companhia, sendo responsável pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (b) responsabilizar-se pela consolidação do orçamento; (c) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores e mercado de

capitais; (d) representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a Comissão de Valores Mobiliários, as Bolsas de Valores, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior; e (e) auxiliar o Diretor Presidente na supervisão, coordenação, direção e administração das atividades e dos negócios da Companhia e em todas as tarefas que este lhe consignar.

Parágrafo Quarto. Diretor de Relações com Investidores: planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades de representação da Companhia perante instituições financeiras e os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais, competindo-lhe prestar informações aos investidores, à CVM, ao Banco Central do Brasil, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior.

Artigo 22. Ocorrendo vacância na Diretoria, compete ao Diretor Presidente indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria.

Artigo 23. A Companhia será representada:

- (a) pela assinatura individual de qualquer dos Diretores Presidentes; ou
- (b) pela assinatura de 1 (um) procurador cujos poderes tenham sido outorgados conforme o Parágrafo Único deste Artigo.

Parágrafo Único. As procurações deverão ser outorgadas pela Companhia por meio da assinatura individual de qualquer dos Diretores Presidentes. As procurações deverão conter a especificação dos poderes outorgados e, exceto por procurações *ad judícia*, deverão ter prazo de validade máximo de 1 (um) ano.

CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL

Artigo 24. O Conselho Fiscal da Companhia não terá funcionamento permanente e poderá ser instalado conforme disposto na Lei das S.A., sendo que, em caso de instalação, será composto por 3 (três) membros e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo Primeiro. Os membros do Conselho Fiscal elegerão seu Presidente, ao qual caberá a coordenação dos trabalhos do Conselho Fiscal durante suas reuniões, na primeira reunião do Conselho Fiscal a ser realizada após a sua instalação.

Parágrafo Segundo. Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas

faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente.

Parágrafo Terceiro. Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Parágrafo Quarto. Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da Lei das S.A., sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

Parágrafo Quinto. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo Sexto. O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros.

Parágrafo Sétimo. As reuniões do Conselho Fiscal serão realizadas na sede da Companhia ou em outro local definido de comum acordo entre os membros do Conselho Fiscal, facultada a participação por meio de vídeo ou teleconferência. Os votos proferidos através de videoconferência ou teleconferência deverão ser enviados por escrito a todos os membros do Conselho Fiscal no prazo de 5 (cinco) dias da data da respectiva reunião.

CAPÍTULO VI

EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Artigo 25. O exercício social da Companhia deverá coincidir com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Na ocasião do encerramento do exercício social, a Companhia deverá preparar o balanço patrimonial e demonstrações financeiras exigidas pela Lei Aplicável.

Parágrafo Primeiro. Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser considerados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório previsto no parágrafo 4º do Artigo 26 abaixo.

Parágrafo Segundo. O balanço e as demais demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditados por auditores independentes registrados perante a CVM.

Artigo 26. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

Parágrafo Primeiro. Do saldo remanescente do lucro líquido a Assembleia Geral poderá atribuir aos Administradores uma participação no resultado de acordo com a política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração. Em qualquer caso, é condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório previsto no parágrafo 2º deste Artigo.

Parágrafo Segundo. O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- (a) 5% (cinco por cento) serão aplicados antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das S.A., exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- (b) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, observado o disposto no parágrafo 4º deste Artigo e no artigo 202 da Lei das S.A.;
- (c) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.;
- (d) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A.;
- (e) o saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

Parágrafo Terceiro. A Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimentos", que terá por finalidade o reforço de caixa para condução dos negócios da Companhia, bem como possibilitar o crescimento orgânico da Companhia, e que será constituída por até 100% (cem por cento) do saldo remanescente do lucro líquido, após as deduções e destinações legais e estatutárias, especialmente, aquelas estabelecidas no parágrafo 1º acima, salvo se de outra forma deliberado pelos acionistas, reunidos em Assembleia Geral, conforme aplicável. O limite máximo para a constituição da Reserva de Investimentos será o montante correspondente ao valor do capital social da Companhia subtraído dos saldos das demais reservas de lucros da Companhia, nos termos do artigo 199 da Lei das S.A., sendo que, atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Parágrafo Quarto. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuídos ou acrescidos os seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das S.A. O valor do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da Lei das S.A.

Parágrafo Quinto. O dividendo previsto no parágrafo 4º deste Artigo 26 não será

obrigatório no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser o pagamento desse dividendo incompatível com a situação financeira da Companhia.

CAPÍTULO VII DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Artigo 27. A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em Lei Aplicável e neste Estatuto Social. Nesta hipótese, caberá à Assembleia Geral indicar o liquidante, nos termos deste Estatuto Social.

CAPÍTULO VIII ACORDO DE ACIONISTAS

Artigo 28. A Companhia deverá observar os termos e condições dispostos em acordos de acionistas eventualmente celebrados entre os acionistas da Companhia, arquivado(s) na sede da Companhia, nos termos do artigo 118 da Lei das S.A. O presidente da Assembleia Geral ou da reunião do Conselho de Administração não deverá considerar votos em desacordo com o quanto disposto em tais acordos de acionistas, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.

Parágrafo Único. A Companhia deverá providenciar e completar, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do pedido feito pelo acionista, o arquivamento de acordos de acionistas na sede da Companhia, bem como a averbação de suas obrigações ou ônus nos livros de registros da Companhia.

CAPÍTULO IX TERMOS DEFINIDOS

Artigo 29. Além dos demais termos definidos neste Estatuto Social, os termos abaixo indicados, quando utilizados com iniciais em letras maiúsculas, tanto no singular quanto no plural, terão os seguintes significados:

“Autoridade Governamental” significa todo e qualquer governo, agência, departamento, secretaria, tribunal ou outro órgão de atuação do governo brasileiro ou de governos estrangeiros, quer seja federal, estadual ou municipal, vinculados, direta ou indiretamente, aos poderes judiciário, legislativo e executivo, câmara ou tribunal arbitral, agências autorreguladoras, ministério público ou outras autoridades não-governamentais.

“Brasil” significa a República Federativa do Brasil.

“CAPEX” significa investimento em bens de capital, inclusive em bens móveis, imóveis e intangíveis.

“Controle”, quando utilizado em relação a uma Pessoa, significa, (a) a titularidade (direta ou indireta) de direitos de sócio, acionista ou quotista, detidos

individualmente ou em conjunto com um grupo de Pessoas vinculadas por acordo de voto (ou vínculo de qualquer natureza), que assegurem, direta ou indiretamente, a maioria dos votos nas reuniões de sócios ou órgão deliberativo similar de uma determinada Pessoa; e (b) o poder de eleger a maioria dos membros da diretoria ou outro órgão deliberativo, seja por força de participação societária, por contrato ou qualquer outro meio, nos termos do artigo 116 da Lei das S.A., sendo certo que quando a Pessoa em questão for um fundo de investimento, o termo "Controle" significará o poder de gestão de tal fundo de investimento. Termos derivados de Controle, como "Controlada" e "Controladora", terão significado análogo ao de Controle.

"Lei Aplicável" significa norma jurídica, constituição, lei, estatuto, regulamento, regulação, decreto, regra, ofício, Ordem ou exigência editada, promulgada, celebrada ou imposta por Autoridade Governamental, a nível federal, estadual e municipal.

"Ônus" significa, conforme o caso, qualquer ônus, garantia real ou pessoal de qualquer tipo, incluindo qualquer gravame, hipoteca, anticrese, alienação fiduciária com ou sem reserva de domínio, penhora, caução, arresto, locação, sublocação, servidão, avença, condição, esbulho possessório, qualquer tipo de restrição judicial ou administrativa, bem como quaisquer direitos de terceiros, arrendamento, licenciamento, acordo de voto, opção, usufruto, direito de voto, direito de primeira oferta, direito de preferência, ou quaisquer outras restrições ou limitações de qualquer natureza que possam afetar, restringir ou condicionar qualquer aspecto da propriedade e/ou da posse ou, ainda, da livre fruição de determinado direito, bem ou ativo e/ou dos direitos a ele atrelados.

"Orçamento Anual" significa o orçamento anual individual e consolidado da Companhia, que deverá conter (a) um plano estratégico detalhado; e (b) as projeções financeiras, bem como os investimentos a serem efetuados, todos em bases individuais e consolidados, contendo as premissas e estimativas utilizadas e, ainda, no que aplicável, detalhes de valor, natureza, prazo e qualquer endividamento eventualmente necessário para realização de tais investimentos.

"Ordem" significa qualquer ordem, determinação, decisão, sentença, despacho (ainda que liminares ou interlocutórias), mandado, seja de natureza administrativa, judicial ou arbitral, proferido por Autoridade Governamental.

"Parte Relacionada" significa qualquer Pessoa identificada como tal pela Deliberação da CVM nº 642/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), conforme alterada ou substituída de tempos em tempos.

"Pessoa" significa qualquer pessoa, física ou jurídica, bem como quaisquer entes desprovidos de personalidade jurídica, organizados de acordo com a legislação brasileira ou estrangeira, incluindo a sociedades de qualquer tipo, de fato ou de direito, consórcio, parceria, corporação, sindicato, sindicato patronal, agente fiduciário, organização, associação, *joint venture*, fundo de capital privado ou qualquer outro tipo de fundo de investimento, qualquer Autoridade Governamental ou universalidade de direitos.

“Plano de Negócios” significa o planejamento anual estratégico dos negócios da Companhia e suas Controladas, aprovado anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, que incorporará o Orçamento Anual.

CAPÍTULO X

ALIENAÇÃO DE CONTROLE, CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 30. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar uma Oferta Pública de Aquisição de Ações (“OPA”), tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista alienante.

Artigo 31. Após uma operação de alienação de controle da Companhia e da subsequente realização de oferta pública de aquisição de ações referida no Artigo 30 acima, o adquirente do controle, quando necessário, deverá tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações da Companhia em circulação, dentro dos 18 (dezoito) meses subsequentes à aquisição do controle.

Artigo 32. Na oferta pública de aquisição de ações, a ser feita pelo acionista controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao preço justo apurado em laudo de avaliação, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 33. A Companhia, seus administradores e acionistas deverão observar o disposto no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários, incluindo as regras referentes à retirada e exclusão de negociação de valores mobiliários admitidos à negociação nos mercados organizados administrados pela B3.

Artigo 34. O laudo de avaliação previsto nos artigos acima deste Estatuto Social deverá satisfazer os requisitos da Lei das S.A. e das demais normas, regulamentos e leis aplicáveis.

Artigo 35. É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo X, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 36. A Companhia ou os acionistas responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista neste Capítulo X, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a oferta pública de

aquisição de ações até que seja concluída, com observância das regras aplicáveis.

CAPÍTULO XI

PROTEÇÃO DA DISPERSÃO DA BASE ACIONÁRIA

Artigo 37. Caso qualquer acionista ou Grupo de Acionistas ("Acionista Adquirente") adquira ou se torne titular, por meio de uma única operação ou diversas operações: (a) de participação direta ou indireta igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social votante e total da Companhia; ou (b) de outros direitos de sócio, incluindo, sem limitação, usufruto, que lhe atribuam o direito de voto, sobre ações de emissão da Companhia que representem pelo menos (inclusive) 15% (quinze por cento) do seu capital social votante e total, o Acionista Adquirente deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resulte na titularidade de ações de emissão da Companhia que representem 15% (quinze por cento) ou mais de seu capital social votante e total, realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia pertencentes aos demais acionistas, observando-se o disposto na Lei das S.A., na regulamentação expedida pela CVM, pela B3, e as regras estabelecidas neste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro. O Acionista Adquirente deverá atender eventuais solicitações ou exigências da CVM e da B3 dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo Segundo. A realização da oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia prevista no caput deste Artigo 37 poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim que representem a maioria absoluta do capital social votante e total da Companhia, sendo que não serão computadas as ações detidas pelo Acionista Adquirente para fins do quórum de deliberação.

Artigo 38. O preço por ação de emissão da Companhia objeto da oferta pública de aquisição não poderá ser inferior ao maior valor entre ("Preço da Oferta"): (i) 150% (cento e cinquenta por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia durante o período de 90 (noventa) dias que antecederem o atingimento do percentual previsto no Artigo 37; (ii) 150% (cento e cinquenta por cento) do maior preço pago pelo Acionista Adquirente, a qualquer tempo, para uma ação ou lote de ações de emissão da Companhia; e (iii) o valor econômico apurado em laudo de avaliação nos termos do disposto no Artigo 39. Os valores indicados nos itens (i) e (ii) deste Artigo 38 deverão ser ajustados por eventos societários, tais como grupamentos, desdobramentos e/ou bonificações de ações.

Parágrafo Primeiro. A oferta pública deverá observar, obrigatoriamente, os seguintes princípios e procedimentos, além de, no que couber, outros expressamente previstos no Artigo 4º da Instrução CVM nº 361/02, conforme alterada, ou norma que venha a substituí-la:

- (a) ser dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia;
- (b) ser efetivada em leilão a ser realizado na B3;

(c) ser lançadas pelo Preço da Oferta, conforme previsto no caput deste Artigo 38 e liquidada à vista, em moeda corrente nacional ou mediante permuta por valores mobiliários de emissão de companhia aberta;

(d) ser instruída com o laudo de avaliação da Companhia de que trata o Artigo 39; e

(e) ser realizada de maneira a assegurar tratamento equitativo aos destinatários, permitir-lhes a adequada informação quanto à Companhia e ao ofertante, e dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da oferta pública.

Parágrafo Segundo. A exigência de oferta pública obrigatória prevista no caput do Artigo 37 não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, de a própria Companhia, formular outra oferta pública concorrente ou isolada, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo Terceiro. As obrigações constantes do Art. 254-A da Lei das S.A. e no Artigo 37 não excluem o cumprimento pelo Acionista Adquirente das obrigações constantes deste Artigo.

Parágrafo Quarto. A exigência da oferta pública prevista no Artigo 37 não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social votante e total da Companhia, em decorrência de:

(a) sucessão legal, sob a condição de que o Acionista Adquirente aliene o excesso de ações em até 60 (sessenta) dias contados do evento relevante;

(b) da subscrição de novas ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral, convocada pelo Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações da Companhia na forma estabelecida na legislação societária e na regulamentação da CVM; ou

(c) de oferta pública para a aquisição da totalidade das ações da Companhia.

Parágrafo Quinto. Publicado qualquer edital de oferta pública para aquisição da totalidade das ações da Companhia, formulado nos termos deste Artigo 38, incluindo a determinação do Preço da Oferta, ou formulado nos termos da regulamentação vigente, com liquidação em moeda corrente ou mediante permuta por valores mobiliários de emissão de companhia aberta, o Conselho de Administração deverá reunir-se, no prazo de 10 (dez) dias, a fim de apreciar os termos e condições da oferta formulada, obedecendo aos seguintes princípios:

(a) o Conselho de Administração poderá contratar assessoria externa especializada, com o objetivo de prestar assessoria na análise da conveniência e oportunidade da oferta, no interesse geral dos acionistas e do segmento econômico em que atua a Companhia e da liquidez dos valores mobiliários

ofertados, se for o caso; e

(b) caberá ao Conselho de Administração manifestar-se a respeito da oferta, nos termos do Artigo 19, alínea "j", deste Estatuto Social.

Parágrafo Sexto. Para fins do cálculo do percentual de 15% (quinze por cento) do capital social votante e total da Companhia descrito no caput do Artigo 37, não serão computados, sem prejuízo do disposto no Parágrafo 3º, os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria, resgate ou reembolso de ações ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

Artigo 39. O valor econômico será apurado em laudo de avaliação elaborado por instituição financeira com independência em relação ao Acionista Adquirente, listada entre as 10 (dez) primeiras instituições financeiras no último Ranking de Renda Variável – Sem Partes Relacionadas, baseado em número de operações, divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA, sendo que o Acionista Adquirente (incluindo pessoas a ele vinculadas) não poderá votar sobre a aprovação de tal instituição, a qual será escolhida pelos acionistas em Assembleia Geral devidamente convocada para este fim, dentre uma lista tríplice indicada pelo Conselho de Administração. Caso o laudo de avaliação indique uma faixa de valores mínimo e máximo, o valor econômico corresponderá ao ponto médio da faixa.

Parágrafo Primeiro. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser suportados integralmente pelo Acionista Adquirente.

Parágrafo Segundo. A escolha da instituição financeira responsável pela determinação do valor econômico é de competência privativa da Assembleia Geral, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria por acionistas representando a maioria do capital social votante e total presente na referida Assembleia Geral, que se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do capital social votante e total da Companhia, ou que em segunda convocação, poderá ser instalada com a presença de qualquer número de acionistas.

Artigo 40. Na hipótese de o Acionista Adquirente não cumprir as obrigações impostas por este Capítulo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos: (i) para a realização ou solicitação do registro da oferta pública; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão dos direitos de sócio do Acionista Adquirente, conforme disposto no Artigo 120 da Lei das S.A.

Artigo 41. Enquanto não implementada e concluída a oferta pública de que trata este Capítulo, o Acionista Adquirente terá o seu direito de voto limitado a 15% (quinze por cento) do capital votante da Companhia, devendo o excedente ser desconsiderado para fins de quóruns de instalação e deliberação de quaisquer assembleias gerais.

Artigo 42. As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as

disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

Artigo 43. Para os fins deste Estatuto Social, os termos abaixo com terão os seguintes significados:

(a) “Acionista Adquirente” significa qualquer pessoa (incluindo, exemplificativamente, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), Grupo de Acionistas ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto com o Acionista Adquirente e/ou que atue representando o mesmo interesse do Acionista Adquirente, que venha a subscrever e/ou adquirir ações da Companhia. Incluem-se, dentre os exemplos de uma pessoa que atue representando o mesmo interesse do Acionista Adquirente, qualquer pessoa: (i) que seja controlada ou administrada por tal Acionista Adquirente; (ii) que controle ou administre, sob qualquer forma, o Acionista Adquirente; (iii) que seja controlada ou administrada por qualquer pessoa que controle ou administre, direta ou indiretamente, tal Acionista Adquirente; (iv) na qual o controlador de tal Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social votante; (v) na qual tal Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social votante; ou (vi) que tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social votante do Acionista Adquirente;

(b) “Grupo de Acionistas” significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladores ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum; ou (iv) que atuem representando um interesse comum. Incluem-se dentre os exemplos de pessoas representando um interesse comum: (v) uma pessoa titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social votante da outra pessoa; e (vi) duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que seja titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social votante de cada uma das duas pessoas. Quaisquer joint-ventures, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, trusts, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas, sempre que duas ou mais entre tais entidades forem: (vii) administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (viii) tenham em comum a maioria de seus administradores, sendo certo que no caso de fundos de investimentos com administrador comum, somente serão considerados como integrantes de um Grupo de Acionistas aqueles cuja decisão sobre o exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador, em caráter discricionário.

CAPÍTULO XII

LEI APLICÁVEL E ARBITRAGEM

Artigo 44. O presente Estatuto Social será regido e interpretado de acordo com as Leis Aplicáveis do Brasil.

Artigo 45. A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (se instalado), efetivos e suplentes, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de setembro de 1976, conforme alterada, na Lei das S.A., neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, dos regulamentos da B3 e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

Parágrafo Primeiro. O Tribunal arbitral será formado por árbitros escolhidos na forma estabelecida no Regulamento de Arbitragem. O procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes do Regulamento de Arbitragem.

Parágrafo Segundo. Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas Partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo eleito para tais medidas o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

CAPÍTULO XIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 46. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pelo Conselho de Administração e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A.

Artigo 47. Observado o disposto no artigo 45 da Lei das S.A., o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

Artigo 48. As disposições contidas no Capítulo X, no Capítulo XI, no Artigo 45, bem como aquelas que mencionam o Regulamento do Novo Mercado, somente terão eficácia a partir da data da publicação do anúncio de início de distribuição pública, referente à primeira oferta pública de ações de emissão da Companhia e à adesão da Companhia ao segmento de listagem do Novo Mercado da B3.

Anexo VIII

Anexo 20 da Resolução CVM 81/2022

Informações sobre a aquisição de controle
acionário da Terram Engenharia de
Infraestrutura S.A.

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A.

CNPJ/MF n.º 00.242.184/0001-04

NIRE 35.300.551.362

Companhia Aberta

ANEXO VIII

Informações sobre a aquisição de controle acionário da Terram Engenharia de Infraestrutura S.A. (em observância ao Anexo 20 da RCM 81)

1. Descrever o negócio

Trata-se de operação de aquisição, pela Companhia, de 15.600.000 (quinze milhões e seiscentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Terram Engenharia de Infraestrutura S.A. ("Terram"), correspondentes a 65% (sessenta e cinco por cento) do capital social total e votante da Terram ("Operação"), nos termos do Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Participações Societárias e Outras Avenças assinado entre as partes em 29 de maio de 2024 ("Contrato") e cujo fechamento ocorreu em 31 de julho de 2024, após cumprimento das condições precedentes ("Data de Fechamento").

O Contrato ainda prevê **(i)** a opção de compra, pela Companhia, da totalidade das ações de titularidade dos acionistas originais nos três primeiros meses de 2029, e **(ii)** o direito da Companhia à subscrição e integralização de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Terram que sejam necessárias para que a Companhia passe a deter até 85% (oitenta e cinco por cento) do capital social da Terram após a data de 31 de março de 2026, podendo, sujeito aos termos e condições do Contrato, diluir os acionistas originais conforme o não atingimento de métricas financeiras.

2. Informar a razão, estatutária ou legal, pela qual o negócio foi submetido à aprovação da assembleia

A Operação envolve a aquisição, por companhia aberta, de controle de capital social total e votante de sociedade empresária, e se enquadra no inciso I do artigo 256 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), tendo em vista que, conforme laudo de avaliação preparado pela Apsis Consultoria Empresarial Ltda. ("Apsis"), o preço de compra, no âmbito da Operação, constitui, para a Companhia, um investimento relevante

Desse modo, nos termos do artigo 256 da Lei das S.A., a Operação está sendo submetida à ratificação pela assembleia geral da Companhia. Não obstante, como o preço a ser pago por ação da Terram não ultrapassa 1,5x o maior dos três valores de que trata o inciso II do artigo 256 da Lei das S.A., não haverá direito de retirada a ser assegurado ao acionista dissidente dessa deliberação.

3. Relativamente à sociedade cujo controle foi ou será adquirido:

a. Informar o nome e qualificação

Terram Engenharia de Infraestrutura S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, nº 125, 32º andar, conjunto 3202, Alphaville, CEP 06455-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 54.290.200/0001-55.

b. Número de ações ou quotas de cada classe ou espécie emitidas

Na Data de Fechamento da Operação, o capital social da Terram, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), dividido em 24.000.000 (vinte e quatro milhões) de ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.

c. Listar todos os controladores ou integrantes do bloco de controle, diretos ou indiretos, e sua participação no capital social, caso sejam partes relacionadas, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Antes da Operação, o controle da Terram era exercido pelos Srs. **Renato Lopes Muniz** ("Renato"), **Roberto José Lopes Muniz** ("Roberto"), **Diego Bueno de Carvalho Briguenti** ("Diego"), **Guilherme Bueno de Carvalho Briguenti** ("Guilherme"), e **Thiago Bueno de Carvalho Briguenti** ("Thiago", e em conjunto, "Vendedores"), então titulares de 100% (cem por cento) do capital social da Terram, totalmente subscrito e integralizado, até a Data de Fechamento.

d. Para cada classe ou espécie de ações ou quota da sociedade cujo controle será adquirido, informar:

(i). Cotação mínima, média e máxima de cada ano, nos mercados em que são negociadas, nos últimos 3 (três) anos

Não aplicável, visto que a Terram não é companhia aberta e não possui ações admitidas à negociação em bolsa de valores ou outros mercados.

(ii). Cotação mínima, média e máxima de cada trimestre, nos mercados em que são negociadas, nos últimos 2 (dois) anos

Não aplicável, visto que a Terram não é companhia aberta e não possui ações admitidas à negociação em bolsa de valores ou outros mercados.

(iii). Cotação mínima, média e máxima de cada trimestre, nos mercados em que são negociadas, nos últimos 2 (dois) anos

Não aplicável, visto que a Terram não é companhia aberta e não possui ações admitidas à negociação em bolsa de valores ou outros mercados.

(iv). Cotação média, nos mercados em que são negociadas, nos últimos 90 dias

Não aplicável, visto que a Terram não é companhia aberta e não possui ações admitidas à negociação em bolsa de valores ou outros mercados.

(v). Valor de patrimônio líquido a preços de mercado, se a informação estiver disponível;

De acordo com os laudos de avaliação preparados pela Apsis, na data base de 31 de julho de 2024, o valor do patrimônio líquido a preço de mercado da Terram por ação é de R\$ 6,96 (seis reais e noventa e seis centavos).

(vi). Valor do lucro líquido anual nos 2 (dois) últimos exercícios sociais, atualizado monetariamente

Conforme os laudos de avaliação preparados pela Apsis, (i) o lucro líquido do exercício social de 2022, atualizado monetariamente pelo IPCA, foi de R\$ 2,00 (dois reais) por ação; e (ii) o lucro líquido do exercício social de 2023, atualizado monetariamente pelo IPCA, foi de R\$ 3,39 (três reais e trinta e nove centavos) por ação.

4. Relativamente à sociedade cujo controle foi ou será adquirido:

a. Identificação dos vendedores

Renato Lopes Muniz, brasileiro, casado, administrador, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob nº 153.614.668-40;

Roberto José Lopes Muniz, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 153.490.568-59;

Diego Bueno de Carvalho Briguenti, brasileiro, solteiro, economista, inscrito no CPF/MF sob nº 294.859.588-62;

Guilherme Bueno de Carvalho Briguenti, brasileiro, solteiro, comerciante, inscrito no CPF/MF sob nº 228.214.378-70; e

Thiago Bueno de Carvalho Briguenti, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 32.503.834-X - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 290.369.968-21.

b. Número total de ações ou quotas adquiridas ou a serem adquiridas

15.600.000 (quinze milhões e seiscentas mil) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, representando 65% (sessenta e cinco por cento) do capital social total e votante da Terram.

c. Preço total

O preço da aquisição ("Preço de Aquisição") de 65% das ações foi de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais). A aquisição envolve também **(i)** a opção de compra, pela Companhia, da totalidade das ações de titularidade dos acionistas originais nos três primeiros meses de 2029, e **(ii)** o direito da Companhia à subscrição e integralização de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Terram que sejam necessárias para

que a Companhia passe a deter até 85% (oitenta e cinco por cento) do capital social da Terram após a data de 31 de março de 2026, podendo, sujeito aos termos e condições do Contrato, diluir os acionistas originais conforme o não atingimento de métricas financeiras.

Além disso, os vendedores farão jus a potencial pagamento adicional (earn-out), condicionado a métricas de performance da TERRAM, limitado a 50% do preço de aquisição.

d. Preço por ação ou quota de cada espécie ou classe

O preço pago por ação foi de aproximadamente R\$ 4,17 (quatro reais e dezessete centavos).

e. Forma de pagamento

Foi estabelecido entre as Partes que o pagamento da integralidade dos valores descritos no item 4(c) acima seria dividido em 5 (cinco) parcelas, sendo 01 (uma) parcela à vista e 4 (quatro) parcelas a prazo, conforme detalhado abaixo:

- 1ª parcela (parcela à vista): R\$ 32.500.000,00 (trinta e dois milhões e quinhentos mil reais), pagos na Data de Fechamento da Operação, correspondendo a 50% (cinquenta por cento) do preço da aquisição;
- 4 (quatro) parcelas semestrais consecutivas, no valor de R\$ 8.125.000,00 (oito milhões, cento e vinte e cinco mil reais), contadas da Data de Fechamento.

Cada uma das parcelas, inclusive a parcela à vista, será atualizada e corrigida pela variação positiva da Taxa DI do período compreendido entre 01 de abril de 2024 e a data do efetivo pagamento do respectivo valor.

f. Condições suspensivas e resolutivas a que está sujeito o negócio

As condições suspensivas e resolutivas a que estava sujeito o negócio foram todas cumpridas na Data de Fechamento da Operação.

g. Resumo das declarações e garantias dos vendedores

No Contrato, os Vendedores prestaram declarações e garantias usuais em transações dessa natureza, que incluem sua capacidade, legitimidade e poderes; solvência e situação financeira; validade e exequibilidade do Contrato; a ausência de conflitos e necessidade de consentimentos; constituição e funcionamento; capital social, titularidade das ações da Terram detidas pelos Vendedores e a inexistência de ônus sobre essas ações; solvência e plena capacidade financeira; ausência de fundamentos para disputas contra a Terram; práticas anticorrupção; propriedade e ausência de ônus sobre a lista completa de ativos fornecida à Companhia; consistência das demonstrações financeiras da Terram com os princípios contábeis usualmente utilizados e com as práticas contábeis adotadas no Brasil; desconhecimento de obrigações materialmente relevantes que não estivessem refletidas

nas demonstrações financeiras da Terram, com exceção daquelas listadas no Contrato; bem como uma série de outras obrigações costumeiras em contratos dessa natureza indicando o fiel cumprimento de obrigações e o desconhecimento de descumprimentos não divulgados à Companhia nos aspectos legais aplicáveis.

h. Regras sobre indenização dos compradores

Os Vendedores assumiram obrigações de indenização usuais em transações dessa natureza, e deverão indenizar a Companhia e suas partes relacionadas ("Partes Indenizáveis do Comprador") em relação a todas e quaisquer perdas que venham a ser efetivamente desembolsadas pelas Partes Indenizáveis do Comprador, em decorrência de ou relacionadas a, dentre outras hipóteses previstas no Contrato:

- Qualquer falsidade, omissão, erro, inadequação ou inexatidão de qualquer declaração ou garantia prestada;
- Qualquer ação ou omissão que resulte na violação, total ou parcial, de qualquer avença, compromisso ou obrigação assumida do Contrato celebrado entre as Partes; e
- Qualquer ação ou omissão que resulte na violação, total ou parcial, de qualquer avença, compromisso ou obrigação assumida do Contrato celebrado entre as Partes, ainda que seus efeitos se verifiquem e/ou se materializem posteriormente à Data de Fechamento da Operação, independentemente de terem sido ou não revelados à Companhia.

A obrigação de indenizar dos Vendedores por força de toda e qualquer obrigação assumida ou declaração prestada no Contrato estará limitada a 50% (cinquenta por cento) do Preço de Aquisição.

Os Vendedores somente estarão obrigados a indenizar as Partes Indenizáveis do Comprador quando o valor total das perdas sofridas exceder o montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) ou em até 15 (quinze) dias úteis a contar do final de cada ano calendário, o que ocorrer primeiro.

i. Aprovações governamentais necessárias

A Operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

j. Garantias outorgadas

Na Cláusula 2.6 do Contrato está disposto o mecanismo de retenção das parcelas em aberto em garantia da indenização de danos que possam vir a ser sofridos pelas Partes Indenizáveis do Comprador, podendo a Companhia, a seu exclusivo critério, realizar a retenção de montantes das parcelas semestrais que ainda não tenham sido pagas aos Vendedores em valor suficiente para fazer frente ao valor potencial da referida Perda.

5. Descrever o propósito do negócio

O negócio da Companhia consiste em converter máquinas de linha amarela em um serviço seguro, de qualidade e que proporciona eficiência de custos para o cliente. A parceria com os fundadores da Terram adiciona mais uma oferta ao portfólio da Companhia e, por extensão, mais um vetor de crescimento estratégico para a Companhia.

Este novo vetor de crescimento se beneficiará, como todos os outros, da competência de manutenção e oficina central, escala e intercambialidade de frota e dos relacionamentos comerciais da Companhia.

6. Fornecer análise dos benefícios, custos e riscos do negócio

Fundada há 40 anos pelos Srs. José Roberto Briguenti e Sabino Muniz, a Terram é pioneira na contratação direta de obras de terraplenagem para grandes indústrias e galpões logísticos. A Terram apoia os seus clientes em todas as etapas – desde a análise de terrenos prospectivos à concepção dos projetos e à movimentação de terra.

Fruto de um dos melhores corpos técnicos do setor e dos aprendizados de 40 anos de atividade, a Terram é capaz de realizar obras com o mais alto padrão de qualidade e segurança dentro dos menores prazos do mercado. Os maiores diferenciais da Terram são os seus 325 colaboradores, que acumulam vasta experiência no setor, e a sua frota estratégica de linha amarela, composta por mais de 300 ativos, com idade média de 22 anos e um valor de mercado de aproximadamente R\$70 milhões.

A Operação atribui um valor de R\$ 100 milhões à totalidade das ações da Terram, que não possui endividamento. Além disso, os vendedores farão jus a potencial pagamento adicional (earn-out), condicionado a métricas de performance da TERRAM, limitado a 50% do preço de aquisição. Com base nos dados do primeiro trimestre, a TERRAM tem faturamento anualizado de aproximadamente R\$150 milhões e lucro líquido de R\$30 milhões.

7. Informar quais custos serão incorridos pela companhia caso o negócio não seja aprovado

O negócio foi firmado em caráter irrevogável e irretratável, constituindo obrigações legais, válidas e vinculativas, nos termos da 2.1 do Contrato, uma vez que já ocorreu seu fechamento e o pagamento da parcela de fechamento. Sendo assim, não é possível estimar eventuais custos pela hipótese de não ratificação da aquisição, uma vez que a ratificação em Assembleia Geral é apenas um compromisso pós-fechamento assumido pela Companhia.

8. Descrever as fontes de recursos para o negócio

Os recursos envolvidos na aquisição da Terram são oriundos do caixa e curso normal dos negócios da Companhia.

9. Descrever os planos dos administradores para a companhia cujo controle foi ou será adquirido

Adicionar mais uma oferta ao portfólio da Companhia e, por extensão, mais um vetor de crescimento estratégico, se beneficiando de ganhos de escala na integração com a Companhia, através da captura de sinergias e redução de custos financeiros e operacionais, além do compartilhamento de recursos estratégicos, em especial a competência de manutenção e oficina central, escala e intercambialidade de frota e relacionamentos comerciais da Companhia.

10. Fornecer declaração justificada dos administradores recomendando aprovação do negócio

A administração da Companhia recomenda a ratificação de aprovação da operação, uma vez que a aquisição da Terram reforça o crescimento estratégico Companhia e um novo vetor relevante de crescimento em seus serviços, além de ser mais um avanço na diversificação dos negócios. Ademais, a operação representa reforço do compromisso da Companhia com a geração de valor para seus acionistas e demais stakeholders.

11. Descrever qualquer relação societária existente, ainda que indireta, entre:

- a. Qualquer dos vendedores ou a sociedade cujo controle foi ou será alienado; e**
- b. Partes relacionadas à companhia, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

Os Vendedores, antigos detentores de 100% (cem por cento) do capital social da Terram, não possuem relação societária, direta ou indireta, com partes relacionadas à Companhia.

A Terram também não possuía, previamente à aquisição, qualquer relação societária, direta ou indireta, com partes relacionadas à Companhia.

12. Informar detalhes de qualquer negócio realizado nos últimos 2 (dois) anos por partes relacionadas à companhia, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, com participações societárias ou outros valores mobiliários ou títulos de dívida da sociedade cujo controle foi ou será adquirido

Não foram realizadas transações dessa natureza nos últimos dois anos.

13. Fornecer cópia de todos os estudos e laudos de avaliação, preparados pela companhia ou por terceiros, que subsidiaram a negociação do preço de aquisição

O laudo de avaliação para a aquisição da Terram, preparado pela Apsis, para fins do artigo 256, §1º da Lei das S.A. e para verificação das hipóteses previstas no artigo 256, I e II da Lei das S.A., está disponível para consulta (i) no Anexo IX à Proposta de Administração; e (ii) nas páginas eletrônicas na rede mundial de computadores da Companhia (<https://ri.armac.com.br>), da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão e da CVM.

14. Em relação a terceiros que prepararam estudos ou laudos de avaliação

a. Informar o nome

Apsis Consultoria Empresarial Ltda.

b. Descrever sua capacitação

A Apsis se destaca no mercado como uma empresa de consultoria independente especializada em avaliações e geração de valor para seus clientes. A credibilidade e a imparcialidade da Apsis fazem com que suas entregas sejam eleitas como referência para a tomada de decisão de grandes empresas.

c. Descrever como foram selecionados

A seleção da Apsis Consultoria Empresarial Ltda. baseou-se na qualidade e experiência de trabalhos semelhantes ao necessário para a presente operação.

d. Informar se são partes relacionadas à companhia, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto

A Apsis Consultoria Empresarial Ltda. não é uma parte relacionada da Companhia.

Anexo IX

Laudo de Aquisição Terram Art. 256 da Lei das S.A.

A ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária e
Extraordinária datada de 30 de abril de 2025



LAUDO DE AVALIAÇÃO AP-00415/24-01

Armac Locação, Logística e Serviços S.A.

LAUDO DE AVALIAÇÃO: AP-00415/24-01

DATA-BASE: 31 de julho de 2024

SOLICITANTE: ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A., doravante denominada ARMAC ou COMPRADORA.

Sociedade anônima aberta, com sede na Avenida Marcos Pentead de Ulhôa Rodrigues, nº 939, conjuntos nº 701 e 702, Barueri, Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 00.242.184/0001-04.

ADQUIRENTE: ARMAC, anteriormente qualificada.

OBJETO: TERRAM ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA LTDA. , doravante denominada TERRAM ou COMPANHIA.

Sociedade empresária limitada, com sede na Alameda Tocantins, nº 125, 32º andar, conjunto 3202, Alphaville, Barueri, Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 54.290.200/0001-55.

OBJETIVO:

Determinar o valor de TERRAM para atendimento ao artigo 256 (inciso II, parágrafos 1º e 2º) da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.).

SUMÁRIO EXECUTIVO

A APSIS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA., doravante denominada APSIS, foi nomeada por ARMAC para determinar o valor de TERRAM a fim de atender ao artigo 256 (inciso II, parágrafos 1º e 2º) da Lei nº 6.404/76, em função da aquisição de 65% das ações de TERRAM pela COMPRADORA.

O artigo 256 da Lei das S.A. dispõe o seguinte:

A compra, por companhia aberta, do controle de qualquer sociedade mercantil, dependerá de deliberação da Assembleia Geral da compradora, especialmente convocada para conhecer da operação, sempre que:

I - O preço de compra constituir, para a compradora, investimento relevante (Artigo 247, parágrafo único); ou

II - O preço médio de cada ação ou quota ultrapassar uma vez e meia o maior dos 3 (três) valores a seguir indicados:

- a) Cotação média das ações em bolsa ou no mercado de balcão organizado, durante os noventa dias anteriores à data da contratação (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997);
- b) Valor de patrimônio líquido (artigo 248) da ação ou quota, avaliado o patrimônio a preços de mercado (Artigo 183, § 1º);
- c) Valor do lucro líquido da ação ou quota, que não poderá ser superior a 15 (quinze) vezes o lucro líquido anual por ação (Artigo 187 n. VII) nos 2 (dois) últimos exercícios sociais, atualizado monetariamente.

§ 1º A proposta ou o contrato de compra, acompanhado de laudo de avaliação, observado o disposto no Art. 8º, §§ 1º e 6º, será submetido à prévia autorização da Assembleia Geral, ou à sua ratificação, sob pena de responsabilidade dos administradores, instruído com todos os elementos necessários à deliberação;

§ 2º Se o preço da aquisição ultrapassar uma vez e meia o maior dos três valores de que trata o Inciso II do *caput*, o acionista dissidente da deliberação da assembleia que aprovar terá o direito de retirar-se da companhia mediante reembolso do valor de suas ações, nos termos do art. 137, observado o disposto em seu Inciso II (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997).

PREÇO PAGO

Em 29 de maio de 2024, foi assinado o Share Purchase Agreement and Other Covenants (SPA) referente à aquisição da TERRAM pela COMPRADORA. O preço-base definido no SPA a ser pago pela COMPRADORA foi de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais) por 65% das ações de TERRAM.

Esse valor será pago respeitando cada etapa, com as seguintes características:

- **Primeira parcela:** Serão pagos 50% do valor da aquisição, equivalentes a R\$ 32.500.000,00 (trinta e dois milhões e quinhentos mil reais), à vista no fechamento da transação, corrigidos pelo CDI.
- **Segunda parcela:** Os 50% restantes do valor da aquisição, equivalentes a R\$ 32.500.000,00 (trinta e dois milhões e quinhentos mil reais), serão divididos em 04 (quatro) parcelas semestrais corrigidas pelo CDI.

Adicionalmente às contraprestações do preço-base mencionadas anteriormente, conforme estabelecido no SPA, são estimados uma parcela referente ao pagamento adicional (*earn-out*) e um ajuste de participação da aquisição. Essas parcelas estão detalhadas a seguir.

- **Pagamento adicional (*earn-out*):** Pautado na execução do plano de negócios (2024 - 2026), caso o Lucro Líquido da companhia em 2026 seja superior a R\$ 52.500.00,00 (cinquenta e dois milhões e quinhentos mil reais), serão acrescidos R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ao preço de 100% das ações de TERRAM.
- **Ajuste de participação dos vendedores:** Caso o Lucro Líquido das operações regulares da TERRAM no período de abril de 2024 a março 2026 somados seja inferior a R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), a ARMAC receberá ações da TERRAM como ajuste de sua participação, de acordo com as faixas abaixo elencadas:
 - Lucro Líquido do biênio 2024-2025 menor que R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) – 20% de ações da TERRAM, com a ARMAC passando a deter 85% das ações da companhia.
 - Lucro Líquido do biênio 2024-2025 maior ou igual a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) e menor que R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) – 15% de ações da TERRAM, com a ARMAC passando a deter 80% das ações da companhia.
 - Lucro Líquido do biênio 2024-2025 maior ou igual a R\$ R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) e menor que R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) – 10% de ações da TERRAM, com a ARMAC passando a deter 75% das ações da companhia.
 - Lucro Líquido do biênio 2024-2025 maior ou igual a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) e menor que R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) – 5% de ações da TERRAM, com a ARMAC passando a deter 70% das ações da companhia.

Para cálculo do valor justo do *earn-out*, foi elaborada uma Simulação de Monte Carlo a fim de apurar os diferentes cenários de Lucro Líquido em 2026 e, por consequência, o *payoff* do *earn-out* em cada um desses cenários. Utilizando premissas de mercado para cálculo da volatilidade utilizada e expectativas da administração da companhia para o Lucro Líquido projetado para 2026 considerando sinergias operacionais, seguindo as diretrizes da The Appraisal Foundation para o cálculo da parcela contingente, foi apurado um valor justo como a média dos cenários de *payoff* do *earn-out*. O quadro abaixo resume a conclusão do valor justo do *earn-out* a valor presente.

Earnout concluído * (R\$ mil)	15.169

Data-base	31/07/2024
Data de apuração Earnout	31/12/2026
Data estimado de pagamento - earnout	31/03/2027
Prazo para pagamento (em anos base 252)	2,66
Taxa de desconto @ Taxa DI	11,12%

Valor presente do earnout (R\$ mil)	11.457

* Dada a observação de uma distribuição de cenários praticamente igualitária entre o pagamento e o não pagamento do earnout no resultado da Simulação de Monte Carlo, foi considerada a média dos cenários para a conclusão de valor justo do earnout.

Com isso, chegamos no preço prévio pago pela aquisição de 65% da TERRAM:

Parcelas	Data prevista de pagamento	Valor a pagar / Valor Justo (R\$)	Fator de desconto a valor presente	Valor justo contraprestação (R\$)
1ª parcela à vista	31/07/2024	33.624.267	n/a	33.624.267
2ª parcela a prazo	Dividido em 4 parcelas semestrais a partir do closing (valor corrigidos pela Taxa DI)	33.624.267	n/a	33.624.267
Parcela contingente <i>earn-out</i>	31/03/2027	15.169.375	0,76	11.456.883
Total Preço de Aquisição				78.705.416

- **Opção de Compra (Call) e Opção de Venda (Put):** Conforme Cláusula 6 com Acordo de Acionista, anexo ao SPA firmado entre as partes, foram celebrados uma Call em favor da ARMAC e uma Put em favor dos Vendedores (Acionistas Originais) da Companhia. Tanto a Call quanto a Put preveem a outorga para ambas as partes do direito de adquirir (Call) ou vender (Put) a totalidade da participação remanescente em TERRAM, ou seja, a ARMAC tem o direito de exigir dos vendedores a adquirir e, por sua vez, os vendedores têm o direito de exigirem da ARMAC a comprar a participação de 35% da TERRAM.

Os vendedores poderão exercer a Opção de Venda durante o período de 03 (três) meses iniciado na data de divulgação das demonstrações financeiras auditadas da Companhia referentes ao exercício social terminado em 31 de dezembro de 2028. Caso não seja exercida a Opção de Venda durante o período de exercício, a ARMAC poderá exercer a Opção de Compra durante o período de 03 (três) meses iniciado em 01 (um) dia a contar do final do Período de Exercício Opção de Venda.

Além disso, o preço de exercício (*strike price*) da Call e da Put é o mesmo: equivalente a 3,7 vezes o EBITDA da Companhia apurado no exercício social de 31 de dezembro de 2028, subtraído do endividamento líquido da companhia no mesmo exercício.

Sendo assim, com base na estrutura de Call e Put firmadas, a avaliação a valor justo da Call e da Put foram determinadas através da metodologia de Monte Carlo, assumindo que são opções exóticas (*strike price* variável) e do tipo europeia (assumindo que o período para exercício é uma curta janela de tempo e, portanto, assumindo uma premissa de vencimento da opção). Com isso, foram utilizadas as seguintes premissas para avaliação:

- Volatilidade: como há duas variáveis em questão a serem estimadas (valor justo da Companhia e EBITDA em 2028), a volatilidade do valor justo da TERRAM foi determinada na volatilidade histórica de ações de empresas comparáveis e; a volatilidade do EBITDA determinada conforme volatilidade histórica do EBITDA de empresas do setor da Companhia.
- Valor justo TERRAM e EBITDA na data base: os valores de partida da simulação para cada uma das variáveis foram determinados com base no preço pago por 65% da TERRAM (quadro anterior) e o EBITDA projetado para 2028, trazido a valor presente pelo WACC em uma visão Risk Neutral como ponto de partida da variável nas simulações.

As premissas foram aplicadas em uma Simulação de Monte Carlo de 500.000 iteração, sendo o valor justo das opções apurado conforme a média dos *payoffs* (*strike price* menos valor justo do ativo, e vice-versa) de todos os cenários.

Os valores justos das opções são agregados ao preço pago considerando o racional de que a Call, um ativo adquirido pela ARMAC no contexto da transação, um valor redutor do preço de aquisição e, de forma análoga, com a Put sendo um ativo cedido aos vendedores, um valor adicionado ao preço de aquisição.

Além disso, tratando-se do mecanismo de diluição dos vendedores descrito anteriormente, também foi procedida uma Simulação de Monte Carlo a fim de apurar os cenários em que ocorria diluição e fosse observada a significância estatística desses cenários. Com isso, utilizando a mesma premissa de volatilidade e Lucros Líquidos esperados para o período de abril de 2024 a março de 2026, foi constatado que apenas cerca de 0,5% dos cenários trariam a referida cláusula de diluição dos vendedores. Sendo assim, com base nesta análise, qualquer evento de diluição por parte dos vendedores foi descartado na análise de preço pago e percentual adquirido do presente Laudo.

Sendo assim, o preço estimado da contraprestação total transferida, somada à contraprestação contingente a pagar pela aquisição de 65% do capital total e votante de TERRAM, e considerando também os valores justos da Call e da Put, é de R\$ 89.035.516 (oitenta e nove milhões, trinta e cinco mil, quinhentos e dezesseis reais), detalhado conforme quadro a seguir:

Parcelas	Data prevista de pagamento/exercício	Valor a pagar / Valor Justo Futuro (R\$)	Fator de desconto a valor presente	Valor justo a VP (R\$)
(+) 1ª parcela à vista	31/07/2024	33.624.267	n/a	33.624.267
(+) 2ª parcela a prazo	Dividido em 4 parcelas semestrais a partir do closing (valor corrigidos pela Taxa DI)	33.624.267	n/a	33.624.267
(+) Valor Justo - Parcela contingente <i>earn-out</i>	31/03/2027	15.169.375	0,76	11.456.883
(+) Valor Justo - Opção de Venda (Put) detida pelos Vendedores	Em até 90 dias após emissão da DF de 31/12/2028	47.821.795	0,58	27.923.161
(-) Valor Justo - Opção de Compra (Call) detida pela ARMAC	Em até 90 dias após o prazo da Put	31.005.180	0,57	17.593.062
Total Preço de Aquisição				89.035.516

CONCLUSÃO

Para atendimento ao artigo 256 (§ 1º) da Lei nº 6.404/76, tomando por base estudos da APSIS e as informações fornecidas pela administração de TERRAM, concluíram os peritos que o valor econômico da companhia, conforme a metodologia do fluxo de caixa descontado, na data-base, é o seguinte:

Taxa de retorno esperado	17,1%	17,5%	17,9%
Taxa de crescimento perpetuidade	3,6%	3,6%	3,6%
VALOR ECONÔMICO DE TERRAM			
FLUXO DE CAIXA DESCONTADO	25.846	24.844	23.863
VALOR RESIDUAL DESCONTADO	115.028	109.246	103.855
VALOR OPERACIONAL DE TERRAM (R\$ mil) (Enterprise Value)	140.874	134.089	127.719
CAIXA LÍQUIDO	7.078	7.078	7.078
ATIVOS/PASSIVOS NÃO OPERACIONAIS	(3.056)	(3.056)	(3.056)
VALOR ECONÔMICO DE TERRAM (R\$ mil) (Equity Value)	144.896	138.111	131.740
PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO		65,00%	
EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL (R\$ mil)	94.182	89.772	85.631

As premissas consideradas para cálculo do fluxo de caixa descontado estão descritas no Anexo 1A.

A avaliação foi feita a partir das metodologias citadas no inciso II. Contudo, o primeiro item listado não se aplica a este trabalho, uma vez que a empresa adquirida não está listada em bolsa.

Os procedimentos técnicos empregados no presente Laudo estão de acordo com os critérios estabelecidos pelas normas avaliativas.

O quadro abaixo apresenta o resumo dos resultados calculados, contemplando a comparação do valor de aquisição com o maior dos valores encontrados, como determinado no parágrafo 2º da Lei das S.A.

Valor estimado da aquisição (R\$)	89.035.516	
Número de quotas adquiridas (65%)	5.200.000	
Valor estimado da aquisição por quota (R\$)	17,12	
VALOR DA COTAÇÃO MÉDIA DAS AÇÕES EM BOLSAS NOS ÚLTIMOS 90 DIAS	VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO AVALIADO A PREÇOS DE MERCADO POR QUOTA (R\$)	VALOR DO LUCRO LÍQUIDO (R\$) POR QUOTA
N/A	6,96	17,26
COMPARAÇÃO COM O VALOR DE AQUISIÇÃO		
N/A	2,46 x	0,99 x

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. PRINCÍPIOS E RESSALVAS.....	10
3. LIMITAÇÕES DE RESPONSABILIDADE	11
4. CARACTERIZAÇÃO DE TERRAM.....	12
5. DISPOSIÇÕES DO ARTIGO 256 DA LEI Nº 6.404/76.....	13
6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO	14
7. AVALIAÇÃO - COTAÇÃO MÉDIA DAS AÇÕES EM BOLSA.....	17
8. AVALIAÇÃO – VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO A MERCADO POR AÇÃO	18
9. AVALIAÇÃO - VALOR DO LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO.....	21
10. AVALIAÇÃO ECONÔMICA DE TERRAM	22
11. CONCLUSÃO	23
12. RELAÇÃO DE ANEXOS	24

1. INTRODUÇÃO

A APSIS, com sede à Rua do Passeio, nº 62, 6º andar, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 27.281.922/0001-70 e no CORECON/RJ sob o nº RF.02052, foi nomeada por ARMAC para determinar o valor de TERRAM, a fim de atender ao artigo 256 (inciso II, parágrafos 1º e 2º) da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), em função da aquisição de 65% das quotas de TERRAM.

Na elaboração deste trabalho, foram utilizados dados e informações fornecidos por terceiros, na forma de documentos e entrevistas verbais com o cliente. As estimativas utilizadas nesse processo estão baseadas em:

- *Share Purchase Agreement and Other Covenants* (SPA).
- Balancete analítico de TERRAM na data-base;
- Demonstrações financeiras consolidadas de TERRAM em 2021, 2022 e 2023;
- Outras informações gerenciais referentes aos ativos intangíveis de TERRAM.

Os profissionais que participaram da realização deste trabalho estão listados a seguir:

- ALEXANDRE FONSECA GOMES - Projetos
- DANIEL FELIX LAMONICA – Projetos
- LUÍS FELIPPE OLIVEIRA COLI CAMPOS – Projetos
- MARCELO DA LUZ NASCIMENTO - Diretor / Engenheiro Civil (CREA/SP 260559523-4)
- MIGUEL CÔRTEZ CARNEIRO MONTEIRO - Diretor / Economista e Contador (CORECON/RJ 26898 e CRC/SP-344323/O-6)
- PEDRO PONTES GOMES LOPES MARTINS – Projetos / Engenheiro Mecânico (CREA/RJ)
- RICARDO NUNES LIMA – Projetos
- RODRIGO MENNA BARRETO AMIL - Projetos

2. PRINCÍPIOS E RESSALVAS

O Relatório, objeto do trabalho enumerado, calculado e particularizado, obedece criteriosamente aos princípios fundamentais descritos a seguir, que são importantes e devem ser cuidadosamente lidos.

- Os consultores não têm interesse, direto ou indireto, nas companhias envolvidas ou na operação, bem como não há qualquer outra circunstância relevante que possa caracterizar conflito de interesses.
- Os honorários profissionais da APSIS não estão, de forma alguma, sujeitos às conclusões deste Relatório.
- No melhor conhecimento e no melhor crédito, as análises, opiniões e conclusões expressas no presente Relatório são baseadas em dados, diligências, pesquisas e levantamentos verdadeiros e corretos.
- Assumem-se como corretas as informações recebidas de terceiros, sendo que as fontes delas estão contidas e citadas no referido Relatório.
- Para efeito de projeção, partimos do pressuposto da inexistência de ônus ou gravames de qualquer natureza, judicial ou extrajudicial, atingindo as empresas em questão, que não as listadas no presente Relatório.
- O Relatório apresenta todas as condições limitativas impostas pelas metodologias adotadas, quando houver, que possam afetar as análises, opiniões e conclusões contidas nele.
- O Relatório foi elaborado pela APSIS, e ninguém, a não ser os seus próprios consultores, preparou as análises e correspondentes conclusões.
- A APSIS assume total responsabilidade sobre a matéria de Avaliações, incluindo as implícitas, para o exercício de suas honrosas funções, precipuamente estabelecidas em leis, códigos ou regulamentos próprios.
- O presente Relatório atende a recomendações e critérios estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), pelos Uniform Standards of Professional Appraisal Practice (USPAP) e pelos International Valuation Standards (IVS), além das exigências impostas por diferentes órgãos, como Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), Ministério da Fazenda, Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Regulamento do Imposto de Renda (RIR) e Comitê Brasileiro de Avaliadores de Negócios (CBAN).
- O controlador e os administradores das companhias envolvidas não direcionaram, limitaram, dificultaram ou praticaram quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido a disponibilidade, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade das conclusões contidas neste Relatório.

3. LIMITAÇÕES DE RESPONSABILIDADE

- Para elaboração deste Relatório, a APSIS utilizou e assumiu como verdadeiros e coerentes informações e dados históricos auditados por terceiros ou não auditados, fornecidos por escrito pela administração da empresa ou obtidos das fontes mencionadas, não tendo qualquer responsabilidade com relação à veracidade deles.
- O escopo desta avaliação não incluiu auditoria das demonstrações financeiras ou revisão dos trabalhos realizados por seus auditores. Sendo assim, a APSIS não está expressando opinião sobre as demonstrações financeiras e medições da Solicitante.
- A APSIS não se responsabiliza por perdas ocasionais à Solicitante e a suas controladas, a seus sócios, diretores e credores ou a outras partes como consequência da utilização dos dados e informações fornecidos pela empresa e constantes neste Relatório.
- Este Relatório foi desenvolvido unicamente para o uso da Solicitante e de seus sócios, visando-se ao objetivo já descrito; portanto, não deverá ser publicado, circulado, reproduzido, divulgado ou utilizado para outra finalidade que não a já mencionada sem prévia aprovação por escrito da APSIS.
- As análises e as conclusões aqui contidas baseiam-se em diversas premissas, realizadas na presente data, de projeções operacionais, tais como: preços, volumes, participações de mercado, receitas, impostos, investimentos, margens etc. Assim, os resultados futuros da empresa podem vir a ser diferentes de qualquer previsão ou estimativa deste trabalho, especialmente se houver conhecimento posterior de informações não disponíveis por ocasião da emissão do Laudo.
- Esta avaliação não reflete eventos e impactos ocorridos após a data de emissão do Laudo.
- A APSIS não se responsabiliza por perdas diretas ou indiretas nem por lucros cessantes eventualmente decorrentes do uso indevido deste Laudo.
- Destacamos que a compreensão da conclusão deste Relatório ocorrerá mediante a leitura integral dele e de seus anexos, não se devendo, portanto, extrair conclusões de leitura parcial, que podem ser incorretas ou equivocadas.

4. CARACTERIZAÇÃO DE TERRAM



Fundada em 1984, a TERRAM se consolidou como uma referência no setor de infraestrutura, oferecendo um portfólio abrangente de serviços que inclui terraplenagem, geotecnia, contenções, drenagem e pavimentação. A empresa não se limita à execução de obras, mas também se envolve diretamente na fase de planejamento, fornecendo suporte técnico para o desenvolvimento de projetos e estudos preliminares, com o objetivo de otimizar custos e prazos.

A TERRAM é reconhecida por sua expertise em grandes projetos de terraplenagem para indústrias e galpões logísticos, acompanhando seus clientes em todas as etapas, desde a análise inicial do terreno até a conclusão das obras. Sua capacidade técnica e operacional é respaldada por uma equipe de 325 colaboradores altamente experientes e uma frota estratégica de mais de 300 equipamentos de Linha Amarela.

Ao longo de sua trajetória, a TERRAM tem sido a escolha de grandes empresas nacionais e internacionais, entre elas Itaú, Nissan, BR Properties, McCain, Toyota e Coca-Cola. Esses clientes confiam na TERRAM para entregar projetos de grande escala com excelência, garantindo a estabilidade, o prazo e a qualidade exigidos em cada empreendimento. Essa sólida base de clientes e a capacidade de realizar projetos complexos refletem o comprometimento da TERRAM em entregar soluções de infraestrutura de alto padrão.



5. DISPOSIÇÕES DO ARTIGO 256 DA LEI Nº 6.404/76

Este Relatório visa atender ao artigo 256 da Lei nº 6.404/76, que dispõe o seguinte:

A compra, por companhia aberta, do controle de qualquer sociedade mercantil, dependerá de deliberação da Assembleia Geral da compradora, especialmente convocada para conhecer da operação, sempre que:

I - O preço de compra constituir, para a compradora, investimento relevante (Artigo 247, parágrafo único); ou

II - O preço médio de cada ação ou quota ultrapassar uma vez e meia o maior dos 3 (três) valores a seguir indicados:

- a) Cotação média das ações em bolsa ou no mercado de balcão organizado, durante os noventa dias anteriores à data da contratação (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997);
- b) Valor de patrimônio líquido (artigo 248) da ação ou quota, avaliado o patrimônio a preços de mercado (Artigo 183, § 1º);
- c) Valor do lucro líquido da ação ou quota, que não poderá ser superior a 15 (quinze) vezes o lucro líquido anual por ação (Artigo 187 n. VII) nos 2 (dois) últimos exercícios sociais, atualizado monetariamente.

§ 1º A proposta ou o contrato de compra, acompanhado de laudo de avaliação, observado o disposto no Art. 8º, §§ 1º e 6º, será submetido à prévia autorização da Assembleia Geral, ou à sua ratificação, sob pena de responsabilidade dos administradores, instruído com todos os elementos necessários à deliberação.

§ 2º Se o preço da aquisição ultrapassar uma vez e meia o maior dos três valores de que trata o Inciso II do *caput*, o acionista dissidente da deliberação da assembleia que aprovar terá o direito de retirar-se da companhia mediante reembolso do valor de suas ações, nos termos do art. 137, observado o disposto em seu Inciso II (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997).

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

ABORDAGEM DA RENDA: COTAÇÃO EM BOLSA

Essa metodologia visa avaliar uma empresa pela soma de todas as suas ações a preços de mercado. O preço de uma ação pode ser definido pelo valor do fluxo de dividendos futuros trazidos a valor presente a uma taxa de retorno exigida ou pelo preço de venda ao fim de determinado período de investimento.

ABORDAGEM DOS ATIVOS: PATRIMÔNIO LÍQUIDO A MERCADO

Essa metodologia é derivada dos Princípios Contábeis Geralmente Aceitos (PCGA), nos quais as demonstrações financeiras são preparadas com base no princípio do custo histórico ou custo de aquisição. Conforme esse conceito e o princípio fundamental da contabilidade, o valor contábil dos ativos de uma empresa menos o valor contábil dos passivos é igual ao valor contábil do patrimônio líquido.

Pela ótica dos princípios básicos da economia, pode-se definir o patrimônio líquido pela diferença entre o valor dos ativos e o valor dos passivos.

A abordagem dos ativos, portanto, visa avaliar uma organização pelo ajuste do valor contábil (saldo líquido) aos respectivos valores justos de mercado. Os ativos e passivos julgados significativos são avaliados pelo valor justo de mercado, comparando-se esse valor e o valor contábil (saldo líquido).

Esse ajuste, devidamente analisado, é somado ao valor do patrimônio líquido contábil, determinando-se, dessa maneira, o valor de mercado da empresa pela abordagem dos ativos. O valor justo de mercado da companhia será o valor do patrimônio líquido, considerados os ajustes encontrados para os ativos e passivos avaliados.

ABORDAGEM DA RENDA: RENTABILIDADE FUTURA

Essa metodologia define a rentabilidade futura da empresa pelo valor presente dos lucros líquidos projetados.

O período projetivo do lucro líquido é determinado levando-se em consideração o tempo que a companhia gastará para apresentar uma atividade operacional estável, ou seja, sem variações julgadas relevantes. O lucro líquido é, então, trazido a valor presente, utilizando-se uma taxa de desconto, que irá refletir o risco associado ao mercado, à organização e à estrutura de capital.

PROJEÇÃO PARA RESULTADOS FUTUROS

Para o cálculo da rentabilidade futura, utilizou-se como medida de renda o lucro líquido operacional, em que:

FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DO CAPITAL INVESTIDO

Lucro antes de itens não caixa, juros e impostos (EBITDA)

(-) Itens não caixa (depreciação e amortização)

(=) Lucro líquido antes dos impostos (EBIT)

(-) Imposto de renda e contribuição social (IR/CSSL)

(=) Lucro líquido depois dos impostos

Para determinação do valor da empresa, foi considerado um período de 6 (seis) anos e 5 (cinco) meses, entre abril de 2024 e dezembro de 2030.

VALOR RESIDUAL

Depois do término do período projetivo, é considerada a perpetuidade, que contempla todos os fluxos a serem gerados futuramente e os respectivos crescimentos. Geralmente, o valor residual da empresa (perpetuidade) é calculado pelo uso do modelo de crescimento constante, o qual assume que o lucro líquido crescerá perpetuamente de maneira contínua. No último ano previsto, calcula-se a perpetuidade pelo modelo de progressão geométrica, transportando-se o valor, em seguida, para o primeiro ano estimado.

Para a taxa de crescimento da perpetuidade, consideramos a manutenção da taxa de crescimento do último período da projeção.

TAXA DE DESCONTO

A taxa de desconto a ser utilizada para calcular o valor presente dos rendimentos determinados no fluxo de caixa projetado representa a rentabilidade mínima exigida pelos investidores, considerando-se que a empresa será financiada parcialmente por capital próprio (o que exigirá uma rentabilidade superior à obtida em uma aplicação de risco-padrão) e parcialmente por capital de terceiros.

Essa taxa é calculada pela metodologia *Weighted Average Cost of Capital* (WACC), na qual o custo de capital é definido pela média ponderada do valor econômico dos componentes da estrutura de capital (próprio e de terceiros), descrito nos quadros a seguir.

Normalmente, as taxas livres de risco são baseadas nas taxas de bônus do Tesouro Americano. Para o custo do capital próprio, utilizam-se os títulos com prazo de vinte anos, por ser um período que reflete mais proximamente o conceito de continuidade empresarial.

Custo do capital próprio	$Re = Rf + \text{beta} \cdot (Rm - Rf) + Rp + Rs$
Rf	Taxa livre de risco: baseia-se na taxa de juros anual do Tesouro Americano para títulos de vinte anos, considerando a inflação estadunidense de longo prazo.
Rm	Risco de mercado: mede a valorização de uma carteira totalmente diversificada de ações para um período de vinte anos.
Rp	Risco-país: representa o risco de investimento em um ativo no país em questão, em comparação a um investimento similar em um país considerado seguro.
Rs	Prêmio de risco pelo tamanho: mede o quanto o tamanho da empresa a torna mais arriscada.
beta	Ajusta o risco de mercado para o risco de um setor específico.
beta alavancado	Ajusta o beta do setor para o risco da empresa.
Custo do capital de terceiros	$Rd = \text{Custo de captação ponderado da companhia.}$
Taxa de desconto	$WACC = (Re \times We) + Rd (1 - t) \times Wd$
Re =	Custo do capital próprio.
Rd =	Custo do capital de terceiros.
We =	Percentual do capital próprio na estrutura de capital.
Wd =	Percentual do capital de terceiros na estrutura de capital.
T =	Taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social da cia.

7. AVALIAÇÃO - COTAÇÃO MÉDIA DAS AÇÕES EM BOLSA

A TERRAM é sociedade empresária limitada de capital fechado e, portanto, não possui ações negociadas em bolsa ou em balcão organizado. Assim sendo, a metodologia em questão não se aplica a este trabalho.

8. AVALIAÇÃO – VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO A MERCADO POR AÇÃO

PRINCIPAIS ETAPAS DA AVALIAÇÃO

Para a avaliação do patrimônio líquido a mercado, é realizada a apuração dos valores justos dos ativos e passivos. O ponto de partida são os valores registrados na contabilidade. As principais etapas no processo são as seguintes:

- Aplicação da metodologia baseada na geração de fluxo de caixa livre descontado;
- Leitura e análise das demonstrações financeiras da empresa;
- Análise das contas de ativo e passivo registradas no balanço patrimonial da companhia, visando-se identificar os critérios de avaliação adotados na contabilidade e as contas suscetíveis a ajustes;
- Ajustes dos ativos intangíveis operacionais relevantes pelos seus respectivos valores de mercado, com base nas premissas e nos critérios de avaliação elaborados pela APSIS.

ATIVOS COM MAIS-VALIA OU MENOS-VALIA IDENTIFICADOS DE TERRAM

▪ MARCA

Marcas, logotipos e afins têm valor para um negócio, pois permitem que os consumidores identifiquem facilmente um empreendimento pelos produtos e serviços. Como são percebidos pelo público, dispõem da capacidade de gerar uma demanda consistente pelos artigos da empresa. Podem, portanto, permitir o crescimento da receita pelo aumento de unidades vendidas ou a cobrança de preços superiores aos aplicados por companhias similares, mas sem o benefício do ativo em questão.

A marca TERRAM existe desde 1984 e, atualmente, é um nome reconhecido no Brasil no segmento de serviços de infraestrutura. A credibilidade e a confiabilidade atribuídas a marca acaba sendo um diferencial no processo decisório dos clientes.

▪ CONTRATOS COM CLIENTES

O faturamento da TERRAM advém da prestação de serviços de infraestrutura.

Para calcular o valor do contrato, foi utilizado o MPEEM, com a identificação dos ativos contribuintes e das taxas apropriadas de remuneração econômica do intangível aqui em análise.

O MPEEM objetiva isolar o fluxo de caixa atribuível a um bem específico do fluxo de caixa total. Nesse método, são feitos débitos contra o lucro líquido total, pelo uso dos ativos contribuintes, e o lucro excedente é alocado ao intangível em avaliação. Para a estimativa do valor dos contratos, foi usado como referência o contrato de prestação de serviços estabelecido entre as partes.

O lucro atribuído ao contrato (lucro líquido menos os diversos retornos) foi trazido a valor presente, e os valores resultantes foram somados.

▪ IMOBILIZADO

Após a análise das demonstrações financeiras de TERRAM, verificamos os seguintes ativos no imobilizado: máquinas e equipamentos, caminhões, caçambas, veículos, equipamentos de informática, móveis e utensílios e benfeitorias.

Dos itens supracitados, existem evidências de que as máquinas e equipamentos, caminhões, caçambas, veículos, equipamentos de informática e móveis e utensílios têm valores residuais registrados substancialmente divergentes de seus valores de mercado, havendo, portanto, identificação de mais-valia. Para os demais itens, como não há evidências de que eles estão registrados no balanço a valores substancialmente divergentes de seus valores de mercado, o valor patrimonial foi considerado para a determinação do valor de mercado, não havendo, desse modo, identificação de mais-valia.

BALANÇO PATRIMONIAL TERRAM (R\$ mil)	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SALDOS EM JUL 2024	AJUSTES A MERCADO	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SALDOS EM JUL 2024
ATIVO CIRCULANTE	36.142,8	-	36.142,8
Caixa e equivalentes de caixa	10.282,5	-	10.282,5
Contas a receber	18.938,7	-	18.938,7
Estoques	798,3	-	798,3
Tributos a recuperar	6.157,8	-	6.157,8
Adiantamentos	(109,4)	-	(109,4)
Despesas do exercício seguinte	74,8	-	74,8
ATIVO NÃO CIRCULANTE	9.883,9	38.179,9	48.063,7
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.072,9	-	4.072,9
Contas a receber LP	156,1	-	156,1
Consórcio	620,8	-	620,8
Depósitos judiciais	376,4	-	376,4
Impostos diferidos	2.919,5	-	2.919,5
INVESTIMENTOS	-	-	-
IMOBILIZADO	5.810,9	18.856,3	24.667,3
Veículos	103,9	915,2	1.019,0
Caminhões	2.986,7	2.892,0	5.878,7
Móveis e Utensílios	28,5	5,8	34,3
Máquinas e Equipamentos	2.587,1	15.012,5	17.599,6
Computadores e Periféricos	104,7	30,9	135,6
INTANGÍVEL	(0,0)	19.323,5	19.323,5
Software	(0,0)	-	(0,0)
Carteira de Cliente	-	10.817,9	10.817,9
Marca	-	8.505,7	8.505,7
TOTAL DO ATIVO	46.026,6	38.179,9	84.206,5

BALANÇO PATRIMONIAL TERRAM (R\$ mil)	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SALDOS EM JUL 2024	AJUSTES A MERCADO	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SALDOS EM JUL 2024
PASSIVO CIRCULANTE	19.731,3	-	19.731,3
Empréstimos e Financiamentos	940,4	-	940,4
Fornecedores	4.208,7	-	4.208,7
Obrigações trabalhistas e sociais	8.105,7	-	8.105,7
Obrigações tributárias	5.388,8	-	5.388,8
Contas a pagar	190,0	-	190,0
Adiantamento de clientes	897,7	-	897,7
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	8.832,6	-	8.832,6
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	8.832,6	-	8.832,6
Empréstimos e Financiamentos LP	2.264,1	-	2.264,1
Provisão para contingências	6.798,5	-	6.798,5
Provisão tributária	(230,0)	-	(230,0)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.462,7	38.179,9	55.642,6
Capital social	24.000,0	-	24.000,0
Reserva de avaliação patrimonial	173,3	-	173,3
Lucros (ou Prejuízos) acumulados	(11.640,7)	-	(11.640,7)
Resultado do Exercício	4.930,1	-	4.930,1
Ajustes a Mercado	-	38.179,9	38.179,9
TOTAL DO PASSIVO	46.026,6	38.179,9	84.206,5

9. AVALIAÇÃO - VALOR DO LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

No presente Relatório, foi adotada a abordagem da renda para atendimento ao critério de avaliação do lucro líquido por ação ou quota, conforme determinado no artigo 256 (inciso II, alínea c) da Lei nº 6.404/76. Por esse critério, chega-se ao valor do lucro líquido por quota mediante a projeção dos lucros líquidos futuros, trazidos a valor presente com uma taxa de desconto apropriada (vide Anexo 1).

LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO DE TERRAM

O lucro líquido projetado por ação é inferior a 15 (quinze) vezes o lucro líquido médio anual por ação de TERRAM nos dois últimos exercícios sociais, atualizados monetariamente pela inflação acumulada do período. Portanto, o valor a ser considerado para esta análise é o lucro líquido estimado por ação da companhia. Para a média histórica, foram utilizados os valores de 2022 e 2023.

ANÁLISE DO LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		
Lucro líquido projetado (65%)	R\$	89.772.342,36
Quantidade de ações totais (65%)		5.200.000
Valor por ações	R\$	17,26
Valor histórico por ação	R\$	40,43
Valor utilizado*	R\$	17,26
RESULTADOS HISTÓRICOS AJUSTADOS	Jan.-Dez-/2022	Jan.-Dez-/2023
Resultado da empresa no período	15.010.886	26.577.704
Resultado atualizado pelo IPCA*	16.025.599	27.104.851
Número de ações	8.000.000	8.000.000
Lucro por ação	2,00	3,39
15x	30,05	50,82
MÉDIA		40,43

* Limitados a 15 (quinze) vezes o lucro líquido médio anual por quota nos 02 (dois) últimos exercícios sociais e atualizados monetariamente pelo IPCA (R\$).

10. AVALIAÇÃO ECONÔMICA DE TERRAM

De modo a atender ao artigo 256 (parágrafo 1º) da Lei das S.A., foram realizadas as projeções do fluxo de caixa de TERRAM para a determinação do valor econômico da empresa. Na tabela abaixo, de acordo com as expectativas apresentadas pela administração da companhia, consta o resumo dos resultados encontrados, que estão detalhados no Anexo 1 do presente Relatório.

Taxa de retorno esperado	17,1%	17,5%	17,9%
Taxa de crescimento perpetuidade	3,6%	3,6%	3,6%
VALOR ECONÔMICO DE TERRAM			
FLUXO DE CAIXA DESCONTADO	25.846	24.844	23.863
VALOR RESIDUAL DESCONTADO	115.028	109.246	103.855
VALOR OPERACIONAL DE TERRAM (R\$ mil) (Enterprise Value)	140.874	134.089	127.719
CAIXA LÍQUIDO	7.078	7.078	7.078
ATIVOS/PASSIVOS NÃO OPERACIONAIS	(3.056)	(3.056)	(3.056)
VALOR ECONÔMICO DE TERRAM (R\$ mil) (Equity Value)	144.896	138.111	131.740
PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO		65,00%	
EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL (R\$ mil)	94.182	89.772	85.631

11. CONCLUSÃO

PARÁGRAFO I

Para atendimento ao artigo 256 (§ 1º) da Lei das S.A., à luz dos exames realizados na documentação anteriormente mencionada e tomando por base estudos da APSIS, concluíram os peritos que o valor econômico referente a 65% de TERRAM, de acordo com a metodologia do fluxo de caixa descontado, em 31 de julho de 2024, é de R\$ 89.772 mil (oitenta e nove milhões e setecentos e setenta e dois mil reais).

PARÁGRAFO II

Concluíram os peritos que o valor estimado pago por ARMAC por quota de TERRAM não ultrapassa uma vez e meia o maior dos três valores calculados na data-base de 31 de julho de 2024, de acordo com as metodologias previstas no artigo 256 (inciso II, § 2º) da Lei nº 6.404/76.

Valor estimado da aquisição (R\$)	89.035.516	
Número de quotas adquiridas (65%)	5.200.000	
Valor estimado da aquisição por quota (R\$)	17,12	
VALOR DA COTAÇÃO MÉDIA DAS AÇÕES EM BOLSAS NOS ÚLTIMOS 90 DIAS	VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO AVALIADO A PREÇOS DE MERCADO POR QUOTA (R\$)	VALOR DO LUCRO LÍQUIDO (R\$) POR QUOTA
N/A	6,96	17,26
COMPARAÇÃO COM O VALOR DE AQUISIÇÃO		
N/A	2,46 x	0,99 x

O presente trabalho de consultoria não levou em consideração a avaliação do potencial em ASG (ambiental, social e governança) dos ativos analisados. Os impactos negativos e positivos de ASG para a sociedade podem ser avaliados em laudo independente, a ser contratado exclusivamente com essa finalidade, mediante aplicação de metodologia própria.

O Laudo de Avaliação AP-00415/24-01 foi elaborado pela APSIS (CREA/RJ 1982200620 e CORECON/RJ RF.02052), empresa especializada em avaliação de bens, abaixo representada legalmente pelos seus consultores, os quais estão à disposição para quaisquer esclarecimentos que, porventura, se façam necessários.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2025.

MIGUEL CORTES
CARNEIRO
MONTEIRO:10591
829711
Assinado de forma digital
por MIGUEL CORTES
CARNEIRO
MONTEIRO:10591829711
Dados: 2025.03.26
16:18:27 -03'00'

Diretor

MARCELO DA
LUZ
NASCIMENTO:
26026141812
Assinado de forma digital
por MARCELO DA LUZ
NASCIMENTO:26026141
812
Dados: 2025.03.26
16:18:40 -03'00'

Diretor

12. RELAÇÃO DE ANEXOS

1. Cálculos avaliatórios – Valor econômico TERRAM
2. Avaliação a valor justos dos intangíveis
3. Avaliação a mercado dos bens móveis
4. Glossário



ANEXO 1

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (ROB)

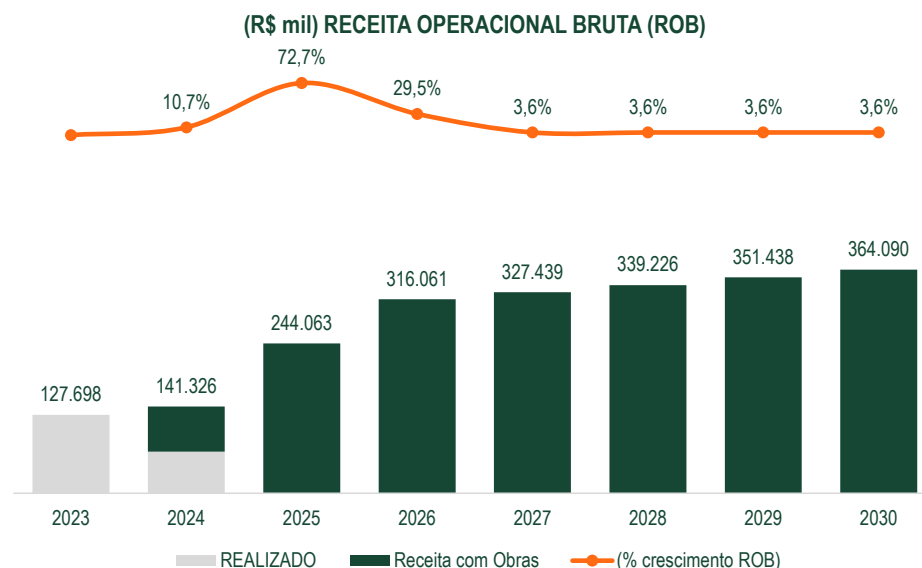
A TERRAM tem como principal fonte de receitas realizações de obras de infraestrutura em diversas localidades do Brasil, oferecendo um portfólio abrangente de serviços que inclui terraplenagem, geotecnia, contenções, drenagem e pavimentação.

Dessa maneira, a Receita Operacional Bruta (ROB) da TERRAM é composta pela receita proveniente das obras, projetadas de acordo com o histórico operacional e as expectativas da administração, baseadas no volume e ticket médio desta linha de receita. As descrições das premissas utilizadas na projeção podem ser conferidas abaixo:

▪ Receita com obras

- **Volume:** A projeção de volume de obras foi projetada considerando a expectativa da administração em dobrar a quantidade de obras realizada nos últimos anos pela companhia em 2026. Portanto, considerou-se um aumento médio de 04 (quatro) obras ao ano até 2026, atingindo um volume de 20 (vinte), mantendo-se nesse patamar ao longo de todo o período projetivo até a perpetuidade.
- **Ticket médio:** Para o primeiro período projetivo, o ticket médio anual foi estimado em R\$ 14.724 mil. Esse valor foi calculado com base no ticket médio implícito na data-base, conforme informações fornecidas pela administração, sendo ajustado pelo IPCA de longo prazo proporcional, conforme o Sistema de Expectativas do Banco Central do Brasil (Bacen), de 1,5%. Para o período entre 2025 e 2029, assumiu-se que o ticket médio seria ajustado integralmente de acordo com a inflação de longo prazo de 3,6%.

O gráfico a seguir apresenta a evolução da receita operacional bruta no período projetivo considerado.



DEDUÇÕES/TRIBUTOS SOBRE RECEITAS BRUTAS

As deduções sobre a receita são compostas pelos impostos sobre os serviços da TERRAM.

Considerou-se alíquotas fixas de 3,7% para ISS, 0,7% para PIS e 3,1% para COFINS sobre a receita da companhia, em linha com o realizado na data-base do relatório. Adicionalmente, considerou-se um crédito de 0,1% referente a crédito de ISS sobre PIS e COFINS por todo período projetivo, estando de acordo com realizado na data-base.

CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos atribuíveis à operação de TERRAM foram projetados de acordo com os valores históricos da companhia. As premissas utilizadas para a projeção podem ser conferidas abaixo.

- **Custo com pessoal:** Correspondem aos despendidos diretamente relacionados aos funcionários que participam da operação, como motoristas, operadores de equipamentos e outros trabalhadores. Incluem salários, benefícios e encargos sociais. Esses custos foram projetados por todo período projetivo como variáveis de acordo com as estimativas da administração, correspondendo a um percentual de 24,0% sobre a ROL no primeiro período projetivo, e a partir de 2025 com uma representatividade de 19,1% em relação a ROL.
- **Custo com instalação:** Representam despendidos relacionados à montagem, manutenção e operação das instalações físicas necessárias para a execução dos projetos, como canteiros de obras e escritórios temporários. Esses custos também foram projetados como variáveis, a partir de um percentual de 0,9% sobre a ROL correspondente à média histórica observada entre os anos de 2022 e 2023, mantendo-se neste patamar ao longo de toda projeção.
- **Custo com prestação de serviços:** Correspondem aos gastos diretamente associadas à contratação de serviços de terceiros necessários para a realização de atividades específicas dentro de um projeto. Esses custos também foram projetados como variáveis, a partir de um percentual de 0,7% sobre a ROL, conforme estimativas da administração da companhia, mantendo-se neste patamar ao longo de toda projeção.
- **Custo com locomoção:** Representam aos gastos relacionados ao transporte de equipamentos, materiais e equipe até o local das obras, incluindo combustível, fretes e manutenção de veículos. Esses custos também foram projetados como variáveis, a partir de um percentual de 2,0% sobre a ROL no primeiro período projetivo, e a partir de 2025 com uma representatividade de 1,5% em relação a ROL, de acordo com as estimativas da administração.
- **Custo com projeto:** Correspondem aos despendidos feitos na fase de planejamento e desenvolvimento dos projetos de engenharia, como estudos, desenhos técnicos e cálculos estruturais. Esses custos também foram projetados como variáveis, a partir de um percentual de 23,2% sobre a ROL correspondente à média histórica observada entre os anos de 2022 e 2023, mantendo-se neste patamar ao longo de toda projeção.
- **Custo com apuração de estoque:** Correspondem aos gastos relacionadas à verificação e controle dos materiais e suprimentos armazenados, garantindo a disponibilidade e evitando excessos ou faltas que possam impactar a obra. Esses custos também foram projetados como variáveis, a partir de um percentual de 3,0% sobre a ROL correspondente à média histórica observada entre os anos de 2022 e 2023, mantendo-se neste patamar ao longo de toda projeção.

- **Custo com Locação de Máquinas:** Correspondem aos custos associados à locação de máquinas, necessários para a prestação de serviços da TERRAM a partir do primeiro período projetivo, conforme as expectativas da administração. Esta premissa é derivada do fato das máquinas operacionais de TERRAM estarem em estado significativamente depreciado na data base, e constatado na avaliação a mercado do imobilizada detalhada no Anexo 3 do laudo. Para a projeção desta linha de custos, considerou-se para os três primeiros períodos uma representatividade sobre a ROL de 6,2% e, a partir de 2027, um percentual de 8,9% em relação a ROL, conforme estimativas da administração da companhia.

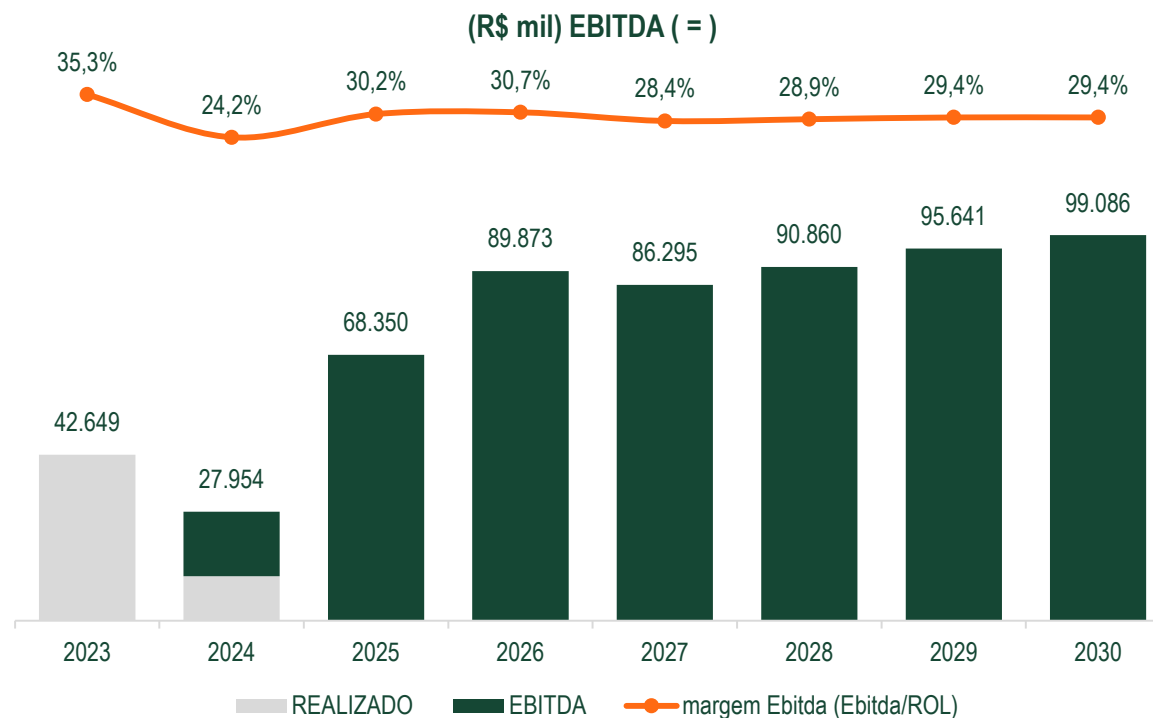
DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas atribuíveis à operação de TERRAM foram projetadas de acordo com as expectativas da administração e os valores históricos da companhia. As premissas utilizadas para a projeção podem ser conferidas abaixo.

- **Despesas com pessoal:** Representam as despesas com salários, encargos sociais, benefícios e treinamentos dos funcionários envolvidos na parte administrativa e na gestão dos projetos. Essas despesas foram projetadas como variáveis, correspondendo no primeiro período projetivo a um percentual de 13,2% sobre a ROL, que está de acordo com a média histórica observada entre os anos de 2022 e 2023. A partir de 2025, adotou-se um decaimento gradual desta representatividade até atingir 10,9% da ROL em 2029, em linha com as expectativas da administração, mantendo-se nesse patamar na perpetuidade.
- **Despesas gerais e administrativas:** Correspondem as despesas operacionais do dia a dia, como aluguel de escritórios, contas de serviços públicos, materiais de escritório, entre outros. Essas despesas foram projetadas por todo período projetivo como variáveis, correspondendo a um percentual de 2,3% sobre a ROL, que está de acordo com a representatividade média histórica observada entre os anos de 2022 e 2023.
- **Despesas com publicidade:** Correspondem aos despendidos em campanhas de marketing, divulgação dos serviços e comunicação institucional para promover a empresa no mercado. Essas despesas foram projetadas como variáveis, correspondendo no primeiro período projetivo a um percentual de 0,1% sobre a ROL, que está de acordo com a representatividade histórica em julho de 2024. A partir de 2025, adotou-se um decaimento gradual desta representatividade até atingir 0,08% da ROL em 2029, em linha com a representatividade média histórica observada entre 2022, 2023 e julho de 2024, mantendo-se nesse patamar na perpetuidade.
- **Despesas Tributárias:** Representam os Pagamentos de impostos, taxas e contribuições obrigatórias relacionadas à atividade empresarial e à execução dos projetos. Essas despesas foram projetadas por todo período projetivo como variáveis, correspondendo a um percentual de 0,3% sobre a ROL, que está de acordo com a representatividade média histórica observada entre os anos de 2022 e 2023.

EARNINGS BEFORE INTEREST, TAXES, DEPRECIATION, AND AMORTIZATION (EBITDA)

O gráfico abaixo ilustra a projeção do EBITDA e da margem EBITDA da TERRAM ao longo dos períodos de projeção.



IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social de TERRAM foram projetados considerando-se o regime de tributação de lucro real, de acordo com as alíquotas vigentes de 25% e 9% para IRPJ e CSLL, respectivamente. Segundo dados fornecidos pela companhia, na data-base do presente Laudo, existia um saldo acumulado de prejuízo fiscal do IRPJ e de base negativa da CSLL de R\$ 1.799 mil, implicando uma taxa efetiva de imposto de renda de 33,8%.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

As taxas de depreciação e amortização utilizadas foram calculadas conforme composição do ativo imobilizado contabilizados no balanço da companhia na data-base, como mostram as tabelas a seguir.

CLASSES	IMOBILIZADO ORIGINAL (R\$ mil)	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA (R\$ mil)	IMOBILIZADO RESIDUAL (R\$ mil)	TAXA DE DEPRECIAÇÃO (%)
Veículos	1.005	(901)	104	20%
Caminhões	21.150	(18.164)	2.987	25%
Móveis e Utensílios	305	(277)	28	10%
Máquinas e Equipamentos	61.953	(59.366)	2.587	10%
Computadores e Periféricos	410	(305)	105	20%
Taxa de Depreciação Média Ponderada	84.822	(79.011)	5.811	13,9%

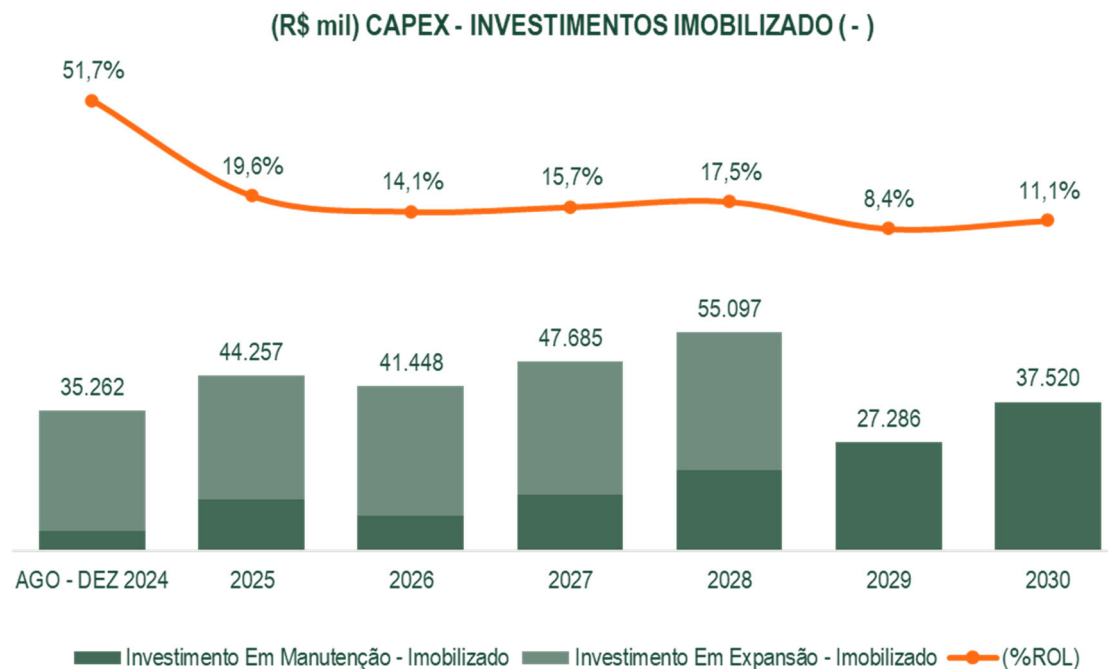
CAPEX

O investimento de TERRAM foi projetado considerando-se a necessidade de reposição do imobilizado para que haja a continuidade operacional da companhia. Dessa forma, foi adotado como premissa o reinvestimento da depreciação do período anterior.

Adicionalmente, foi considerado um investimento em expansão por 05 (cinco) anos a partir do primeiro período projetivo, conforme entendimentos mantidos junto à administração da companhia. Este investimento é referente a substituição de grande parte do maquinário existente para execução das obras e projetos, haja vista o estado de elevada depreciação de parte desse imobilizado corroborado na avaliação a mercado do ativo imobilizado da companhia (Anexo 3).

A projeção do capex de expansão (substituição do maquinário) parte de um saldo inicial de R\$ 30.347 mil, correspondente a proporção do montante do imobilizado original presente na data-base em relação aos períodos estimados para esta linha de investimento, sendo reajustado anualmente pela inflação de longo prazo conforme o Sistema de Expectativas do Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecido em 3,6%.

A projeção de investimento pode ser analisada no gráfico a seguir.



CAPITAL DE GIRO

A variação do capital de giro foi calculada considerando-se os parâmetros abaixo, a partir de agosto de 2024.

ATIVO CIRCULANTE	DIAS DE GIRO	FONTES	CONTA DE REFERÊNCIA
Contas a receber	63	Balanco Patrimonial - JUL/2024	n. Dias de Rol
Estoques	5	Balanco Patrimonial - JUL/2024	n. Dias de Cmv
Tributos a recuperar	20	Balanco Patrimonial - JUL/2024	n. Dias de Rol
Adiantamentos	1	Balanco Patrimonial - JUL/2024	n. Dias de Rol
PASSIVO CIRCULANTE	DIAS DE GIRO Iniciais	FONTES	CONTA DE REFERÊNCIA
Fornecedores	24	Balanco Patrimonial - JUL/2024	n. Dias de Cmv
Obrigações trabalhistas e sociais	33	Balanco Patrimonial - JUL/2024	n. Dias de Cmv & Despesas
Obrigações tributárias	18	Balanco Patrimonial - JUL/2024	n. Dias de Rol
Adiantamento de clientes	3	Balanco Patrimonial - JUL/2024	n. Dias de Rol

DETERMINAÇÃO DA TAXA DE DESCONTO

A taxa de desconto foi calculada pela metodologia WACC, em que o custo de capital é determinado pela média ponderada do valor de mercado dos componentes da estrutura de capital (próprio e de terceiros), conforme a tabela abaixo.

ESTRUTURA DE CAPITAL	
EQUITY / PRÓPRIO	91%
DEBT / TERCEIROS	9%
EQUITY + DEBT	100%
INFLAÇÃO AMERICANA PROJETADA	2,0%
INFLAÇÃO BRASILEIRA PROJETADA	3,6%
CUSTO DO CAPITAL PRÓPRIO	
TAXA LIVRE DE RISCO (Rf)	2,8%
BETA d	1,11
BETA r	1,18
PRÊMIO DE RISCO (Rm - Rf)	6,2%
PRÊMIO DE TAMANHO (Rs)	4,7%
RISCO BRASIL	2,8%
Ke Nominal em US\$ (=)	17,6%
Ke Nominal em R\$ (=)	19,5%
CUSTO DA DÍVIDA	
Kd NOMINAL EM R\$ (=)	12,9%
Kd Nominal com Benefício Fiscal (=)	8,6%
WACC	
CUSTO DO CAPITAL PRÓPRIO	19,5%
CUSTO DA DÍVIDA	8,6%
TAXA DE DESCONTO NOMINAL (=)	18,5%

As principais premissas adotadas para a definição da taxa de desconto estão listadas a seguir.

- **Estrutura de capital** – Foi pautada na média aritmética das companhias comparáveis selecionadas para a amostra do Beta.
- **Taxa livre de risco (custo do patrimônio líquido)** – Corresponde à rentabilidade (*yield*) média do US T-Bond 20 anos (*Federal Reserve*) entre 01/08/2019 e 31/07/2024. Fonte: http://www.treas.gov/offices/domestic-finance/debt-management/interest-rate/yield_historical.shtml.
- **Beta d** – Equivalente ao Beta histórico médio semanal, no período de 05 (cinco) anos, do setor de Infraestrutura, em que a TERRAM está inserida. A amostra de comparáveis foi pesquisada no banco de dados da S&P Capital IQ.

- **Beta r** – Beta realavancado pela estrutura de capital da empresa¹.
- **Prêmio de risco** – Corresponde ao *spread* entre SP500 e US T-Bond 20 anos. Fonte: Supply Side.
- **Prêmio pelo tamanho** – Fonte: *2024 Valuation Handbook: Guide do Cost Capital*. Chicago: LLC, 2024.
- **Risco-Brasil** – Corresponde à média do risco-país entre 01/08/2019 e 31/07/2024. Fonte: EMBI+, desenvolvido por J. P. Morgan e fornecido por Ipeadata (www.ipeadata.gov.br).
- **Custo de captação** – É determinado pelo custo de captação médio da TERRAM ponderado na data-base.
- **Taxa de inflação americana de longo prazo** – Fonte: <https://www.federalreserve.gov/monetarypolicy/files/fomcprojtabl20220316.pdf>.
- **Taxa de inflação brasileira de longo prazo** – Fonte: <https://www3.bcb.gov.br/expectativas2/#/consultas>.

CÁLCULO DO VALOR OPERACIONAL

Com base no fluxo de caixa operacional projetado para os próximos 06 (seis) anos e 05 (cinco) meses e no valor residual da empresa² a partir de então (considerando uma taxa de crescimento na perpetuidade “g” de 3,6%), descontamos os resultados a valor presente, por meio das taxas de desconto nominais descritas nos itens anteriores.

CAIXA LÍQUIDO

Foi considerado um caixa líquido de R\$ 7.078 mil na data-base, conforme o quadro abaixo.

CAIXA LÍQUIDO TERRAM	(R\$ mil)
Caixa e equivalentes de caixa (+)	10.283
Empréstimos e Financiamentos (-)	(940)
Empréstimos e Financiamentos LP (-)	(2.264)
TOTAL	7.078

¹ $Beta\ r = Beta\ l \times (1 + (1 - t) \times \left(\frac{D}{E}\right))$.

² Valor residual calculado com base no modelo de perpetuidade de Gordon, aplicado ao último fluxo de caixa projetado, conforme a seguinte fórmula: $Perpetuidade = \frac{FCD(n) \times (1+g)}{WACC-g}$.

PASSIVO NÃO OPERACIONAL

Foi considerado um passivo não operacional de R\$ 3.432 mil na data-base, conforme o quadro abaixo.

ATIVOS/PASSIVOS NÃO OPERACIONAIS TERRAM	(R\$ mil)
Saldo negativo de IRPJ e CSLL (+)	181
Acordo de Parcelamento (+)	78
Contas a receber LP (+)	156
Adiantamento de férias (-)	(366)
Consórcio (+)	621
Depósitos judiciais (+)	376
Impostos diferidos (+)	2.315
Tributos diferidos (-)	(34)
Contas a pagar (-)	(190)
Provisão para contingências (-)	(6.798)
Provisão tributária (+)	230
TOTAL	(3.432)

VALOR ECONÔMICO DE TERRAM

Sintetizando os itens anteriormente mencionados, detalhados no Anexos 1B, chegamos aos seguintes valores:

Taxa de retorno esperado	18,0%	18,5%	18,9%
Taxa de crescimento perpetuidade	3,6%	3,6%	3,6%
VALOR ECONÔMICO DE TERRAM			
FLUXO DE CAIXA DESCONTADO	36.950	35.902	34.878
VALOR RESIDUAL DESCONTADO	107.630	101.700	96.207
VALOR OPERACIONAL DE TERRAM (R\$ mil) (Enterprise Value)	144.580	137.602	131.084
CAIXA LÍQUIDO	7.078	7.078	7.078
ATIVOS/PASSIVOS NÃO OPERACIONAIS	(3.432)	(3.432)	(3.432)
VALOR ECONÔMICO DE TERRAM (R\$ mil) (Equity Value)	148.226	141.248	134.731
PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO		65,00%	
EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL (R\$ mil)	96.347	91.811	87.575

PROJEÇÃO OPERACIONAL TERRAM	AGO - DEZ 2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
(R\$ mil)							
RECEITA OPERACIONAL BRUTA (ROB)	72.543	240.493	311.438	322.649	334.264	346.297	358.764
(% crescimento ROB)	9,8%	71,5%	29,5%	3,6%	3,6%	3,6%	3,6%
Volume de Obras (anual)	12	16	20	20	20	20	20
(% crescimento)	n/a	0,0%	25,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Ticket Médio Anual (R\$ mil)	14.509	15.031	15.572	16.132	16.713	17.315	17.938
(% crescimento)	n/a	3,6%	3,6%	3,6%	3,6%	3,6%	3,6%
IMPOSTOS E DEDUÇÕES	(5.305)	(17.587)	(22.775)	(23.595)	(24.445)	(25.325)	(26.236)
(% ROB)	-7,3%	-7,3%	-7,3%	-7,3%	-7,3%	-7,3%	-7,3%
COFINS	(2.260)	(7.491)	(9.701)	(10.050)	(10.412)	(10.786)	(11.175)
PIS	(488)	(1.617)	(2.094)	(2.169)	(2.247)	(2.328)	(2.412)
ISS	(2.657)	(8.809)	(11.408)	(11.818)	(12.244)	(12.684)	(13.141)
Crédito ISS	99	330	427	442	458	475	492
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (ROL)	67.238	222.906	288.662	299.054	309.820	320.973	332.528
CUSTOS OPERACIONAIS	(40.578)	(121.260)	(157.031)	(170.785)	(176.933)	(183.302)	(189.901)
(% ROL)	-60,4%	-54,4%	-54,4%	-57,1%	-57,1%	-57,1%	-57,1%
Custo com pessoal	(16.398)	(42.470)	(54.999)	(56.979)	(59.030)	(61.155)	(63.357)
(% ROL)	-24,4%	-19,1%	-19,1%	-19,1%	-19,1%	-19,1%	-19,1%
Custo com instalação	(574)	(1.902)	(2.463)	(2.552)	(2.644)	(2.739)	(2.838)
(% ROL)	-0,9%	-0,9%	-0,9%	-0,9%	-0,9%	-0,9%	-0,9%
Custo com prestação de serviços	(488)	(1.617)	(2.093)	(2.169)	(2.247)	(2.328)	(2.412)
(% ROL)	-0,7%	-0,7%	-0,7%	-0,7%	-0,7%	-0,7%	-0,7%

PROJEÇÃO OPERACIONAL TERRAM	AGO - DEZ 2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
(R\$ mil)							
Custo com locomoção	(1.393)	(3.245)	(4.202)	(4.353)	(4.510)	(4.672)	(4.840)
(% ROL)	-2,1%	-1,5%	-1,5%	-1,5%	-1,5%	-1,5%	-1,5%
Custo com projeto	(15.581)	(51.653)	(66.891)	(69.299)	(71.794)	(74.378)	(77.056)
(% ROL)	-23,2%	-23,2%	-23,2%	-23,2%	-23,2%	-23,2%	-23,2%
Custo com apuração de estoque	(1.991)	(6.600)	(8.547)	(8.854)	(9.173)	(9.503)	(9.845)
(% ROL)	-3,0%	-3,0%	-3,0%	-3,0%	-3,0%	-3,0%	-3,0%
Locação de Máquinas	(4.154)	(13.773)	(17.836)	(26.579)	(27.536)	(28.527)	(29.554)
(% ROL)	-6,2%	-6,2%	-6,2%	-8,9%	-8,9%	-8,9%	-8,9%
DESPESAS OPERACIONAIS	(10.636)	(34.296)	(43.073)	(43.236)	(43.355)	(43.428)	(44.989)
(% ROL)	-15,8%	-15,4%	-14,9%	-14,5%	-14,0%	-13,5%	-13,5%
Despesas com pessoal	(8.869)	(28.371)	(35.405)	(35.295)	(35.131)	(34.910)	(36.167)
(% ROL)	-13,2%	-12,7%	-12,3%	-11,8%	-11,3%	-10,9%	-10,9%
Despesas gerais e administrativas	(1.574)	(5.217)	(6.756)	(6.999)	(7.251)	(7.512)	(7.783)
(% ROL)	-2,3%	-2,3%	-2,3%	-2,3%	-2,3%	-2,3%	-2,3%
Despesas com publicidade	(7)	(92)	(116)	(117)	(118)	(120)	(122)
(% ROL)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Despesas tributárias	(186)	(615)	(797)	(825)	(855)	(886)	(918)
(% ROL)	-0,3%	-0,3%	-0,3%	-0,3%	-0,3%	-0,3%	-0,3%

IMOBILIZADO TERRAM	Data-base	AGO - DEZ 2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
(R\$ mil)	31/07/2024							
INVESTIMENTO TOTAL (MANUTENÇÃO + EXPANSÃO)	-	42.849	52.337	51.208	58.978	24.460	30.262	38.874
DEPRECIAÇÃO INVESTIMENTO	-	1.241	9.598	16.798	24.460	30.262	34.067	38.874
IMOBILIZADO CUSTO (ORIGINAL)	84.822	84.822	84.822	84.822	84.822	84.822	84.822	84.822
VALOR RESIDUAL	5.811	896	-	-	-	-	-	-
DEPRECIAÇÃO IMOBILIZADO ORIGINAL	-	4.915	896	-	-	-	-	-
DEPRECIAÇÃO TOTAL	6.881	6.157	10.494	16.798	24.460	30.262	34.067	38.874

DEPRECIAÇÃO DOS NOVOS IMOBILIZADOS	31/07/2024	AGO - DEZ 2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
AGO - DEZ 2024		1.241	5.959	5.959	5.959	5.959	5.959	5.959
2025		-	3.639	7.278	7.278	7.278	7.278	7.278
2026		-	-	3.561	7.121	7.121	7.121	7.121
2027		-	-	-	4.101	8.202	8.202	8.202
2028		-	-	-	-	1.701	3.402	3.402
2029		-	-	-	-	-	2.104	4.208
2030		-	-	-	-	-	-	2.703

CAPITAL DE GIRO TERRAM (R\$ mil)	JUL 2024	AGO - DEZ 2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
ATIVO CIRCULANTE	25.967	38.978	53.675	69.509	72.113	74.709	77.398	80.184
Contas a receber	18.939	28.408	39.241	50.817	52.646	54.541	56.505	58.539
<i>n. Dias de Rol</i>	63	63	63	63	63	63	63	63
Estoques	798	1.224	1.524	1.974	2.147	2.224	2.304	2.387
<i>n. Dias de Cmv</i>	5	5	5	5	5	5	5	5
Tributos a recuperar	5.899	8.848	12.222	15.828	16.398	16.988	17.600	18.233
<i>n. Dias de Rol</i>	20	20	20	20	20	20	20	20
Adiantamentos	332	498	687	890	922	955	990	1.025
<i>n. Dias de Rol</i>	1	1	1	1	1	1	1	1
PASSIVO CIRCULANTE	19.123	27.865	36.234	46.784	49.641	51.278	52.969	54.876
Fornecedores	4.209	6.454	8.036	10.406	11.318	11.725	12.147	12.585
<i>n. Dias de Cmv</i>	24	24	24	24	24	24	24	24
Obrigações trabalhistas e sociais	8.472	11.834	14.977	19.267	20.607	21.210	21.830	22.616
<i>n. Dias de Cmv & Despesas</i>	35	35	35	35	35	35	35	35
Obrigações tributárias	5.355	8.032	11.095	14.368	14.885	15.421	15.976	16.552
<i>n. Dias de Rol</i>	18	18	18	18	18	18	18	18
Adiantamento de clientes	898	1.347	1.860	2.409	2.496	2.585	2.678	2.775
<i>n. Dias de Rol</i>	3	3	3	3	3	3	3	3
Contas a pagar	190	198	266	334	336	336	337	349
<i>n. Dias de Despesas Operacionais</i>	3	3	3	3	3	3	3	3
CAPITAL DE GIRO	6.844	11.113	17.440	22.724	22.472	23.430	24.429	25.308
VARIAÇÃO CAPITAL DE GIRO	(11.063)	4.268	6.327	5.284	(253)	958	998	880

ESTRUTURA DE CAPITAL	
EQUITY / PRÓPRIO	89%
DEBT / TERCEIROS	11%
EQUITY + DEBT	100%
INFLAÇÃO AMERICANA PROJETADA	2,0%
INFLAÇÃO BRASILEIRA PROJETADA	3,6%
CUSTO DO CAPITAL PRÓPRIO	
TAXA LIVRE DE RISCO (Rf)	2,8%
BETA d	0,96
BETA r	1,04
PRÊMIO DE RISCO (Rm - Rf)	6,2%
PRÊMIO DE TAMANHO (Rs)	4,7%
RISCO BRASIL	2,8%
Ke Nominal em US\$ (=)	16,7%
Ke Nominal em R\$ (=)	18,6%
CUSTO DA DÍVIDA	
Kd NOMINAL EM R\$ (=)	12,9%
Kd Nominal com Benefício Fiscal (=)	8,6%
WACC	
CUSTO DO CAPITAL PRÓPRIO	18,6%
CUSTO DA DÍVIDA	8,6%
TAXA DE DESCONTO NOMINAL (=)	17,5%

CAIXA LÍQUIDO TERRAM		(R\$ mil)
Caixa e equivalentes de caixa	(+)	10.283
Empréstimos e Financiamentos	(-)	(940)
Empréstimos e Financiamentos LP	(-)	(2.264)
TOTAL		7.078

ATIVOS/PASSIVOS NÃO OPERACIONAIS TERRAM		(R\$ mil)
Acordo de Parcelamento	(+)	78
Contas a receber LP	(+)	156
Consórcio	(+)	621
Depósitos judiciais	(+)	376
Impostos diferidos	(+)	2.315
Tributos diferidos	(-)	(34)
Provisão para contingências	(-)	(6.798)
Provisão tributária	(+)	230
TOTAL		(3.056)

FLUXO DE CAIXA TERRAM (R\$ mil)	JUL 2024	AGO - DEZ 2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
RECEITA OPERACIONAL BRUTA (ROB)	67.706	72.543	240.493	311.438	322.649	334.264	346.297	358.764
(% crescimento ROB)	n/a	9,8%	71,5%	29,5%	3,6%	3,6%	3,6%	3,6%
DEDUÇÕES/IMPOSTOS (-)	(4.951)	(5.305)	(17.587)	(22.775)	(23.595)	(24.445)	(25.325)	(26.236)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (ROL)	62.755	67.238	222.906	288.662	299.054	309.820	320.973	332.528
CUSTOS OPERACIONAIS (-)	(37.047)	(40.578)	(121.260)	(157.031)	(170.785)	(176.933)	(183.302)	(189.901)
LUCRO BRUTO (=)	25.708	26.659	101.646	131.631	128.269	132.887	137.670	142.626
margem bruta (LB/ROL)	41,0%	39,6%	45,6%	45,6%	42,9%	42,9%	42,9%	42,9%
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS (-)	(14.280)	(10.636)	(34.296)	(43.073)	(43.236)	(43.355)	(43.428)	(44.989)
EBITDA (=)	11.428	16.024	67.350	88.559	85.033	89.531	94.242	97.637
margem Ebitda (Ebitda/ROL)	18,2%	23,8%	30,2%	30,7%	28,4%	28,9%	29,4%	29,4%
DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO (-)		(6.157)	(10.494)	(16.798)	(24.460)	(30.262)	(34.067)	(38.874)
EBIT (=)		9.867	56.856	71.760	60.573	59.269	60.175	58.763
IMPOSTO DE RENDA/CONTRIB. SOCIAL (-)		(2.559)	(19.307)	(24.375)	(20.571)	(20.128)	(20.436)	(19.955)
Taxa de IRCS Efetiva (IRCS/ EBT)		-25,9%	-34,0%	-34,0%	-34,0%	-34,0%	-34,0%	-34,0%
LUCRO LÍQUIDO OPERACIONAL / NOPAT (=)		7.308	37.549	47.386	40.002	39.142	39.740	38.807
margem líquida (LL/ROL)		10,9%	16,8%	16,4%	13,4%	12,6%	12,4%	11,7%
FLUXO DE CAIXA LIVRE (R\$ mil)								
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		9.196	41.716	58.900	64.715	68.445	72.808	76.802
EBITDA (+)		16.024	67.350	88.559	85.033	89.531	94.242	97.637
IMPOSTO DE RENDA/CONTRIB. SOCIAL (-)		(2.559)	(19.307)	(24.375)	(20.571)	(20.128)	(20.436)	(19.955)
VARIAÇÃO CAPITAL DE GIRO (-)		(4.268)	(6.327)	(5.284)	253	(958)	(998)	(880)
FLUXO DE CAIXA DE INVESTIMENTOS		(42.849)	(52.337)	(51.208)	(58.978)	(24.460)	(30.262)	(38.874)
INVESTIMENTOS IMOBILIZADO E INTANGÍVEIS (-)		(42.849)	(52.337)	(51.208)	(58.978)	(24.460)	(30.262)	(38.874)
FLUXO DE CAIXA LIVRE DA FIRMA [FCFF]		(33.653)	(10.621)	7.692	5.737	43.985	42.547	37.928
Período Parcial		0,42	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Mid-Year Convention		0,21	0,92	1,92	2,92	3,92	4,92	5,92
Fator de Desconto @ 17,5%		0,97	0,86	0,73	0,63	0,53	0,45	0,39
Fluxo de Caixa Descontado		(32.543)	(9.164)	5.649	3.587	23.410	19.276	14.628
Saldo a ser Perpetuado	14.628							
Perpetuidade @ 3,60%	109.246							
VALOR OPERACIONAL (Enterprise Value) (R\$ mil)	134.089							

Taxa de retorno esperado	17,1%	17,5%	17,9%
Taxa de crescimento perpetuidade	3,6%	3,6%	3,6%
VALOR ECONÔMICO DE TERRAM			
FLUXO DE CAIXA DESCONTADO	25.846	24.844	23.863
VALOR RESIDUAL DESCONTADO	115.028	109.246	103.855
VALOR OPERACIONAL DE TERRAM (R\$ mil) (Enterprise Value)	140.874	134.089	127.719
CAIXA LÍQUIDO	7.078	7.078	7.078
ATIVOS/PASSIVOS NÃO OPERACIONAIS	(3.056)	(3.056)	(3.056)
VALOR ECONÔMICO DE TERRAM (R\$ mil) (Equity Value)	144.896	138.111	131.740
PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO		65,00%	
EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL (R\$ mil)	94.182	89.772	85.631

ANÁLISE DO LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		
Lucro líquido projetado (65%)	R\$	89.772.342,36
Quantidade de ações totais (65%)		5.200.000
Valor por ações	R\$	17,26
Valor histórico por ação	R\$	40,43
Valor utilizado*	R\$	17,26
RESULTADOS HISTÓRICOS AJUSTADOS	Jan.-Dez-/2022	Jan.-Dez-/2023
Resultado da empresa no período	15.010.886	26.577.704
Resultado atualizado pelo IPCA*	16.025.599	27.104.851
Número de ações	8.000.000	8.000.000
Lucro por ação	2,00	3,39
15x	30,05	50,82
MÉDIA		40,43

* Limitados a 15 (quinze) vezes o lucro líquido médio anual por quota nos 02 (dois) últimos exercícios sociais e atualizados monetariamente pelo IPCA (R\$).

Valor estimado da aquisição (R\$)	89.035.516	
Número de quotas adquiridas (65%)	5.200.000	
Valor estimado da aquisição por quota (R\$)	17,12	
VALOR DA COTAÇÃO MÉDIA DAS AÇÕES EM BOLSAS NOS ÚLTIMOS 90 DIAS	VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO AVALIADO A PREÇOS DE MERCADO POR QUOTA (R\$)	VALOR DO LUCRO LÍQUIDO (R\$) POR QUOTA
N/A	6,96	17,26
COMPARAÇÃO COM O VALOR DE AQUISIÇÃO		
N/A	2,46 x	0,99 x



ANEXO 2

FORÇA DE TRABALHO

▪ DESCRIÇÃO

De acordo com o Pronunciamento Técnico 04 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o valor justo da força de trabalho não deverá ser reconhecido como um ativo intangível separado do *goodwill*. No entanto, o valor de uma força de trabalho poderá ter efeito sobre o valor atribuível a outros ativos intangíveis. Sendo assim, calculamos o valor justo da força de trabalho com o propósito de determinarmos o retorno sobre ela e, subsequentemente, o encargo aplicável nas análises de avaliação da carteira de clientes pelo MPEEM.

▪ METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A abordagem mais utilizada para cálculo da força de trabalho é a do custo, mais precisamente o método do custo de reposição. É adequada para o cálculo do valor justo de um ativo quando dados confiáveis para a venda de bens comparáveis não estão disponíveis e o objeto da análise não produz um fluxo de renda direto.

Para repor a força de trabalho, são necessários dispêndios para recrutar, contratar e treinar os colaboradores da companhia.

Na aplicação do método do custo de reposição para estimar o valor da força de trabalho da TERRAM, os seguintes gastos foram considerados:

- **Custos de contratação** – Compreendem os salários e benefícios dos colaboradores da empresa que foram parte do processo de recrutamento.
- **Custos de aprendizagem** – Entende-se que, no processo de reposição de cada tipo de profissional, existe uma curva de aprendizagem do novo contratado. Para a maior parte dos cargos, os funcionários precisam de certo tempo de experiência para atingir o patamar de desempenho esperado. Assim sendo, durante tal período, a empresa incorre em custos com o salário desses empregados.

▪ CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O eixo de nossa avaliação é o custo estimado para recrutar e treinar uma força de trabalho totalmente nova associada a cada unidade de negócio. Para a análise na data-base do Laudo, a administração da companhia nos forneceu as seguintes informações:

- Número de empregados por grupo de colaborador;
- Média de salário e benefícios por grupo de colaborador;
- Custo médio de recrutamento e treinamento dos colaboradores;
- Estimativa da produtividade inicial de cada colaborador, assim como do tempo necessário para alcançar a produtividade total esperada.

▪ CONCLUSÃO

Com base nas premissas e análises apresentadas anteriormente e no Anexo 2B, estimamos o valor justo da força de trabalho total, na data-base da avaliação, em R\$ 9.589 mil, aproximadamente.

DADOS FORÇA DE TRABALHO (R\$ mil)					
Função	Nº meses até atingir produtividade total ¹	% até atingir produtividade total ²	Produção inicial ¹	Ineficiência média inicial ³	Start-Up time (% do ano) ⁴
	(M)	(N)	(P)	(R)	(S)
Administração	3	25%	30%	35%	9%
Administrativo Obras	3	25%	30%	35%	9%
Almoxarifado	3	25%	30%	35%	9%
Comercial	3	25%	30%	35%	9%
Compras	3	25%	30%	35%	9%
Controladoria	3	25%	30%	35%	9%
Diretoria	3	25%	30%	35%	9%
Engenharia	3	25%	30%	35%	9%
Frotas	3	25%	30%	35%	9%
Lubrificação	3	25%	30%	35%	9%
Mecânica	3	25%	30%	35%	9%
Operacional Obras	3	25%	30%	35%	9%
Operadores	3	25%	30%	35%	9%
Pintura	3	25%	30%	35%	9%
RH	3	25%	30%	35%	9%
Seg. Do Trabalho	3	25%	30%	35%	9%
TI	3	25%	30%	35%	9%
Topografia	3	25%	30%	35%	9%

Observações:

1. Fornecido pela administração da empresa
2. Igual a M/12
3. Igual a (1-P)/2
4. Igual a N*R

AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO (R\$ mil)													
Função	Nº de Funcionários ¹	Salário Médio anual por Funcionário ¹	Encargos anuais ¹	Outros Benefícios ¹	Despesa com funcionário Total (Anual) ²	Nº meses até atingir produtividade total ¹	Produção Inicial ¹	Perda de produtividade com a substituição do funcionário ³	Perda com a substituição do funcionário ⁴	Custo de Recrutamento ¹	Custo de Treinamento ¹	Valor por funcionário ⁵	Valor Total ⁶
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)	(H)	(I)	(J)	(K)	(L)	(M)
Administração	3	60	55	0	114	3	30%	9%	10	6	0	16	48
Administrativo Obras	7	65	248	0	312	3	30%	9%	27	6	0	34	236
Almoxarifado	4	57	80	0	137	3	30%	9%	12	6	0	18	71
Comercial	2	183	196	0	379	3	30%	9%	33	18	0	51	103
Compras	5	63	112	0	174	3	30%	9%	15	6	0	22	108
Controladoria	2	66	31	0	96	3	30%	9%	8	7	0	15	30
Diretoria	2	349	196	0	545	3	30%	9%	48	35	0	83	165
Engenharia	9	192	464	0	655	3	30%	9%	57	19	0	76	688
Frotas	62	63	879	0	942	3	30%	9%	82	6	0	89	5.505
Lubrificação	10	57	217	0	274	3	30%	9%	24	6	0	30	297
Seg. Do Trabalho	6	65	1.003	0	1.068	3	30%	9%	93	7	0	100	600
TI	2	64	795	0	859	3	30%	9%	75	6	0	82	163
Topografia	9	70	1.849	0	1.920	3	30%	9%	168	7	0	175	1.575
TOTAL/ MÉDIA	123	1.354	6.123	0	7.477	3	30%	9%	654	135	0	790	9.589

RECEITA LÍQUIDA TOTAL 2024113.149

Valor de Reposição da Força de Trabalho9.589

- Observações:
- 1. Fornecido pela administração da empresa
 - 2. Igual a B + C + D
 - 3. Baseado no cálculo da produtividade por funcionário, utilizando a quantidade de tempo para se tornar 100% produtivo e a produtividade de um novo funcionário nesse período (ver WF Data)
 - 4. Igual E * H
 - 5. Igual I + J + K
 - 6. Igual A * L

RETORNO DO CAPITAL DE GIRO TERRAM (R\$ mil)		AGO - DEZ 2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
RECEITA LÍQUIDA		67.238	222.906	288.662	299.054	309.820	320.973	332.528
Capital de Giro inicial		6.844	11.113	17.440	22.724	22.472	23.430	24.429
Variação do Capital de Giro		4.268	6.327	5.284	(253)	958	998	880
Capital de Giro final		11.113	17.440	22.724	22.472	23.430	24.429	25.308
Saldo médio do Capital de Giro		8.979	14.276	20.082	22.598	22.951	23.929	24.868
Retorno do Capital de Giro (<i>Return On</i>)	8,5%	320	1.220	1.716	1.931	1.961	2.044	2.125
	(% ROL)	0,48%	0,55%	0,59%	0,65%	0,63%	0,64%	0,64%

IMOBILIZADO A MERCADO TERRAM	Data-base	AGO - DEZ 2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
(R\$ mil)	31/07/2024							
INVESTIMENTO TOTAL (MANUTENÇÃO + EXPANSÃO)	-	42.849	52.337	51.208	58.978	24.460	30.262	38.874
DEPRECIAÇÃO INVESTIMENTO	-	1.241	9.598	16.798	24.460	30.262	34.067	38.874
IMOBILIZADO CUSTO (ORIGINAL)	24.667	24.667	24.667	24.667	24.667	24.667	24.667	24.667
VALOR RESIDUAL	24.667	19.245	6.230	-	-	-	-	-
DEPRECIAÇÃO IMOBILIZADO ORIGINAL	-	5.423	13.014	6.230	-	-	-	-
DEPRECIAÇÃO TOTAL	7.591,7	6.664	22.612	23.029	24.460	30.262	34.067	38.874
DEPRECIAÇÃO DOS NOVOS IMOBILIZADOS	31/07/2024	AGO - DEZ 2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
2024		1.241	5.959	5.959	5.959	5.959	5.959	5.959
2025		-	3.639	7.278	7.278	7.278	7.278	7.278
2026		-	-	3.561	7.121	7.121	7.121	7.121
2027		-	-	-	4.101	8.202	8.202	8.202
2028		-	-	-	-	1.701	3.402	3.402
2029		-	-	-	-	-	2.104	4.208
2030		-	-	-	-	-	-	2.703
RETURN OF		6.664	22.612	23.029	24.460	30.262	34.067	38.874
DEPRECIAÇÃO INVESTIMENTO		1.241	9.598	16.798	24.460	30.262	34.067	38.874
DEPRECIAÇÃO IMOBILIZADO ORIGINAL		5.423	13.014	6.230	-	-	-	-
RETURN ON	8,5%	1.522	6.469	8.942	11.621	12.847	12.437	12.274
SALDO INICIAL		24.667	60.852	90.577	118.756	153.274	147.472	143.667
DEPRECIAÇÃO		(6.664)	(22.612)	(23.029)	(24.460)	(30.262)	(34.067)	(38.874)
INVESTIMENTO (TOTAL)		42.849	52.337	51.208	58.978	24.460	30.262	38.874
SALDO FINAL		60.852	90.577	118.756	153.274	147.472	143.667	143.667
SALDO MÉDIO DO IMOBILIZADO		42.760	75.714	104.666	136.015	150.373	145.570	143.667

CONTRATO COM CLIENTES / BACKLOG DE CONTRATOS

▪ DESCRIÇÃO

O intangível contratos deriva de contratos ainda vigentes na companhia. Essa relação tem valor para um negócio, pois representa uma fonte de renda estável e recorrente.

Na data-base desta avaliação, a TERRAM apresentava alguns contratos com vigência para o ano de 2024.

Abaixo, podemos observar os contratos avaliados.

Contrato / Cliente	Local	Entrega Final	Tamanho (R\$ milhões)
Quilombo	Guarulhos - MG	set/24	R\$ 45
Tag	Guarulhos - MG	set/24	R\$ 8
Prologis 26	Cotia - SP	ago/25	R\$ 122
Microsoft	Hortolândia - SP	set/24	R\$ 33

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Empregamos a abordagem de renda e, especificamente, o MPEEM para avaliarmos os contratos.

Esse método é baseado no conceito de que o valor justo de um ativo intangível é igual ao valor presente dos fluxos de caixa atribuíveis a esse bem. Para a realização dos fluxos de caixa, eles devem ser líquidos da contribuição de outros ativos, tangíveis ou intangíveis.

Utilizando-se a análise dos resultados projetados da empresa como um todo, são calculados os fluxos de caixa antes dos impostos associados aos contratos, considerando-se a data-base da avaliação. Assim como no fluxo de caixa da companhia, o custo dos produtos vendidos e as demais despesas operacionais são deduzidos da receita projetada relativa ao intangível, determinando-se o lucro líquido operacional. A partir de então, são descontados os encargos, diretamente relacionados com o contrato em questão (*Contributory Asset Charges* ou CAC), sobre os ativos contribuintes identificados.

Após a determinação do valor atribuível aos contratos, é necessário considerar o impacto fiscal da amortização do ágio relativo a esse intangível. A amortização é um benefício econômico para o adquirente que reduz seu dispêndio efetivo na aquisição; portanto, é preciso que seja levada em conta na apuração do valor.

O valor presente do benefício da amortização fiscal dos contratos foi calculado de acordo com as diretrizes fiscais vigentes, que exigem conformidade com a vida útil do ativo.

▪ CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Os seguintes passos foram aplicados na avaliação do valor justo dos contratos, utilizando-se o MPEEM:

- **Determinação da receita** – A receita considera o saldo total proveniente dos contratos existentes na data-base da avaliação. Sua evolução foi projetada de acordo com a taxa de inflação prevista.
- **Churn rate** – Não foi considerado um *churn rate* para a avaliação dos contratos, uma vez que é um relacionamento com vigência determinada.
- **Custos e despesas** – Os custos e despesas considerados foram baseados no fluxo de caixa da empresa e multiplicados pelo percentual de clientes remanescentes em cada ano.
- **CAC marca** – O encargo pré-imposto da marca foi baseado na taxa de *royalties* considerada para a TERRAM e aplicada sobre a receita líquida projetada ano a ano.
- **Dedução de IR** – A alíquota de impostos de 34% foi utilizada, com base na alíquota de impostos brasileira na data-base.
- **Outros CACs** – A fim de isolarmos os fluxos de caixa atribuíveis unicamente ao contrato com clientes, deduzimos os encargos de ativos contributórios, determinando o retorno econômico sobre os bens que contribuem para tais fluxos. A seguir, apresentamos os ativos contributórios pós-impostos utilizados.
 - **CAC ativos fixos (*return on e return of*)** – O CAC sobre ativos fixos representa um retorno sobre o imobilizado com base no valor justo deste na data da avaliação. Para a TERRAM, um CAC anual depois de impostos de 8,5% (equivalente ao *kd post tax* calculado para a companhia) foi utilizado e aplicado sobre a receita líquida projetada ano a ano. Também foi considerada a depreciação desses bens, uma vez que os encargos de manutenção deles devem ser adicionados ao cálculo.
 - **CAC capital de giro** – O capital de giro é necessário para suportar as operações do negócio. Um CAC anual depois de impostos de 8,5% foram aplicados.
 - **CAC força de trabalho** – A força de trabalho é considerada um elemento do *goodwill*, e não um ativo intangível identificado separadamente. No entanto, ela é entendida como um bem que contribui para a geração do fluxo de caixa da companhia; portanto, é necessária a aplicação de um CAC sobre o contrato com clientes. Para isso, foi contemplada uma taxa de retorno igual à taxa de desconto da empresa.
- **Aplicação da taxa de desconto** – Os fluxos de caixa depois de impostos, após os ajustes descritos previamente, foram trazidos a valor presente pela taxa de retorno adequada, dada a natureza do ativo. Determinamos uma taxa de desconto igual ao WACC calculado pela APSIS.
- **Determinação da vida útil** – A vida útil do contrato com clientes de TERRAM foi considerada a partir da vigência do *backlog* dos contratos na data-base do relatório.

▪ CONCLUSÃO

Com base nas análises descritas anteriormente e nos cálculos demonstrados no Anexo 2D, concluímos um valor justo de R\$ 10.818 mil e uma vida útil de 1,08 ano para o *backlog* de contratos de TERRAM.

MARCA

▪ DESCRIÇÃO

Marcas, logotipos e afins têm valor para um negócio, pois permitem que os consumidores identifiquem facilmente um empreendimento pelos produtos e serviços. Como são percebidos pelo público, dispõem da capacidade de gerar uma demanda consistente pelos artigos da empresa. Podem, portanto, permitir o crescimento da receita pelo aumento de unidades vendidas ou a cobrança de preços superiores aos aplicados por companhias similares, mas sem o benefício do ativo em questão.

A marca TERRAM existe desde 1984 e, atualmente, é um nome reconhecido no Brasil no segmento de infraestrutura. A credibilidade e a confiabilidade atribuídas à marca acabam sendo um diferencial no processo decisório dos clientes.

▪ METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Estimamos o valor justo da marca por meio da metodologia de *Royalty Relief*, que deriva da abordagem da renda.

Por esse modelo, também conhecido como método de dispensa de *royalty*, calculamos o valor do ativo, capitalizando os *royalties* que são economizados por a empresa ser proprietária do intangível. Em outras palavras, o dono não precisa pagar um aluguel ou *royalties* a um terceiro para usar o bem.

A aplicação metodológica requer a determinação de uma taxa hipotética de *royalties* apropriada, que é tipicamente expressa como uma porcentagem da receita. O resultado é multiplicado pela receita líquida projetada para a empresa por toda a vida útil do objeto de análise. Posteriormente, o fluxo de caixa proveniente dos pagamentos de *royalty* é deduzido do imposto de renda e trazido a valor presente por uma taxa de risco adequada para definição do valor do intangível.

▪ CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Os seguintes passos foram aplicados na avaliação do valor justo da marca, utilizando-se a metodologia de *Royalty Relief*:

- **Receita atribuível à marca** – Todas as receitas oriundas do negócio foram consideradas como geradas sob a marca TERRAM.
- **Determinação da taxa de *royalties*** – Foram utilizadas informações da base de dados da Markables, assim como a base de dados interna da APSIS, para localização das transações de licenças de uso envolvendo marcas similares à TERRAM. Além disso, foram avaliados fatores qualitativos relacionados com o intangível. Após análise, concluiu-se uma taxa de *royalty* de 0,7% a ser aplicada sobre a receita operacional líquida projetada.
- **Dedução de IR** – Os pagamentos de *royalties* são deduzidos pela taxa de imposto de renda brasileira por toda a vida do ativo. Utilizou-se uma dedução fiscal de 34%.
- **Aplicação da taxa de desconto** – As economias de *royalties* são trazidas a valor presente pela taxa de retorno adequada. Determinamos uma taxa de desconto para a marca TERRAM igual ao WACC calculado pela APSIS.
- **Determinação da vida útil** – A vida útil da marca TERRAM foi considerada indefinida, uma vez que a companhia pretende continuar utilizando tal designação.

- **Benefício fiscal da amortização** – Realizamos o cálculo de acordo com as diretrizes fiscais vigentes, que exigem uma amortização fiscal de acordo com a vida útil do ativo. O resultado foi acrescido ao valor justo da marca.

- **CONCLUSÃO**

Com base nas análises descritas anteriormente e nos cálculos demonstrados no Anexo 2E, concluímos um valor justo de R\$ 8.506 mil e uma vida útil indefinida para a marca de TERRAM.

BACKLOG DE CONTRATOS COM CLIENTES (R\$ mil)	AGO - DEZ 2024	AGO 2025
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (ROL)	67.238	222.906
RECEITA LÍQUIDA DO BACKLOG DE CONTRATOS	37.691	75.390
% da Receita Backlog / % da ROL Total	56,1%	33,8%
CUSTOS OPERACIONAIS (-)	(22.747)	(41.012)
LUCRO BRUTO (=)	14.944	34.378
margem bruta (Lucro Bruto/ROL)	39,6%	45,6%
DESPESAS OPERACIONAIS (-)	(5.962)	(11.599)
EBITDA (=)	8.982	22.779
% EBITDA	23,8%	30,2%
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÕES (-)	(3.736)	(7.648)
EBIT (=)	5.247	15.131
% EBIT	13,9%	20,1%
ROYALTY DA MARCA (-)	(245)	(490)
EBIT AJUSTADO (=)	5.002	14.641
IR/CSSL (-)	(1.701)	(4.978)
Taxa de IRCS Efetiva (IRCS/EBIT)	-34,0%	-34,0%
LUCRO LÍQUIDO (=)	3.301	9.663
margem líquida (LL/ROL)	8,8%	12,8%
ENTRADAS	7.037	17.311
LUCRO LÍQUIDO	3.301	9.663
DEPRECIACÕES/AMORTIZAÇÕES (+)	3.736	7.648
SAÍDAS	5.136	10.985
Capital de Giro - Return On	179	413
Imobilizado - Return On	853	2.188
Imobilizado - Return Of	3.736	7.648
Força de Trabalho - Return On	368	737
SALDO SIMPLES	1.900	6.326
Período Parcial	0,42	0,67
Mid-Year Convention	0,21	0,75
Fator de Desconto @ 17,5%	0,97	0,89
Fluxo de Caixa Descontado	1.838	5.606
VALOR DO BACKLOG DE CONTRATO COM CLIENTES - PRÉ-TAB	7.444	
Vida útil do intangível	1,08 anos	
BENEFÍCIO FISCAL DECORRENTE DA AMORTIZAÇÃO	3.374	
VALOR DO BACKLOG DE CONTRATOS COM CLIENTES - PÓS-TAB	10.818	

MARCA TERRAM (R\$ mil)	AGO - DEZ 2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (ROL)	67.238	222.906	288.662	299.054	309.820	320.973	332.528
Taxa de Royalty (% da ROL)	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%
TOTAL ROYALTIES	437	1.449	1.876	1.944	2.014	2.086	2.161
ROYALTIES SAVINGS - PRE TAX	437	1.449	1.876	1.944	2.014	2.086	2.161
Alíquota de IR e CSLL	34,0%	34,0%	34,0%	34,0%	34,0%	34,0%	34,0%
ROYALTIES SAVINGS - AFTER TAX	288	956	1.238	1.283	1.329	1.377	1.427
Período Parcial	0,42	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Mid-Year Convention	0,21	0,92	1,92	2,92	3,92	4,92	5,92
Fator de Desconto @ 18,0%	18,0%	0,97	0,86	0,73	0,62	0,52	0,44
Fluxo de Caixa Descontado	279	822	902	792	696	611	537
Saldo a ser Perpetuado	537						
Perpetuidade @ 3,6%	3,6%	3.868					
VALOR DA MARCA	8.506						



ANEXO 3

OBJETOS: Ativos móveis adquiridos por ARMAC.

OBJETIVO: Determinação do valor justo de mercado dos objetos, para alocação do preço pago (PPA).

RESUMO GERAL

CONTA CONTÁBIL	VIDA ÚTIL REMANESCENTE	AQUISIÇÃO	VALOR RESIDUAL	VALOR DE REPRODUÇÃO	VALOR JUSTO	MAIS-VALIA
MÁQUINAS	1,2	R\$ 15.469.600,75	R\$ 113.870,23	R\$ 23.544.328,17	R\$ 7.690.489,58	R\$ 7.576.619,35
MÁQUINAS- FINAME	2,2	R\$ 43.150.765,00	R\$ 2.167.069,28	R\$ 86.061.938,06	R\$ 8.462.087,15	R\$ 6.295.017,86
CAMINHÃO - FINAME	1,3	R\$ 14.521.000,00	R\$ 2.038.365,59	R\$ 30.351.829,65	R\$ 3.509.692,76	R\$ 1.471.327,17
CAÇAMBA	1,0	R\$ 680.000,00	R\$ -	R\$ 1.502.441,01	R\$ 75.624,94	R\$ 75.624,94
CAMINHÃO	2,7	R\$ 5.949.271,34	R\$ 948.327,96	R\$ 5.259.842,28	R\$ 2.293.351,36	R\$ 1.345.023,40
VEÍCULOS	1,0	R\$ 635.568,80	R\$ 94.688,09	R\$ 921.077,06	R\$ 603.950,00	R\$ 509.261,91
VEÍCULOS - FINAME	1,0	R\$ 369.012,00	R\$ 9.193,55	R\$ 485.888,30	R\$ 415.081,85	R\$ 405.888,30
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	1,0	R\$ 409.827,71	R\$ 104.749,75	R\$ 411.712,94	R\$ 135.622,83	R\$ 30.873,09
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	2,9	R\$ 305.064,95	R\$ 28.495,80	R\$ 350.068,59	R\$ 34.340,99	R\$ 5.845,19
BENFEITORIAS	N/A	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
EQUIPAMENTOS	5,7	R\$ 3.332.298,86	R\$ 306.179,88	R\$ 2.389.520,34	R\$ 1.447.036,87	R\$ 1.140.856,99
STARSOFT APLICATION	N/A	R\$ 226.204,12	R\$ 0,05	R\$ 226.204,12	R\$ -	-R\$ 0,05
MEGA SISTEMA	N/A	R\$ 217.064,85	-R\$ 0,14	R\$ 217.064,85	R\$ -	R\$ 0,14
WINDOWA MICROSOFT - STARSOFT	N/A	R\$ 13.034,47	R\$ 0,06	R\$ 13.034,47	R\$ -	-R\$ 0,06
TERRENOS - GARAGEM	N/A	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL		R\$ 85.278.712,85	R\$ 5.810.940,11	R\$ 151.734.949,83	R\$ 24.667.278,33	R\$ 18.856.338,22

Os procedimentos técnicos empregados no presente Laudo estão de acordo com os critérios estabelecidos pelas NBRs 14.653-1:2019 e 14.653-2:2011, da ABNT. Os valores consideram a data-base de 31 de julho de 2024 e estão fundamentados no fato de que não há restrições impeditivas à comercialização da propriedade, ou seja, não existem dívidas, matrículas sem contestações judiciais, irregularidades construtivas ou tributárias, passivos ambientais, entre outros empecilhos.

1. VALOR JUSTO

Mensuração do ativo

Foram analisados e considerados os atributos específicos formadores de valor do objeto do teste, como área, local, padrão construtivo, conservação do imóvel, oferta, segmento do mercado imobiliário em que o bem está inserido, possíveis restrições de venda, entre outros.

Preço de saída

O preço de saída considera um ambiente normal de precificação entre os participantes do mercado e os potenciais interessados no bem.

Mercado principal

A mensuração do valor recuperável, neste Laudo, considera um mercado principal organizado e transparente, em que são realizadas as transações com ativos do mesmo segmento do objeto.

Participantes do mercado

Os participantes do mercado principal para o ativo foram definidos como empresas de médio e grande portes do segmento de construção e incorporação visando ao uso próprio ou investidores interessados em contratos de arrendamento de longo prazo.

Técnicas de avaliação

Partiu-se do princípio de que os participantes de mercado utilizariam a NBR 14.653 como referência básica para a mensuração do valor justo do objeto.

Hierarquia de *inputs*

Foram utilizadas as metodologias constantes na NBR 14.653 como referências para os cálculos dos graus de fundamentação e precisão deste Laudo.

2. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

O escopo deste trabalho contempla a avaliação dos ativos classificados como: “MÁQUINAS”, “MÁQUINAS - FINAME”, “CAMINHÃO - FINAME”, “CAÇAMBA”, “CAMINHÃO”, “VEÍCULOS”, “VEÍCULOS - FINAME”, “EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA”, “MÓVEIS E UTENSÍLIOS” e “EQUIPAMENTOS”. A análise se fundamentou na lista dos bens de ARMAC encaminhada à APSIS, referente a 31 de julho de 2024.

2.1. VALOR DE REPOSIÇÃO DE ATIVOS

MÉTODO DA QUANTIFICAÇÃO DO CUSTO

Esse método consiste na obtenção do valor de um ativo novo, igual ou similar, por meio de pesquisa de mercado com os fabricantes, fornecedores e/ou representantes, acrescido, quando for o caso, das despesas de montagem e transporte.

Por intermédio de fabricantes, é feita a cotação de preços de bens novos ou de similares com a aplicação da depreciação para a definição do valor justo. São analisadas as características físicas e tecnológicas dos ativos, contemplando-se as diferentes funções, os desempenhos operacionais, as estruturas construtivas e os itens opcionais, entre outros aspectos.

MÉTODO DO CUSTO HISTÓRICO

Quando o valor do bem é determinado a partir da atualização monetária do custo de aquisição, adota-se o método de custo histórico, que contempla a apuração de registros contábeis e a aplicação de índices específicos, geralmente usados por órgãos competentes oficiais.

Em se tratando de ativos em outras moedas, é feita a conversão para dólares na data de aquisição, acompanhada da atualização monetária em relação à inflação norte-americana (*Consumer Price Index History Table — Bureau of Labor Statistics, US Department of Labor*) até a data-base da avaliação. Em seguida, converte-se o valor em dólares para reais.

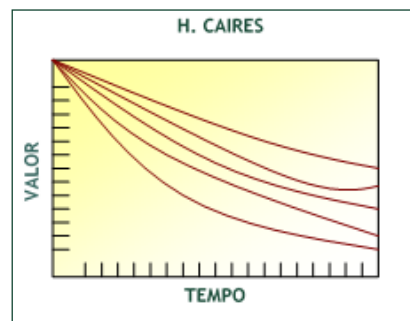
2.2. VALOR JUSTO DE ATIVOS

DEPRECIAÇÃO CONFORME O ENGENHEIRO HÉLIO CAIRES

Para a identificação da depreciação, além das características observadas na vistoria, são considerados também a vida útil, a vida transcorrida, os valores residuais, o estado de conservação e a obsolescência do bem. O cálculo é feito sobre a provável curva de vida útil. Dessa maneira, o valor justo do equipamento usado é determinado a partir do valor de um equipamento novo, levando-se em conta a idade operacional e o valor residual, indexados a uma curva ou função matemática, que tem por limite a vida útil do ativo.

De posse das características e dos valores, comparam-se os bens, atribuindo-se a cada um deles os valores de depreciação pertinentes.

A escolha da função que define o coeficiente de depreciação é feita de acordo com o tipo de equipamento avaliado, optando-se pelo Método de Caires. Essa abordagem permite calcular o valor a partir das condições de manutenção e da carga de trabalho.



FATOR TRABALHO

TIPO DE TRABALHO	FATOR
Nulo	0
Leve	5
Normal	10
Pesado	15
Extremo	20

FATOR MANUTENÇÃO

TIPO DE MANUTENÇÃO	FATOR
Inexistente	0
Sufrível	5
Normal	10
Rigorosa	15
Perfeita	20

IDADE DO BEM OU IDADE OPERACIONAL (t)

Para o presente Laudo, foram avaliados de forma consolidada os seguintes grupos: máquinas, equipamentos e ferragens. A idade dos bens foi baseada na data de aquisição conforme arquivo analítico do imobilizado.

Para o presente Laudo, foi avaliado de forma consolidada o grupo de máquinas e equipamentos. A idade dos bens foi baseada na data de aquisição constante no arquivo analítico do imobilizado.

VIDA ÚTIL ESTIMADA (T)

Segundo conceitos primários de projeto mecânico, toda máquina é formada pela composição de elementos cujo conjunto, ao iniciar sua vida operacional, obedece a uma lei de decrescimento de sua capacidade de trabalho, a qual é genericamente representada por três ciclos, descritos a seguir.

- **Amaciamento** – Ciclo de ajuste com perda de material, comumente seguido por uma melhora no funcionamento do conjunto.
- **Operação** – Ciclo em que a máquina está na sua capacidade normal de produção e a perda de material em desgaste é lenta e desprezível. No entanto, no decorrer do tempo denominado “vida útil operacional”, o conjunto vai perdendo seu rendimento até o ponto em que deve sofrer um recondicionamento parcial ou total, antes de um colapso irreversível.
- **Colapso** – Nesse ciclo, a retirada do material ocorrida na fase de operação culmina no colapso, tornando a máquina irrecuperável, e resta somente o que se denomina “estado ou valor residual”.

VALOR RESIDUAL (VR)

O valor residual decorre da vida útil operacional do bem, correspondendo ao que sobra da máquina após o encerramento de sua vida útil operacional, dado em percentuais que, via de regra, situam-se na faixa de 5% a 20% do valor de um equipamento novo.

MÉTODO DA CORRELAÇÃO DE CAPACIDADE

Adota-se quando o valor do ativo é determinado a partir de uma correlação com um bem similar.

CORRELAÇÃO DE CAPACIDADE

Para os equipamentos detectados em vistoria como sendo de mesma natureza, repetidos com ligeiras diferenças ao que concerne à capacidade ou aos parâmetros físicos, a regra dos seis décimos é utilizada em detrimento da consulta de preços. Trata-se de uma correlação entre os valores e as capacidades nominais dos itens industriais, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\frac{P}{P'} = \left(\frac{Q}{Q'} \right)^{0,6}$$

P e P' = valores unitários dos bens
Q e Q' = capacidade ou parâmetro físico

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS VEÍCULOS

Foram utilizados certificados de propriedade e planilhas fornecidos pelo cliente, dos quais foram coletados marca, modelo, ano de fabricação e ano do veículo. O valor de reposição desse grupo de bens foi determinado a partir de pesquisas de mercado e publicações específicas do setor (FIPE).

3. MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA

Para determinação do valor justo dos bens pertencentes à ARMAC na data-base, os cálculos avaliatórios foram elaborados de acordo com os métodos descritos.

Na tabela a seguir, apresentamos o resumo dos valores encontrados.

CONTA CONTÁBIL	VIDA ÚTIL REMANESCENTE	AQUISIÇÃO	VALOR RESIDUAL	VALOR DE REPRODUÇÃO	VALOR JUSTO	MAIS-VALIA
MÁQUINAS	1,2	R\$ 15.469.600,75	R\$ 113.870,23	R\$ 23.544.328,17	R\$ 7.690.489,58	R\$ 7.576.619,35
MÁQUINAS- FINAME	2,2	R\$ 43.150.765,00	R\$ 2.167.069,28	R\$ 86.061.938,06	R\$ 8.462.087,15	R\$ 6.295.017,86
CAMINHÃO - FINAME	1,3	R\$ 14.521.000,00	R\$ 2.038.365,59	R\$ 30.351.829,65	R\$ 3.509.692,76	R\$ 1.471.327,17
CAÇAMBA	1,0	R\$ 680.000,00	R\$ -	R\$ 1.502.441,01	R\$ 75.624,94	R\$ 75.624,94
CAMINHÃO	2,7	R\$ 5.949.271,34	R\$ 948.327,96	R\$ 5.259.842,28	R\$ 2.293.351,36	R\$ 1.345.023,40
VEÍCULOS	1,0	R\$ 635.568,80	R\$ 94.688,09	R\$ 921.077,06	R\$ 603.950,00	R\$ 509.261,91
VEÍCULOS - FINAME	1,0	R\$ 369.012,00	R\$ 9.193,55	R\$ 485.888,30	R\$ 415.081,85	R\$ 405.888,30
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	1,0	R\$ 409.827,71	R\$ 104.749,75	R\$ 411.712,94	R\$ 135.622,83	R\$ 30.873,09
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	2,9	R\$ 305.064,95	R\$ 28.495,80	R\$ 350.068,59	R\$ 34.340,99	R\$ 5.845,19
BENFEITORIAS	N/A	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
EQUIPAMENTOS	5,7	R\$ 3.332.298,86	R\$ 306.179,88	R\$ 2.389.520,34	R\$ 1.447.036,87	R\$ 1.140.856,99
STARSOFT APLICATION	N/A	R\$ 226.204,12	R\$ 0,05	R\$ 226.204,12	R\$ -	-R\$ 0,05
MEGA SISTEMA	N/A	R\$ 217.064,85	-R\$ 0,14	R\$ 217.064,85	R\$ -	R\$ 0,14
WINDOWA MICROSOFT - STARSOFT	N/A	R\$ 13.034,47	R\$ 0,06	R\$ 13.034,47	R\$ -	-R\$ 0,06
TERRENOS - GARAGEM	N/A	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL		R\$ 85.278.712,85	R\$ 5.810.940,11	R\$ 151.734.949,83	R\$ 24.667.278,33	R\$ 18.856.338,22

TABELA-RESUMO

ID APIS	DATA DE INCORPORAÇÃO	CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO DO BEM	CLASSE FINAL	ADQUIÇÃO	DEPRECIAÇÃO	VALOR RESIDUAL	CÓDIGO DE AVALIAÇÃO	MÉTODO DE DEPRECIAÇÃO	LINK COTAÇÃO	RATEIO?	RESIDUAL	DEPRECIAÇÃO FINAL	CT	CM	IDADE FINAL	VIDA ÚTL REMANESCENTE	VIDA ÚTL ECONÔMICA POR FAMÍLIA	VALOR DE REPRODUÇÃO	VALOR JUSTO	MAIS-VALIA
1	22/06/2020	MOVES E UTENSÍLIOS	AR CONDICIONADO 14-WALL 12000 BTUS R/E Edge ECO POWER HORIZONTAL	MOVES E UTENSÍLIOS	R\$ 7413,79	R\$ 3543,95	436,76	Valor_Residual_Control	Hélio de Calves	COT446		9%	48,3%	Extremo	Normal	4,1	7,2	15,00	R\$ 7413,79	R\$ 436,76	R\$ -
2	03/03/2020	MOVES E UTENSÍLIOS	NF 001147 - CADEIRA GRATORIA PARA ESCRITÓRIO	MOVES E UTENSÍLIOS	R\$ 500,00	R\$ 242,63	307,37	Valor_Residual_Control	Hélio de Calves	COT438		9%	44,7%	Extremo	Normal	4,4	6,7	15,00	R\$ 500,00	R\$ 307,37	R\$ -
3	03/03/2020	MOVES E UTENSÍLIOS	NF 001147 - CADEIRA GRATORIA PARA ESCRITÓRIO	MOVES E UTENSÍLIOS	R\$ 500,00	R\$ 242,63	307,37	Valor_Residual_Control	Hélio de Calves	COT438		9%	44,7%	Extremo	Normal	4,4	6,7	15,00	R\$ 500,00	R\$ 307,37	R\$ -
4	03/03/2020	MOVES E UTENSÍLIOS	NF 001148 - CADEIRA GRATORIA PARA ESCRITÓRIO	MOVES E UTENSÍLIOS	R\$ 500,00	R\$ 242,63	307,37	Valor_Residual_Control	Hélio de Calves	COT438		9%	44,7%	Extremo	Normal	4,4	6,7	15,00	R\$ 500,00	R\$ 307,37	R\$ -
5	03/03/2020	MOVES E UTENSÍLIOS	NF 001148 - CADEIRA GRATORIA PARA ESCRITÓRIO	MOVES E UTENSÍLIOS	R\$ 500,00	R\$ 242,63	307,37	Valor_Residual_Control	Hélio de Calves	COT438		9%	44,7%	Extremo	Normal	4,4	6,7	15,00	R\$ 500,00	R\$ 307,37	R\$ -
6	03/03/2020	MOVES E UTENSÍLIOS	NF 001150 - CADEIRA GRATORIA PARA ESCRITÓRIO	MOVES E UTENSÍLIOS	R\$ 500,00	R\$ 242,63	307,37	Valor_Residual_Control	Hélio de Calves	COT441		9%	44,7%	Extremo	Normal	4,4	6,7	15,00	R\$ 500,00	R\$ 307,37	R\$ -
7	03/03/2020	MOVES E UTENSÍLIOS	NF 001151 - CADEIRA GRATORIA PARA ESCRITÓRIO	MOVES E UTENSÍLIOS	R\$ 500,00	R\$ 242,63	307,37	Valor_Residual_Control	Hélio de Calves	COT442		9%	44,7%	Extremo	Normal	4,4	6,7	15,00	R\$ 500,00	R\$ 307,37	R\$ -
8	03/03/2020	MOVES E UTENSÍLIOS	NF 001152 - CADEIRA GRATORIA PARA ESCRITÓRIO	MOVES E UTENSÍLIOS	R\$ 500,00	R\$ 242,63	307,37	Valor_Residual_Control	Hélio de Calves	COT443		9%	44,7%	Extremo	Normal	4,4	6,7	15,00	R\$ 500,00	R\$ 307,37	R\$ -
9	03/03/2020	MOVES E UTENSÍLIOS	NF 001153 - CADEIRA GRATORIA PARA ESCRITÓRIO	MOVES E UTENSÍLIOS	R\$ 500,00	R\$ 242,63	307,37	Valor_Residual_Control	Hélio de Calves	COT444		9%	44,7%	Extremo	Normal	4,4	6,7	15,00	R\$ 500,00	R\$ 307,37	R\$ -
10	11/11/2010	CAMINHÃO - FRNME	02 CARRETAS VOLVO FH 440 FRNME BRASILECO	CAMINHÃO - FRNME	R\$ 650.000,00	R\$ 650.000,00	R\$ -	Crédito_A_Novo_Menos_Depreciação	Hélio de Calves	COT220		3%	5,1%	Extremo	Normal	13,7	1,0	10,00	R\$ 1.798.587,00	R\$ 91.058,00	R\$ 91.058,00
11	31/07/2007	MAQUINAS	7 MAQUINA	MAQUINAS	R\$ 280.000,00	R\$ 280.000,00	R\$ -	Valor_Residual_Control	Hélio de Calves			9%	5,3%	Extremo	Normal	17,0	1,0	15,00	R\$ 280.000,00	R\$ -	R\$ -
12	01/03/2006	MAQUINAS	APARELHO DE TELECOMUNICAÇÃO	MAQUINAS	R\$ 9.057,00	R\$ 9.057,00	R\$ -	Valor_Residual_Control	Hélio de Calves			9%	5,2%	Extremo	Normal	18,4	1,0	15,00	R\$ 9.057,00	R\$ -	R\$ -
13	02/07/2010	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	AQ ATIVO FIXO NF 00042- KALUNGA COM E NO GRAFICA LTDA	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 1.388,00	R\$ 1.388,00	R\$ -	Valor_Residual_Control	Hélio de Calves			2%	2,0%	Extremo	Normal	14,1	1,0	3,00	R\$ 1.388,00	R\$ -	R\$ -
14	17/02/2009	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	AQ ATIVO FIXO NF 00591 - TECNOMICRO INFORMATICA LTDA	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 1.110,00	R\$ 1.110,00	R\$ -	Valor_Residual_Control	Hélio de Calves			2%	2,0%	Extremo	Normal	15,5	1,0	3,00	R\$ 1.110,00	R\$ -	R\$ -
15	27/06/2010	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	AQ ATIVO FIXO NF 00591 - TECNOMICRO INFORMATICA LTDA	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 4.705,00	R\$ 4.705,00	R\$ -	Valor_Residual_Control	Hélio de Calves			2%	2,0%	Extremo	Normal	14,1	1,0	3,00	R\$ 4.705,00	R\$ -	R\$ -
16	28/06/2010	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	AQ ATIVO FIXO NF 00593 - TECNOMICRO INFORMATICA LTDA	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 3.850,00	R\$ 3.850,00	R\$ -	Valor_Residual_Control	Hélio de Calves			2%	2,0%	Extremo	Normal	14,1	1,0	3,00	R\$ 3.850,00	R\$ -	R\$ -
17	16/06/2009	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	AQ ATIVO FIXO NF 94812 - DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 2.403,70	R\$ 2.403,70	R\$ -	Valor_Residual_Control	Hélio de Calves			2%	2,0%	Extremo	Normal	15,1	1,0	3,00	R\$ 2.403,70	R\$ -	R\$ -
18	01/02/2008	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	AQ DE DOIS COMPUTADORES NF 32043 DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 5.905,00	R\$ 5.905,00	R\$ -	Crédito_A_Novo_Menos_Depreciação	Hélio de Calves	COT346		2%	2,0%	Extremo	Normal	16,5	1,0	3,00	R\$ 5.933,74	R\$ 110,67	R\$ 110,67
19	30/05/2008	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	AQ DE DOIS COMPUTADORES NF 40724 DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 6.316,00	R\$ 6.316,00	R\$ -	Crédito_A_Novo_Menos_Depreciação	Hélio de Calves	COT349		2%	2,0%	Extremo	Normal	16,2	1,0	3,00	R\$ 5.933,74	R\$ 110,67	R\$ 110,67
20	12/06/2008	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	AQ DE DOIS SERVIÇOS NF 40799 DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 17.279,00	R\$ 17.279,00	R\$ -	Crédito_A_Novo_Menos_Depreciação	Hélio de Calves	COT359		2%	2,0%	Extremo	Normal	16,1	1,0	3,00	R\$ 8.491,00	R\$ 188,03	R\$ 188,03
21	25/05/2008	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	AQ DE EQUIPAMENTO DE INFORMATICA NF 11881 NETWORK-INTERMANY COM IMPORT EXPORT DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 2.307,00	R\$ 2.307,00	R\$ -	Valor_Residual_Control	Hélio de Calves			3%	1,5%	Extremo	Normal	16,6	1,0	3,00	R\$ 9.274,00	R\$ 116,60	R\$ 116,60
22	04/04/2008	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	AQ DE EQUIPAMENTO DE INFORMATICA NF 20307 TELIS ELETRONICOS LTDA	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 1.080,00	R\$ 1.080,00	R\$ -	Valor_Residual_Control	Hélio de Calves			3%	2,0%	Extremo	Normal	16,3	1,0	3,00	R\$ 1.080,00	R\$ -	R\$ -
23	23/04/2008	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	AQ DE EQUIPAMENTO DE INFORMATICA NF 20401 TELIS ELETRONICOS LTDA	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 1.830,00	R\$ 1.830,00	R\$ -	Valor_Residual_Control	Hélio de Calves			2%	2,0%	Extremo	Normal	16,3	1,0	3,00	R\$ 1.830,00	R\$ -	R\$ -
24	08/09/2008	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	AQ DE EQUIPAMENTO DE INFORMATICA NF 2284 TELIS ELETRONICOS LTDA	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 540,70	R\$ 540,70	R\$ -	Valor_Residual_Control	Hélio de Calves			2%	2,0%	Extremo	Normal	15,9	1,0	3,00	R\$ 540,70	R\$ -	R\$ -
25	09/06/2008	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	AQ DE EQUIPAMENTO DE INFORMATICA NF 47957 DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 4.540,30	R\$ 4.540,30	R\$ -	Valor_Residual_Control	Hélio de Calves			2%	2,0%	Extremo	Normal	16,1	1,0	3,00	R\$ 4.540,30	R\$ -	R\$ -
26	09/06/2008	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	AQ DE EQUIPAMENTO DE INFORMATICA NF 48038 DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 3.648,64	R\$ 3.648,64	R\$ -	Valor_Residual_Control	Hélio de Calves			2%	2,0%	Extremo	Normal	16,1	1,0	3,00	R\$ 3.648,64	R\$ -	R\$ -
27	10/06/2008	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	AQ DE EQUIPAMENTO DE INFORMATICA NF 48141 DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 1.050,53	R\$ 1.050,53	R\$ -	Valor_Residual_Control	Hélio de Calves			2%	2,0%	Extremo	Normal	16,1	1,0	3,00	R\$ 1.050,53	R\$ -	R\$ -
28	18/06/2008	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	AQ DE EQUIPAMENTO DE INFORMATICA NF 49401 DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 4.989,87	R\$ 4.989,87	R\$ -	Valor_Residual_Control	Hélio de Calves			2%	2,0%	Extremo	Normal	16,1	1,0	3,00	R\$ 4.989,87	R\$ -	R\$ -
29	05/06/2008	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	AQ DE TRES MICRO COMPUTADORES NF 634 OFFICER DISTR. DE PRODS. DE INFORMATICA	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 5.040,00	R\$ 5.040,00	R\$ -	Crédito_A_Novo_Menos_Depreciação	Hélio de Calves	COT350		2%	2,0%	Extremo	Normal	16,2	1,0	3,00	R\$ 4.746,38	R\$ 34,50	R\$ 34,50
30	25/06/2008	MOVES E UTENSÍLIOS	AQ DE UM AQUECEDOR MOD. PH PLUS 1800 INOX NF 2865 GENEAL HEATER SHUN E KAOH DO BRASIL LTDA	MOVES E UTENSÍLIOS	R\$ 3.900,00	R\$ 3.900,00	R\$ -	Crédito_A_Novo_Menos_Depreciação	Hélio de Calves	COT402		5%	5,4%	Extremo	Normal	16,1	1,0	15,00	R\$ 2.767,45	R\$ 150,00	R\$ 150,00
31	23/07/2008	MOVES E UTENSÍLIOS	AQ DE UM AR CONDICIONADO NF 27151 50-FRIG AR CONDICIONADO LTDA	MOVES E UTENSÍLIOS	R\$ 2.050,00	R\$ 2.050,00	R\$ -	Crédito_A_Novo_Menos_Depreciação	Hélio de Calves	COT419		5%	5,4%	Extremo	Normal	16,0	1,0	15,00	R\$ 2.541,34	R\$ 138,10	R\$ 138,10
32	09/09/2008	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	AQ DE UM COMPUTADOR NF 48034 DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 2.989,50	R\$ 2.989,50	R\$ -	Crédito_A_Novo_Menos_Depreciação	Hélio de Calves	COT353		2%	2,0%	Extremo	Normal	16,1	1,0	3,00	R\$ 2.768,07	R\$ 25,54	R\$ 25,54
33	11/10/2008	MOVES E UTENSÍLIOS	AQ DE UM CONDICIONADOR DE AR SPLIT 1601 PL 450A NF 101 NEW AIR CONDICIONADO LTDA	MOVES E UTENSÍLIOS	R\$ 3.460,00	R\$ 3.460,00	R\$ -	Crédito_A_Novo_Menos_Depreciação	Hélio de Calves	COT415		5%	5,1%	Extremo	Normal	16,6	1,0	15,00	R\$ 9.274,00	R\$ 116,60	R\$ 116,60
34	27/11/2008	MOVES E UTENSÍLIOS	AQ DE UM FABRICADOR DE GELATO EM CURSOS MODELO ECO-38A NF 88A BRASILEO IMPORT EXPORT DE MAG DE REFR	MOVES E UTENSÍLIOS	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ -	Crédito_A_Novo_Menos_Depreciação	Hélio de Calves	COT354		5%	5,5%	Extremo	Normal	15,7	1,0	15,00	R\$ 2.891,80	R\$ 108,83	R\$ 108,83
35	31/03/2008	MOVES E UTENSÍLIOS	AQ DE UM FOGAÇO DE E BOCAS DA MARCA TROMP NF 1965 REFRIGERACAO OIBEDIA	MOVES E UTENSÍLIOS	R\$ 820,00	R\$ 820,00	R\$ -	Crédito_A_Novo_Menos_Depreciação	Hélio de Calves	COT468		5%	5,4%	Extremo	Normal	16,3	1,0	15,00	R\$ 2.210,86	R\$ 118,97	R\$ 118,97
36	09/03/2008	MOVES E UTENSÍLIOS	AQ DE UM PONTO ELETRONICO NF 7948 DATAPONT RELOJOS COM. E ACESSORIA EM RELOJO DE PONTO	MOVES E UTENSÍLIOS	R\$ 14.520,00	R\$ 14.520,00	R\$ -	Crédito_A_Novo_Menos_Depreciação	Hélio de Calves	COT406		5%	5,4%	Extremo	Normal	16,4	1,0	15,00	R\$ 7.188,40	R\$ 386,00	R\$ 386,00
37	05/11/2008	MOVES E UTENSÍLIOS	AQ DE UM SISTEMA DE TRATAMENTO WSPAD NF 6240 DECATO DMR RD. MECANICA LTDA	MOVES E UTENSÍLIOS	R\$ 26.125,00	R\$ 26.125,00	R\$ -	Valor_Residual_Control	Hélio de Calves			5%	5,5%	Extremo	Normal	15,7	1,0	15,00	R\$ 26.125,00	R\$ -	R\$ -
38	14/07/2008	MOVES E UTENSÍLIOS	AQ DE UM TRATOR AGRICOLA ESTERA CATERPILLAR MOD. 7000C DE 36000 LITROS DE PEGAS DE REFRIGERACAO E SERVIÇOS LTDA	MOVES E UTENSÍLIOS	R\$ 2.700,00	R\$ 2.700,00	R\$ -	Crédito_A_Novo_Menos_Depreciação	Hélio de Calves	COT411		5%	5,4%	Extremo	Normal	16,0	1,0	15,00	R\$ 3.761,00	R\$ 204,23	R\$ 204,23
39	17/03/2008	MAQUINAS	AQ DE UM TRATOR AGRICOLA ESTERA CATERPILLAR MOD. D1D SERIE 36C NF 80364 ABILARDO DE OLIVEIRA FILHO - MR VECULOS	MAQUINAS	R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ -	Crédito_A_Novo_Menos_Depreciação	Hélio de Calves	COT62		5%	5,4%	Extremo	Normal	16,4	1,0	15,00	R\$ 2.111.014,26	R\$ 113.464,44	R\$ 113.464,44
40	05/03/2008	MAQUINAS	AQ DE UMA CAMA DE FISIOTERAPIA NF 338 DEKA COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIP. MEDICOS HOSP. LTDA	MAQUINAS	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ -	Crédito_A_Novo_Menos_Depreciação	Hélio de Calves	COT467		5%	5,4%	Extremo	Normal	16,4	1,0	15,00	R\$ 6.230,00	R\$ 174,57	R\$ 174,57
41	21/02/2008	MOVES E UTENSÍLIOS	AQ DE UMA CORTINA DE AR AIRWAY E 4 AR CONDICIONADOS ELGON NF 22681 AR PONTCOM COMERCIAL LTDA	MOVES E UTENSÍLIOS	R\$ 6.440,00	R\$ 6.440,00	R\$ -	Crédito_A_Novo_Menos_Depreciação	Hélio de Calves	COT405		5%	5,4%	Extremo	Normal	16,4	1,0	15,00	R\$ 16.068,00	R\$ 801,87	R\$ 801,87
42	29/08/2008	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	AQ DE UMA IMPRESSORA JATO QJ 6000 NF 8694 WEGRAM MICRO BRASIL LTDA	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 1.300,00	R\$ 1.300,00	R\$ -	Crédito_A_Novo_Menos_Depreciação	Hélio de Calves	COT359		2%	2,0%	Extremo	Normal	15,9	1,0	3,00	R\$ 1.591,30	R\$ 21,83	R\$ 21,83
43	07/07/2008	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	AQ DE UMA IMPRESSORA CHRONOS NF 7286 AGL AUTOMACAO COMERCIAL E INFORMATICA LTDA	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 1.089,00	R\$ 1.089,00	R\$ -	Crédito_A_Novo_Menos_Depreciação	Hélio de Calves	COT358		2%	2,0%	Extremo	Normal	16,1	1,0	3,00	R\$ 2.471,30	R\$ 49,43	R\$ 49,43
44	17/02/2008	MAQUINAS	AQ DE UMA MAQUINA EXTRUSORA NF 245 INDUSTRIA METALURGICA CANTANO LTDA	MAQUINAS	R\$ 19.420,00	R\$ 19.420,00	R\$ -	Crédito_A_Novo_Menos_Depreciação	Hélio de Calves	COT61		5%	5,4%	Extremo	Normal	16,4	1,0	15,00	R\$ 59.602,04	R\$ 3.203,00	R\$ 3.203,00
45	09/04/2008	MAQUINAS	AQ DE UMA MOTO SCARPER SERIE 12V - 6025H MOD. 621 R NF 8401 ANFER CONSTRUTORES E COMERCIO LTDA	MAQUINAS	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ -	Valor_Da_Mercado	Hélio de Calves	COT63		5%	5,4%	Extremo	Normal	16,3	1,0	15,00	R\$ 104.196,16	R\$ 104.196,16	R\$ 104.196,16
46	09/04/2008	MAQUINAS	AQ DE UMA MOTO SCARPER SERIE 12V - 6025H MOD. 621 R NF 8401 ANFER CONSTRUTORES E COMERCIO LTDA	MAQUINAS	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ -	Valor_Da_Mercado	Hélio de Calves	COT64		5%	5,4%	Extremo	Normal	16,3	1,0	15,00	R\$ 104.196,16	R\$ 104.196,16	R\$ 104.196,16
47	09/04/2008	MAQUINAS	AQ DE UMA MOTO SCARPER SERIE 12V - 6025H NF 8401 ANFER CONSTRUTORES E COMERCIO LTDA	MAQUINAS	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ -	Valor_Da_Mercado	Hélio de Calves	COT65		5%	5,4%	Extremo	Normal	16,3	1,0	15,00	R\$ 104.196,16	R\$ 104.196,16	R\$ 104.196,16
48	09/04/2008	MAQUINAS	AQ DE UMA MOTO SCARPER SERIE 12V - 6025H MOD. 621 R NF 8401 ANFER CONSTRUTORES E COMERCIO LTDA	MAQUINAS	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ -	Valor_Da_Mercado	Hélio de Calves	COT66		5%	5,4%	Extremo	Normal	16,3	1,0	15,00	R\$ 104.196,16	R\$ 104.196,16	R\$ 104.196,16
49	02/01/2008	MAQUINAS	AQ DE UM TRATOR DE ESTERIAS MARCA CATERPILLAR MOD. 621R SERIE 46A20900 - NF 3814 TALUDE COMERCIAL E CO	MAQUINAS	R\$ 85.000,00	R\$ 85.000,00	R\$ -	Valor_Da_Mercado	Hélio de Calves	COT59		5%	5,3%	Extremo	Normal	16,6	1,0	15,00	R\$ 113.997,90	R\$ 113.997,90	R\$ 113.997,90
50	02/01/2008	MAQUINAS	AQ DE UM TRATOR DE ESTERIAS MARCA CATERPILLAR MOD. D1H SERIE 46A2977 - NF 3815 TALUDE COMERCIAL E CO	MAQUINAS	R\$ 8																

TABELA-RESUMO

ID APSIS	DATA DE INCORPORAÇÃO	CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO DO BEM	CLASSE FINAL	ADQUIÇÃO	DEPRECIAÇÃO	VALOR RESIDUAL	CÓDIGO DE AVALIAÇÃO	MÉTODO DE DEPRECIAÇÃO	LINK COTAÇÃO	RATEIO	RESIDUAL	DEPRECIAÇÃO FINAL	CT	CM	IDADE FINAL	VIDA ÚTIL REMANESCENTE	VIDA ÚTIL ECONÔMICA POR FAMILIA	VALOR DE REPRODUÇÃO	VALOR JUSTO	MAIS-VALIA
85	28/01/2008	CAMINHÃO - FNAME	CAMINHÃO BASCULANTE VW1200 E	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 196.000,00	R\$ 196.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT216	5%	5,0%	Extremo	Normal	16,5	1,0	10,00	R\$ 609.872,16	R\$ 33.056,35	R\$ 33.056,35	
86	28/01/2008	CAMINHÃO - FNAME	CAMINHÃO BASCULANTE VW1200 E	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 196.000,00	R\$ 196.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT216	5%	5,0%	Extremo	Normal	16,5	1,0	10,00	R\$ 609.872,16	R\$ 33.056,35	R\$ 33.056,35	
87	28/01/2008	CAMINHÃO - FNAME	CAMINHÃO BASCULANTE VW1200 E	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 196.000,00	R\$ 196.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT216	5%	5,0%	Extremo	Normal	16,5	1,0	10,00	R\$ 609.872,16	R\$ 33.056,35	R\$ 33.056,35	
88	28/01/2008	CAMINHÃO - FNAME	CAMINHÃO BASCULANTE VW1200 E	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 196.000,00	R\$ 196.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT216	5%	5,0%	Extremo	Normal	16,5	1,0	10,00	R\$ 609.872,16	R\$ 33.056,35	R\$ 33.056,35	
89	28/01/2008	CAMINHÃO - FNAME	CAMINHÃO BASCULANTE VW1200 E	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 196.000,00	R\$ 196.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT216	5%	5,0%	Extremo	Normal	16,5	1,0	10,00	R\$ 609.872,16	R\$ 33.056,35	R\$ 33.056,35	
90	28/01/2008	CAMINHÃO - FNAME	CAMINHÃO BASCULANTE VW1200 E	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 196.000,00	R\$ 196.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT216	5%	5,0%	Extremo	Normal	16,5	1,0	10,00	R\$ 609.872,16	R\$ 33.056,35	R\$ 33.056,35	
91	31/12/2004	CAMINHÃO	CAMINHÃO MERCEDES ANOS 80-8205	CAMINHÃO	R\$ 19.500,00	R\$ 19.500,00	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Calves	COT296	5%	5,0%	Extremo	Normal	19,6	1,0	10,00	R\$ 19.500,00	R\$ -	R\$ -	
92	31/03/2006	MAQUINAS	CAMINHÃO MONITOR	MAQUINAS	R\$ 4.620,00	R\$ 4.620,00	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Calves	COT296	5%	5,2%	Extremo	Normal	18,6	1,0	10,00	R\$ 4.620,00	R\$ -	R\$ -	
93	31/12/2004	CAMINHÃO	CAMINHÃO VOLVO DR-40P	CAMINHÃO	R\$ 55.000,00	R\$ 55.000,00	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Calves	COT290	5%	5,0%	Extremo	Normal	19,6	1,0	10,00	R\$ 55.000,00	R\$ -	R\$ -	
94	07/01/2011	CAMINHÃO - FNAME	CAMINHÃO VOLVO VN 350 FNAME BRADESCO	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 177.000,00	R\$ 177.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT231	5%	5,1%	Extremo	Normal	13,6	1,0	10,00	R\$ 922.238,76	R\$ 46.766,00	R\$ 46.766,00	
95	11/11/2010	CAMINHÃO - FNAME	CAMINHOS VOLVO VN 310 FNAME BRADESCO	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT219	5%	5,1%	Extremo	Normal	13,7	1,0	10,00	R\$ 199.020,97	R\$ 10.079,28	R\$ 10.079,28	
96	11/11/2010	CAMINHÃO - FNAME	CAMINHOS VOLVO VN 310 FNAME BRADESCO	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT219	5%	5,1%	Extremo	Normal	13,7	1,0	10,00	R\$ 199.020,97	R\$ 10.079,28	R\$ 10.079,28	
97	11/11/2010	CAMINHÃO - FNAME	CAMINHOS VOLVO VN 310 FNAME BRADESCO	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT219	5%	5,1%	Extremo	Normal	13,7	1,0	10,00	R\$ 199.020,97	R\$ 10.079,28	R\$ 10.079,28	
98	11/11/2010	CAMINHÃO - FNAME	CAMINHOS VOLVO VN 310 FNAME BRADESCO	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT219	5%	5,1%	Extremo	Normal	13,7	1,0	10,00	R\$ 199.020,97	R\$ 10.079,28	R\$ 10.079,28	
99	11/11/2010	CAMINHÃO - FNAME	CAMINHOS VOLVO VN 310 FNAME BRADESCO	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT219	5%	5,1%	Extremo	Normal	13,7	1,0	10,00	R\$ 199.020,97	R\$ 10.079,28	R\$ 10.079,28	
100	11/11/2010	CAMINHÃO - FNAME	CAMINHOS VOLVO VN 310 FNAME BRADESCO	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT219	5%	5,1%	Extremo	Normal	13,7	1,0	10,00	R\$ 199.020,97	R\$ 10.079,28	R\$ 10.079,28	
101	11/11/2010	CAMINHÃO - FNAME	CAMINHOS VOLVO VN 310 FNAME BRADESCO	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT219	5%	5,1%	Extremo	Normal	13,7	1,0	10,00	R\$ 199.020,97	R\$ 10.079,28	R\$ 10.079,28	
102	11/11/2010	CAMINHÃO - FNAME	CAMINHOS VOLVO VN 310 FNAME BRADESCO	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT219	5%	5,1%	Extremo	Normal	13,7	1,0	10,00	R\$ 199.020,97	R\$ 10.079,28	R\$ 10.079,28	
103	11/11/2010	CAMINHÃO - FNAME	CAMINHOS VOLVO VN 310 FNAME BRADESCO	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT219	5%	5,1%	Extremo	Normal	13,7	1,0	10,00	R\$ 199.020,97	R\$ 10.079,28	R\$ 10.079,28	
104	11/11/2010	CAMINHÃO - FNAME	CAMINHOS VOLVO VN 310 FNAME BRADESCO	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT219	5%	5,1%	Extremo	Normal	13,7	1,0	10,00	R\$ 199.020,97	R\$ 10.079,28	R\$ 10.079,28	
105	30/09/2008	MAQUINAS	CAMINHOS EQUIP	MAQUINAS	R\$ 4.200,00	R\$ 4.200,00	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Calves	COT296	5%	5,2%	Extremo	Normal	17,8	1,0	10,00	R\$ 4.200,00	R\$ -	R\$ -	
106	31/12/2004	MAQUINAS	COMPACT CM1 MOTOR OX100	MAQUINAS	R\$ 3.200,00	R\$ 3.200,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT8	5%	5,1%	Extremo	Normal	18,6	1,0	15,00	R\$ 2.414,20	R\$ 123,80	R\$ 123,80	
107	31/03/2006	MAQUINAS	COMPRESSOR MOTORMASTER	MAQUINAS	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT43	5%	5,2%	Extremo	Normal	18,3	1,0	15,00	R\$ 6.981,14	R\$ 360,00	R\$ 360,00	
108	28/02/2006	MAQUINAS	COMPRESSOR PVC	MAQUINAS	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT39	5%	5,2%	Extremo	Normal	18,4	1,0	15,00	R\$ 9.029,18	R\$ 465,75	R\$ 465,75	
109	20/01/2006	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	COMPUTADOR	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 1.290,00	R\$ 1.290,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT342	2%	2,0%	Extremo	Normal	18,5	1,0	3,00	R\$ 1.630,07	R\$ 32,60	R\$ 32,60	
110	10/03/2006	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	COMPUTADOR	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 1.180,00	R\$ 1.180,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT342	2%	2,0%	Extremo	Normal	18,4	1,0	3,00	R\$ 1.630,07	R\$ 32,60	R\$ 32,60	
111	04/04/2006	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	COMPUTADOR	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 1.430,00	R\$ 1.430,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT342	2%	2,0%	Extremo	Normal	18,3	1,0	3,00	R\$ 1.630,07	R\$ 32,60	R\$ 32,60	
112	26/02/2007	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	COMPUTADOR	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 1.850,00	R\$ 1.850,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT342	2%	2,0%	Extremo	Normal	17,4	1,0	3,00	R\$ 1.630,07	R\$ 32,60	R\$ 32,60	
113	28/02/2007	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	COMPUTADOR	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT342	2%	2,0%	Extremo	Normal	17,4	1,0	3,00	R\$ 1.630,07	R\$ 32,60	R\$ 32,60	
114	13/03/2007	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	COMPUTADOR	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 7.040,00	R\$ 7.040,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT342	2%	2,0%	Extremo	Normal	17,4	1,0	3,00	R\$ 1.630,07	R\$ 32,60	R\$ 32,60	
115	14/03/2007	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	COMPUTADOR	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 4.950,00	R\$ 4.950,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT342	2%	2,0%	Extremo	Normal	17,4	1,0	3,00	R\$ 1.630,07	R\$ 32,60	R\$ 32,60	
116	26/04/2007	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	COMPUTADOR	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 4.050,00	R\$ 4.050,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT342	2%	2,0%	Extremo	Normal	17,3	1,0	3,00	R\$ 1.630,07	R\$ 32,60	R\$ 32,60	
117	19/07/2007	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	COMPUTADOR	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 3.160,00	R\$ 3.160,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT342	2%	2,0%	Extremo	Normal	17,9	1,0	3,00	R\$ 1.630,07	R\$ 32,60	R\$ 32,60	
118	08/08/2007	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	COMPUTADOR	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 1.072,00	R\$ 1.072,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT342	2%	2,0%	Extremo	Normal	17,9	1,0	3,00	R\$ 1.630,07	R\$ 32,60	R\$ 32,60	
119	08/08/2007	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	COMPUTADOR	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 4.032,00	R\$ 4.032,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT342	2%	2,0%	Extremo	Normal	17,9	1,0	3,00	R\$ 1.630,07	R\$ 32,60	R\$ 32,60	
120	18/09/2007	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	COMPUTADOR	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 3.850,00	R\$ 3.850,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT342	2%	2,0%	Extremo	Normal	18,8	1,0	3,00	R\$ 1.630,07	R\$ 32,60	R\$ 32,60	
121	25/10/2007	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	COMPUTADOR	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 1.600,00	R\$ 1.600,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT342	2%	2,0%	Extremo	Normal	16,8	1,0	3,00	R\$ 1.630,07	R\$ 32,60	R\$ 32,60	
122	29/10/2007	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	COMPUTADOR	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 3.072,00	R\$ 3.072,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT342	2%	2,0%	Extremo	Normal	16,8	1,0	3,00	R\$ 1.630,07	R\$ 32,60	R\$ 32,60	
123	28/11/2007	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	COMPUTADOR	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 1.752,00	R\$ 1.752,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT342	2%	2,0%	Extremo	Normal	16,7	1,0	3,00	R\$ 1.630,07	R\$ 32,60	R\$ 32,60	
124	28/11/2007	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	COMPUTADOR	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 980,00	R\$ 980,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT342	2%	2,0%	Extremo	Normal	16,7	1,0	3,00	R\$ 1.630,07	R\$ 32,60	R\$ 32,60	
125	11/12/2007	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	COMPUTADOR	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 560,00	R\$ 560,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT342	2%	2,0%	Extremo	Normal	16,6	1,0	3,00	R\$ 1.630,07	R\$ 32,60	R\$ 32,60	
126	10/09/2006	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	COMPUTADOR FOTOGRAFICO	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 2.200,00	R\$ 2.200,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT345	2%	2,0%	Extremo	Normal	17,9	1,0	3,00	R\$ 1.708,46	R\$ 35,37	R\$ 35,37	
127	31/12/2004	MAQUINAS	CONU MOTO SOMBA DIESEL	MAQUINAS	R\$ 27.750,00	R\$ 27.750,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT5	5%	5,1%	Extremo	Normal	19,6	1,0	15,00	R\$ 86.307,49	R\$ 4.386,63	R\$ 4.386,63	
128	19/10/2007	VEICULOS	CONU MÔVEL VEICULAR PRELUBR (DEPR. 20% AO ANO)	VEICULOS	R\$ 28.000,00	R\$ 28.000,00	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Calves	COT340	5%	5,0%	Extremo	Normal	19,6	1,0	5,00	R\$ 28.000,00	R\$ -	R\$ -	
129	31/12/2004	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	CONU TIPOGRAFICO A LASER	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 3.160,00	R\$ 3.160,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT340	2%	2,0%	Extremo	Normal	19,6	1,0	3,00	R\$ 4.350,24	R\$ 87,11	R\$ 87,11	
130	31/12/2004	MAQUINAS	CONALTO DEK SAPATOS	MAQUINAS	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Calves	COT340	5%	5,1%	Extremo	Normal	19,6	1,0	15,00	R\$ 30.000,00	R\$ -	R\$ -	
131	29/10/2009	VEICULOS - FNAME	DANFE 1800 ALPHA TREVO - AQUISICAO TOYOTA HILUX SW4 4X4 8V DIESEL	VEICULOS - FNAME	R\$ -	R\$ -	R\$ -	Valor, De, Mercado	Hélio de Calves	COT331	5%	5,0%	Extremo	Normal	14,8	1,0	5,00	R\$ 92.086,38	R\$ 92.086,38	R\$ 92.086,38	
132	16/08/2006	MOVES E UTENSILIOS	DUAS POLTRONAS	MOVES E UTENSILIOS	R\$ 6.200,00	R\$ 6.200,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT401	5%	5,2%	Extremo	Normal	18,0	1,0	15,00	R\$ 8.826,79	R\$ 458,34	R\$ 458,34	
133	31/12/2004	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 1.749,00	R\$ 1.749,00	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Calves	COT342	2%	2,0%	Extremo	Normal	19,6	1,0	3,00	R\$ 1.749,87	R\$ -	R\$ -	
134	31/12/2004	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	EQUIPAMENTOS DE XEROX	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 2.390,78	R\$ 2.390,78	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Calves	COT342	2%	2,0%	Extremo	Normal	19,6	1,0	3,00	R\$ 2.390,78	R\$ -	R\$ -	
135	31/12/2004	MAQUINAS	ESC HD MOD 1158	MAQUINAS	R\$ 77.547,74	R\$ 77.547,74	R\$ -	Valor, De, Mercado	Hélio de Calves	COT4	5%	5,1%	Extremo	Normal	19,6	1,0	15,00	R\$ 246.423,93	R\$ 246.423,93	R\$ 246.423,93	
136	31/12/2004	MAQUINAS	ESC4V HD CATERPILLAR MOD 330L	MAQUINAS	R\$ 310.000,00	R\$ 310.000,00	R\$ -	Valor, De, Mercado	Hélio de Calves	COT8	5%	5,1%	Extremo	Normal	19,6	1,0	15,00	R\$ 165.019,63	R\$ 165.019,63		

TABELA-RESUMO

ID APSIS	DATA DE INCORPORAÇÃO	CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO DO BEM	CLASSE FINAL	ADQUIÇÃO	DEPRECIAÇÃO	VALOR RESIDUAL	CÓDIGO DE AVALIAÇÃO	MÉTODO DE DEPRECIAÇÃO	LINK CONTABILIZACAO	RATEIO	RESIDUAL	DEPRECIAÇÃO FINAL	CT	CM	IDADE FINAL	VIDA ÚTIL REMANESCENTE	VIDA ÚTIL ECONÔMICA POR FAMILIA	VALOR DE DEPRECIAÇÃO	VALOR JUSTO	MAIS-VALIA
169	27/10/2010	CAÇAMBA	IMPLMENTO CACAMBA PARA CAMINHÃO VOLVO VM 310 FINAME BRASESCO	CAÇAMBA	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT218	5%	5,1%	Extremo	Normal	1,8	1,0	10,00	R\$ 65.664,15	R\$ 3.324,17	R\$ 3.324,17	
170	27/10/2010	CAÇAMBA	IMPLMENTO CACAMBA PARA CAMINHÃO VOLVO VM 310 FINAME BRASESCO	CAÇAMBA	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT218	5%	5,1%	Extremo	Normal	1,8	1,0	10,00	R\$ 65.664,15	R\$ 3.324,17	R\$ 3.324,17	
171	28/01/2008	CAÇAMBA	IMPLMENTO CACAMBA PARA CAMINHÃO VOLVO VM 310 FINAME BRASESCO	CAÇAMBA	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT218	5%	5,1%	Extremo	Normal	1,8	1,0	10,00	R\$ 65.664,15	R\$ 3.324,17	R\$ 3.324,17	
172	27/10/2010	CAÇAMBA	IMPLMENTO CACAMBA PARA CAMINHÃO VOLVO VM 310 FINAME BRASESCO	CAÇAMBA	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT218	5%	5,1%	Extremo	Normal	1,8	1,0	10,00	R\$ 65.664,15	R\$ 3.324,17	R\$ 3.324,17	
173	27/10/2010	CAÇAMBA	IMPLMENTO CACAMBA PARA CAMINHÃO VOLVO VM 310 FINAME BRASESCO	CAÇAMBA	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT218	5%	5,1%	Extremo	Normal	1,8	1,0	10,00	R\$ 65.664,15	R\$ 3.324,17	R\$ 3.324,17	
174	28/01/2008	CAÇAMBA	IMPLMENTO DO CAMINH - CAÇAMBA	CAÇAMBA	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT217	5%	5,0%	Extremo	Normal	16,5	1,0	10,00	R\$ 86.681,71	R\$ 4.343,64	R\$ 4.343,64	
175	28/01/2008	CAÇAMBA	IMPLMENTO DO CAMINH - CAÇAMBA	CAÇAMBA	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT217	5%	5,0%	Extremo	Normal	16,5	1,0	10,00	R\$ 86.681,71	R\$ 4.343,64	R\$ 4.343,64	
176	28/01/2008	CAÇAMBA	IMPLMENTO DO CAMINH - CAÇAMBA	CAÇAMBA	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT217	5%	5,0%	Extremo	Normal	16,5	1,0	10,00	R\$ 86.681,71	R\$ 4.343,64	R\$ 4.343,64	
177	28/01/2008	CAÇAMBA	IMPLMENTO DO CAMINH - CAÇAMBA	CAÇAMBA	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT217	5%	5,0%	Extremo	Normal	16,5	1,0	10,00	R\$ 86.681,71	R\$ 4.343,64	R\$ 4.343,64	
178	28/01/2008	CAÇAMBA	IMPLMENTO DO CAMINH - CAÇAMBA	CAÇAMBA	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT217	5%	5,0%	Extremo	Normal	16,5	1,0	10,00	R\$ 86.681,71	R\$ 4.343,64	R\$ 4.343,64	
179	28/01/2008	CAÇAMBA	IMPLMENTO DO CAMINH - CAÇAMBA	CAÇAMBA	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT217	5%	5,0%	Extremo	Normal	16,5	1,0	10,00	R\$ 86.681,71	R\$ 4.343,64	R\$ 4.343,64	
180	28/01/2008	CAÇAMBA	IMPLMENTO DO CAMINH - CAÇAMBA	CAÇAMBA	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT217	5%	5,0%	Extremo	Normal	16,5	1,0	10,00	R\$ 86.681,71	R\$ 4.343,64	R\$ 4.343,64	
181	28/01/2008	CAÇAMBA	IMPLMENTO DO CAMINH - CAÇAMBA	CAÇAMBA	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT217	5%	5,0%	Extremo	Normal	16,5	1,0	10,00	R\$ 86.681,71	R\$ 4.343,64	R\$ 4.343,64	
182	28/01/2008	CAÇAMBA	IMPLMENTO DO CAMINH - CAÇAMBA	CAÇAMBA	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT217	5%	5,0%	Extremo	Normal	16,5	1,0	10,00	R\$ 86.681,71	R\$ 4.343,64	R\$ 4.343,64	
184	18/10/2007	VEÍCULOS	L 1600 MOD 2000 (DEPREC. 20 % AO ANO)	VEÍCULOS	R\$ 52.000,00	R\$ 52.000,00	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Calves	COT309	5%	5%	Extremo	Normal	1679%	1,0	5,00	R\$ 103.894,83	R\$ 103.894,83	R\$ 103.894,83	
185	30/06/2007	MAQUINAS		MAQUINAS	R\$ 45.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Calves		5%	5,3%	Extremo	Normal	17,1	1,0	15,00	R\$ 45.000,00	R\$ -	R\$ -	
186	31/07/2007	MAQUINAS		MAQUINAS	R\$ 2.915,00	R\$ 2.915,00	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Calves		5%	5,3%	Extremo	Normal	17,0	1,0	15,00	R\$ 2.915,00	R\$ -	R\$ -	
187	31/07/2007	MAQUINAS		MAQUINAS	R\$ 3.200,00	R\$ 3.200,00	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Calves		5%	5,3%	Extremo	Normal	17,0	1,0	15,00	R\$ 3.200,00	R\$ -	R\$ -	
188	30/11/2007	MAQUINAS		MAQUINAS	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Calves		5%	5,3%	Extremo	Normal	17,1	1,0	15,00	R\$ 1.000,00	R\$ -	R\$ -	
189	30/06/2007	MAQUINAS		MAQUINAS	R\$ 70.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Calves		5%	5,3%	Extremo	Normal	16,7	1,0	15,00	R\$ 70.000,00	R\$ -	R\$ -	
190	30/06/2007	MAQUINAS		MAQUINAS	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Calves		5%	5,3%	Extremo	Normal	17,1	1,0	15,00	R\$ 40.000,00	R\$ -	R\$ -	
191	30/11/2007	MAQUINAS		MAQUINAS	R\$ 16.000,00	R\$ 16.000,00	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Calves		5%	5,3%	Extremo	Normal	16,7	1,0	15,00	R\$ 16.000,00	R\$ -	R\$ -	
192	31/07/2007	MAQUINAS	MAQUINA - TRATOR DE ESTERAS - CATERPILLAR, MOD D6C	MAQUINAS	R\$ 75.000,00	R\$ 75.000,00	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Calves		5%	5,3%	Extremo	Normal	17,0	1,0	15,00	R\$ 75.000,00	R\$ -	R\$ -	
193	30/11/2006	MAQUINAS	MAQUINA BAIKO	MAQUINAS	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Calves		5%	5,2%	Extremo	Normal	17,7	1,0	15,00	R\$ 14.000,00	R\$ -	R\$ -	
194	30/11/2006	MAQUINAS - FINAME	MAQUINA MANUAL PARA DOPRAR OXIDA (USADA) - 2M X 2MM	MAQUINAS - FINAME	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT394	5%	31,8%	Extremo	Normal	5,7	4,8	15,00	R\$ 15.941,08	R\$ 5.074,16	R\$ 5.074,16	
195	31/07/2006	MAQUINAS	MAQUINA M&S	MAQUINAS	R\$ 7.794,76	R\$ 7.794,76	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Calves		5%	5,2%	Extremo	Normal	18,0	1,0	15,00	R\$ 7.794,76	R\$ -	R\$ -	
196	27/01/2006	MAQUINAS	MAQUINA T&T	MAQUINAS	R\$ 9.546,00	R\$ 9.546,00	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Calves		5%	5,2%	Extremo	Normal	18,5	1,0	15,00	R\$ 9.546,00	R\$ -	R\$ -	
197	08/02/2006	MAQUINAS	MAQUINA VERONA	MAQUINAS	R\$ 14.667,96	R\$ 14.667,96	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Calves		5%	5,2%	Extremo	Normal	18,5	1,0	15,00	R\$ 14.667,96	R\$ -	R\$ -	
198	31/07/2006	MAQUINAS	MAQUINAS M&S	MAQUINAS	R\$ 110.681,26	R\$ 110.681,26	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Calves		5%	5,2%	Extremo	Normal	18,0	1,0	15,00	R\$ 110.681,26	R\$ -	R\$ -	
199	31/05/2014	MEGA SISTEMA	MEGA SISTEMA	MEGA SISTEMA	R\$ 217.064,85	R\$ 217.064,85	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Calves		N/A	N/A	Extremo	Normal	10,2	N/A	N/A	R\$ 217.064,85	R\$ -	R\$ -	
200	03/04/2006	MOVES E UTENSILIOS	MESAS E CADERNAS	MOVES E UTENSILIOS	R\$ 28.923,00	R\$ 28.923,00	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Calves		5%	5,2%	Extremo	Normal	18,3	1,0	15,00	R\$ 28.923,00	R\$ -	R\$ -	
201	20/09/2006	MOVES E UTENSILIOS	MESAS E CADERNAS	MOVES E UTENSILIOS	R\$ 15.400,00	R\$ 15.400,00	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Calves		5%	5,2%	Extremo	Normal	17,0	1,0	15,00	R\$ 15.400,00	R\$ -	R\$ -	
202	22/09/2006	MOVES E UTENSILIOS	MESAS E CADERNAS	MOVES E UTENSILIOS	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Calves		5%	5,2%	Extremo	Normal	17,0	1,0	15,00	R\$ 7.000,00	R\$ -	R\$ -	
203	21/06/2006	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	MONITOR LCD	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT344	2%	2,0%	Extremo	Normal	18,1	1,0	3,00	R\$ 197,70	R\$ 3,95	R\$ 3,95	
204	21/06/2006	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	MONITOR LCD	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT344	2%	2,0%	Extremo	Normal	18,1	1,0	3,00	R\$ 197,70	R\$ 3,95	R\$ 3,95	
205	28/06/2006	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	MONITOR LCD	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT344	2%	2,0%	Extremo	Normal	18,1	1,0	3,00	R\$ 197,70	R\$ 3,95	R\$ 3,95	
206	28/06/2006	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	MONITOR LCD	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT344	2%	2,0%	Extremo	Normal	18,1	1,0	3,00	R\$ 197,70	R\$ 3,95	R\$ 3,95	
207	30/06/2006	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	MONITOR LCD	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT344	2%	2,0%	Extremo	Normal	18,1	1,0	3,00	R\$ 197,70	R\$ 3,95	R\$ 3,95	
208	30/06/2006	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	MONITOR LCD	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT344	2%	2,0%	Extremo	Normal	18,1	1,0	3,00	R\$ 197,70	R\$ 3,95	R\$ 3,95	
209	14/01/2006	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	MONITOR LCD	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT344	2%	2,0%	Extremo	Normal	18,0	1,0	3,00	R\$ 197,70	R\$ 3,95	R\$ 3,95	
210	14/02/2006	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	MONITOR LCD	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT344	2%	2,0%	Extremo	Normal	18,0	1,0	3,00	R\$ 197,70	R\$ 3,95	R\$ 3,95	
211	31/12/2004	MAQUINAS	MOTO BOMBA AGRICOLA COMPL	MAQUINAS	R\$ 8.786,00	R\$ 8.786,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT116	5%	5,1%	Extremo	Normal	19,6	1,0	15,00	R\$ 23.178,44	R\$ 1.181,48	R\$ 1.181,48	
212	22/10/2005	VEICULOS	MOTOCICLETA HONDA NOR 160 (DEPREC. 20 % AO ANO)	VEICULOS	R\$ 8.400,00	R\$ 8.400,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	COT307	5%	5,0%	Extremo	Normal	18,6	1,0	5,00	R\$ 9.584,67	R\$ 492,73	R\$ 492,73	
213	31/12/2004	MAQUINAS	MOTOR 129V 500W/8001	MAQUINAS	R\$ 148.000,00	R\$ 148.000,00	R\$ -	Valor, De, Mercado	Hélio de Calves	COT2	5%	5,1%	Extremo	Normal	19,6	1,0	15,00	R\$ 281.259,94	R\$ 281.259,94	R\$ 281.259,94	
214	31/12/2004	MAQUINAS	MOTOSCRAPER CATERPILLAR B21B	MAQUINAS	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ -	Valor, De, Mercado	Hélio de Calves	COT27	5%	5,1%	Extremo	Normal	19,6	1,0	15,00	R\$ 104.196,16	R\$ 104.196,16	R\$ 104.196,16	
215	31/12/2004	MAQUINAS	MOTOSCRAPER CATERPILLAR M21	MAQUINAS	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ -	Valor, De, Mercado	Hélio de Calves	COT79	5%	5,1%	Extremo	Normal	19,6	1,0	15,00	R\$ 104.196,16	R\$ 104.196,16	R\$ 104.196,16	
216	31/12/2004	MAQUINAS	MOTOSCRAPER CATERPILLAR M21	MAQUINAS	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ -	Valor, De, Mercado	Hélio de Calves	COT79	5%	5,1%	Extremo	Normal	19,6	1,0	15,00	R\$ 104.196,16	R\$ 104.196,16	R\$ 104.196,16	
217	31/12/2004	MAQUINAS	MOTOSCRAPER CATERPILLAR M21	MAQUINAS	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ -	Valor, De, Mercado	Hélio de Calves	COT79	5%	5,1%	Extremo	Normal	19,6	1,0	15,00	R\$ 104.196,16	R\$ 104.196,16	R\$ 104.196,16	
218	31/12/2004	MAQUINAS	MOTOSCRAPER CATERPILLAR M21	MAQUINAS	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ -	Valor, De, Mercado	Hélio de Calves	COT79	5%	5,1%	Extremo	Normal	19,6	1,0	15,00	R\$ 104.196,16	R\$ 104.196,16	R\$ 104.196,16	
219	31/12/2004	MAQUINAS	MOTOSCRAPER MOD. 621-835V1013	MAQUINAS	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ -	Excluídos	Hélio de Calves		N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
220	31/12/2004	MAQUINAS	MOTOSCRAPER MOD. 621-835V757	MAQUINAS	R\$ 27.000,00	R\$ 27.000,00	R\$ -	Excluídos	Hélio de Calves		N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
221	31/12/2004	MAQUINAS	MOTOSCRAPER S-30V82	MAQUINAS	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ -	Valor, De, Mercado	Hélio de Calves	COT18	5%	5%	Extremo	Normal	1956%	1,0	15,00	R\$ 104.196,16	R\$ 104.196,16	R\$ 104.196,16	
222	31/12/2004	MAQUINAS	MOTOSCRAPER S-30V82	MAQUINAS	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ -	Valor, De, Mercado	Hélio de Calves	COT18	5%	5,1%	Extremo	Normal	19,6	1,0	15,00	R\$ 104.196,16	R\$ 104.196,16	R\$ 104.196,16	
223	03/12/2007	MOVES E UTENSILIOS	MOVES	MOVES E UTENSILIOS	R\$ 1.320,00	R\$ 1.320,00	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Calves		5%	5,3%	Extremo	Normal	16,7	1,0	15,00	R\$ 1.320,00	R\$ -	R\$ -	
224	24/08/2006	MOVES E UTENSILIOS	MOVES DECORATIVOS	MOVES E UTENSILIOS	R\$ 5.3																

TABELA-RESUMO

ID APIS	DATA DE INCORPORACAO	CONTA CONTABIL	DESCRIÇÃO DO BEM	CLASSE FINAL	ADQUISICAO	DEPRECIACAO	VALOR RESIDUAL	CÓDIGO DE AVALIACAO	MÉTODO DE DEPRECIACAO	LINK COTAÇÃO	RATEIO?	RESIDUAL	DEPRECIACAO FINAL	CT	CM	IDADE PLAN	VIDA ÚTL REMANESCENTE	VIDA ÚTL ECONÔMICA POR FAMILIA	VALOR DE REPRODUÇÃO	VALOR JUSTO	MAIS-VALIA
254	17/03/2010	MOVES E UTENSÍLIOS	MF 01646 - TELUS TELEFONIA LTDA	MOVES E UTENSÍLIOS	R\$ 1.096,58	R\$ 1.096,58	R\$ -	Valor_Residual_Controller	Hélio de Caires	COT117		5%	5,9%	Extremo	Normal	14,4	1,0	15,00	R\$ 1.096,58	R\$ -	R\$ -
255	16/01/2009	MÁQUINAS - FNAME	MF 06235 SOTREJO SUMARE - AQUISICAO TRATOR ESTEREA CATERPILLAR DB-T	MÁQUINAS - FNAME	R\$ 1.600.000,00	R\$ 1.600.000,00	R\$ -	Crédito_a_Novo_Menos_Depreciacao	Hélio de Caires	COT117		5%	5,9%	Extremo	Normal	15,5	1,0	15,00	R\$ 4.392.910,2	R\$ 242.970,86	R\$ 242.970,86
256	16/01/2009	CAMINHÃO - FNAME	MF 104.374 - ADVEIL - 1 CAMINHÃO W9 1980 CE - CTR 820970-5	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 135.000,00	R\$ 135.000,00	R\$ -	Crédito_a_Novo_Menos_Depreciacao	Hélio de Caires	COT233		5%	5,1%	Extremo	Normal	12,4	1,0	10,00	R\$ 143.979,26	R\$ 7.410,07	R\$ 7.410,07
257	05/03/2012	CAMINHÃO - FNAME	MF 104.375 - ADVEIL - 1 CAMINHÃO W9 1980 CE - CTR 820972-2	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 135.000,00	R\$ 135.000,00	R\$ -	Crédito_a_Novo_Menos_Depreciacao	Hélio de Caires	COT234		5%	5,1%	Extremo	Normal	12,4	1,0	10,00	R\$ 143.979,26	R\$ 7.410,07	R\$ 7.410,07
258	05/03/2012	CAMINHÃO - FNAME	MF 104.376 - ADVEIL - 1 CAMINHÃO W9 1980 CE - CTR 82097-5	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 135.000,00	R\$ 135.000,00	R\$ -	Crédito_a_Novo_Menos_Depreciacao	Hélio de Caires	COT235		5%	5,1%	Extremo	Normal	12,4	1,0	10,00	R\$ 143.979,26	R\$ 7.410,07	R\$ 7.410,07
259	05/03/2012	CAMINHÃO - FNAME	MF 104.542 - ADVEIL - 1 CAMINHÃO W9 1980 CE - CTR 820973-5	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 135.000,00	R\$ 135.000,00	R\$ -	Crédito_a_Novo_Menos_Depreciacao	Hélio de Caires	COT236		5%	5,1%	Extremo	Normal	12,4	1,0	10,00	R\$ 143.979,26	R\$ 7.410,07	R\$ 7.410,07
260	05/03/2012	CAMINHÃO - FNAME	MF 104.543 - ADVEIL - 1 CAMINHÃO W9 1980 CE - CTR 82098-3	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 135.000,00	R\$ 135.000,00	R\$ -	Crédito_a_Novo_Menos_Depreciacao	Hélio de Caires	COT237		5%	5,1%	Extremo	Normal	12,4	1,0	10,00	R\$ 143.979,26	R\$ 7.410,07	R\$ 7.410,07
261	19/09/2019	EQUIPAMENTOS	MF 10639 - KIT HERRALCULO MONTADOR HERRALCULO H255009	EQUIPAMENTOS	R\$ 43.892,00	R\$ 43.892,00	R\$ 0,00	Valor_De_Mercado	Hélio de Caires	COT419		5%	28,8%	Extremo	Normal	5,9	4,5	10,00	R\$ 146.312,00	R\$ 146.312,00	R\$ 146.312,00
262	19/09/2019	EQUIPAMENTOS	MF 10639 - HERRALCULO HERRALCULO H255009	EQUIPAMENTOS	R\$ 228.571,98	R\$ 228.571,98	R\$ 0,00	Valor_De_Mercado	Hélio de Caires	COT419		5%	28,8%	Extremo	Normal	6,1	4,2	10,00	R\$ 146.312,00	R\$ 146.312,00	R\$ 146.312,00
263	26/02/2018	CAMINHÃO	MF 10634 - ASOF CAMINHÃO ARTICULADO USADO - VOLVO ANO 2014 - Série 72962	CAMINHÃO	R\$ 465.000,00	R\$ 465.000,00	R\$ -	Valor_De_Mercado	Hélio de Caires	COT300		5%	11,1%	Extremo	Normal	6,4	1,0	10,00	R\$ 189.478,45	R\$ 189.478,45	R\$ 189.478,45
264	26/02/2018	CAMINHÃO	MF 10635 - ASOF CAMINHÃO ARTICULADO USADO - VOLVO ANO 2014 - Série 72967	CAMINHÃO	R\$ 465.000,00	R\$ 465.000,00	R\$ -	Valor_De_Mercado	Hélio de Caires	COT301		5%	11,1%	Extremo	Normal	6,4	1,0	10,00	R\$ 189.478,45	R\$ 189.478,45	R\$ 189.478,45
265	26/02/2018	CAMINHÃO	MF 10636 - ASOF CAMINHÃO ARTICULADO USADO - VOLVO ANO 2014 - Série 72966	CAMINHÃO	R\$ 465.000,00	R\$ 465.000,00	R\$ -	Valor_De_Mercado	Hélio de Caires	COT302		5%	11,1%	Extremo	Normal	6,4	1,0	10,00	R\$ 189.478,45	R\$ 189.478,45	R\$ 189.478,45
266	26/02/2018	CAMINHÃO	MF 10637 - ASOF CAMINHÃO ARTICULADO USADO - VOLVO ANO 2014 - Série 72967	CAMINHÃO	R\$ 465.000,00	R\$ 465.000,00	R\$ -	Valor_De_Mercado	Hélio de Caires	COT303		5%	11,1%	Extremo	Normal	6,4	1,0	10,00	R\$ 189.478,45	R\$ 189.478,45	R\$ 189.478,45
267	01/11/2013	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	MF 1087624 - APPLE COMPUTER BRASIL LTDA - 1 MACBOOK AIR 13.3 CTO	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 6.959,00	R\$ 6.959,00	R\$ -	Crédito_a_Novo_Menos_Depreciacao	Hélio de Caires	COT386		2%	2,0%	Extremo	Normal	10,8	1,0	3,00	R\$ 5.931,12	R\$ 118,62	R\$ 118,62
268	01/11/2013	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	MF 1087624 - APPLE COMPUTER BRASIL LTDA - 1 MACBOOK AIR 13.3 CTO	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 6.959,00	R\$ 6.959,00	R\$ -	Crédito_a_Novo_Menos_Depreciacao	Hélio de Caires	COT386		2%	2,0%	Extremo	Normal	10,8	1,0	3,00	R\$ 5.931,12	R\$ 118,62	R\$ 118,62
269	01/11/2013	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	MF 1087624 - APPLE COMPUTER BRASIL LTDA - 1 MACBOOK AIR 13.3 CTO	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 6.959,00	R\$ 6.959,00	R\$ -	Crédito_a_Novo_Menos_Depreciacao	Hélio de Caires	COT386		2%	2,0%	Extremo	Normal	10,8	1,0	3,00	R\$ 5.931,12	R\$ 118,62	R\$ 118,62
270	01/11/2013	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	MF 1087624 - APPLE COMPUTER BRASIL LTDA - 1 MACBOOK AIR 13.3 CTO	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 6.959,00	R\$ 6.959,00	R\$ -	Crédito_a_Novo_Menos_Depreciacao	Hélio de Caires	COT386		2%	2,0%	Extremo	Normal	10,8	1,0	3,00	R\$ 5.931,12	R\$ 118,62	R\$ 118,62
271	12/11/2012	EQUIPAMENTOS	MF 10843 - JOSE FIRMINO DE COUTO - 15 RELÓGIO DE PONTO HENRY PRISMA	EQUIPAMENTOS	R\$ 38.074,96	R\$ 38.074,96	R\$ -	Crédito_a_Novo_Menos_Depreciacao	Hélio de Caires	COT456		5%	7,8%	Extremo	Normal	11,7	1,0	15,00	R\$ 17.270,18	R\$ 5.421,57	R\$ 5.421,57
272	09/11/2012	EQUIPAMENTOS	MF 11115 - DUTRA MAGALOM E TECNOLOGIA LTDA - 01 LAVADORA A PRESSÃO - H&E 815 DA KARCHER	EQUIPAMENTOS	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ -	Crédito_a_Novo_Menos_Depreciacao	Hélio de Caires	COT465		5%	7,8%	Extremo	Normal	11,7	1,0	15,00	R\$ 16.967,18	R\$ 1.258,80	R\$ 1.258,80
273	23/01/2019	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	MF 11499 DUTRA MAGALOM E TECNOLOGIA LTDA - 01 LULA (BENEFITWORK) COMERCIO ELETR. LTDA EPP)	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 1.979,98	R\$ 1.979,98	R\$ -	Valor_Residual_Controller	Hélio de Caires	COT396		2%	2,0%	Extremo	Normal	5,9	1,0	3,00	R\$ 1.979,98	R\$ -	R\$ -
274	24/05/2019	EQUIPAMENTOS	MF 11575 - MÓDULO DE SOLDA (BANK 200)	EQUIPAMENTOS	R\$ 1.686,00	R\$ 1.686,00	R\$ 0,00	Valor_Residual_Controller	Hélio de Caires	COT460		5%	13,3%	Extremo	Normal	8,1	1,0	15,00	R\$ 1.686,00	R\$ -	R\$ -
275	14/03/2024	CAMINHÃO	MF 11868 - ROSSETI EQUIPAMENTOS RODOVÁRIOS - CACABANA BASCULANTE	CAMINHÃO	R\$ 95.000,00	R\$ 7.252,89	R\$ 87.747,31	Atualizacao_Menos_Depreciacao	Hélio de Caires	COT391		5%	93,8%	Extremo	Normal	0,4	9,4	10,00	R\$ 95.373,36	R\$ 89.441,77	R\$ 1.694,46
276	14/03/2024	CAMINHÃO	MF 11869 - ROSSETI EQUIPAMENTOS RODOVÁRIOS - CACABANA BASCULANTE	CAMINHÃO	R\$ 95.000,00	R\$ 7.252,89	R\$ 87.747,31	Atualizacao_Menos_Depreciacao	Hélio de Caires	COT392		5%	93,8%	Extremo	Normal	0,4	9,4	10,00	R\$ 95.373,36	R\$ 89.441,77	R\$ 1.694,46
277	01/01/2009	VEÍCULOS - FNAME	MF 11608 - 01/12/2007 UNITE AUTO ARCANDEUA - HYLUX CD 4X4	VEÍCULOS - FNAME	R\$ 117.790,00	R\$ 117.790,00	R\$ -	Valor_De_Mercado	Hélio de Caires	COT329		5%	5,0%	Extremo	Normal	16,6	1,0	5,00	R\$ 84.362,31	R\$ 84.362,31	R\$ 84.362,31
278	14/03/2024	CAMINHÃO	MF 11867 - ROSSETI EQUIPAMENTOS RODOVÁRIOS - CACABANA BASCULANTE	CAMINHÃO	R\$ 95.000,00	R\$ 7.252,89	R\$ 87.747,31	Atualizacao_Menos_Depreciacao	Hélio de Caires	COT393		5%	93,8%	Extremo	Normal	0,4	9,4	10,00	R\$ 95.373,36	R\$ 89.441,77	R\$ 1.694,46
279	14/03/2024	CAMINHÃO	MF 11868 - ROSSETI EQUIPAMENTOS RODOVÁRIOS - CACABANA BASCULANTE	CAMINHÃO	R\$ 95.000,00	R\$ 7.252,89	R\$ 87.747,31	Atualizacao_Menos_Depreciacao	Hélio de Caires	COT394		5%	93,8%	Extremo	Normal	0,4	9,4	10,00	R\$ 95.373,36	R\$ 89.441,77	R\$ 1.694,46
280	14/03/2024	CAMINHÃO	MF 11869 - ROSSETI EQUIPAMENTOS RODOVÁRIOS - CACABANA BASCULANTE	CAMINHÃO	R\$ 95.000,00	R\$ 7.252,89	R\$ 87.747,31	Atualizacao_Menos_Depreciacao	Hélio de Caires	COT395		5%	93,8%	Extremo	Normal	0,4	9,4	10,00	R\$ 95.373,36	R\$ 89.441,77	R\$ 1.694,46
281	23/10/2023	EQUIPAMENTOS	MF 1170 BONAFURO COMERCIO DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS EIRELI - CARRETA AGRICOLA BASCULANTE	EQUIPAMENTOS	R\$ 7.000,00	R\$ 1.084,14	R\$ 5.915,86	Atualizacao_Menos_Depreciacao	Hélio de Caires	COT396		5%	91,4%	Extremo	Normal	0,8	13,7	15,00	R\$ 7.221,18	R\$ 6.603,18	R\$ 683,29
282	02/06/2015	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	MF 117079 - LENOVY TECHNOLOGIA BRASIL LTDA - 03 NOTEBOOK G40 GEMINIS E1 - 2104080500BWE 1	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 3.296,00	R\$ 3.296,00	R\$ -	Crédito_a_Novo_Menos_Depreciacao	Hélio de Caires	COT392		2%	2,0%	Extremo	Normal	9,2	1,0	3,00	R\$ 4.744,90	R\$ 94,90	R\$ 94,90
283	05/04/2010	MOVES E UTENSÍLIOS	MF 117074 - ANT FERREMENTAS COMERCIAL ME IMPORTADORA LTDA	MOVES E UTENSÍLIOS	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ -	Valor_Residual_Controller	Hélio de Caires	COT393		5%	5,9%	Extremo	Normal	14,3	1,0	15,00	R\$ 500,00	R\$ -	R\$ -
284	11/09/2017	MOVES E UTENSÍLIOS	MF 11817 - ANT FERREMENTAS CIA E MP EIRELI - CURVADOR TURBO HERRALCULO	MOVES E UTENSÍLIOS	R\$ 3.400,00	R\$ 2.454,04	R\$ 945,00	Valor_Residual_Controller	Hélio de Caires	COT437		5%	20,5%	Extremo	Normal	7,2	3,1	15,00	R\$ 3.400,00	R\$ 945,00	R\$ -
285	23/03/2012	CAMINHÃO - FNAME	MF 12051 - GASCOM - CAMINHÃO TANQUE PROBLEMA - CTR 82092-2	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ -	Crédito_a_Novo_Menos_Depreciacao	Hélio de Caires	COT222		5%	5,2%	Extremo	Normal	12,4	1,0	10,00	R\$ 816.276,30	R\$ 42.151,99	R\$ 42.151,99
286	23/03/2012	CAMINHÃO - FNAME	MF 12052 - GASCOM - CAMINHÃO TANQUE PROBLEMA - CTR 82019-8	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ -	Crédito_a_Novo_Menos_Depreciacao	Hélio de Caires	COT224		5%	5,2%	Extremo	Normal	12,4	1,0	10,00	R\$ 816.276,30	R\$ 42.151,99	R\$ 42.151,99
287	23/03/2012	CAMINHÃO - FNAME	MF 12053 - GASCOM - CAMINHÃO TANQUE PROBLEMA - CTR 820971-1	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ -	Crédito_a_Novo_Menos_Depreciacao	Hélio de Caires	COT226		5%	5,2%	Extremo	Normal	12,4	1,0	10,00	R\$ 816.276,30	R\$ 42.151,99	R\$ 42.151,99
288	23/03/2012	CAMINHÃO - FNAME	MF 12054 - GASCOM - CAMINHÃO TANQUE PROBLEMA - CTR 820971-6	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ -	Crédito_a_Novo_Menos_Depreciacao	Hélio de Caires	COT228		5%	5,2%	Extremo	Normal	12,4	1,0	10,00	R\$ 816.276,30	R\$ 42.151,99	R\$ 42.151,99
289	23/03/2012	CAMINHÃO - FNAME	MF 12055 - GASCOM - CAMINHÃO TANQUE PROBLEMA - CTR 82074-8	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ -	Crédito_a_Novo_Menos_Depreciacao	Hélio de Caires	COT230		5%	5,2%	Extremo	Normal	12,4	1,0	10,00	R\$ 816.276,30	R\$ 42.151,99	R\$ 42.151,99
290	26/07/2018	EQUIPAMENTOS	MF 12343 - ENXADA ROTATIVA RUGER - MOD ERP 1003	EQUIPAMENTOS	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 0,00	Crédito_a_Novo_Menos_Depreciacao	Hélio de Caires	COT482		5%	38,1%	Extremo	Normal	5,0	5,7	15,00	R\$ 16.708,30	R\$ 6.368,51	R\$ 6.368,51
291	02/08/2017	EQUIPAMENTOS	MF 12348 - DESPONTADEIRA PISTOLA SEM AUTOM MM 614	EQUIPAMENTOS	R\$ 2.100,00	R\$ 2.100,00	R\$ 0,00	Crédito_a_Novo_Menos_Depreciacao	Hélio de Caires	COT474		5%	21,8%	Extremo	Normal	7,0	3,3	15,00	R\$ 4.290,80	R\$ 937,28	R\$ 937,28
292	29/05/2015	MÁQUINAS - FNAME	MF 125 - VENEZA EQUIP PESADOS - ESCAVADORA HIDRAULICA 3505LC JOHN DEERE ANO 2015 MODELO 2015 CHASSI YF3005XEF080B13	MÁQUINAS - FNAME	R\$ 615.000,00	R\$ 615.000,00	R\$ -	Valor_Residual_Controller	Hélio de Caires	COT195		5%	12,3%	Extremo	Normal	9,2	1,8	15,00	R\$ 615.000,00	R\$ -	R\$ -
293	29/05/2015	MÁQUINAS - FNAME	MF 126 - VENEZA EQUIP PESADOS - ESCAVADORA HIDRAULICA 3505LC JOHN DEERE ANO 2015 MODELO 2015 CHASSI YF3005XEF080B15	MÁQUINAS - FNAME	R\$ 615.000,00	R\$ 615.000,00	R\$ -	Valor_Residual_Controller	Hélio de Caires	COT196		5%	12,3%	Extremo	Normal	9,2	1,8	15,00	R\$ 615.000,00	R\$ -	R\$ -
294	26/06/2012	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	MF 12026 - DELL COMPUTADORES - AQUIS DE 1 SISTEMA MICROCOMPUTAR PORTATIL DELL PRECISION M4600	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 4.425,28	R\$ 4.425,28	R\$ -	Valor_De_Mercado	Hélio de Caires	COT392		2%	2,0%	Extremo	Normal	12,1	1,0	3,00	R\$ 2.105,74	R\$ 2.105,74	R\$ 2.105,74
295	31/05/2021	EQUIPAMENTOS	MF 13088 CASA DE BOMBAS LTDA - Bomba Tnbe	EQUIPAMENTOS	R\$ 2.782,00	R\$ 1.763,43	R\$ 1.018,57	Crédito_a_Novo_Menos_Depreciacao	Hélio de Caires	COT393		5%	60,2%	Extremo	Normal	3,2	9,0	15,00	R\$ 3.415,30	R\$ 2.087,37	R\$ 1.028,80
296	29/05/2015	MÁQUINAS - FNAME	MF 131 - VENEZA EQUIP PESADOS - ESCAVADORA HIDRAULICA 2105 JOHN DEERE ANO 2015 MODELO 2015 CHASSI YF2105XEF052019	MÁQUINAS - FNAME	R\$ 360.000,00	R\$ 360.000,00	R\$ -	Crédito_a_Novo_Menos_Depreciacao	Hélio de Caires	COT197		5%	12,3%	Extremo	Normal	9,2	1,8	15,00	R\$ 1.125.816,39	R\$ 138.949,69	R\$ 138.949,69
297	29/05/2015	MÁQUINAS - FNAME	MF 132 - VENEZA EQUIP PESADOS - ESCAVADORA HIDRAULICA 2105 JOHN DEERE ANO 2015 MODELO 2015 CHASSI YF2105XEF052019	MÁQUINAS - FNAME	R\$ 360.000,00	R\$ 360.000,00	R\$ -	Crédito_a_Novo_Menos_Depreciacao	Hélio de Caires	COT198		5%	12,3%	Extremo	Normal	9,2	1,8	15,00	R\$ 1.125.816,39	R\$ 138.949,69	R\$ 138.949,69
298	21/02/2018	CAMINHÃO	MF 13116 - TRACEL S.A. - ASOF CAMINHÃO ARTICULADO USADO - VOLVO ANO 2014 - Série 72961	CAMINHÃO	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 0,00	Valor_Residual_Controller	Hélio de Caires	COT399		5%	11,1%	Extremo	Normal	6,4	1,0	10,00	R\$ 500.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
299	21/02/2018	CAMINHÃO	MF 13116 - TRACEL S.A. - ASOF CAMINHÃO ARTICULADO USADO - VOLVO ANO 2014 - Série 72964	CAMINHÃO	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 0,00	Valor_De_Mercado	Hélio de Caires	COT398		5%</									

TABELA-RESUMO

ID APIS	DATA DE INSCRIÇÃO	CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO DO BEM	CLASSE FINAL	ADQUIÇÃO	DEPRECIAÇÃO	VALOR RESIDUAL	CÓDIGO DE AVALIAÇÃO	MÉTODO DE DEPRECIAÇÃO	LINK COTAÇÃO	RATEIO	RESIDUAL	DEPRECIAÇÃO FINAL	CT	CM	IDADE FISCAL	VIDA ÚTIL REMANESCENTE	VIDA ÚTIL ECONÔMICA POR FAMÍLIA	VALOR DE REPRODUÇÃO	VALOR JUSTO	MAIS-VALIA
338	01/01/2009	MAQUINAS	NF 2140 UBM MINERAÇÃO REF. AQUISIÇÃO MOTORSCRAPER 621 F	MAQUINAS	R\$ 378.571,43	R\$ 378.571,43	R\$ -	Valor_De_Mercado	Hélio de Carles	COT79	5%	5,5%	Extremo	Normal	15,6	1,0	15,00	R\$ 104.196,16	R\$ 104.196,16	R\$ 104.196,16	
339	01/01/2009	MAQUINAS	NF 2141 UBM MINERAÇÃO REF. AQUISIÇÃO MOTORSCRAPER 621 F	MAQUINAS	R\$ 378.571,43	R\$ 378.571,43	R\$ -	Valor_De_Mercado	Hélio de Carles	COT80	5%	5,5%	Extremo	Normal	15,6	1,0	15,00	R\$ 104.196,16	R\$ 104.196,16	R\$ 104.196,16	
340	01/01/2009	MAQUINAS	NF 2142 UBM MINERAÇÃO REF. AQUISIÇÃO MOTORSCRAPER 621 F	MAQUINAS	R\$ 378.571,43	R\$ 378.571,43	R\$ -	Valor_De_Mercado	Hélio de Carles	COT81	5%	5,5%	Extremo	Normal	15,6	1,0	15,00	R\$ 104.196,16	R\$ 104.196,16	R\$ 104.196,16	
341	09/11/2009	MAQUINAS-FINAME	NF 214578 - ESCAVADEIRA HIDRAULICA CATERPILLAR 336 DL	MAQUINAS-FINAME	R\$ 750.000,00	R\$ 750.000,00	R\$ -	Crédito_A_Novo,Menos,Depreciação	Hélio de Carles	COT120	5%	5,7%	Extremo	Normal	14,7	1,0	15,00	R\$ 1.582.842,44	R\$ 89.814,08	R\$ 89.814,08	
342	09/11/2009	MAQUINAS-FINAME	NF 217991 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 140 K	MAQUINAS-FINAME	R\$ 630.000,00	R\$ 630.000,00	R\$ -	Crédito_A_Novo,Menos,Depreciação	Hélio de Carles	COT121	5%	5,7%	Extremo	Normal	14,7	1,0	15,00	R\$ 698.114,29	R\$ 40.116,95	R\$ 40.116,95	
343	15/02/2002	EQUIPAMENTOS	NF 22525 HOSM BAO COMERCIO DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA - Rodagem Grama Potencia 32CV	VEICULOS	R\$ 4.300,00	R\$ 2.114,13	R\$ 2.185,83	Avaliação,Menos,Depreciação	Hélio de Carles	COT135	5%	69,7%	Extremo	Normal	2,5	10,5	15,00	R\$ 4.306,88	R\$ 3.419,31	R\$ 1.233,48	
344	01/01/2009	VEICULOS	NF 22748 DA VINCI - PAULO FLEX 1 D PREITO VULCANO 2006	VEICULOS	R\$ 85	R\$ 85	R\$ -	Valor_De_Mercado	Hélio de Carles	COT315	5%	5,5%	Extremo	Normal	16,6	1,0	5,00	R\$ 19.003,11	R\$ 19.003,11	R\$ 19.003,11	
345	28/09/2020	EQUIPAMENTOS	NF 222736 INT FERRAMENTARIA COMERCIAL - Computador Plasma Verbatim Toyama	EQUIPAMENTOS	R\$ 5.700,00	R\$ 4.477,50	R\$ 1.222,50	Crédito_A_Novo,Menos,Depreciação	Hélio de Carles	COT498	5%	50,5%	Extremo	Normal	3,9	7,5	15,00	R\$ 5.054,02	R\$ 4.579,75	R\$ 3.390,00	
346	28/09/2020	EQUIPAMENTOS	NF 22511 ANT FERRAMENTAS COMERCIAL - Inversor Lipo 200W	EQUIPAMENTOS	R\$ 4.080,00	R\$ 3.111,00	R\$ 969,00	Crédito_A_Novo,Menos,Depreciação	Hélio de Carles	COT499	5%	50,5%	Extremo	Normal	3,9	7,5	15,00	R\$ 2.699,04	R\$ 1.320,71	R\$ 276,40	
347	26/05/2002	VEICULOS	NF 236072 GRAND MOTORS COMERCIO DE VEICULOS LTDA	VEICULOS	R\$ 165.000,00	R\$ 72.033,29	R\$ 92.966,71	Avaliação,Menos,Depreciação	Hélio de Carles	COT722	5%	24,8%	Extremo	Normal	2,2	1,2	5,00	R\$ 176.590,06	R\$ 43.891,40	R\$ 49.006,28	
348	13/08/2014	VEICULOS	NF 2368 - CARROCERIA REAL LTDA - CARROCERIA DE MADEIRA PARA CHASSI MERCEDES SPRINTER EURO 5	VEICULOS	R\$ 5.200,00	R\$ 5.200,00	R\$ -	Valor_Residual,Control	Hélio de Carles	COT746	5%	5,0%	Extremo	Normal	10,0	1,0	5,00	R\$ 5.200,00	R\$ -	R\$ -	
349	01/01/2009	MAQUINAS	NF 24063 BAUKO ESCAVADEIRA HIDRAULICA PC 300 LC	MAQUINAS	R\$ 750.000,00	R\$ 750.000,00	R\$ -	Valor_De_Mercado	Hélio de Carles	COT774	5%	5,5%	Extremo	Normal	15,6	1,0	15,00	R\$ 205.163,37	R\$ 205.163,37	R\$ 205.163,37	
350	01/01/2009	MAQUINAS	NF 241787 BAUKO MAQUINAS ESCAVADEIRA HIDRAULICA KOMATSU PC 200 LEASING BANCO SAFRA	MAQUINAS	R\$ 520.000,00	R\$ 520.000,00	R\$ -	Valor_De_Mercado	Hélio de Carles	COT771	5%	5,5%	Extremo	Normal	15,6	1,0	15,00	R\$ 29.174,93	R\$ 29.174,93	R\$ 29.174,93	
351	01/01/2009	MAQUINAS	NF 242015 BAUKO MAQUINAS ESCAVADEIRA HIDRAULICA KOMATSU PC 200 LEASING BANCO SAFRA	MAQUINAS	R\$ 520.000,00	R\$ 520.000,00	R\$ -	Valor_De_Mercado	Hélio de Carles	COT772	5%	5,5%	Extremo	Normal	15,6	1,0	15,00	R\$ 29.174,93	R\$ 29.174,93	R\$ 29.174,93	
352	01/01/2009	MAQUINAS	NF 242016 BAUKO MAQUINAS ESCAVADEIRA HIDRAULICA KOMATSU PC 200 LEASING BANCO SAFRA	MAQUINAS	R\$ 520.000,00	R\$ 520.000,00	R\$ -	Valor_De_Mercado	Hélio de Carles	COT773	5%	5,5%	Extremo	Normal	15,6	1,0	15,00	R\$ 29.174,93	R\$ 29.174,93	R\$ 29.174,93	
353	16/01/2019	VEICULOS - FINAME	NF 24592 YAMAHA FZ25 FAZER CHASSI K06RS0100010848 - COR BRANCA	VEICULOS - FINAME	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ -	Valor_Residual,Control	Hélio de Carles	COT335	5%	5,3%	Extremo	Normal	5,5	1,0	5,00	R\$ 15.000,00	R\$ -	R\$ -	
354	16/01/2019	VEICULOS - FINAME	NF 24593 YAMAHA FZ25 FAZER CHASSI - COR BRANCA	VEICULOS - FINAME	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ -	Valor_Residual,Control	Hélio de Carles	COT336	5%	5,3%	Extremo	Normal	5,5	1,0	5,00	R\$ 15.000,00	R\$ -	R\$ -	
355	31/07/2007	MAQUINAS	NF 24995 EGESA ENGENHARIA - MAQUINA DB H CATERPILLAR - ANO 1986	MAQUINAS	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ -	Valor_Residual,Control	Hélio de Carles	COT335	5%	5,3%	Extremo	Normal	17,0	1,0	15,00	R\$ 60.000,00	R\$ -	R\$ -	
356	31/07/2007	MAQUINAS	NF 24914 EGESA ENGENHARIA - MAQUINA DB H CATERPILLAR - ANO 1986	MAQUINAS	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ -	Valor_Residual,Control	Hélio de Carles	COT335	5%	5,3%	Extremo	Normal	17,0	1,0	15,00	R\$ 60.000,00	R\$ -	R\$ -	
357	17/09/2020	MAQUINAS	NF 250139 IN VEMER EQUIP PARA CONCRETOS E BARRIS - FOMAS METALICA VAREZACAN	EQUIPAMENTOS	R\$ 70.000,00	R\$ 54.750,00	R\$ 15.250,00	Valor_Residual,Control	Hélio de Carles	COT742	5%	51,2%	Extremo	Normal	3,9	7,7	15,00	R\$ 75.000,00	R\$ 19.858,00	R\$ 1.400,00	
358	30/01/2019	MAQUINAS-FINAME	NF 25025 - VENEZIA EQUIP PEÇADOS - ESCAVADEIRA HIDRAULICA 350C AND 2013 M00L0 2015 DASHES Y199002Y0080001	MAQUINAS-FINAME	R\$ 600.000,00	R\$ 600.000,00	R\$ -	Crédito_A_Novo,Menos,Depreciação	Hélio de Carles	COT710	5%	11,4%	Extremo	Normal	8,5	1,7	15,00	R\$ 1.025.219,04	R\$ 288.919,00	R\$ 128.611,99	
359	01/12/2012	EQUIPAMENTOS	NF 25205 - INTYMO COM DE PEÇAS REFRIGERAÇÃO - 01 K CONDICIONADO	EQUIPAMENTOS	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00	R\$ -	Crédito_A_Novo,Menos,Depreciação	Hélio de Carles	COT467	5%	7,7%	Extremo	Normal	11,7	1,0	15,00	R\$ 3.761,48	R\$ 289,29	R\$ 289,29	
360	29/05/2012	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 25601127 - DELL COMPUTADORES - AQUIS DE 1 MICROCOMPUTADOR PORTATIL DO VOSTRO 3560	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 1.867,53	R\$ 1.867,53	R\$ -	Crédito_A_Novo,Menos,Depreciação	Hélio de Carles	COT372	2%	2,0%	Extremo	Normal	12,2	1,0	3,00	R\$ 7.275,51	R\$ 145,51	R\$ 145,51	
361	29/05/2012	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 2560127 - DELL COMPUTADORES - AQUIS DE 1 MICROCOMPUTADOR PORTATIL DO VOSTRO 3560	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 1.867,53	R\$ 1.867,53	R\$ -	Crédito_A_Novo,Menos,Depreciação	Hélio de Carles	COT372	2%	2,0%	Extremo	Normal	12,2	1,0	3,00	R\$ 7.275,51	R\$ 145,51	R\$ 145,51	
362	29/05/2012	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 2560127 - DELL COMPUTADORES - AQUIS DE 1 MICROCOMPUTADOR PORTATIL DO VOSTRO 3560	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 1.867,53	R\$ 1.867,53	R\$ -	Crédito_A_Novo,Menos,Depreciação	Hélio de Carles	COT372	2%	2,0%	Extremo	Normal	12,2	1,0	3,00	R\$ 7.275,51	R\$ 145,51	R\$ 145,51	
363	29/05/2012	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 2560174 - DELL COMPUTADORES - AQUIS DE 1 MICROCOMPUTADOR DELL OPTIPLEX 760 MINTORRE	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 1.896,21	R\$ 1.896,21	R\$ -	Crédito_A_Novo,Menos,Depreciação	Hélio de Carles	COT374	2%	2,0%	Extremo	Normal	12,2	1,0	3,00	R\$ 988,52	R\$ 19,77	R\$ 19,77	
364	29/05/2012	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 2560174 - DELL COMPUTADORES - AQUIS DE 1 MICROCOMPUTADOR DELL OPTIPLEX 760 MINTORRE	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 1.896,21	R\$ 1.896,21	R\$ -	Crédito_A_Novo,Menos,Depreciação	Hélio de Carles	COT374	2%	2,0%	Extremo	Normal	12,2	1,0	3,00	R\$ 988,52	R\$ 19,77	R\$ 19,77	
365	29/05/2012	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 2560174 - DELL COMPUTADORES - AQUIS DE 1 MICROCOMPUTADOR DELL OPTIPLEX 760 MINTORRE	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 1.896,21	R\$ 1.896,21	R\$ -	Crédito_A_Novo,Menos,Depreciação	Hélio de Carles	COT374	2%	2,0%	Extremo	Normal	12,2	1,0	3,00	R\$ 988,52	R\$ 19,77	R\$ 19,77	
366	30/05/2012	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 256486 - DELL COMPUTADORES - AQUIS DE 1 SISTEMA COMUTADOR POWERCONNECT 2848, 48 PORTAS DE 10Gb	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 2.007,00	R\$ 2.007,00	R\$ -	Crédito_A_Novo,Menos,Depreciação	Hélio de Carles	COT376	2%	2,0%	Extremo	Normal	12,2	1,0	3,00	R\$ 1.363,02	R\$ 27,28	R\$ 27,28	
367	30/05/2012	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 256486 - DELL COMPUTADORES - AQUIS DE 1 SISTEMA COMUTADOR POWERCONNECT 2848, 48 PORTAS DE 10Gb	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 2.007,00	R\$ 2.007,00	R\$ -	Crédito_A_Novo,Menos,Depreciação	Hélio de Carles	COT376	2%	2,0%	Extremo	Normal	12,2	1,0	3,00	R\$ 1.363,02	R\$ 27,28	R\$ 27,28	
368	30/11/2007	MAQUINAS	NF 2571 RAMMELL - TRATOR DE ESTERAS CATERPILLAR - MOD DBH	MAQUINAS	R\$ 75.000,00	R\$ 75.000,00	R\$ -	Valor_Residual,Control	Hélio de Carles	COT335	5%	5,3%	Extremo	Normal	16,7	1,0	15,00	R\$ 75.000,00	R\$ -	R\$ -	
369	30/07/2017	EQUIPAMENTOS	NF 2579 MB INDUSTRIA METALURGICA - 6 MOTOR E90H46 - 6 ESTERAS 8240H44-648-692 - 6 REDUTOR D6005	EQUIPAMENTOS	R\$ 45.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 0,00	Valor_Residual,Control	Hélio de Carles	COT335	5%	21,8%	Extremo	Normal	7,0	3,3	15,00	R\$ 45.000,00	R\$ 0,00	R\$ -	
370	29/07/2017	EQUIPAMENTOS	NF 2579 MB INDUSTRIA METALURGICA - 6 MOTOR E90H46 - 6 ESTERAS 8240H44-648-692 - 6 REDUTOR D6005	EQUIPAMENTOS	R\$ 45.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 0,00	Crédito_A_Novo,Menos,Depreciação	Hélio de Carles	COT473	5%	21,7%	Extremo	Normal	7,0	3,3	15,00	R\$ 5.106,44	R\$ 1.474,00	R\$ 1.474,00	
371	01/01/2009	MAQUINAS	NF 26424 BAUKO MAQUINAS REF ROLD COMPACTADOR DYNAPAC CA 250 PD LEASING BANCO REALSANTANDER	MAQUINAS	R\$ 318.000,00	R\$ 318.000,00	R\$ -	Crédito_A_Novo,Menos,Depreciação	Hélio de Carles	COT750	5%	5,5%	Extremo	Normal	15,6	1,0	15,00	R\$ 587.869,09	R\$ 31.356,54	R\$ 31.356,54	
372	01/01/2009	MAQUINAS	NF 26425 BAUKO MAQUINAS REF ROLD COMPACTADOR DYNAPAC CA 250 PD LEASING BANCO REALSANTANDER	MAQUINAS	R\$ 318.000,00	R\$ 318.000,00	R\$ -	Crédito_A_Novo,Menos,Depreciação	Hélio de Carles	COT752	5%	5,5%	Extremo	Normal	15,6	1,0	15,00	R\$ 587.869,09	R\$ 31.356,54	R\$ 31.356,54	
373	07/05/2012	EQUIPAMENTOS	NF 2689 - GIL BILL E CIA - AQUIS GRACE ARDOPAC, ANO FAB 2012 6026666040001	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 19.000,00	R\$ 19.000,00	R\$ -	Crédito_A_Novo,Menos,Depreciação	Hélio de Carles	COT464	5%	7,1%	Extremo	Normal	12,2	1,0	15,00	R\$ 48.888,77	R\$ 3.333,12	R\$ 3.333,12	
374	17/01/2004	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 270 - FACABUM - ATIVAÇÃO MODULAR	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 17.400,00	R\$ 1.861,81	R\$ 15.538,39	Avaliação,Menos,Depreciação	Hélio de Carles	COT759	2%	65,5%	Extremo	Normal	0,5	2,0	3,00	R\$ 17.202,13	R\$ 11.265,14	R\$ 4.273,25	
375	05/11/2014	MAQUINAS	NF 2724 - CAMARGO CORRÊA - TRATOR SET CAT DBR PK 110378 N18 EM00745	MAQUINAS	R\$ 210.000,00	R\$ 210.000,00	R\$ -	Valor_De_Mercado	Hélio de Carles	COT799	5%	10,8%	Extremo	Normal	5,7	1,0	15,00	R\$ 203.182,02	R\$ 203.182,02	R\$ 203.182,02	
376	31/05/2001	EQUIPAMENTOS	NF 274759 ANT FERRAMENTAS COMERCIAL - Inversor	EQUIPAMENTOS	R\$ 5.674,08	R\$ 3.606,14	R\$ 2.067,42	Crédito_A_Novo,Menos,Depreciação	Hélio de Carles	COT503	5%	60,2%	Extremo	Normal	3,2	9,0	15,00	R\$ 2.499,66	R\$ 1.056,78	R\$ 665,65	
377	29/08/2012	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 278912 - DELL COMPUTADORES - 1 MICROCOMPUTADOR PORTATIL DE 15.6 Vostro 3560	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 3.137,07	R\$ 3.137,07	R\$ -	Crédito_A_Novo,Menos,Depreciação	Hélio de Carles	COT362	2%	2,0%	Extremo	Normal	11,9	1,0	3,00	R\$ 7.275,51	R\$ 145,51	R\$ 145,51	
378	08/05/2012	MAQUINAS	NF 2789 - TRATOR ESTERA CATERPILLAR MOD DBR	MAQUINAS	R\$ 161.000,00	R\$ 161.000,00	R\$ -	Valor_De_Mercado	Hélio de Carles	COT781	5%	7,1%	Extremo	Normal	12,2	1,0	15,00	R\$ 203.182,02	R\$ 203.182,02	R\$ 203.182,02	
379	08/05/2012	MAQUINAS	NF 2803 - TRATOR ESTERA CATERPILLAR MOD DBR	MAQUINAS	R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ -	Valor_De_Mercado	Hélio de Carles	COT786	5%	7,1%	Extremo	Normal	12,2	1,0	15,00	R\$ 203.182,02	R\$ 203.182,02	R\$ 203.182,02	
380	01/07/2003	CAMINHÃO	NF 282236 - AUTO SUECO SÃO PAULO - CAMINHÃO RIGID VO 360 6X4R	CAMINHÃO	R\$ 640.000,00	R\$ 130.480,80	R\$ 509.519,40	Avaliação,Menos,Depreciação	Hélio de Carles	COT498	5%	80,8%	Extremo	Normal	1,1	8,1	10,00	R\$ 639.649,39	R\$ 516.879,93	R\$ 7.288,43	
381	17/07/2003	CAMINHÃO - FINAME	NF 282236 - AUTO SUECO SÃO PAULO - CAMINHÃO RIGID VO 360 6X4R	CAMINHÃO - FINAME	R\$ 640.000,00	R\$ 130.480,80	R\$ 509.519,40	Crédito_A_Novo,Menos,Depreciação	Hélio de Carles	COT498	5%	81,7%	Extremo	Normal	1,0	8,2	10,00	R\$ 639.649,39	R\$ 522.412,97	R\$ 12.821,97	
382	19/01/2003	CAMINHÃO - FINAME	NF 282242 - AUTO SUECO SÃO PAULO - CAMINHÃO RIGID VO 360 6X4R	CAMINHÃO - FINAME	R\$ 640.000,00	R\$ 130.480,80	R\$ 509.519,40	Avaliação,Menos,Depreciação	Hélio de Carles	COT498	5%	81,7%	Extremo	Normal	1,0	8,2	10,00	R\$ 639.649,39	R\$ 522.412,97	R\$ 12.821,97	
383	17/07/2003	CAMINHÃO - FINAME	NF 282234 - AUTO SUECO SÃO PAULO - CAMINHÃO RIGID VO 360 6X4R	CAMINHÃO - FINAME	R\$ 640.000,00	R\$ 130.480,80	R\$ 509.519,40	Avaliação,Menos,Depreciação	Hélio de Carles	COT498	5%	81,7%	Extremo	Normal	1,0	8,2	10,00	R\$ 639.649,39	R\$ 522.412,97	R\$ 12.821,97	
384	17/07/2003	CAMINHÃO - FINAME	NF 282245 - AUTO SUECO SÃO PAULO - CAMINHÃO RIGID VO 360 6X4R	CAMINHÃO - FINAME	R\$ 640.000,00	R\$ 130.480,80	R\$ 509.519,40	Avaliação,Menos,Depreciação	Hélio de Carles	COT498	5%	81,7%	Extremo	Normal	1,0	8,2	10,00	R\$ 639.649,39	R\$ 522.412,97	R\$ 12.821,97	
385	31/12/200																				

TABELA-RESUMO

ID APIS	DATA DE INCORPORACAO	CONTA CONTABIL	DESCRIÇÃO DO BEM	CLASSE FINAL	ACQUISICAO	DEPRECIAÇÃO	VALOR RESIDUAL	CÓDIGO DE AVALIAÇÃO	MÉTODO DE DEPRECIAÇÃO	LINK COTAÇÃO	RATEIO	RESIDUAL	DEPRECIAÇÃO FINAL	CT	CM	IDADE FINAL	VIDA ÚTL REMANESCENTE	VIDA ÚTL ECONÔMICA POR FAMILIA	VALOR DE REPRODUÇÃO	VALOR JUSTO	MAIS-VALIA
422	30/10/2012	CAMINHÃO - FNAME	Nº 30318 - ROSETTI - CAÇAMBA B&B ILCOO 14M3 PISTÃO FRONTAL 5090X24X11 - PROPOSTA B9190086	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 36.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT2724	5%	5,2%	Extremo	Normal	11,7	1,0	10,00	R\$ 106.072,88	R\$ 5.581,38	R\$ 5.581,38	
423	30/10/2012	CAMINHÃO - FNAME	Nº 30319 - ROSETTI - CAÇAMBA B&B ILCOO 14M3 PISTÃO FRONTAL 5090X24X11 - PROPOSTA B9190086	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 36.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT2728	5%	5,2%	Extremo	Normal	11,7	1,0	10,00	R\$ 106.072,88	R\$ 5.581,38	R\$ 5.581,38	
424	02/01/2011	CAMINHÃO - FNAME	Nº 3057 GASCOM - TANQUE PROBEMA GASCOM - IMPLMENTO	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 49.000,00	R\$ 49.000,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT2723	5%	5,1%	Extremo	Normal	13,6	1,0	10,00	R\$ 816.276,33	R\$ 41.485,82	R\$ 41.485,82	
425	02/01/2011	CAMINHÃO - FNAME	Nº 3058 GASCOM - TANQUE PROBEMA GASCOM - IMPLMENTO	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 49.000,00	R\$ 49.000,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT2725	5%	5,1%	Extremo	Normal	13,6	1,0	10,00	R\$ 816.276,33	R\$ 41.485,82	R\$ 41.485,82	
426	25/10/2012	MAQUINAS - FNAME	Nº 388541 - SHARK TRATORES - TRATOR AGR S RODAS MOD BH46.4 VALTRA - PROPOSTA B9503086	MAQUINAS - FNAME	R\$ 162.000,00	R\$ 162.000,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT1121	5%	7,8%	Extremo	Normal	11,8	1,0	15,00	R\$ 628.302,86	R\$ 47.479,87	R\$ 47.479,87	
427	25/10/2012	MAQUINAS - FNAME	Nº 388543 - SHARK TRATORES - TRATOR AGR S RODAS MOD BH46.4 VALTRA - PROPOSTA B9503086	MAQUINAS - FNAME	R\$ 162.000,00	R\$ 162.000,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT1122	5%	7,8%	Extremo	Normal	11,8	1,0	15,00	R\$ 628.302,86	R\$ 47.479,87	R\$ 47.479,87	
428	25/10/2012	MAQUINAS - FNAME	Nº 388544 - SHARK TRATORES - TRATOR AGR S RODAS MOD BH46.4 VALTRA - PROPOSTA B9503086	MAQUINAS - FNAME	R\$ 162.000,00	R\$ 162.000,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT1173	5%	7,8%	Extremo	Normal	11,8	1,0	15,00	R\$ 628.302,86	R\$ 47.479,87	R\$ 47.479,87	
429	25/10/2012	MAQUINAS - FNAME	Nº 388545 - SHARK TRATORES - TRATOR AGR S RODAS MOD BH46.4 VALTRA - PROPOSTA B9503086	MAQUINAS - FNAME	R\$ 162.000,00	R\$ 162.000,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT1174	5%	7,8%	Extremo	Normal	11,8	1,0	15,00	R\$ 628.302,86	R\$ 47.479,87	R\$ 47.479,87	
430	25/10/2012	MAQUINAS - FNAME	Nº 388546 - SHARK TRATORES - TRATOR AGR S RODAS MOD BH46.4 VALTRA - PROPOSTA B9503086	MAQUINAS - FNAME	R\$ 162.000,00	R\$ 162.000,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT1175	5%	7,8%	Extremo	Normal	11,8	1,0	15,00	R\$ 628.302,86	R\$ 47.479,87	R\$ 47.479,87	
431	02/01/2011	CAMINHÃO - FNAME	Nº 3729 GASCOM - TANQUE PROBEMA GASCOM - IMPLMENTO	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 49.000,00	R\$ 49.000,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT2727	5%	5,1%	Extremo	Normal	13,6	1,0	10,00	R\$ 816.276,33	R\$ 41.485,82	R\$ 41.485,82	
432	02/01/2011	CAMINHÃO - FNAME	Nº 3729 GASCOM - TANQUE PROBEMA GASCOM - IMPLMENTO	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 49.000,00	R\$ 49.000,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT2729	5%	5,1%	Extremo	Normal	13,6	1,0	10,00	R\$ 816.276,33	R\$ 41.485,82	R\$ 41.485,82	
433	08/10/2016	EQUIPAMENTOS	Nº 37112 LUMONAR COMERCIO E ASSIST. PLANA DESPESSEIRA 150X150M3 S FACAIS	EQUIPAMENTOS	R\$ 3.200,00	R\$ 3.200,00	R\$ 0,00	Valor Residual, Control	Hélio de Calves	OT4688	5%	13,4%	Extremo	Normal	8,8	2,0	15,00	R\$ 3.200,00	R\$ 0,00	R\$ -	
434	13/10/2012	MAQUINAS - FNAME	Nº 374567 - SHARK TRATORES - GRADE ARADORA MOD ORI MARCA BALDAN - PROPOSTA B9540086	MAQUINAS - FNAME	R\$ 19.400,00	R\$ 19.400,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT1777	5%	7,8%	Extremo	Normal	11,7	1,0	15,00	R\$ 48.816,52	R\$ 3.714,96	R\$ 3.714,96	
435	13/10/2012	MAQUINAS - FNAME	Nº 374568 - SHARK TRATORES - GRADE ARADORA MOD ORI MARCA BALDAN - PROPOSTA B9540086	MAQUINAS - FNAME	R\$ 19.400,00	R\$ 19.400,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT1718	5%	7,8%	Extremo	Normal	11,7	1,0	15,00	R\$ 48.816,52	R\$ 3.714,96	R\$ 3.714,96	
436	13/10/2012	MAQUINAS - FNAME	Nº 374569 - SHARK TRATORES - GRADE ARADORA MOD ORI MARCA BALDAN - PROPOSTA B9540086	MAQUINAS - FNAME	R\$ 19.400,00	R\$ 19.400,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT1719	5%	7,8%	Extremo	Normal	11,7	1,0	15,00	R\$ 48.816,52	R\$ 3.714,96	R\$ 3.714,96	
437	13/10/2012	MAQUINAS - FNAME	Nº 374569 - SHARK TRATORES - GRADE ARADORA MOD ORI MARCA BALDAN - PROPOSTA B9540086	MAQUINAS - FNAME	R\$ 19.400,00	R\$ 19.400,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT1880	5%	7,8%	Extremo	Normal	11,7	1,0	15,00	R\$ 48.816,52	R\$ 3.714,96	R\$ 3.714,96	
438	13/10/2012	MAQUINAS - FNAME	Nº 374561 - SHARK TRATORES - GRADE ARADORA MOD ORI MARCA BALDAN - PROPOSTA B9540086	MAQUINAS - FNAME	R\$ 19.400,00	R\$ 19.400,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT1881	5%	7,8%	Extremo	Normal	11,7	1,0	15,00	R\$ 48.816,52	R\$ 3.714,96	R\$ 3.714,96	
439	29/10/2012	MAQUINAS - FNAME	Nº 378357 - SHARK TRATORES - GRADE ARADORA MOD ORI MARCA BALDAN - PROPOSTA B9560086	MAQUINAS - FNAME	R\$ 19.400,00	R\$ 19.400,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT1182	5%	7,7%	Extremo	Normal	11,7	1,0	15,00	R\$ 48.816,52	R\$ 3.737,02	R\$ 3.737,02	
440	29/10/2012	MAQUINAS - FNAME	Nº 378358 - SHARK TRATORES - GRADE ARADORA MOD ORI MARCA BALDAN - PROPOSTA B9560086	MAQUINAS - FNAME	R\$ 19.400,00	R\$ 19.400,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT1183	5%	7,7%	Extremo	Normal	11,7	1,0	15,00	R\$ 48.816,52	R\$ 3.737,02	R\$ 3.737,02	
441	29/10/2012	MAQUINAS - FNAME	Nº 378359 - SHARK TRATORES - GRADE ARADORA MOD ORI MARCA BALDAN - PROPOSTA B9560086	MAQUINAS - FNAME	R\$ 19.400,00	R\$ 19.400,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT1184	5%	7,7%	Extremo	Normal	11,7	1,0	15,00	R\$ 48.816,52	R\$ 3.737,02	R\$ 3.737,02	
442	29/10/2012	MAQUINAS - FNAME	Nº 378370 - SHARK TRATORES - GRADE ARADORA MOD ORI MARCA BALDAN - PROPOSTA B9560086	MAQUINAS - FNAME	R\$ 19.400,00	R\$ 19.400,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT1185	5%	7,7%	Extremo	Normal	11,7	1,0	15,00	R\$ 48.816,52	R\$ 3.737,02	R\$ 3.737,02	
443	29/10/2012	MAQUINAS - FNAME	Nº 378371 - SHARK TRATORES - GRADE ARADORA MOD ORI MARCA BALDAN - PROPOSTA B9560086	MAQUINAS - FNAME	R\$ 19.400,00	R\$ 19.400,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT1186	5%	7,7%	Extremo	Normal	11,7	1,0	15,00	R\$ 48.816,52	R\$ 3.737,02	R\$ 3.737,02	
444	29/10/2012	MAQUINAS - FNAME	Nº 378878 - SHARK TRATORES - TRATOR AGR S RODAS MOD BH46.4 VALTRA - PROPOSTA B9530086	MAQUINAS - FNAME	R\$ 162.000,00	R\$ 162.000,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT1787	5%	7,7%	Extremo	Normal	11,7	1,0	15,00	R\$ 628.302,86	R\$ 48.117,16	R\$ 48.117,16	
445	29/10/2012	MAQUINAS - FNAME	Nº 378881 - SHARK TRATORES - TRATOR AGR S RODAS MOD BH46.4 VALTRA - PROPOSTA B9530086	MAQUINAS - FNAME	R\$ 162.000,00	R\$ 162.000,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT1788	5%	7,7%	Extremo	Normal	11,7	1,0	15,00	R\$ 628.302,86	R\$ 48.117,16	R\$ 48.117,16	
446	29/10/2012	MAQUINAS - FNAME	Nº 378882 - SHARK TRATORES - TRATOR AGR S RODAS MOD BH46.4 VALTRA - PROPOSTA B9530086	MAQUINAS - FNAME	R\$ 162.000,00	R\$ 162.000,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT1889	5%	7,7%	Extremo	Normal	11,7	1,0	15,00	R\$ 628.302,86	R\$ 48.117,16	R\$ 48.117,16	
447	29/10/2012	MAQUINAS - FNAME	Nº 378884 - SHARK TRATORES - TRATOR AGR S RODAS MOD BH46.4 VALTRA - PROPOSTA B9530086	MAQUINAS - FNAME	R\$ 162.000,00	R\$ 162.000,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT1790	5%	7,7%	Extremo	Normal	11,7	1,0	15,00	R\$ 628.302,86	R\$ 48.117,16	R\$ 48.117,16	
448	29/10/2012	MAQUINAS - FNAME	Nº 378885 - SHARK TRATORES - TRATOR AGR S RODAS MOD BH46.4 VALTRA - PROPOSTA B9530086	MAQUINAS - FNAME	R\$ 162.000,00	R\$ 162.000,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT1911	5%	7,7%	Extremo	Normal	11,7	1,0	15,00	R\$ 628.302,86	R\$ 48.117,16	R\$ 48.117,16	
449	02/01/2011	CAMINHÃO - FNAME	Nº 3818 GASCOM - TANQUE PROBEMA GASCOM - IMPLMENTO	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 49.000,00	R\$ 49.000,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT2781	5%	5,1%	Extremo	Normal	13,6	1,0	10,00	R\$ 816.276,33	R\$ 41.485,82	R\$ 41.485,82	
450	05/12/2011	MAQUINAS	Nº 3836 - CAMARGO CORRÊA S/A - TRATOR ESTERA CATERPILLAR MOD DIR - COMPRA LEILÃO	MAQUINAS	R\$ 240.000,00	R\$ 240.000,00	R\$ -	Valor De Mercado	OT2789	5%	7,7%	Extremo	Normal	11,7	1,0	15,00	R\$ 203.182,82	R\$ 203.182,82	R\$ 203.182,82		
451	17/07/2024	EQUIPAMENTOS	Nº 384 METALURGICA GARCEZ LTDA - LAVA RODAS	EQUIPAMENTOS	R\$ 154.000,00	R\$ 1.241,80	R\$ 152.758,20	Avaliação, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT2790	5%	98,8%	Extremo	Normal	0,0	14,9	15,00	R\$ 154.000,00	R\$ 153.279,82	R\$ 621,75	
452	24/09/2012	VEICULOS	Nº 38450 - TOYOTA DO BRASIL - ETIOS HB X3 1.3 MT FLEX COM PRETA CHASSIS 98R180120013442	VEICULOS	R\$ 35.631,00	R\$ 35.631,00	R\$ -	Valor De Mercado	Hélio de Calves	OT3220	5%	5,6%	Extremo	Normal	11,2	1,0	5,00	R\$ 36.889,81	R\$ 36.889,81	R\$ 36.889,81	
453	24/09/2012	VEICULOS	Nº 38451 - TOYOTA DO BRASIL - ETIOS HB X3 1.3 MT FLEX COM PRETA CHASSIS 98R180120013442	VEICULOS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	Valor De Mercado	Hélio de Calves	OT3221	5%	5,6%	Extremo	Normal	11,2	1,0	5,00	R\$ 36.889,81	R\$ 36.889,81	R\$ 36.889,81	
454	02/03/2012	MAQUINAS - FNAME	Nº 385271 - SOTREK - ESCAVADEIRA HIDRAULICA CATERPILLAR 330 D - CTR PPS 2646	MAQUINAS - FNAME	R\$ 443.000,00	R\$ 443.000,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT1132	5%	7,2%	Extremo	Normal	12,4	1,0	15,00	R\$ 877.331,68	R\$ 61.256,96	R\$ 61.256,96	
455	02/03/2012	MAQUINAS - FNAME	Nº 38528 - SOTREK - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 140 K - CTR PPS 26479	MAQUINAS - FNAME	R\$ 595.000,00	R\$ 595.000,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT1133	5%	7,2%	Extremo	Normal	12,4	1,0	15,00	R\$ 698.114,28	R\$ 48.566,30	R\$ 48.566,30	
456	02/03/2012	MAQUINAS - FNAME	Nº 38528 - SOTREK - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 140 K - CTR PPS 26479	MAQUINAS - FNAME	R\$ 595.000,00	R\$ 595.000,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT1134	5%	7,2%	Extremo	Normal	12,4	1,0	15,00	R\$ 698.114,28	R\$ 48.566,30	R\$ 48.566,30	
457	02/03/2012	MAQUINAS - FNAME	Nº 38524 - SOTREK - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 140 K - CTR PPS 26477	MAQUINAS - FNAME	R\$ 595.000,00	R\$ 595.000,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT1135	5%	7,2%	Extremo	Normal	12,4	1,0	15,00	R\$ 698.114,28	R\$ 48.566,30	R\$ 48.566,30	
458	12/10/2012	MAQUINAS	Nº 3868 - CAMARGO CORRÊA S/A - TRATOR ESTERA CATERPILLAR MOD DIR - COMPRA LEILÃO	MAQUINAS	R\$ 240.000,00	R\$ 240.000,00	R\$ -	Valor De Mercado	Hélio de Calves	OT0790	5%	7,7%	Extremo	Normal	11,6	1,0	15,00	R\$ 203.182,82	R\$ 203.182,82	R\$ 203.182,82	
459	06/03/2012	MAQUINAS - FNAME	Nº 387867 - SOTREK - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 140 K - CTR PPS 26481	MAQUINAS - FNAME	R\$ 595.000,00	R\$ 595.000,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT1149	5%	7,2%	Extremo	Normal	12,4	1,0	15,00	R\$ 698.114,28	R\$ 48.629,30	R\$ 48.629,30	
460	06/03/2012	MAQUINAS - FNAME	Nº 387872 - SOTREK - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 140 K - CTR PPS 26484	MAQUINAS - FNAME	R\$ 595.000,00	R\$ 595.000,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT1137	5%	7,2%	Extremo	Normal	12,4	1,0	15,00	R\$ 698.114,28	R\$ 48.629,30	R\$ 48.629,30	
461	06/03/2012	MAQUINAS - FNAME	Nº 387878 - SOTREK - ESCAVADEIRA HIDRAULICA CATERPILLAR 330 D - CTR PPS 26485	MAQUINAS - FNAME	R\$ 443.000,00	R\$ 443.000,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT1138	5%	7,2%	Extremo	Normal	12,4	1,0	15,00	R\$ 877.331,68	R\$ 61.113,25	R\$ 61.113,25	
462	06/03/2012	MAQUINAS - FNAME	Nº 387880 - SOTREK - ESCAVADEIRA HIDRAULICA CATERPILLAR 330 D - CTR PPS 26489	MAQUINAS - FNAME	R\$ 750.000,00	R\$ 750.000,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT1139	5%	7,2%	Extremo	Normal	12,4	1,0	15,00	R\$ 1.952.942,84	R\$ 108.871,08	R\$ 108.871,08	
463	06/03/2012	MAQUINAS - FNAME	Nº 38783 - SOTREK - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 140 K - CTR PPS 26483	MAQUINAS - FNAME	R\$ 595.000,00	R\$ 595.000,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT1140	5%	7,2%	Extremo	Normal	12,4	1,0	15,00	R\$ 698.114,28	R\$ 48.629,30	R\$ 48.629,30	
464	06/03/2012	MAQUINAS - FNAME	Nº 38785 - SOTREK - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 140 K - CTR PPS 26482	MAQUINAS - FNAME	R\$ 595.000,00	R\$ 595.000,00	R\$ -	Crabato - J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calves	OT1141	5%	7,2%	Extremo	Normal	12,4	1,0	15,00	R\$ 698.114,28	R\$ 48.629,30	R\$ 48.629,30	
465	29/09/2012	VEICULOS	Nº 38833 - TOYOTA DO BRASIL - ETIOS HB X3 1.3 MT FLEX COM PRETA CHASSIS 98R180120014040	VEICULOS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	Valor De Mercado	Hélio de Calves	OT3222	5%	5,6%	Extremo	Normal	11,2	1,0	5,00	R\$ 34.093,09	R\$ 34.093,09	R\$ 34.093,09	
466	09/03/2012	MAQUINAS - FNAME	Nº 389271 - SOTREK - ESCAVADEIRA HIDRAULICA CATERPILLAR 330 D - CTR PPS 26488	MAQUINAS - FNAME	R\$ 750.000,0																

TABELA-RESUMO

ID APUS	DATA DE INCORPORACÃO	CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO DO BEM	CLASSE FINAL	ADQUIÇÃO	DEPRECIAÇÃO	VALOR RESIDUAL	CÓDIGO DE AVALIAÇÃO	MÉTODO DE DEPRECIAÇÃO	LINK COTAÇÃO	RATEIO7	RESIDUAL	DEPRECIAÇÃO FINAL	CT	CM	IDADE FINAL	VIDA ÚTL REMANESCENTE	VIDA ÚTL ECONÔMICA POR FAMÍLIA	VALOR DE REPRODUÇÃO	VALOR JUSTO	MAIS-VALIA
506	31/10/2012	CAMINHÃO - FNAME	NF 423699 - BESSER - CAMINHÃO AIXOR 261X306 604 MDO 2011 ANOMO 2012 - PROPOSTA B010086	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 238.000,00	R\$ 238.000,00	R\$ -	Crabato, J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calais	CT07277	5%	5,2%	Extremo	Normal	11,8	1,0	10,00	R\$ 219.942,00	R\$ 11.463,03	R\$ 11.463,03	
507	01/01/2009	VEÍCULOS	NF 4248 EUROBIKE - BCLV COM DE VEÍCULOS - BMW 530I SPORT BLUNDA	VEÍCULOS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	Valor_Da_Mercado	Hélio de Calais	CT07314	5%	5,0%	Extremo	Normal	15,6	1,0	5,00	R\$ 82.895,41	R\$ 82.895,41	R\$ 82.895,41	
508	30/11/2007	MAQUINAS	NF 4406 INTERCOLA - TRATOR DE ESTEREA DE CATERPILLAR	MAQUINAS	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ -	Valor_Residual_Control	Hélio de Calais	CT07380	5%	5,3%	Extremo	Normal	16,7	1,0	15,00	R\$ 100.000,00	R\$ -	R\$ -	
509	10/06/2014	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 4437419 - DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA - 1 BASE POWER EDGE R620 INTL XEON E58X V2 PROCESSOR - SERVIDOR	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 19.631,86	R\$ 19.631,86	R\$ -	Crabato, J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calais	CT07380	2%	2,0%	Extremo	Normal	10,1	1,0	3,00	R\$ 5.831,28	R\$ 11.663	R\$ 11.663	
510	30/04/2021	EQUIPAMENTOS	NF 45884 FPI COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE PECAS LTDA - Capanga Tapeçaria	EQUIPAMENTOS	R\$ 7.000,00	R\$ 4.503,98	R\$ 2.486,11	Crabato, J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calais	CT07380	5%	58,1%	Extremo	Normal	3,3	8,9	15,00	R\$ 6.786,46	R\$ 4.002,94	R\$ 1.506,83	
511	13/09/2017	MAQUINAS	NF 465 - JBL S.A. - CATERPILLAR MINI ESCAVADORA CAT 303 SE WYKO216	MAQUINAS	R\$ 140.000,00	R\$ 140.000,00	R\$ -	Valor_Residual_Control	Hélio de Calais	CT07102	5%	22,8%	Extremo	Normal	6,9	3,4	15,00	R\$ 140.000,00	R\$ -	R\$ -	
512	01/01/2009	MAQUINAS-FNAME	NF 46869 TRATOR AGRICOLA VALTRA BH 145	MAQUINAS-FNAME	R\$ 158.000,00	R\$ 158.000,00	R\$ -	Crabato, J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calais	CT07108	5%	5,5%	Extremo	Normal	16,6	1,0	15,00	R\$ 628.302,86	R\$ 34.893,58	R\$ 34.893,58	
513	01/01/2009	MAQUINAS-FNAME	NF 46869 TRATOR AGRICOLA VALTRA BH 145	MAQUINAS-FNAME	R\$ 158.000,00	R\$ 158.000,00	R\$ -	Crabato, J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calais	CT07110	5%	5,5%	Extremo	Normal	16,6	1,0	15,00	R\$ 628.302,86	R\$ 34.893,58	R\$ 34.893,58	
514	01/01/2009	MAQUINAS-FNAME	NF 46869 TRATOR AGRICOLA VALTRA BH 145	MAQUINAS-FNAME	R\$ 158.000,00	R\$ 158.000,00	R\$ -	Crabato, J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calais	CT07112	5%	5,5%	Extremo	Normal	16,6	1,0	15,00	R\$ 628.302,86	R\$ 34.893,58	R\$ 34.893,58	
515	01/01/2009	MAQUINAS-FNAME	NF 46869 TRATOR AGRICOLA VALTRA BH 145	MAQUINAS-FNAME	R\$ 158.000,00	R\$ 158.000,00	R\$ -	Crabato, J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calais	CT07114	5%	5,5%	Extremo	Normal	16,6	1,0	15,00	R\$ 628.302,86	R\$ 34.893,58	R\$ 34.893,58	
516	01/01/2009	MAQUINAS-FNAME	NF 46869 TRATOR AGRICOLA VALTRA BH 145	MAQUINAS-FNAME	R\$ 158.000,00	R\$ 158.000,00	R\$ -	Crabato, J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calais	CT07116	5%	5,5%	Extremo	Normal	16,6	1,0	15,00	R\$ 628.302,86	R\$ 34.893,58	R\$ 34.893,58	
517	24/07/2014	VEICULOS	NF 46899 - BESSER - CAMINHOTE C CABINE STREET - COR BRANCA ANO 2013 MDO 2014 MODELO 311, CHASSI: BAC906135E09924 MOTOR HP- 0109	VEICULOS	R\$ 89.000,00	R\$ 89.000,00	R\$ -	Valor_Da_Mercado	Hélio de Calais	CT07233	5%	5,0%	Extremo	Normal	10,0	1,0	5,00	R\$ 113.604,00	R\$ 113.604,00	R\$ 113.604,00	
518	26/03/2021	MAQUINAS-FNAME	NF 47 MB INDUSTRIA METALURGICA LTDA - Evulvato MB 900 G STC	MAQUINAS-FNAME	R\$ 56.265,00	R\$ 37.891,50	R\$ 18.373,50	Crabato, J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calais	CT07214	5%	57,9%	Extremo	Normal	3,3	8,7	15,00	R\$ 59.802,84	R\$ 34.480,58	R\$ 15.917,09	
519	22/02/2011	CAMINHÃO - FNAME	NF 4916 GASCOM - TANQUE PROCBOMA GASCOM	CAMINHÃO - FNAME	R\$ 49.000,00	R\$ 49.000,00	R\$ -	Crabato, J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calais	CT07232	5%	5,1%	Extremo	Normal	13,4	1,0	10,00	R\$ 171.737,01	R\$ 8.717,89	R\$ 8.717,89	
520	28/06/2012	MAQUINAS-FNAME	NF 499892 - SOTREGE - RETROSCAVADERA CATERPILLAR 416 E - CTR PPS 29679	MAQUINAS-FNAME	R\$ 208.000,00	R\$ 208.000,00	R\$ -	Crabato, J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calais	CT07150	5%	7,0%	Extremo	Normal	11,8	1,0	15,00	R\$ 501.163,54	R\$ 37.483,28	R\$ 37.483,28	
521	01/01/2009	MAQUINAS	NF 50636 SOTREGE 160206 - ESCAVADORA CATERPILLAR 320C	MAQUINAS	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ -	Crabato, J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calais	CT0769	5%	5,5%	Extremo	Normal	15,6	1,0	15,00	R\$ 877.331,69	R\$ 48.444,41	R\$ 48.444,41	
522	29/04/2015	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 5271913 - DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA - 05 MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL NSPRON 14 344W.1	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 7.493,54	R\$ 7.493,54	R\$ 0,00	Crabato, J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calais	CT07391	2%	2,0%	Extremo	Normal	9,3	1,0	3,00	R\$ 12.365,51	R\$ 247,13	R\$ 247,13	
523	01/01/2009	MAQUINAS	NF 535182 SOTREGE - ROLO COMPACTADOR CP 533 ANO 2006 ATIVACAO	MAQUINAS	R\$ 264.000,00	R\$ 264.000,00	R\$ -	Crabato, J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calais	CT07391	5%	5,5%	Extremo	Normal	16,6	1,0	15,00	R\$ 785.429,26	R\$ 43.983,67	R\$ 43.983,67	
524	03/10/2019	VEICULOS	NF 54 DBUIMS MBH COM. BVELTO CHASSI MBH360MBH367492	VEICULOS	R\$ 50.000,00	R\$ 48.279,57	R\$ 1.720,43	Valor_Da_Mercado	Hélio de Calais	CT07122	5%	5,5%	Extremo	Normal	4,8	1,0	5,00	R\$ 75.014,22	R\$ 75.014,22	R\$ 68.803,78	
525	18/09/2020	MAQUINAS-FNAME	NF 564275 SOTREGE S.A.	MAQUINAS-FNAME	R\$ 208.000,00	R\$ 163.320,00	R\$ 45.179,00	Valor_Residual_Control	Hélio de Calais	CT07380	5%	51,2%	Extremo	Normal	2,9	7,7	15,00	R\$ 208.000,00	R\$ 45.179,00	R\$ -	
526	30/04/2021	MAQUINAS-FNAME	NF 561000 - ESCAVADORA HERRALCIA 1500LC JONH DEERE ANO 2015 MODELO 2011 CHASSI 1F93030XACB0006	MAQUINAS-FNAME	R\$ 615.000,00	R\$ 615.000,00	R\$ -	Valor_Residual_Control	Hélio de Calais	CT07193	5%	12,1%	Extremo	Normal	9,3	1,8	15,00	R\$ 615.000,00	R\$ -	R\$ -	
527	11/12/2018	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 5610307 KALUNGA COMERCIO E INDUSTRIA GRAFICA LTDA IMPRESSORA FLOTER 4	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 2.699,10	R\$ 2.699,10	R\$ 0,00	Valor_Residual_Control	Hélio de Calais	CT07396	2%	2,0%	Extremo	Normal	5,6	1,0	3,00	R\$ 2.699,10	R\$ 0,00	R\$ -	
528	31/12/2004	MAQUINAS	NF 589 TEEFER - MODELO DE ABASTECIMENTO DESEAL	MAQUINAS	R\$ 42.963,00	R\$ 42.963,00	R\$ -	Valor_Residual_Control	Hélio de Calais	CT07386	5%	5,1%	Extremo	Normal	10,6	1,0	15,00	R\$ 42.963,00	R\$ -	R\$ -	
529	30/04/2015	MAQUINAS-FNAME	NF 56 - VENEZIA EQUIP.PESADOS - ESCAVADORA HERRALCIA 1500LC JONH DEERE ANO 2015 MODELO 2011 CHASSI 1F93030XACB0006	MAQUINAS-FNAME	R\$ 615.000,00	R\$ 615.000,00	R\$ -	Valor_Residual_Control	Hélio de Calais	CT07194	5%	12,1%	Extremo	Normal	9,3	1,8	15,00	R\$ 615.000,00	R\$ -	R\$ -	
530	30/10/2020	MAQUINAS-FNAME	NF 580704 Sotreg S.A	MAQUINAS-FNAME	R\$ 380.000,00	R\$ 285.408,00	R\$ 94.591,40	Valor_Residual_Control	Hélio de Calais	CT07380	5%	52,7%	Extremo	Normal	3,8	7,9	15,00	R\$ 380.000,00	R\$ 94.591,40	R\$ -	
531	30/10/2020	MAQUINAS-FNAME	NF 580705 Sotreg S.A	MAQUINAS-FNAME	R\$ 380.000,00	R\$ 285.408,00	R\$ 94.591,40	Valor_Residual_Control	Hélio de Calais	CT07380	5%	52,7%	Extremo	Normal	3,8	7,9	15,00	R\$ 380.000,00	R\$ 94.591,40	R\$ -	
532	30/10/2020	MAQUINAS-FNAME	NF 580706 Sotreg S.A	MAQUINAS-FNAME	R\$ 380.000,00	R\$ 285.408,00	R\$ 94.591,40	Valor_Residual_Control	Hélio de Calais	CT07380	5%	52,7%	Extremo	Normal	3,8	7,9	15,00	R\$ 380.000,00	R\$ 94.591,40	R\$ -	
533	30/10/2020	MAQUINAS-FNAME	NF 580711 Sotreg S.A	MAQUINAS-FNAME	R\$ 380.000,00	R\$ 285.408,00	R\$ 94.591,40	Valor_Residual_Control	Hélio de Calais	CT07380	5%	52,7%	Extremo	Normal	3,8	7,9	15,00	R\$ 380.000,00	R\$ 94.591,40	R\$ -	
534	03/12/2020	MAQUINAS-FNAME	NF 587414 SOTREGE S.A	MAQUINAS-FNAME	R\$ 380.000,00	R\$ 278.230,07	R\$ 101.741,93	Valor_Residual_Control	Hélio de Calais	CT07380	5%	53,8%	Extremo	Normal	3,7	8,1	15,00	R\$ 380.000,00	R\$ 101.741,93	R\$ -	
535	29/12/2020	MAQUINAS-FNAME	NF 573714 SOTREGE S.A	MAQUINAS-FNAME	R\$ 380.000,00	R\$ 272.946,24	R\$ 107.053,76	Valor_Residual_Control	Hélio de Calais	CT07380	5%	54,7%	Extremo	Normal	3,6	8,2	15,00	R\$ 380.000,00	R\$ 107.053,76	R\$ -	
536	29/12/2020	MAQUINAS-FNAME	NF 573789 SOTREGE S.A	MAQUINAS-FNAME	R\$ 380.000,00	R\$ 272.946,24	R\$ 107.053,76	Valor_Residual_Control	Hélio de Calais	CT07380	5%	54,7%	Extremo	Normal	3,6	8,2	15,00	R\$ 380.000,00	R\$ 107.053,76	R\$ -	
537	30/12/2020	MAQUINAS-FNAME	NF 573902 SOTREGE S.A	MAQUINAS-FNAME	R\$ 380.000,00	R\$ 272.741,33	R\$ 107.258,67	Valor_Residual_Control	Hélio de Calais	CT07380	5%	54,8%	Extremo	Normal	3,6	8,2	15,00	R\$ 380.000,00	R\$ 107.258,67	R\$ -	
538	31/01/2021	MAQUINAS-FNAME	NF 573903 SOTREGE S.A	MAQUINAS-FNAME	R\$ 380.000,00	R\$ 266.264,38	R\$ 113.735,62	Valor_Residual_Control	Hélio de Calais	CT07380	5%	58,9%	Extremo	Normal	3,5	8,4	15,00	R\$ 380.000,00	R\$ 113.735,62	R\$ -	
539	31/01/2021	MAQUINAS-FNAME	NF 573902 SOTREGE S.A	MAQUINAS-FNAME	R\$ 380.000,00	R\$ 266.264,38	R\$ 113.735,62	Valor_Residual_Control	Hélio de Calais	CT07380	5%	58,9%	Extremo	Normal	3,5	8,4	15,00	R\$ 380.000,00	R\$ 113.735,62	R\$ -	
540	01/01/2009	MAQUINAS	NF 587628 SOTREGE 235806 - ESCAVADORA CATERPILLAR 320C	MAQUINAS	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ -	Crabato, J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calais	CT0768	5%	5,5%	Extremo	Normal	16,6	1,0	15,00	R\$ 877.331,69	R\$ 48.444,41	R\$ 48.444,41	
541	07/02/2016	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 5886 - SURESSORFT - LICENÇA ANTI VIRUS	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 2.026,30	R\$ 2.026,30	R\$ -	Valor_Residual_Control	Hélio de Calais	CT07433	2%	2,0%	Extremo	Normal	7,8	1,0	3,00	R\$ 2.026,30	R\$ -	R\$ -	
542	23/01/2015	MOVES E UTENSILIOS	NF 5960 - AQUA VENT - COMERCIO DE ELTRO ELETRONICOS LTDA D BEBEDOURO HERMETICO STELO 220V	MOVES E UTENSILIOS	R\$ 779,00	R\$ 740,98	R\$ 37,02	Valor_Residual_Control	Hélio de Calais	CT07433	5%	11,4%	Extremo	Normal	9,5	1,7	15,00	R\$ 779,00	R\$ 37,02	R\$ -	
543	23/01/2015	MOVES E UTENSILIOS	NF 5960 - AQUA VENT - COMERCIO DE ELTRO ELETRONICOS LTDA D BEBEDOURO AQUA NEXO 10X LITROS 220V	MOVES E UTENSILIOS	R\$ 6.409,00	R\$ 6.151,88	R\$ 397,33	Valor_Residual_Control	Hélio de Calais	CT07433	5%	11,4%	Extremo	Normal	9,5	1,7	15,00	R\$ 6.409,00	R\$ 397,33	R\$ -	
544	16/06/2021	MAQUINAS	NF 5987 SCHONK TERPALENAGEM E TRANSPORTES (ROLO COMPACTADOR)	MAQUINAS	R\$ 150.000,00	R\$ 93.700,00	R\$ 56.250,00	Crabato, J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calais	CT07104	5%	68,8%	Extremo	Normal	3,1	9,1	15,00	R\$ 967.869,09	R\$ 345.210,20	R\$ 288.960,20	
545	16/06/2021	MAQUINAS	NF 5988 SCHONK TERPALENAGEM E TRANSPORTES (ROLO COMPACTADOR)	MAQUINAS	R\$ 150.000,00	R\$ 93.700,00	R\$ 56.250,00	Crabato, J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calais	CT07105	5%	68,8%	Extremo	Normal	3,1	9,1	15,00	R\$ 967.869,09	R\$ 345.210,20	R\$ 288.960,20	
546	07/03/2012	VEICULOS	NF 61227 - MOTOCICLETA XRE30	VEICULOS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	Crabato, J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calais	CT07316	5%	5,0%	Extremo	Normal	12,4	1,0	5,00	R\$ 34.842,41	R\$ 1.742,14	R\$ 1.742,14	
547	07/03/2012	VEICULOS	NF 61228 - MOTOCICLETA XRE30	VEICULOS	R\$ 12.890,00	R\$ 12.890,00	R\$ -	Crabato, J. Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Calais	CT07317	5%	5,0%	Extremo	Normal	12,4	1,0	5,00	R\$ 34.842,41	R\$ 1.742,14	R\$ 1.742,14	
548	20/11/2013	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 61999 - LENOVO TECNOLOGIA BRASIL LTDA - 1 NOTEBOOK T4307 - 320X48X950GBW7P0K0414H0C6ELL720PHD	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 2.098,00	R\$ 2.098,00	R\$ -	Valor_Da_Mercado	Hélio de Calais	CT07387	2%	2,0%	Extremo	Normal	10,7	1,0	3,00	R\$ 2.105,74	R\$ 2.105,74	R\$ 2.105,74	
549	20/11/2013	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 61999 - LENOVO TECNOLOGIA BRASIL LTDA - 1 NOTEBOOK T4307 - 320X48X950GBW7P0K0414H0C6ELL720PHD	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 2.099,00	R\$ 2.099,00	R\$ -	Valor_Da_Mercado	Hélio de Calais	CT07387	2%	2,0%	Extremo	Normal	10,7	1,0	3,00	R\$ 2.105,74	R\$ 2.105,74	R\$ 2.105,74	
550	20/11/2013	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 61999 - LENOVO TECNOLOGIA BRASIL LTDA - 1 NOTEBOOK T4307 - 320X48X950GBW7P0K0414H0C6ELL720PHD	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 2.099,00	R\$ 2.099,00	R\$ -	Valor_Da_Mercado	Hélio de Calais	CT07387	2%	2,0%	Extremo	Normal	10,7	1,0	3,00	R\$ 2.105,74	R\$ 2.105,74	R\$ 2.105,74	
551	20/11/2013	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 61999 - LENOVO TECNOLOGIA BRASIL LTDA - 1 NOTEBOOK T4307 - 320X48X950GBW7P0K0414H0C6ELL720PHD	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 2.099,00	R\$ 2.099,00	R\$ -	Valor_Da_Mercado	Hélio de Calais	CT07387	2%	2,0%	Extremo	Normal	10,7	1,0	3,00	R\$ 2.105,74	R\$ 2.105,74	R\$ 2.105,74	
552	20/11/2013	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 62000 - LENOVO TECNOLOGIA BRASIL LTDA - 1 NOTEBOOK T4307 - 320X48X950GBW7P0K0414H0C6ELL720PHD	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 2.098,00	R\$ 2.098,00	R\$ -	Valor_Da_Mercado	Hélio de Calais	CT07388	2%	2,0%	Extremo	Normal	10,7	1,0	3,00	R\$ 2.			

ID APIS	DATA DE INCORPORAÇÃO	CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO DO BEM	CLASSE FINAL	ADQUIÇÃO	DEPRECIACÃO	VALOR RESIDUAL	CÓDIGO DE AVALIAÇÃO	MÉTODO DE DEPRECIACÃO	LINK COTAÇÃO	RATEIO	RESIDUAL	DEPRECIACÃO FINAL	CT	CM	IDADE FINAL	VIDA ÚTIL REMANESCENTE	VIDA ÚTIL ECONÔMICA POR FAMÍLIA	VALOR DE REPRODUÇÃO	VALOR JUSTO	MAIS VALIA
980	22/10/2012	MÁQUINAS-FRAME	NF 79810 - BAUKO - COMPACTADOR DYNAPAC MOD CA2590 CAB. NAC. - PROPOSTA B9310086	MÁQUINAS-FRAME	R\$ 285.000,00	R\$ 285.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Caires	COT166		5%	7,5%	Externo	Normal	11,8	1,0	15,00	R\$ 967.869,08	R\$ 42.863,01	R\$ 42.863,01
981	22/10/2012	MÁQUINAS-FRAME	NF 79812 - BAUKO - COMPACTADOR DYNAPAC MOD CA2590 CAB. NAC. - PROPOSTA B9260086	MÁQUINAS-FRAME	R\$ 285.000,00	R\$ 285.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Caires	COT169		5%	7,5%	Externo	Normal	11,8	1,0	15,00	R\$ 967.869,08	R\$ 42.863,01	R\$ 42.863,01
982	22/10/2012	MÁQUINAS-FRAME	NF 79813 - BAUKO - COMPACTADOR DYNAPAC MOD CA2590 CAB. NAC. - PROPOSTA B9310086	MÁQUINAS-FRAME	R\$ 285.000,00	R\$ 285.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Caires	COT166		5%	7,5%	Externo	Normal	11,8	1,0	15,00	R\$ 967.869,08	R\$ 42.863,01	R\$ 42.863,01
983	22/10/2012	MÁQUINAS-FRAME	NF 79817 - BAUKO - COMPACTADOR DYNAPAC MOD CA2590 CAB. NAC. - PROPOSTA B9260086	MÁQUINAS-FRAME	R\$ 285.000,00	R\$ 285.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Caires	COT170		5%	7,5%	Externo	Normal	11,8	1,0	15,00	R\$ 967.869,08	R\$ 42.863,01	R\$ 42.863,01
984	22/10/2012	MÁQUINAS-FRAME	NF 79818 - BAUKO - COMPACTADOR DYNAPAC MOD CA2590 CAB. NAC. - PROPOSTA B9310086	MÁQUINAS-FRAME	R\$ 285.000,00	R\$ 285.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Caires	COT167		5%	7,5%	Externo	Normal	11,8	1,0	15,00	R\$ 967.869,08	R\$ 42.863,01	R\$ 42.863,01
985	25/10/2012	MÁQUINAS-FRAME	NF 80020 - BAUKO - TRATOR DE ESTERAS STANDARD MOD DEX-1863 MARCA KOMATSU - PROPOSTA R9320086	MÁQUINAS-FRAME	R\$ 620.000,00	R\$ 620.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Caires	COT160		5%	7,6%	Externo	Normal	11,8	1,0	15,00	R\$ 1.490.005,13	R\$ 112.596,50	R\$ 112.596,50
986	01/01/2016	VEÍCULOS	NF 80102 - CITROEN C3 GLX 1.4 FLEX CHASSI 390F0FV08862021 ANOMODELO 2008/2008	VEÍCULOS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	Valor, Da, Mercado	Hélio de Caires	COT226		5%	5,0%	Externo	Normal	8,1	1,0	5,00	R\$ 20.499,24	R\$ 20.499,24	R\$ 20.499,24
987	10/04/2023	MÁQUINAS-FRAME	NF 82428 - SUTERRE S.A. - ESCAVADORA	MÁQUINAS-FRAME	R\$ 1.980.000,00	R\$ 988.869,08	R\$ 1.023.164,94	Atualizado, Mercado, Depreciação	Hélio de Caires			5%	84,8%	Externo	Normal	1,2	12,7	15,00	R\$ 1.461.562,19	R\$ 1.228.123,03	R\$ 264.068,36
988	21/08/2017	EQUIPAMENTOS	NF 8239 - MÁQUINA SOLD MGS ULTRAMAX 250 A 220 VOLTS	EQUIPAMENTOS	R\$ 3.800,00	R\$ 3.800,00	R\$ 0,00	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Caires	COT475		5%	22,2%	Externo	Normal	6,9	3,7	15,00	R\$ 7.441,17	R\$ 1.646,80	R\$ 1.646,81
989	27/03/2012	VEÍCULOS	NF 820 - BLUMART SERV. ESPEC. CMRL INDAMER LTDA, HELIX CD 4X4 DA NF 2940	VEÍCULOS	R\$ 11.200,00	R\$ 11.200,00	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Caires			5%	5,0%	Externo	Normal	12,3	1,0	5,00	R\$ 11.200,00	R\$ -	R\$ -
600	04/03/2013	MÁQUINAS	NF 8484 - BAUKO - EMPILHADERA MOD GLP/9000 MARCA YALE TORRE SIMPLEX	MÁQUINAS	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ -	Valor, Da, Mercado	Hélio de Caires	COT92		5%	7,9%	Externo	Normal	11,5	1,0	15,00	R\$ 100.548,36	R\$ 100.548,36	R\$ 100.548,36
601	01/01/2009	MÁQUINAS-FRAME	NF 842719 - MARCHESAN - REF AQUISICAO DE GRADE ARADORA PARA TRATOR VALTRA - IMPLEMENTO	MÁQUINAS-FRAME	R\$ 17.000,00	R\$ 17.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Caires	COT109		5%	5,5%	Externo	Normal	15,6	1,0	15,00	R\$ 42.720,43	R\$ 2.368,93	R\$ 2.368,93
602	01/01/2009	MÁQUINAS-FRAME	NF 842719 - MARCHESAN - REF AQUISICAO DE GRADE ARADORA PARA TRATOR VALTRA - IMPLEMENTO	MÁQUINAS-FRAME	R\$ 17.000,00	R\$ 17.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Caires	COT111		5%	5,5%	Externo	Normal	15,6	1,0	15,00	R\$ 42.720,43	R\$ 2.368,93	R\$ 2.368,93
603	01/01/2009	MÁQUINAS-FRAME	NF 842720 - MARCHESAN - REF AQUISICAO DE GRADE ARADORA PARA TRATOR VALTRA - IMPLEMENTO	MÁQUINAS-FRAME	R\$ 17.000,00	R\$ 17.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Caires	COT113		5%	5,5%	Externo	Normal	15,6	1,0	15,00	R\$ 42.720,43	R\$ 2.368,93	R\$ 2.368,93
604	01/01/2009	MÁQUINAS-FRAME	NF 842720 - MARCHESAN - REF AQUISICAO DE GRADE ARADORA PARA TRATOR VALTRA - IMPLEMENTO	MÁQUINAS-FRAME	R\$ 17.000,00	R\$ 17.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Caires	COT113		5%	5,5%	Externo	Normal	15,6	1,0	15,00	R\$ 42.720,43	R\$ 2.368,93	R\$ 2.368,93
605	01/01/2009	MÁQUINAS-FRAME	NF 842720 - MARCHESAN - REF AQUISICAO DE GRADE ARADORA PARA TRATOR VALTRA - IMPLEMENTO	MÁQUINAS-FRAME	R\$ 17.000,00	R\$ 17.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Caires	COT116		5%	5,5%	Externo	Normal	15,6	1,0	15,00	R\$ 42.720,43	R\$ 2.368,93	R\$ 2.368,93
606	04/05/2012	EQUIPAMENTOS	NF 84827 - MARCHESAN- AQUIS. GRADE ARADORA AND FAB 2012 SEG 3181	EQUIPAMENTOS	R\$ 18.900,00	R\$ 18.900,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Caires	COT453		5%	7,1%	Externo	Normal	12,2	1,0	15,00	R\$ 46.888,27	R\$ 3.329,71	R\$ 3.329,71
607	10/08/2012	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 8629 - TECHMICRO INFORMATICA LTDA - MONITOR LED 32"	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 1.092,00	R\$ 1.092,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Caires	COT381		2%	2,0%	Externo	Normal	12,0	1,0	3,00	R\$ 1.076,96	R\$ 21,53	R\$ 21,53
608	10/08/2012	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 8629 - TECHMICRO INFORMATICA LTDA - MONITOR LED 32"	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 1.092,00	R\$ 1.092,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Caires	COT381		2%	2,0%	Externo	Normal	12,0	1,0	3,00	R\$ 1.076,96	R\$ 21,53	R\$ 21,53
609	10/08/2012	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 8629 - TECHMICRO INFORMATICA LTDA - MONITOR LED 19 ESB087	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 351,90	R\$ 351,90	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Caires	COT380		2%	2,0%	Externo	Normal	12,0	1,0	3,00	R\$ 388,19	R\$ 7,76	R\$ 7,76
610	10/08/2012	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 8629 - TECHMICRO INFORMATICA LTDA - MONITOR LED 19 ESB087	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 351,90	R\$ 351,90	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Caires	COT380		2%	2,0%	Externo	Normal	12,0	1,0	3,00	R\$ 388,19	R\$ 7,76	R\$ 7,76
611	10/08/2012	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 8629 - TECHMICRO INFORMATICA LTDA - MONITOR LED 19 ESB087	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 351,90	R\$ 351,90	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Caires	COT380		2%	2,0%	Externo	Normal	12,0	1,0	3,00	R\$ 388,19	R\$ 7,76	R\$ 7,76
612	10/08/2012	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 8629 - TECHMICRO INFORMATICA LTDA - MONITOR LED 19 ESB087	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 351,90	R\$ 351,90	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Caires	COT380		2%	2,0%	Externo	Normal	12,0	1,0	3,00	R\$ 388,19	R\$ 7,76	R\$ 7,76
613	22/09/2016	EQUIPAMENTOS	NF 86736 ADAPTADOR DE IMPACTO - ANT FERRAMENTAS	EQUIPAMENTOS	R\$ 840,00	R\$ 840,00	R\$ 0,00	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Caires	COT644		5%	13,3%	Externo	Normal	8,9	2,0	15,00	R\$ 465,23	R\$ 60,91	R\$ 60,91
614	22/09/2016	EQUIPAMENTOS	NF 86736 SOQUETE SEXTAVADO IMPACTO EXCAVE 1 1/2 X 3 1/2 - ANT FERRAMENTAS	EQUIPAMENTOS	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 0,00	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Caires	COT643		5%	13,3%	Externo	Normal	8,9	2,0	15,00	R\$ 2.268,09	R\$ 299,98	R\$ 299,98
615	17/09/2015	EQUIPAMENTOS	NF 86849 RELÓGIO COMPARADOR 8 A 51MM E 8 A 45mm DIGIMESS - ANT FERRAMENTAS	EQUIPAMENTOS	R\$ 147,00	R\$ 147,00	R\$ 0,00	Valor, Residual, Control	Hélio de Caires	COT467		5%	13,2%	Externo	Normal	8,9	2,0	15,00	R\$ 147,00	R\$ 0,00	R\$ -
616	17/09/2015	EQUIPAMENTOS	NF 86849 SUPORTE DE MEDIÇÃO COM BASE MAGNÉTICA DIGIMESS - ANT FERRAMENTAS	EQUIPAMENTOS	R\$ 313,00	R\$ 313,00	R\$ 0,00	Valor, Residual, Control	Hélio de Caires	COT467		5%	13,2%	Externo	Normal	8,9	2,0	15,00	R\$ 313,00	R\$ 0,00	R\$ -
617	22/09/2015	EQUIPAMENTOS	NF 87151 MICROMETRO EXTERNO BATEENTE INTERCAMBIÁVEL DE 8 A 150MM DIGIMESS - ANT FERRAMENTAS	EQUIPAMENTOS	R\$ 1.267,00	R\$ 1.267,00	R\$ 0,00	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Caires	COT465		5%	13,3%	Externo	Normal	8,9	2,0	15,00	R\$ 1.741,33	R\$ 231,45	R\$ 231,45
618	28/09/2012	CAMINHÃO - FRAME	NF 89119 - AUTO BUECO - CAMINHÃO TRATOR FH 460 6X2 MOD VOLVO - PROPOSTA 1030086	CAMINHÃO - FRAME	R\$ 325.000,00	R\$ 325.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Caires	COT238		5%	5,2%	Externo	Normal	11,8	1,0	10,00	R\$ 899.093,49	R\$ 46.639,29	R\$ 46.639,29
619	29/05/2012	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 89498 - DELL COMPUTADORES - 1 GARANTIA ESTENDIDA 3 ANOS DA NF 2593127	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 608,00	R\$ 608,00	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Caires			2%	2,0%	Externo	Normal	12,2	1,0	3,00	R\$ 608,00	R\$ -	R\$ -
620	29/05/2012	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 89498 - DELL COMPUTADORES - 1 GARANTIA ESTENDIDA 3 ANOS DA NF 2593127	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 608,00	R\$ 608,00	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Caires			2%	2,0%	Externo	Normal	12,2	1,0	3,00	R\$ 608,00	R\$ -	R\$ -
621	29/05/2012	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 89498 - DELL COMPUTADORES - 1 GARANTIA ESTENDIDA 3 ANOS DA NF 2593127	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 608,00	R\$ 608,00	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Caires			2%	2,0%	Externo	Normal	12,2	1,0	3,00	R\$ 608,00	R\$ -	R\$ -
622	29/05/2012	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 89498 - DELL COMPUTADORES - 1 GARANTIA ESTENDIDA 3 ANOS DA NF 2593127	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 75,00	R\$ 75,00	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Caires			2%	2,0%	Externo	Normal	12,2	1,0	3,00	R\$ 75,00	R\$ -	R\$ -
623	29/05/2012	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 89498 - DELL COMPUTADORES - 1 GARANTIA ESTENDIDA 3 ANOS DA NF 2593127	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 75,00	R\$ 75,00	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Caires			2%	2,0%	Externo	Normal	12,2	1,0	3,00	R\$ 75,00	R\$ -	R\$ -
624	29/05/2012	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 89498 - DELL COMPUTADORES - 1 GARANTIA ESTENDIDA 3 ANOS DA NF 2593127	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 75,00	R\$ 75,00	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Caires			2%	2,0%	Externo	Normal	12,2	1,0	3,00	R\$ 75,00	R\$ -	R\$ -
625	29/05/2012	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 89692 - DELL COMPUTADORES - 1 GARANTIA ESTENDIDA 3 ANOS DA NF 2594666	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 2.099,00	R\$ 2.099,00	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Caires			2%	2,0%	Externo	Normal	12,1	1,0	3,00	R\$ 2.099,00	R\$ -	R\$ -
626	29/05/2012	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 89692 - DELL COMPUTADORES - 1 GARANTIA ESTENDIDA 3 ANOS DA NF 2594666	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 190,00	R\$ 190,00	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Caires			2%	2,0%	Externo	Normal	12,2	1,0	3,00	R\$ 190,00	R\$ -	R\$ -
627	29/05/2012	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	NF 89692 - DELL COMPUTADORES - 1 GARANTIA ESTENDIDA 3 ANOS DA NF 2594666	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 190,00	R\$ 190,00	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Caires			2%	2,0%	Externo	Normal	12,2	1,0	3,00	R\$ 190,00	R\$ -	R\$ -
628	11/02/2001	MOVES E UTENSÍLIOS	NF 9305 CAD. DIR. NEW PARADISE RELAX TELA INJ. EST. ALUM. PR 320 PS CROM.	MOVES E UTENSÍLIOS	R\$ 3.995,40	R\$ 1.385,31	R\$ 2.610,09	Valor, Residual, Control	Hélio de Caires	COT460		5%	56,2%	Externo	Normal	3,5	8,4	15,00	R\$ 3.995,40	R\$ 2.610,09	R\$ -
629	22/06/2015	EQUIPAMENTOS	NF 942 - HOTHIMAG COM DE MAQ AGRICOLAS LTDA 01 FERRODOR DE SOLO B922 250MM	EQUIPAMENTOS	R\$ 1.350,00	R\$ 1.350,00	R\$ 0,00	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Caires	COT469		5%	12,0%	Externo	Normal	9,1	1,0	15,00	R\$ 1.350,17	R\$ 165,94	R\$ 165,94
630	24/06/2006	MOVES E UTENSÍLIOS	QUATRO MESAS EXECUTIVAS	MOVES E UTENSÍLIOS	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Caires	COT460		5%	5,2%	Externo	Normal	18,1	1,0	15,00	R\$ 11.007,53	R\$ 670,38	R\$ 670,38
631	31/12/2004	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	RECEPTOR DEPHIMATER LASER	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	R\$ 4.200,00	R\$ 4.200,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Caires	COT341		2%	2,0%	Externo	Normal	19,6	1,0	3,00	R\$ 18.929,19	R\$ 378,58	R\$ 378,58
632	11/04/2002	MOVES E UTENSÍLIOS	Receptor Dephmatr Laser	MOVES E UTENSÍLIOS	R\$ 4.200,00	R\$ 4.200,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Caires	COT341		5%	5,0%	Externo	Normal	22,3	1,0	15,00	R\$ 18.929,19	R\$ 952,33	R\$ 952,33
633	04/07/2009	VEÍCULOS - FRAME	RENAULT KANGOO	VEÍCULOS - FRAME	R\$ 33.222,00	R\$ 33.222,00	R\$ -	Valor, Da, Mercado	Hélio de Caires	COT228		5%	5,0%	Externo	Normal	16,1	1,0	5,00	R\$ 24.177,26	R\$ 24.177,26	R\$ 24.177,26
634	31/12/2004	CAMINHÃO	SCANIA MOD P14 (DEPREC. 20 % AO ANO.)	CAMINHÃO	R\$ 133.016,13	R\$ 133.016,13	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Caires	COT286		5%	5,0%	Externo	Normal	19,6	1,0	10,00	R\$ 133.016,13	R\$ -	R\$ -
635	31/03/2006	MÁQUINAS	SEM REBOQUE	MÁQUINAS	R\$ 76.000,00	R\$ 76.000,00	R\$ -	Crédito, à Novo, Menos, Depreciação	Hélio de Caires	COT41		5%	5,2%	Externo	Normal	18,3	1,0	15,00	R\$ 107.902,48	R\$ 9.794,27	R\$ 9.794,27
636	31/12/2004	MÁQUINAS	SEPARADOR AGULHADO	MÁQUINAS	R\$ 2.016,16	R\$ 2.016,16	R\$ -	Excluídas	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
637	02/01/2009	STARSOFT APPLICATION	STARSOFT APPLICATION	STARSOFT APPLICATION	R\$ 226.204,12	R\$ 226.204,12	R\$ -	Valor, Residual, Control	Hélio de Caires			N/A	N/A	Externo							



ANEXO 4

GLOSSÁRIO

A

ABL

Área bruta locável.

ABNT

Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Abordagem da renda

Método de avaliação pela conversão a valor presente de benefícios econômicos esperados.

Abordagem de ativos

Método de avaliação de empresas em que todos os ativos e passivos (incluindo os não contabilizados) têm seus valores ajustados aos de mercado. Também conhecido como patrimônio líquido a mercado.

Abordagem de mercado

Método de avaliação no qual são adotados múltiplos comparativos derivados de preço de vendas de ativos similares.

Ágio por expectativa de rentabilidade futura (fundo de comércio ou goodwill)

Benefícios econômicos futuros decorrentes de ativos não passíveis de serem individualmente identificados nem separadamente reconhecidos.

Amortização

Alocação sistemática do valor amortizável de ativo ao longo de sua vida útil.

Amostra

Conjunto de dados de mercado representativos de uma população.

Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)

Refere-se à certificação de Engenheiros e Arquitetos.

Aproveitamento eficiente

Aquele recomendável e tecnicamente possível para o local, em uma data de referência, observada a tendência mercadológica nas circunvizinhanças, entre os diversos usos permitidos pela legislação pertinente.

Área Boma

Somatório de parte da área comum com a área útil.

Área equivalente de construção

Área construída sobre a qual é aplicada a equivalência de custo unitário de construção correspondente, de acordo com os postulados da ABNT.

Área homogeneizada

Área útil, privativa ou construída com tratamentos matemáticos, para fins de avaliação, segundo critérios baseados no mercado imobiliário.

Área privativa

Área útil acrescida de elementos construtivos (tais como paredes, pilares etc.) e *hall* de elevadores (em casos particulares).

Área total de construção

Resultante do somatório da área real privativa e da área comum atribuídas a uma unidade autônoma, definidas conforme a ABNT.

Área útil

Área real privativa subtraída a área ocupada pelas paredes e por outros elementos construtivos que impeçam ou dificultem sua utilização.

Arrendamento mercantil financeiro

O que transfere substancialmente todos os riscos e benefícios vinculados à posse do ativo, o qual pode ou não ser futuramente transferido. O arrendamento que não for financeiro é operacional.

Arrendamento mercantil operacional

O que não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo. O arrendamento que não for operacional é financeiro.

Ativo

Recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados dos quais se esperam benefícios econômicos futuros para a entidade.

Ativo imobilizado

Ativos tangíveis disponibilizados para uso na produção ou no fornecimento de bens ou serviços, na locação por outros, investimento, ou fins administrativos, esperando-se que sejam usados por mais de um período contábil.

Ativo intangível

Ativo identificável não monetário sem substância física. Tal ativo é identificável quando: a) for separável, isto é, capaz de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, tanto individualmente quanto junto com contrato, ativo ou passivo relacionados; b) resulta de direitos contratuais ou outros direitos legais, quer esses direitos sejam transferíveis quer sejam separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Ativo tangível

Ativo de existência física como terreno, construção, máquina, equipamento, móvel e utensílio.

Ativos não operacionais

Aqueles não ligados diretamente às atividades de operação da empresa (podem ou não gerar receitas) e que podem ser alienados sem prejuízo do seu funcionamento.

Ativos operacionais

Bens fundamentais ao funcionamento da empresa.

Avaliação

Ato ou processo de determinar o valor de um ativo.

B

BDI (Budget Difference Income)

Benefícios e Despesas Indiretas. Percentual que indica os benefícios e as despesas indiretas incidentes sobre o custo direto da construção.

Bem

Coisa que tem valor, suscetível de utilização ou que pode ser objeto de direito, que integra um patrimônio.

Benefícios econômicos

Benefícios como receitas, lucro líquido, fluxo de caixa líquido etc.

Beta

Medida de risco sistemático de uma ação; tendência do preço de determinada ação a estar correlacionado com mudanças em determinado índice.

Beta alavancado

Valor de beta refletindo o endividamento na estrutura de capital.

C

Campo de arbítrio

Intervalo de variação no entorno do

estimador pontual adotado na avaliação, dentro do qual se pode arbitrar o valor do bem desde que justificado pela existência de características próprias não contempladas no modelo.

CAPEX (Capital Expenditure)

Investimento em ativo permanente.

CAPM (Capital Asset Pricing Model)

Modelo no qual o custo de capital para qualquer ação ou lote de ações equivale à taxa livre de risco acrescida de prêmio de risco proporcionado pelo risco sistemático da ação ou lote de ações em estudo. Geralmente utilizado para calcular o Custo de Capital Próprio ou Custo de Capital do Acionista.

CFC

Conselho Federal de Contabilidade.

Códigos alocados

Ordenação numeral (notas ou pesos) para diferenciar as características qualitativas dos imóveis.

Combinação de negócios

União de entidades ou negócios separados produzindo demonstrações contábeis de uma única entidade que reporta. Operação ou outro evento por meio do qual um adquirente obtém o controle de um ou mais negócios, independente da forma jurídica da operação.

Controlada

Entidade, incluindo aquela sem personalidade jurídica, tal como uma associação, controlada por outra entidade (conhecida como controladora).

Controladora

Entidade que possui uma ou mais controladas.

Controle

Poder de direcionar a gestão estratégica política e administrativa de uma empresa.

CPC

Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Custo

Total dos gastos diretos e indiretos necessários à produção, manutenção ou aquisição de um bem em uma determinada data e situação.

Custo de capital

Taxa de retorno esperado requerida pelo mercado como atrativa de fundos para determinado investimento.

Custo de reedição

Custo de reprodução, descontada a depreciação do bem, tendo em vista o estado em que se encontra.

Custo de reprodução

Gasto necessário para reproduzir um bem, sem considerar eventual depreciação.

Custo de substituição

Custo de reedição de um bem, com a mesma função e características assemelhadas ao avaliando.

Custo direto de produção

Gastos com insumos, inclusive mão de obra, na produção de um bem.

Custo indireto de produção

Despesas administrativas e financeiras, benefícios e demais ônus e encargos necessários à produção de um bem.

CVM

Comissão de Valores Mobiliários.

D

Dado de mercado

Conjunto de informações coletadas no mercado relacionadas a um determinado bem.

Data-base

Data específica (dia, mês e ano) de aplicação do valor da avaliação.

Data de emissão

Data de encerramento do laudo de avaliação, quando as conclusões da avaliação são transmitidas ao cliente.

DCF (Discounted Cash Flow)

Fluxo de caixa descontado.

D&A

Depreciação e Amortização.

Depreciação

Alocação sistemática do valor depreciável de ativo durante a sua vida útil.

Dívida líquida

Caixa e equivalentes, posição líquida em derivativos, dívidas financeiras de curto e longo prazo, dividendos a receber e apagar, recebíveis e contas a pagar relacionadas a debêntures, déficits de curto e longo prazo com fundos de pensão, provisões, outros créditos e obrigações com pessoas vinculadas, incluindo bônus de subscrição.

Documentação de suporte

Documentação levantada e fornecida pelo cliente na qual estão baseadas as premissas do laudo.

E

EBIT (Earnings Before Interests and Taxes)

Lucro antes de juros e impostos.

EBITDA (Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization)

Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização.

Empreendimento

Conjunto de bens capaz de produzir receitas por meio de comercialização ou exploração econômica. Pode ser: imobiliário (ex.: loteamento, prédios comerciais/residenciais), de base imobiliária (ex.: hotel, shopping center, parques temáticos), industrial ou rural.

Empresa

Entidade comercial, industrial, prestadora de serviços ou de investimento detentora de atividade econômica.

Enterprise value

Valor econômico da empresa.

Equity value

Valor econômico do patrimônio líquido.

Estado de conservação

Situação física de um bem em decorrência de sua manutenção.

Estrutura de capital

Composição do capital investido de uma empresa entre capital próprio (patrimônio) e capital de terceiros (endividamento).

F

Fator de comercialização

Razão entre o valor de mercado de um bem e seu custo de reedição ou substituição, que pode ser maior ou menor que 1 (um).

FCFF (Free Cash Flow to Firm)

Fluxo de caixa livre para a firma, ou fluxo de caixa livre desalavancado.

Fluxo de caixa

Caixa gerado por um ativo, grupo de ativos ou empresa durante determinado período de tempo. Geralmente o termo é complementado por uma qualificação referente ao contexto (operacional, não operacional etc.).

Fluxo de caixa do capital investido

Fluxo gerado pela empresa a ser revertido aos financiadores (juros e amortizações) e acionistas (dividendos) depois de considerados custo e despesas operacionais e investimentos de capital.

Fração ideal

Percentual pertencente a cada um dos compradores (condôminos) no terreno e nas coisas comuns da edificação.

G

Gleba urbanizável

Terreno passível de receber obras de infraestrutura urbana, visando ao seu aproveitamento eficiente, por meio de loteamento, desmembramento ou implantação de empreendimento.

Goodwill

Ver Ágio por expectativa de rentabilidade futura.

H

Homogeneização

Tratamento dos preços observados, mediante a aplicação de transformações matemáticas que expressem, em termos relativos, as diferenças entre os atributos dos dados de mercado e os do bem avaliando.

I

IAS (International Accounting Standard)

Normas Internacionais de Contabilidade.

IASB (International Accounting Standards Board)

Junta Internacional de Normas Contábeis.

Idade aparente

Idade estimada de um bem em função de suas características e estado de conservação no momento da vistoria.

IFRS (International Financial Reporting Standard)

Normas Internacionais de Relatórios Financeiros, conjunto de pronunciamentos de contabilidade internacionais publicados e revisados pelo IASB.

Imóvel

Bem constituído de terreno e eventuais benfeitorias a ele incorporadas. Pode ser classificado como urbano ou rural, em função da sua localização, uso ou vocação.

Imóvel de referência

Dado de mercado com características comparáveis às do imóvel avaliando.

Impairment

Ver Perdas por desvalorização.

Inferência estatística

Parte da ciência estatística que permite extrair conclusões sobre a população a partir de amostra.

Infraestrutura básica

Equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de acesso.

Instalações

Conjunto de materiais, sistemas, redes, equipamentos e serviços para apoio operacional a uma máquina isolada, linha de produção ou unidade industrial, conforme grau de agregação.

IVSC

International Valuation Standards Council.

L

Liquidação forçada

Condição relativa à hipótese de uma venda compulsória ou em prazo menor que a média de absorção pelo mercado.

Liquidez

Capacidade de rápida conversão de determinado ativo em dinheiro ou em pagamento de determinada dívida.

Loteamento

Subdivisão de gleba em lotes destinados a edificações, com abertura de novas vias de circulação de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das já existentes.

Luvas

Quantia paga pelo futuro inquilino para assinatura ou transferência do contrato de locação, a título de remuneração do ponto comercial.

M

Metodologia de avaliação

Uma ou mais abordagens utilizadas na elaboração de cálculos avaliatórios para a indicação de valor de um ativo.

Modelo de regressão

Modelo utilizado para representar determinado fenômeno, com base em uma amostra, considerando-se as diversas características influenciadoras.

Múltiplo

Valor de mercado de uma empresa, ação ou capital investido, dividido por uma medida da empresa (EBITDA, receita, volume de clientes etc).

N

Normas Internacionais de Contabilidade

Normas e interpretações adotadas pela IASB. Elas englobam: Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS); Normas Internacionais de Contabilidade (IAS); e interpretações desenvolvidas pelo Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRIC) ou pelo antigo Comitê Permanente de Interpretações (SIC).

P

Padrão construtivo

Qualidade das benfeitorias em função das especificações dos projetos, de materiais, execução e mão de obra efetivamente utilizados na construção.

Parecer técnico

Relatório circunstanciado ou esclarecimento técnico, emitido por um profissional capacitado e legalmente habilitado, sobre assunto de sua especificidade.

Passivo

Obrigações presentes que resultam de acontecimentos passados, em que se espera que a liquidação desta resulte em fluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios econômicos.

Patrimônio líquido a mercado

Abordagem de ativos.

Perdas por desvalorização (*impairment*)

Valor contábil do ativo que excede, no caso de estoques, seu preço de venda menos o custo para completá-lo e despesa de vendê-lo; ou, no caso de outros ativos, seu valor justo menos a despesa para a venda.

Perícia

Atividade técnica realizada por profissional com qualificação específica para averiguar e esclarecer fatos, verificar o estado de um bem, apurar as causas que motivaram determinado evento, avaliar bens, seus custos, frutos ou direitos.

Pesquisa de mercado

Conjunto de atividades de identificação, investigação, coleta, seleção, processamento, análise e interpretação de resultados sobre dados de mercado.

Planta de valores

Representação gráfica ou listagem dos valores genéricos de metro quadrado de terreno ou do imóvel em uma mesma data.

Ponto comercial

Bem intangível que agrega valor ao imóvel comercial, decorrente de sua localização e expectativa de exploração comercial.

População

Totalidade de dados de mercado do segmento que se pretende analisar.

Preço

Quantia pela qual se efetua uma transação envolvendo um bem, um fruto ou um direito sobre ele.

Prêmio de controle

Valor ou percentual de um valor pró-rata de lote de ações controladoras sobre o valor pró-rata de ações sem controle, que refletem o poder de controle.

Profundidade equivalente

Resultado numérico da divisão da área de um lote pela sua frente projetada principal.

Propriedade para investimento

Imóvel (terreno, construção ou parte de construção, ou ambos) mantido pelo proprietário ou arrendatário sob arrendamento, tanto para receber pagamento de aluguel quanto para valorização de capital, ou ambos, que não seja para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, como também para fins administrativos.

R

Rd (Custo da Dívida)

Medida do valor pago pelo capital provindo de terceiros, sob a forma de empréstimos, financiamentos, captações no mercado, entre outros.

Re (Custo de Capital Próprio)

Retorno requerido pelo acionista pelo capital investido.

Risco do negócio

Grau de incerteza de realização de retornos futuros esperados do negócio, resultantes de fatores que não alavancagem financeira.

S

Seguro

Transferência de risco garantida por contrato, pelo qual uma das partes se obriga, mediante cobrança de prêmio, a indenizar a outra pela ocorrência de sinistro coberto pela apólice.

Sinistro

Evento que causa perda financeira.

T

Taxa de desconto

Qualquer divisor usado para a conversão de um fluxo de benefícios econômicos futuros em valor presente.

Taxa interna de retorno

Taxa de desconto em que o valor presente do fluxo de caixa futuro é equivalente ao custo do investimento.

Testada

Medida da frente de um imóvel.

Tratamento de dados

Aplicação de operações que expressem, em termos relativos, as diferenças de atributos entre os dados de mercado e os do bem avaliando.

U

Unidade geradora de caixa

Menor grupo de ativos identificáveis gerador de entradas de caixa que são, em grande parte, independentes de entradas geradas por outros ativos ou grupos de ativos.

V

Valor atual

Valor de reposição por novo depreciado em função do estado físico em que se encontra o bem.

Valor contábil

Valor em que um ativo ou passivo é reconhecido no balanço patrimonial.

Valor da perpetuidade

Valor ao final do período projetivo a ser adicionado no fluxo de caixa.

Valor de dano elétrico

Estimativa do custo do reparo ou reposição de peças, quando ocorre um dano elétrico no bem. Os valores são tabelados em percentuais do Valor de Reposição e foram calculados através de estudos dos manuais dos equipamentos e da experiência em manutenção corretiva dos técnicos da Apsis.

Valor de investimento

Valor para um investidor em particular, baseado em interesses particulares no bem em análise. No caso de avaliação de negócios, este valor pode ser analisado por diferentes situações, tais como sinergia com demais empresas de um investidor, percepções de risco, desempenhos futuros e planejamentos tributários.

Valor de liquidação forçada

Valor de um bem colocado à venda no mercado fora do processo normal, ou seja, aquele que se apuraria caso o bem fosse colocado à venda separadamente, levando-se em consideração os custos envolvidos e o desconto necessário para uma venda em um prazo reduzido.

Valor de liquidação imediata

Igual ao Valor de Liquidação Forçada, mas com percentual de liquidação mais agressivo.

Valor depreciável

Custo do ativo, ou outra quantia substituta do custo (nas demonstrações contábeis), menos o seu valor residual.

Valor de reposição por novo

Valor baseado no que o bem custaria (geralmente em relação a preços correntes de mercado) para ser reposto ou substituído por outro novo, igual ou similar.

Valor de seguro

Valor pelo qual uma companhia de seguros assume os riscos e não se aplica ao terreno e às fundações, exceto em casos especiais.

Valor de sucata

Valor de mercado dos materiais reaproveitáveis de um bem, na condição de desativação, sem que estes sejam utilizados para fins produtivos.

Valor em risco

Valor representativo da parcela do bem que se deseja segurar e que pode corresponder ao valor máximo segurável.

Valor em uso

Valor de um bem em condições de operação no estado atual, como uma parte integrante útil de uma indústria, incluídas, quando pertinentes, as despesas de projeto, embalagem, impostos, fretes e montagem.

Valor (justo) de mercado

Valor pelo qual um ativo pode ser trocado de propriedade entre um potencial vendedor e um potencial comprador, quando ambas as partes têm conhecimento razoável dos fatos relevantes e nenhuma está sob pressão de fazê-lo.

Valor justo menos despesa para vender

Valor que pode ser obtido com a venda de ativo ou unidade geradora de caixa menos as despesas da venda, em uma transação entre partes conhecedoras, dispostas a tal e isentas de interesse.

Valor máximo de seguro

Valor máximo do bem pelo qual é recomendável que seja segurado. Este critério estabelece que o bem com depreciação maior que 50% deverá ter o Valor Máximo de Seguro igual a duas vezes o Valor Atual; e aquele com depreciação menor que 50% deverá ter o Valor Máximo de Seguro igual ao Valor de Reposição.

Valor presente

Estimativa do valor presente descontado de fluxos de caixa líquidos no curso normal dos negócios.

Valor recuperável

Valor justo mais alto de ativo (ou unidade geradora de caixa) menos as despesas de venda comparado com seu valor em uso.

Valor residual

Valor do bem novo ou usado projetado para uma data, limitada àquela em que o mesmo se torna sucata, considerando estar em operação durante o período.

Valor residual de ativo

Valor estimado que a entidade obterá no presente com a alienação do ativo, após deduzir as despesas estimadas desta, se o ativo já estivesse com a idade e condição esperadas no fim de sua vida útil.

Variáveis-chave

Variáveis que, *a priori* e tradicionalmente, são importantes para a formação do valor do imóvel.

Variáveis independentes

Variáveis que dão conteúdo lógico à formação do valor do imóvel, objeto da avaliação.

Variáveis qualitativas

Variáveis que não podem ser medidas ou contadas, apenas ordenadas ou hierarquizadas, de acordo com atributos inerentes ao bem (por exemplo, padrão construtivo, estado de conservação e qualidade do solo).

Variáveis quantitativas

Variáveis que podem ser medidas ou contadas (por exemplo, área privativa, número de quartos e vagas de garagem).

Variável dependente

Variável que se pretende explicar pelas independentes.

Variável dicotômica

Variável que assume apenas dois valores.

Vida remanescente

Vida útil que resta a um bem.

Vida útil econômica

Período no qual se espera que um ativo esteja disponível para uso, ou o número de unidades de produção ou similares que se espera obter do ativo pela entidade.

Vistoria

Constatação local de fatos, mediante observações criteriosas em um bem e nos elementos e nas condições que o constituem ou o influenciam.

Vocação do imóvel

Uso economicamente mais adequado de determinado imóvel em função das características próprias e do entorno, respeitadas as limitações legais.

W**WACC (Weighted Average Cost of Capital)**

Modelo no qual o custo de capital é determinado pela média ponderada do valor de mercado dos componentes da estrutura de capital (próprio e de terceiros).

WARA (Weighted Average Return on Assets)

Taxa média ponderada de retorno esperado para os ativos e passivos que compõem a companhia objeto de análise, incluindo o *goodwill*.



Rio de Janeiro

+55 21 2212-6850

apsis.rj@apsis.com.br

São Paulo

55 11 4550-2701

apsis.sp@apsis.com.br

Minas Gerais

+55 31 98299-6678

apsis.mg@apsis.com.br

apsis.com.br

